

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

E

COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3

COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO CENTRO

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas
Região Centro*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA:
A ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES
PORTUGUESAS**

REGIÃO CENTRO

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO CENTRO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE	13
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	13
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO CENTRO.....	17
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA	29
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL	30
2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO.....	38
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	52
2.3.1. <i>Demografia</i>	53
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	60
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	66
2.3.4. <i>Especialização produtiva</i>	78
2.3.5. <i>Estrutura da procura</i>	102
2.3.6. <i>Infraestruturas de suporte</i>	107
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	111
3.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL	112
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL.....	129
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA.....	141
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	141
3.3.2. <i>Ambiente</i>	150

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	14
Caixa 2.1 - Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial	40
Caixa 2.2 – O Envelhecimento Demográfico na Região Centro	58
Caixa 2.3 - Tipologia de classificação por graus de Intensidade Tecnológica	69
Caixa 2.4 – A Vitrocrystal e o Cluster do Vidro da Marinha Grande	77
Caixa 2.5 - Tipologia de classificação por factores chave de Competitividade: A identificação de segmentos competitivos	97
Caixa 2.6 – A Dialmar: um Caso de Sucesso num Sector em Crise e numa Região Deprimida.....	101
Caixa 3.1 - Metodologia de cálculo dos índices de pobreza	127
Caixa 3.2 – Dinâmicas Demográficas e Económicas de Duas Sub-Regiões de Fronteira – Beira Interior Sul e Cáceres	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	18
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002.....	19
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002).....	21
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002).....	23
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão na Região Centro: condições, processos e resultados (2000-2002).....	25
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão na Região Centro, as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*).....	27
Figura 2.1.1 – PIB <i>per capita</i> e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	31
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra regional	32
Figura 2.1.3 – Resultado de convergência com a UE nos anos 90 (PIB <i>per capita</i>).....	33
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população nos anos 90	35
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior nos anos 90	36
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	37
Figura 2.2.1 – PIB <i>per capita</i> e produtividade: posicionamento da região no contexto europeu.....	39
Figura 2.2.2 – PIB <i>per capita</i> e taxa de emprego da população dos 15-64 anos: posicionamento da região no contexto europeu	39
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	41
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra regional.....	42

Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra regional	43
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90	44
Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	45
Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão nos anos 90,	46
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	47
Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000)	47
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90	49
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/1999)	49
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90	50
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	50
Figura 2.2.15 – Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90	51
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90	52
Figura 2.3.1 – PIB <i>per capita</i> e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	54
Figura 2.3.2 – PIB <i>per capita</i> e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	54
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90	55
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia	55
Figura 2.3.5 – Estrutura etária da população residente nos anos 90	56
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	57
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001)	57
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	59
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia	60
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu	62
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001)	63
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90	64
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90	65
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000)	65
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu	67
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> tecnologia e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	68
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000)	70
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria nos anos 90	71
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços nos anos 90	72
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total nos anos 90 (1995 e 2000)	73
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total nos anos 90	74
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	75
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	75
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	76
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	76
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu	80

Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90.....	81
Figura 2.3.28 – emprego por Sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001).....	82
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90.....	84
Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB), 1995 e 2001.....	88
Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise shift-share.....	96
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores chave de competitividade, nos anos 90.....	98
Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000).....	99
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90.....	100
Figura 2.3.35 – Evolução da intensidade exportadora nos anos 90.....	101
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90.....	103
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento no contexto nacional.....	104
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional.....	105
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001).....	105
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001).....	106
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu.....	107
Figura 2.3.42 – Distância aos principais mercados.....	108
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas Entidades de Suporte em % do VAB.....	109
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional (2001).....	113
Figura 3.1.2 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001).....	114
Figura 3.1.3 – Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	115
Figura 3.1.4 – capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001).....	117
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença, nos anos 90.....	118
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996-1998).....	119
Figura 3.1.7 – Número médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	120
Figura 3.1.8 – número médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001).....	120
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional.....	121
Figura 3.1.10 – taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001).....	122
Figura 3.1.11 – Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	123
Figura 3.1.12 – Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001).....	124
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente nos anos 90.....	126
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000).....	128
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000).....	129
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu.....	130
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu.....	131
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	132
Figura 3.2.4 - Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001).....	133
Figura 3.2.5 - Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia.....	134
Figura 3.2.6 – Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra- regional.....	135

Figura 3.2.7 – Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	136
Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	136
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	137
Figura 3.2.10 - Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001)	138
Figura 3.2.11 – variação da taxa de desemprego e da especialização produtiva nos anos 90: Posicionamento da região no contexto nacional e intraregional.....	139
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu	142
Figura 3.3.2 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998)	143
Figura 3.3.3 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	144
Figura 3.3.4 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998)	145
Figura 3.3.5 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	146
Figura 3.3.6 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % total (1998).....	147
Figura 3.3.7 - População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % total: perspectiva concelhia (1998)	148
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % total (1998).....	149
Figura 3.3.9 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % total perspectiva concelhia (1998)	149
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (rsu) recolhidos (1998 e 2001)	151
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (rsu) recolhidos: perspectiva concelhia (2001)	152
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	153
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	154
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais, em % do total: perspectiva concelhia (2001)	155

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro volume, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procura-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

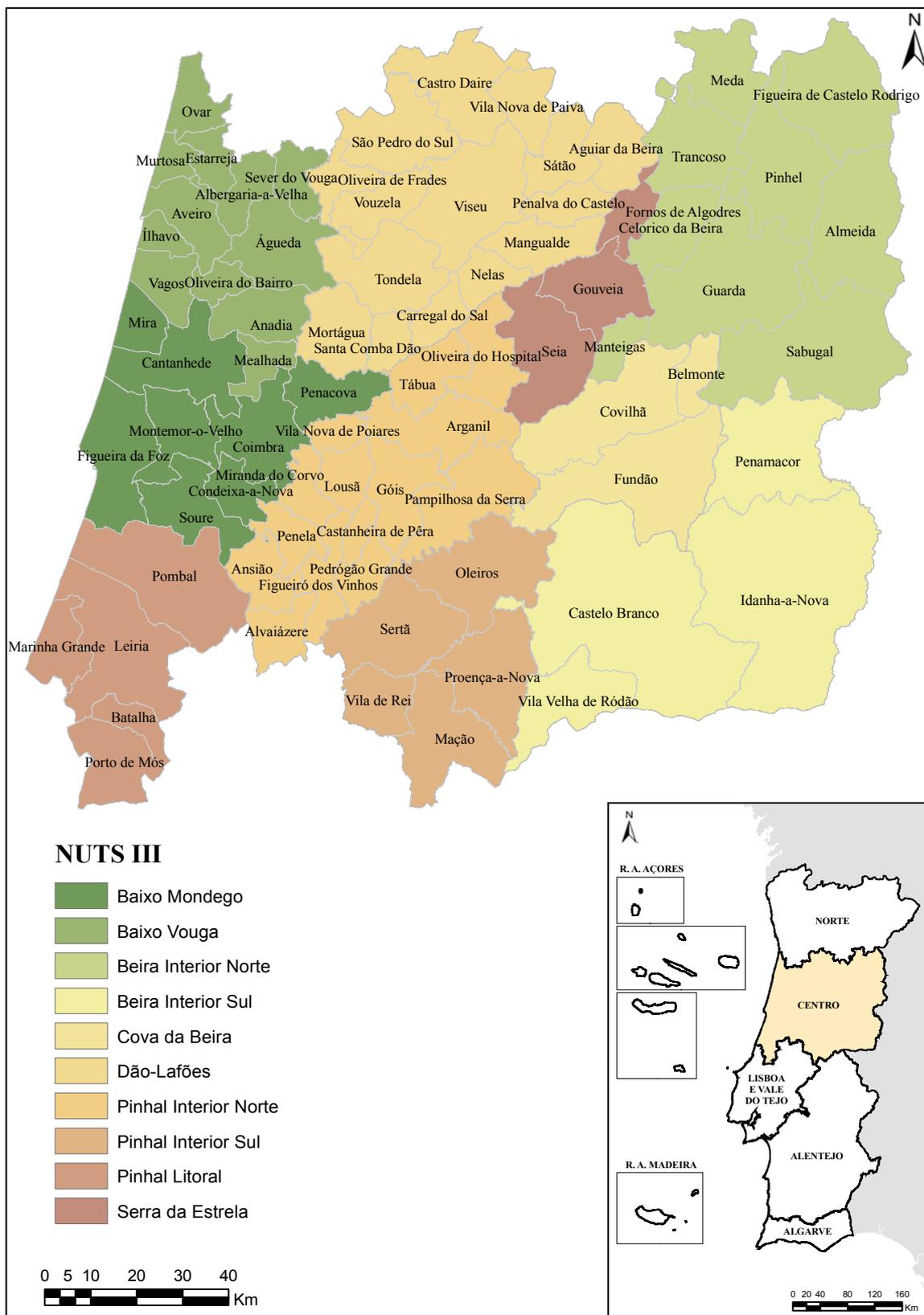
O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da região Centro.

A região Centro é marcada, por um lado, pela fractura entre o litoral urbanizado, industrializado e densamente povoado e o interior rural, pobre e em grave regressão demográfica e, por outro lado, faz a transição entre as duas grandes regiões metropolitanas, a norte e a sul, que polarizam e concentram recursos e actividades económicas, e que exercem uma pressão centrípeta sobre as suas estruturas económicas e demográficas.

Este posicionamento geográfico, se constitui uma fonte de oportunidades e desafios impõe, igualmente, constrangimentos ao seu desenvolvimento e ao processo de convergência real e estrutural com o espaço económico da União Europeia. Neste sentido, a análise do posicionamento relativo da Região Centro no contexto nacional e europeu recorre, não só, à comparabilidade com os valores médios nacionais e europeus mas, também, ao confronto com um conjunto seleccionado de 13 regiões europeias (das quais 9 correspondem ao grupo de países da anterior composição da EU e 4 ao grupo dos países que aderiram recentemente). Na escolha das regiões europeias de comparação optou-se por seleccionar um conjunto de regiões caracterizadas por uma taxa de actividade elevada e por um peso dos sectores primário e terciário superior à média nacional. Foram em concreto seleccionadas as NUTSII de Koblenz (Alemanha), Navarra e Castilla y Leon (Espanha), Loire (França), Emilia Romagna e Umbria (Itália), Niederösterreich (Áustria), Cumbria e North Yorkshire (Reino Unido), Jihozápad (Checoslováquia), Dél-Alföld (Hungria), Podlaskie e Ewiêtokrzyskie (Polónia).

A este propósito, importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região Centro é composta pelas unidades territoriais (NUTS III e concelhos) que se identificam no mapa seguinte.

A Região Centro



1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO CENTRO: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajectórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região Centro, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da região Centro em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas¹ assumidas no contexto deste trabalho.

CAIXA 1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

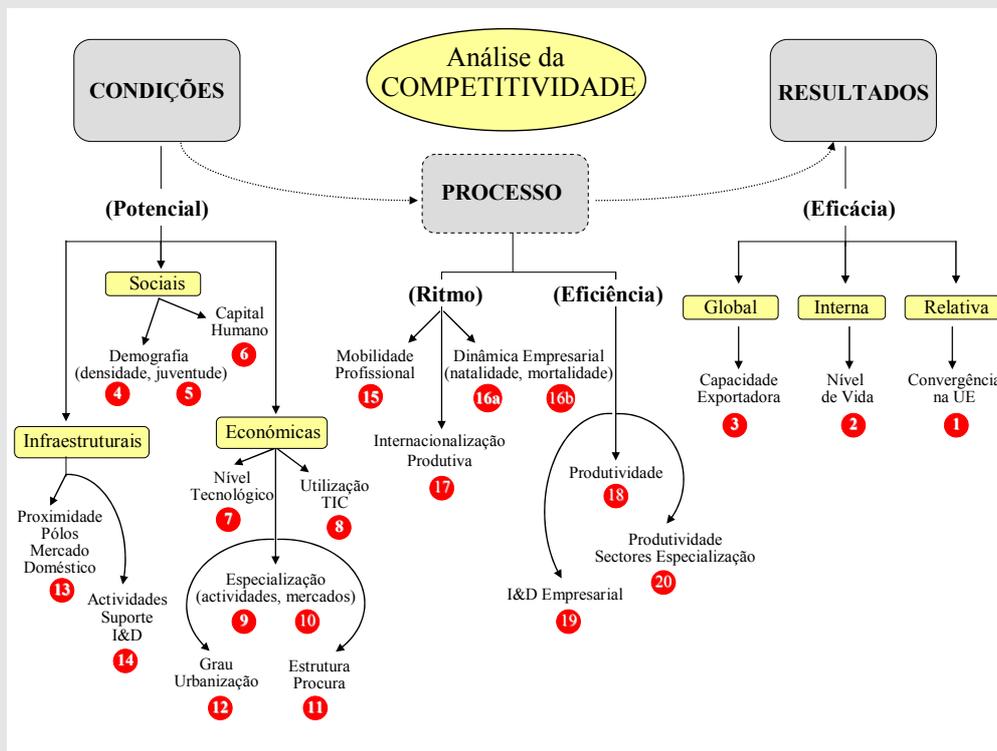
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

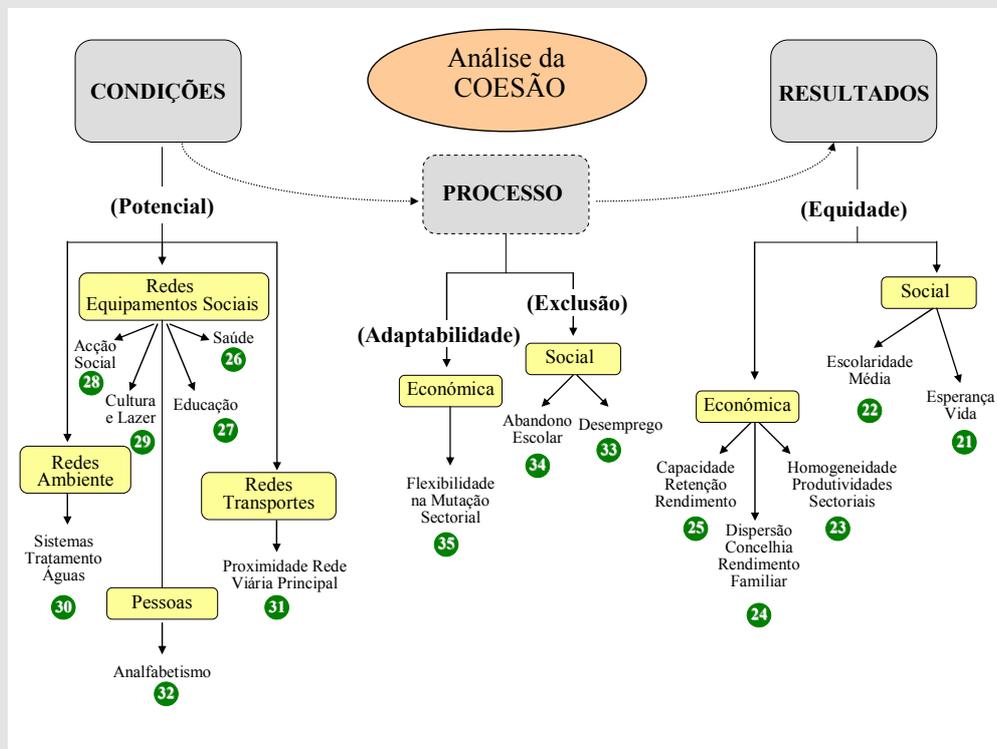
O ISSCT é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

¹ Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico da região Centro, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas².

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia³ das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “*finas*” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
I	Regiões globalmente “avançadas”	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
II	Regiões “seguidoras”	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga (<i>Algarve, se considerada</i>)
III	Regiões intermédias	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
IV	Regiões menos desenvolvidas	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (<i>Madeira, se considerada</i>)

² No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

³ Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

V	Regiões industriais com reduzida coesão	$ISpComp \geq 70$	$ISpCoes < 70$	Cávado e Ave
VI	Regiões globalmente “atrasadas”	$ISpComp < 50$	$ISpCoes < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(**) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(***) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO CENTRO

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pela região Centro e suas sub-regiões no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, as dimensões da competitividade e coesão.

Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter e intra-regional da região Centro, permite, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas, de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

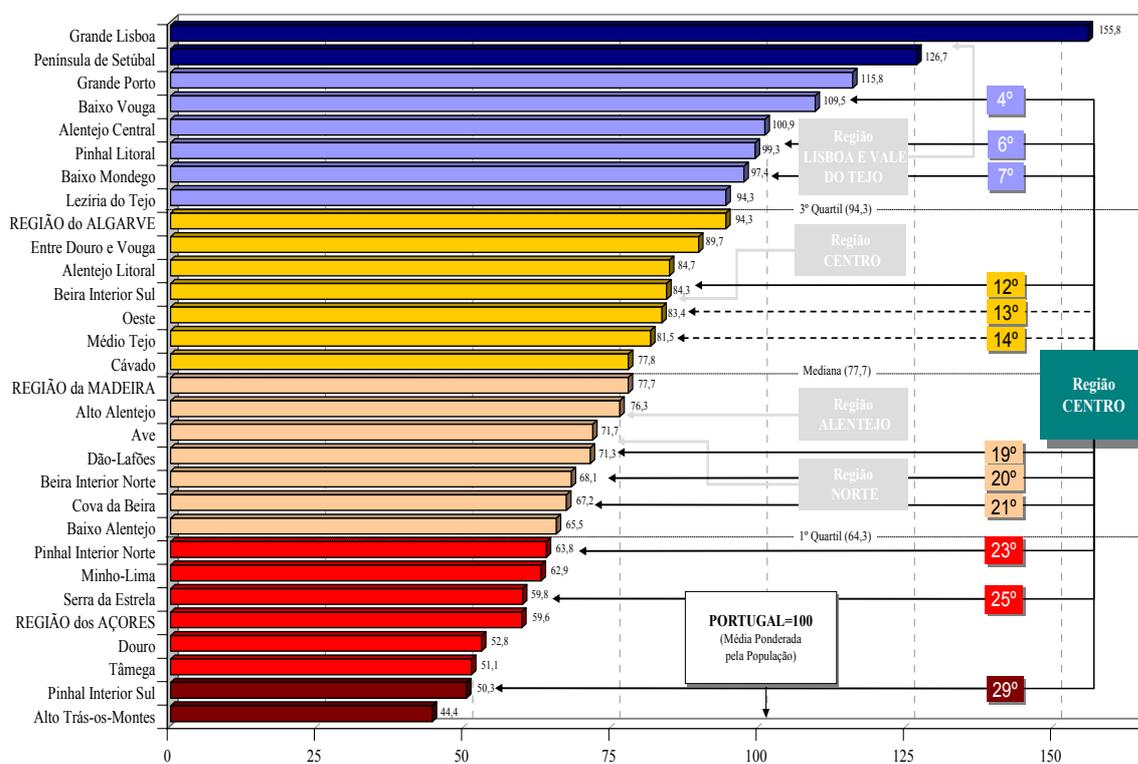
Se, por um lado, em termos agregados, os registos globais da região Centro no ISCCT a colocam numa posição relativamente confortável no contexto das regiões portuguesas (3º lugar no ranking das NUTS II, atrás de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve), por outro lado, quando se desagrega a análise ao nível das NUTS III, acentuam-se consideravelmente os problemas da Região em matéria de competitividade e coesão, sobretudo, pela divergência interna que transparece dos registos de cada uma das suas sub-regiões neste índice. Destaca-se, na Figura 1.2.1, a “dispersão” do posicionamento relativo das regiões finas da região Centro, que oscila entre os primeiros lugares do ranking, no caso do Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Baixo Mondego (4º, 6º e 7º lugar do ranking, respectivamente) e os últimos lugares, no caso do Pinhal Interior Norte, da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul (23º, 25º e 27º lugar, respectivamente).

No primeiro caso, pelas especificidades intrínsecas a *regiões globalmente avançadas* (como o Baixo Vouga) e *seguidoras* (como o Pinhal Litoral e o Baixo Mondego), cujos níveis de competitividade e coesão ultrapassam, ou se aproximam fortemente, dos níveis médios nacionais, e no segundo caso, pelas debilidades reconhecidas a *regiões menos desenvolvidas*, que atingem registos inferiores a 70% da média nacional.

Em posições intermédias do ranking encontram-se as regiões finas da região Centro cujo desempenho ao nível do equilíbrio entre competitividade e coesão as posiciona no grupo das *regiões intermédias* (Beira Interior Sul, Dão Lafões e Beira Interior Norte, respectivamente, nos 12º, 19º e 20º lugares do ranking) e também, no caso da Cova Beira, no grupo das *regiões menos desenvolvidas* (21º lugar).

Destaque, ainda, para a posição das regiões que recentemente passaram a integrar a região Centro, o Oeste e o Médio Tejo (13º e 14º lugares do ranking), e cujas características de *regiões intermédias* podem contribuir para atenuar um pouco o desequilíbrio interno que se reconhece à região Centro.

FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUEAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

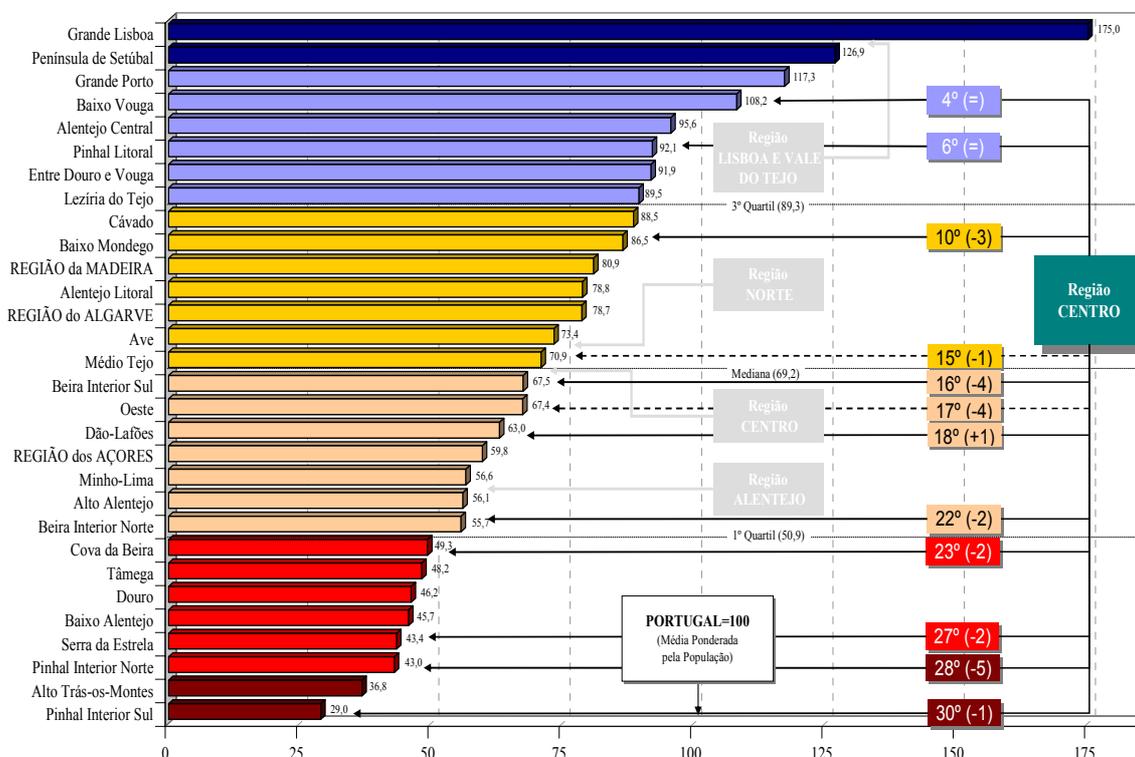
O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria agora exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as

regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

A situação das “regiões de coordenação” no plano da competitividade reflecte estas características, produzindo uma hierarquia muitíssimo marcada com um único pólo mais avançado, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de competitividade superior em mais de 60% à média nacional. A região Centro, com um nível de competitividade correspondente a 68% da média nacional, posiciona-se num grupo intermédio de desenvolvimento competitivo, conjuntamente com as regiões do Norte e da Madeira, no 3º lugar do ranking das NUTS II no respectivo índice parcial.

Com excepção do Baixo Vouga e do Pinhal Litoral, que mantêm os mesmos lugares neste ranking, todas as outras sub-regiões melhoram de posições quando se passa do ISCCT para o índice parcial de competitividade (ver Figura 1.2.2). Este facto não quer dizer, no entanto, que o posicionamento da região, por comparação com a média nacional, seja substancialmente diferente quando se fala em competitividade ou em coesão ou quando se fala destas duas dimensões tomadas em conjunto. O que acontece é que outras regiões vêm degradadas as suas posições quando se passa a falar exclusivamente de competitividade. Apesar de se manter a “dispersão” do posicionamento relativo das regiões finas já evidenciada ao nível do ISCCT, quando se passa à análise do ranking parcial da competitividade detecta-se uma ligeira tendência de evolução em baixa, uma vez que todas as restantes regiões finas vêm degradar a sua posição face ao indicador global, com particular destaque para os casos das regiões Pinhal Interior Norte, que perde cinco posições, e Beira Interior Sul, que perde quatro posições.

FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Na coesão, produz-se uma hierarquia muito menos vincada e segmentada de forma mais equilibrada do que a verificada ao nível da competitividade, com um pólo de coesão claramente mais elevada, isto é, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de coesão superior em cerca de 1/3 à média nacional. Do conjunto das regiões do Continente, a região Centro volta a ser a região que se posiciona no 3º lugar do ranking do índice sintético de coesão (com um posicionamento relativo muito aproximado da média nacional), contribuindo este registo, em larga medida, para a posição particular desta NUTS II ao nível do ranking global do ISCCT. Os problemas de coesão na região Centro são, de facto, menos destacados do que ao nível da competitividade, sobretudo na vertente da coesão económica.

A leitura das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região Centro e suas sub-regiões, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

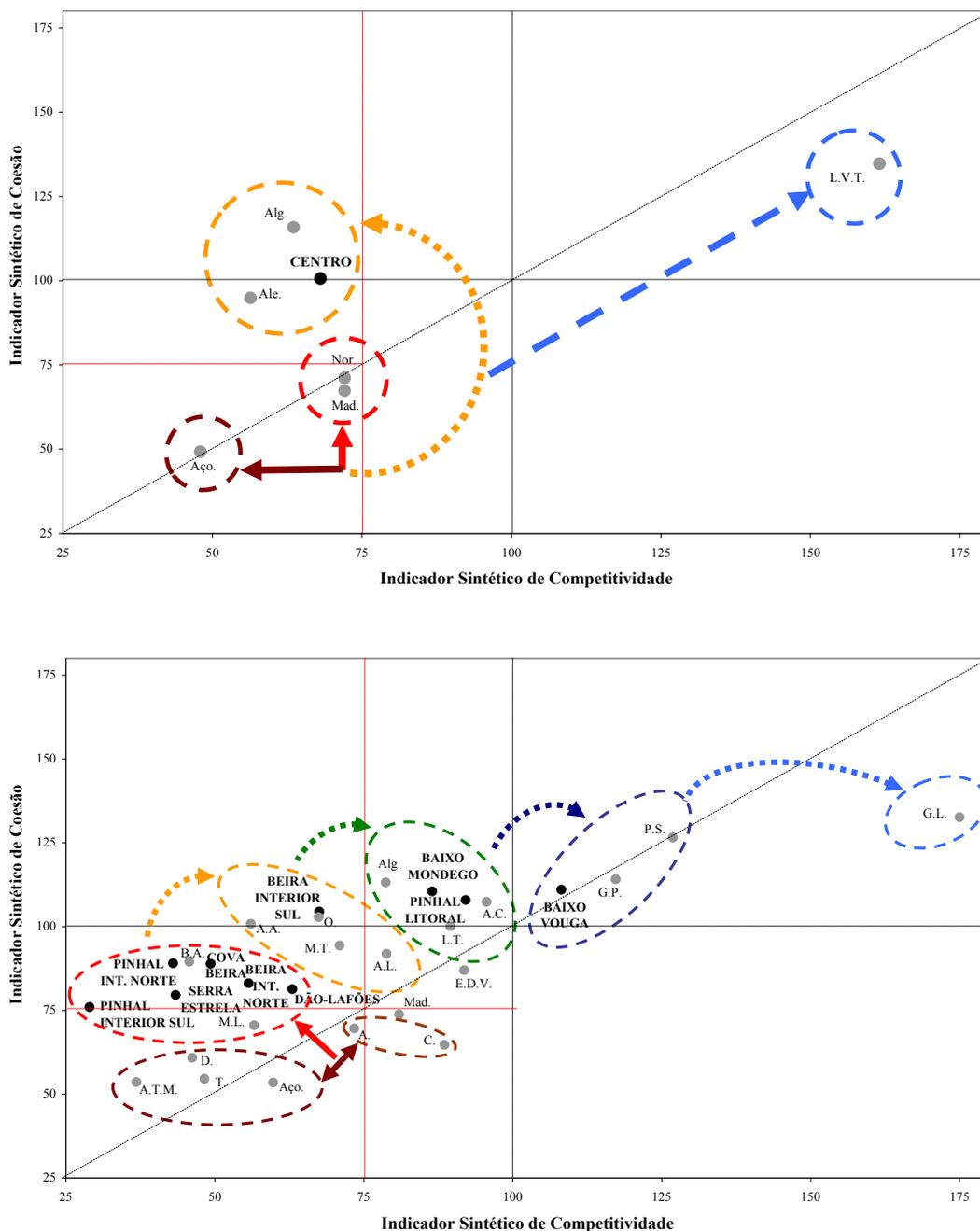
A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

A região Centro, por seu lado, posiciona-se, no quadro da articulação entre os índices sintéticos parciais de coesão e competitividade (Figura 1.2.3), numa posição de vulnerabilidade mais significativa ao nível da coesão do que ao nível da competitividade, conforme revela a sua posição para cima e para a esquerda da diagonal, com valores que, no caso da coesão, atingem a média nacional, mas que na competitividade andam à volta dos 71/72% da média nacional. Ao nível intra-regional, saliência para a posição do Baixo Vouga, que, para além de se posicionar na diagonal do dito quadro de articulação e, portanto, de revelar uma posição semelhante à média nacional em termos do equilíbrio entre estas duas vertentes de análise, ultrapassa os registos médios nacionais de competitividade e coesão em cerca de 10%.

Pode, ainda, destacar-se pela negativa, o conjunto das regiões finas do Centro que se inserem no grupo das *regiões menos desenvolvidas*, e em que se salienta o seu posicionamento acima da diagonal deste referencial e, sobretudo, muito descolado para a esquerda. Nestas regiões verificam-se os casos de maior divergência relativa face ao nível médio de competitividade nacional.

FIGURA 1.2.3 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUEAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Ao nível da articulação mais fina entre coesão económica e social, verifica-se, em primeiro lugar, que, na sequência do que foi referido anteriormente, o posicionamento global da região Centro permite evidenciar uma tendência, ainda que ligeira, para um posicionamento mais positivo, face ao padrão nacional, do ponto de vista da coesão económica (4% superior à média nacional) do que da coesão social (correspondente a 97% da média nacional).

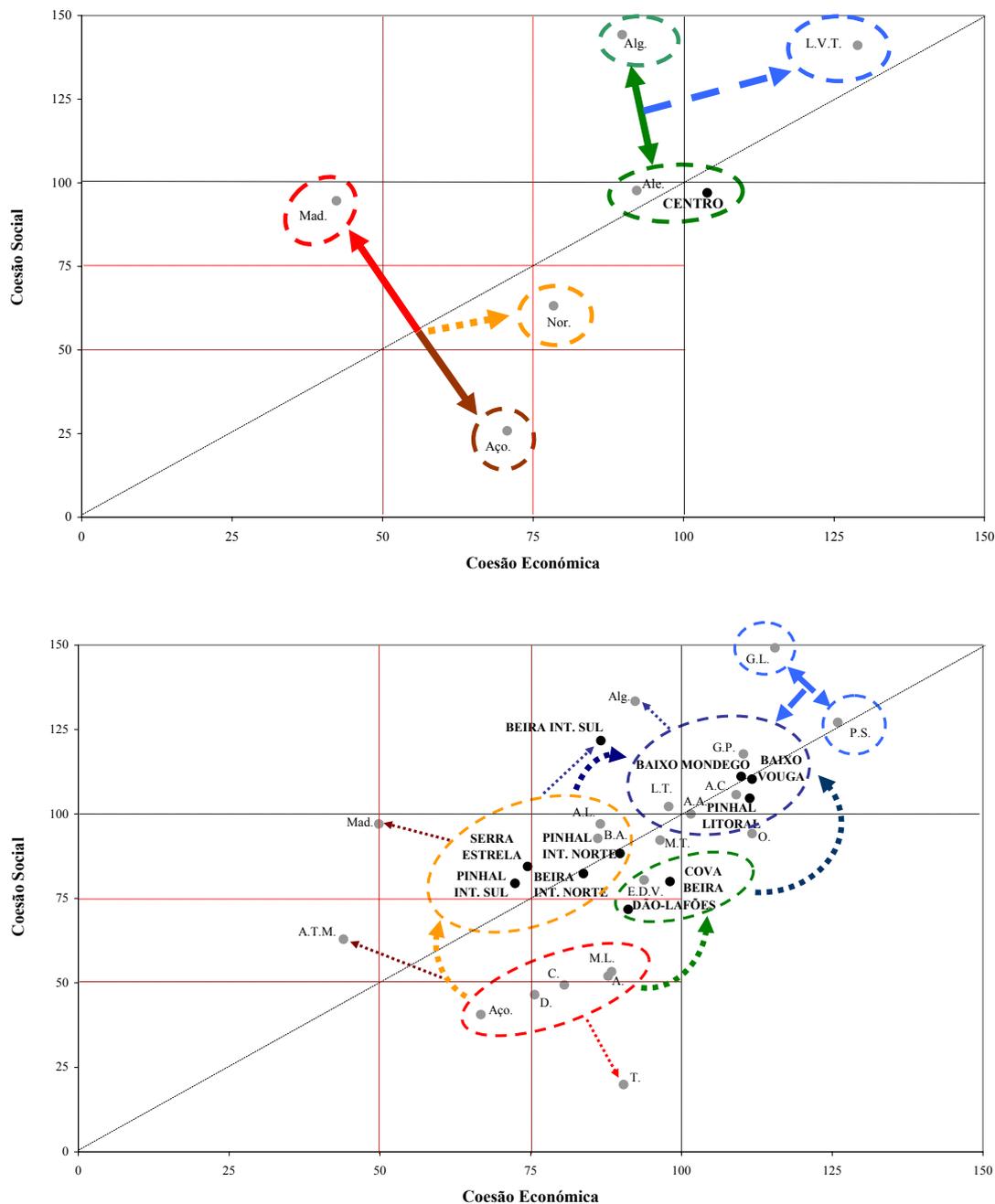
É possível diferenciar, a um nível intra-regional, três grandes grupos de regiões no que diz respeito ao equilíbrio entre estas duas dimensões da coesão (Figura 1.2.4):

- Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, pela superioridade dos seus registos em relação à média nacional, seja em relação à vertente de coesão social, seja em relação à vertente de coesão económica;
- Cova da Beira e Dão-Lafões, pelo seu posicionamento muito aproximado da média nacional em termos de coesão económica, apesar de consideravelmente debilitado em termos de coesão social;
- Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul, pelo seu posicionamento relativamente equilibrado em termos de divergência face à média nacional, embora com registos que rondam apenas os 75% das médias nacionais.

A este propósito, importa ainda salientar que os resultados obtidos no plano da coesão económica revelam assimetrias muito menos significativas do que as registadas no conjunto das dimensões da coesão, o que se explica, em grande parte, pelo facto da lógica da dispersão dominar o índice parcial de coesão económica⁴, enquanto os índices parciais de coesão social e, também, de coesão, tomada no seu conjunto, são dominados pela lógica do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos. Relevo, ainda assim, neste domínio, para o registo muito baixo da sub-região de Alto Trás-os-Montes (44% da média nacional), associado a uma muito reduzida homogeneidade das produtividades sectoriais.

4 A dispersão pode ser baixa, lembre-se, tanto na “pobreza” (regiões menos desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica), como na “riqueza” (regiões mais desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica).

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, o acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A leitura dos gráficos em radar (Figura 1.2.5) utilizados permite, nesta linha, evidenciar os aspectos de maior convergência e de maior divergência da região Centro, face à média do país, em matéria de competitividade e coesão, quer do lado das condições, quer do lado dos resultados (ainda que, em termos de ranking, isso corresponda a um posicionamento claramente mais favorável na segunda dimensão).

A análise do posicionamento da região Centro neste radar permite destacar, em primeiro lugar, a discrepância mais significativa da região em termos de competitividade do que em termos de coesão (quer seja ao nível das condições, dos processos ou dos resultados) face à média nacional.

Em segundo lugar, no que diz respeito ao equilíbrio estabelecido entre os indicadores de condições, de processo e de resultados, é possível constatar que:

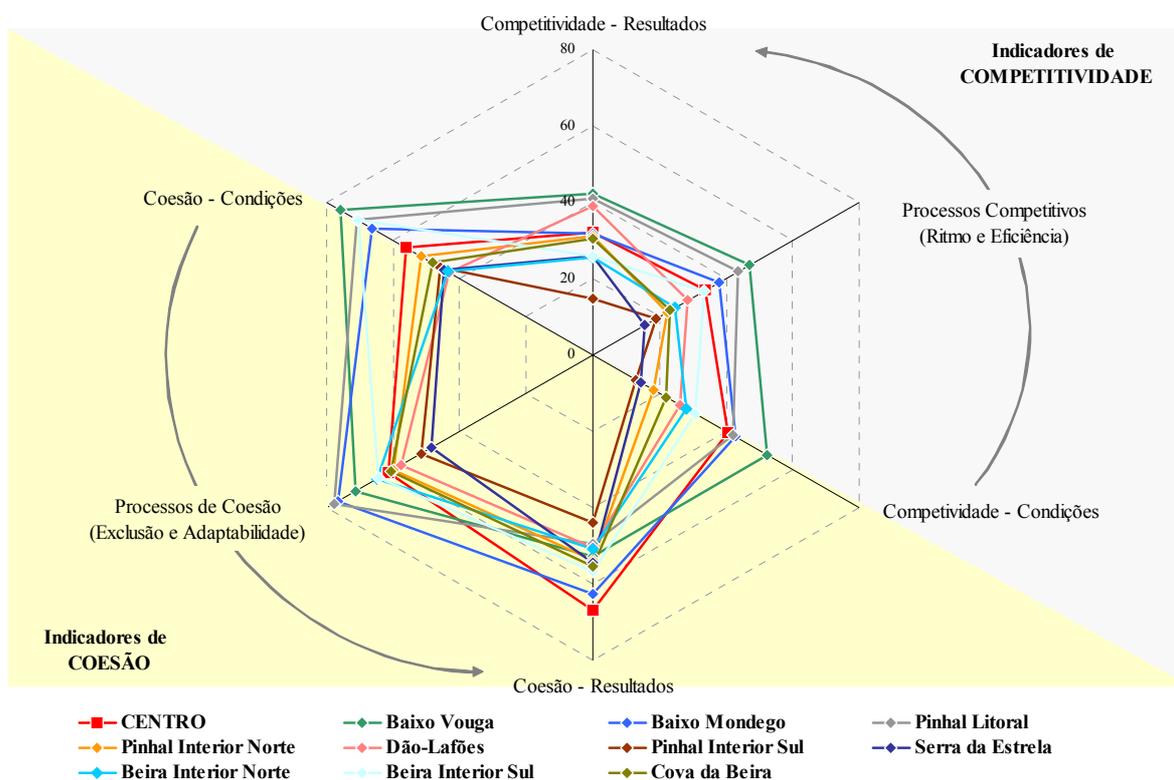
- No domínio da competitividade, a Região revela um posicionamento mais debilitado, face à média nacional, em termos de resultados do que o posicionamento em termos de condições de competitividade poderia fazer antever. Parece, como tal, que é ao nível do “processo de passagem e de transformação das condições para os resultados da competitividade”, que se encontra o principal desfasamento responsável pela existência de resultados competitivos aquém das possibilidades concedidas pelas condições existentes;
- No domínio da coesão identifica-se uma situação contrária. De facto, o nível de resultados de coesão alcançado ultrapassa, pela positiva, o desvio registado pela região, face à média nacional, em termos de condições de coesão, o que parece indiciar a existência de um processo associado aos mecanismos de garantia de um nível homogéneo de coesão que, de alguma forma, apresenta maior nível de eficácia do que o existente, em termos agregados, a nível nacional.

Em termos intra-regionais, a tendência geral enquadra-se neste modelo de maior eficiência nos processos de coesão do que nos processos de competitividade e, como tal, de um conseqüente maior nível de eficácia na obtenção de resultados de coesão do que de resultados de competitividade. Saliente-se, ainda, que a própria diferença entre as especificidades da vertente coesão, onde é mais facilitada a obtenção de níveis elevados de coesão ao nível de NUTS II do que ao nível de NUTS III, e da vertente competitividade, onde a desagregação regional fina facilita a identificação de focos específicos de competitividade, é um factor que deve ser levado em consideração quando se salienta o maior nível de eficiência alcançado em termos de coesão do que de competitividade, uma vez que, de alguma forma, são

as próprias especificidades subjacentes a ambos os vectores que explicam, pelo menos parcialmente, estas conclusões.

O caso de Dão-Lafões deve ser destacado, pelo desvio mais significativo que evidencia face a esta tendência geral, sobretudo, pelo nível mais elevado de competitividade que atinge, e que parece sugerir a existência de um processo competitivo com maior nível de eficiência do que o registado nas restantes regiões finas do Centro. Já, por outro lado, no caso do Pinhal Interior Sul, o processo de coesão se apresenta menos eficiente do que o das restantes regiões finas do Centro.

FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO CENTRO: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e na região Centro, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar⁵ para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, para o caso da região Centro, estão vertidos na Figura 1.2.6.

Assim, a região Centro evidencia, ao longo dos últimos dez anos, uma evolução que vai no sentido do ganho de posições na coesão e equidade, sem alterações substanciais em matéria de competitividade. Em termos de desagregação intra-regional, podem sublinhar-se os percursos evolutivos das regiões finas do Centro:

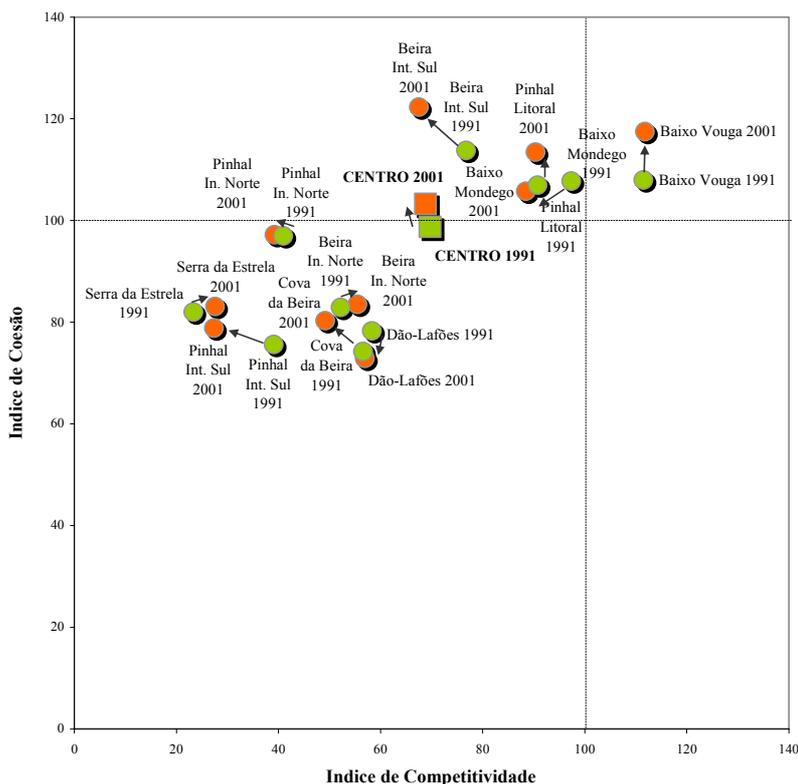
- Os casos do Baixo Vouga e Pinhal Litoral, numa evolução com ganhos de posição em termos de coesão e sem alterações em termos de competitividade, ainda que o posicionamento relativo do Baixo Vouga seja mais virtuoso, uma vez que se situa acima da média nacional em termos dos índices de competitividade e de coesão, enquanto o Pinhal Litoral só atinge a média nacional no índice de coesão;
- O caso do Baixo Mondego, numa evolução com perdas de posição, quer em termos de competitividade quer em termos de coesão (ainda que as perdas de posição em termos de competitividade sejam mais significativas);
- O caso da Beira Interior Sul, numa evolução com perdas de posição ao nível da competitividade e com ganhos de posição ao nível da coesão. Nesta situação também se encontram as regiões do Pinhal Interior Sul e Cova da Beira, embora numa posição global menos privilegiada, uma vez que não atingem o registo médio nacional, nem em termos de competitividade nem em termos de coesão;

⁵ O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da região Centro, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifricidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCCT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCCT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

- Os casos da Beira Interior Norte e Serra da Estrela, que evidenciam percursos evolutivos simétricos à região de Dão-Lafões. A Serra da Estrela e Beira Interior Norte com ligeiras perdas de posição em termos de competitividade e sem alterações relevantes em termos de coesão, e DãoLafões com ligeiras perdas de posição em termos de coesão e sem alterações relevantes em termos de competitividade.

FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO CENTRO, AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(*)



(*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.

Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA

Este capítulo do estudo é dedicado a analisar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região Centro, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analizam-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia;
- Capital Humano;
- I&D e Tecnologia;
- Especialização Produtiva;
- Estrutura da Procura;
- Infraestruturas de suporte às actividades económicas.

Neste processo de caracterização, procura-se, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permite aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

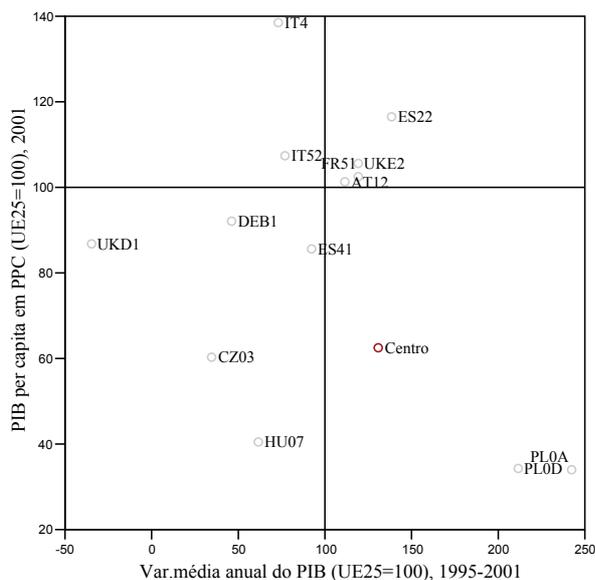
Os resultados atingidos pela região Centro, em termos de convergência face ao nível médio de vida da UE, e numa perspectiva de análise centrada na sua dinâmica de crescimento, têm sido insuficientes para promover uma aproximação rápida ao nível de vida médio da UE. Acresce que a desaceleração do processo de convergência a nível europeu, verificada na segunda metade da década de 90, evidencia o esgotamento do modelo de crescimento regional que vinha sendo prosseguido, conclusão que é aliás ilustrada pela quase estagnação do processo de convergência da Região no contexto nacional.

Na abordagem do modelo crescimento económico regional importa centrar a análise na dinâmica da convergência económica em dois planos: um plano focalizado na dinâmica de convergência da região com a média do espaço económico nacional, e outro plano centrado no processo de convergência com o espaço europeu.

Sabe-se, porém, que a comparação simples de valores médios oculta realidades regionais e locais muito diversas, pelo que importa considerar outros indicadores de análise que traduzam, sobretudo, os factores que estão na base das diferenças observadas. Assim, começa-se por observar a posição da Região Centro em ambos os contextos referidos, recorrendo para o efeito ao “PIB *per capita*” como indicador de referência, quer em termos de nível (neste caso em 2001), quer em termos de dinâmica (ao longo do período de 1991-2001).

Tomando como quadro de referência o grupo de regiões comparáveis com a Região Centro, de acordo com os critérios anteriormente indicados, verifica-se que a região se desvia do grupo das que revelam um processo de crescimento dinâmico e sustentado (Navarra, Umbria, Loire, North Yorkshire, Niederösterreich e Koblenz), traduzido numa elevada correlação entre o nível de PIB *per capita* e a respectiva taxa de variação média na segunda metade da década de 90 (representada pela diagonal da Figura 2.1.1). Em concreto, a Região Centro parece, sobretudo, alinhada com o grupo de regiões que revelam um maior dinamismo em termos de crescimento, embora partindo de um patamar de rendimento inferior. Note-se que, em termos de PIB *per capita*, esse alinhamento se faz sobretudo com as regiões dos novos países membros, o que posiciona a Região num patamar de convergência próximo do desses países, apesar do processo de integração de Portugal ter sido iniciado há alguns anos.

**FIGURA 2.1.1 – PIB PER CAPITA E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda
 DEB1-Koblenz
 ES22-Comunidad Foral de Navarra
 ES41-Castilla y León
 FR51-Pays de la Loire
 IT4-Emilia-Romagna
 IT52-Umbria
 AT12-Niederösterreich
 PT12-Centro
 UKD1-Cumbria
 UKE2-North Yorkshire
 CZ03-Jihozápad
 HU07-Dél-Alföld
 PL0A-Podlaskie
 PL0D-Ĺwiewótkrzyskie

Nota: Variação média anual do PIB da UE25 (1995-2001) = 2,6%.

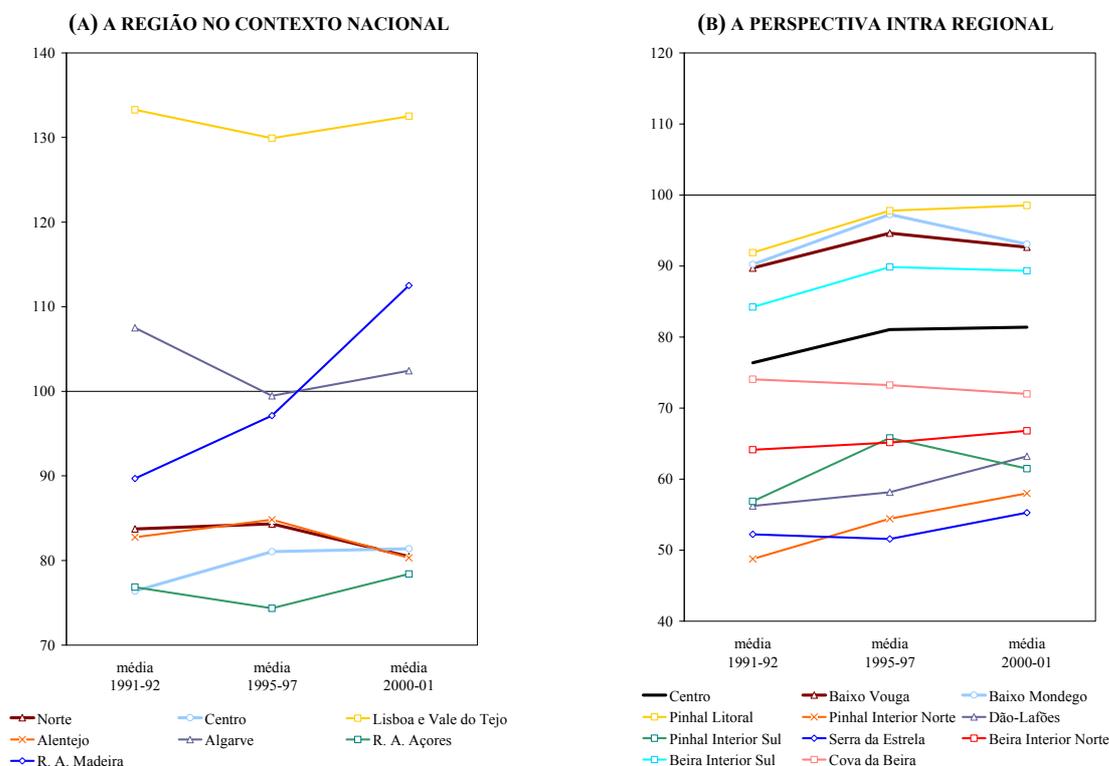
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

As diferenças observadas serão, sobretudo, explicadas pelas características do perfil de especialização de cada uma das regiões que são aqui objecto de comparação, o que não é visível quando se toma como critério de comparação, por exemplo, o peso do sector terciário no produto e respectivo desvio relativamente à média nacional. Na verdade, a questão essencial passa a ser, então, a análise da natureza do próprio sector terciário, como adiante se verá.

Focando a análise na dinâmica de crescimento da Região Centro numa perspectiva de convergência, parece ser evidente que aquela tem sido insuficiente para promover uma rápida aproximação ao nível de vida médio da UE, para já não referir a convergência para a média nacional. Acresce, a este aspecto, o facto da desaceleração do processo de convergência verificada na segunda metade da década de 90 evidenciar o esgotamento do modelo de crescimento que vinha sendo prosseguido, conclusão que é, aliás, reforçada pela análise da convergência da Região no contexto nacional.

Na verdade, confrontando o crescimento da Região com o das restantes regiões de Portugal, conclui-se que a dinâmica de aproximação à média nacional, que parecia verificar-se na primeira parte da década, perdeu velocidade ao longo da segunda (ver Figura 2.1.2). Contudo, a Região Centro e a Região Autónoma da Madeira, são as únicas regiões que mostraram uma tendência sempre positiva de aproximação à média nacional, embora a Região Centro tenha desacelerado, de forma significativa, na segunda metade da década.

FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA REGIONAL (PORTUGAL=100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

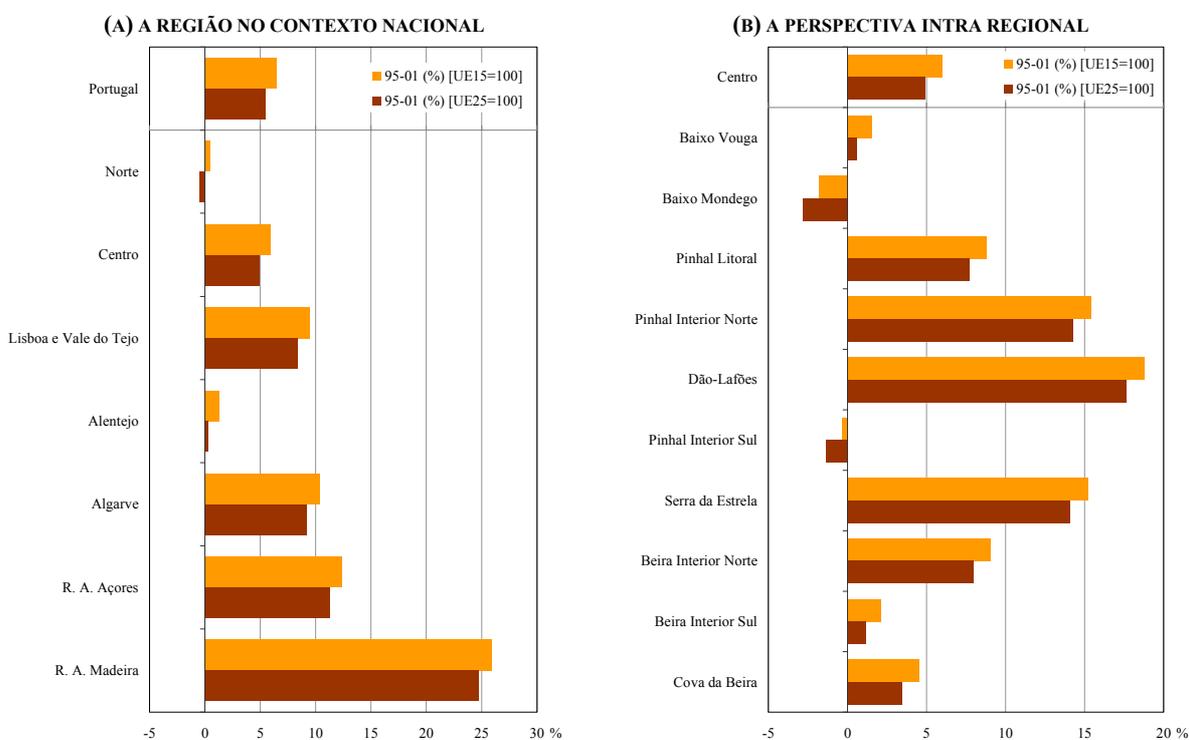
As sub-regiões que compõem a Região Centro contribuíram de forma muito diferenciada para aquele comportamento, como reflexo de uma estrutura produtiva marcada por uma grande heterogeneidade e pela existência de desníveis de desenvolvimento muito acentuados. As fracturas litoral / interior, rural/industrial, terciário avançado/terciário de serviços banalizados, tornam-se visíveis nos indicadores agregados, e acabam por se reflectir no PIB *per capita*. Em concreto, observam-se alguns padrões diferenciados na evolução do PIB *per capita* (ver Figura 2.1.2-B):

- O Pinhal-Litoral segue a linha de tendência média da Região Centro, isto é, cresce ao longo da década, embora desacelerando na segunda metade. Esta sub-região destaca-se de todas as outras por ser a que mais se aproxima da média nacional;
- O grupo de regiões composto pelo Baixo Mondego, Baixo Vouga, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul acompanha a dinâmica de crescimento da Região na primeira metade da década, mas diverge na segunda metade. Note-se que este grupo inclui justamente três das sub-regiões relativamente mais desenvolvidas, em particular, onde o peso do sector industrial no valor acrescentado regional é mais significativo;

- As sub-regiões Beira Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte registam um crescimento sustentado ao longo de toda a década, que não foi, todavia, suficiente para assegurar uma significativa convergência com a média nacional, e que se pode explicar, em parte, pelo facto de serem sub-regiões marcadas por um peso importante do sector primário;
- A tendência decrescente da Cova da Beira traduz um recuo nítido do processo de convergência, sendo a única região que, ao longo da década, se afasta da média nacional;
- Finalmente, a Serra da Estrela segue uma linha de crescimento que, apesar de ter sido crescente durante a segunda metade da década, não foi suficiente para compensar uma primeira metade com tendência decrescente nem para tirar a região do último lugar em termos de PIB *per capita*.

Face à média europeia, a região apresenta um ritmo de convergência (ver Figura 2.1.3) semelhante ao observado para a média nacional mantendo-se, como seria de esperar, os traços distintivos internos característicos das diferenças sub-regionais existentes em termos de dinamismo e crescimento económico.

FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS ANOS 90 (PIB *PER CAPITA*)



Nota: Variação % do Índice do PIB *per capita* regional relativamente à média europeia.

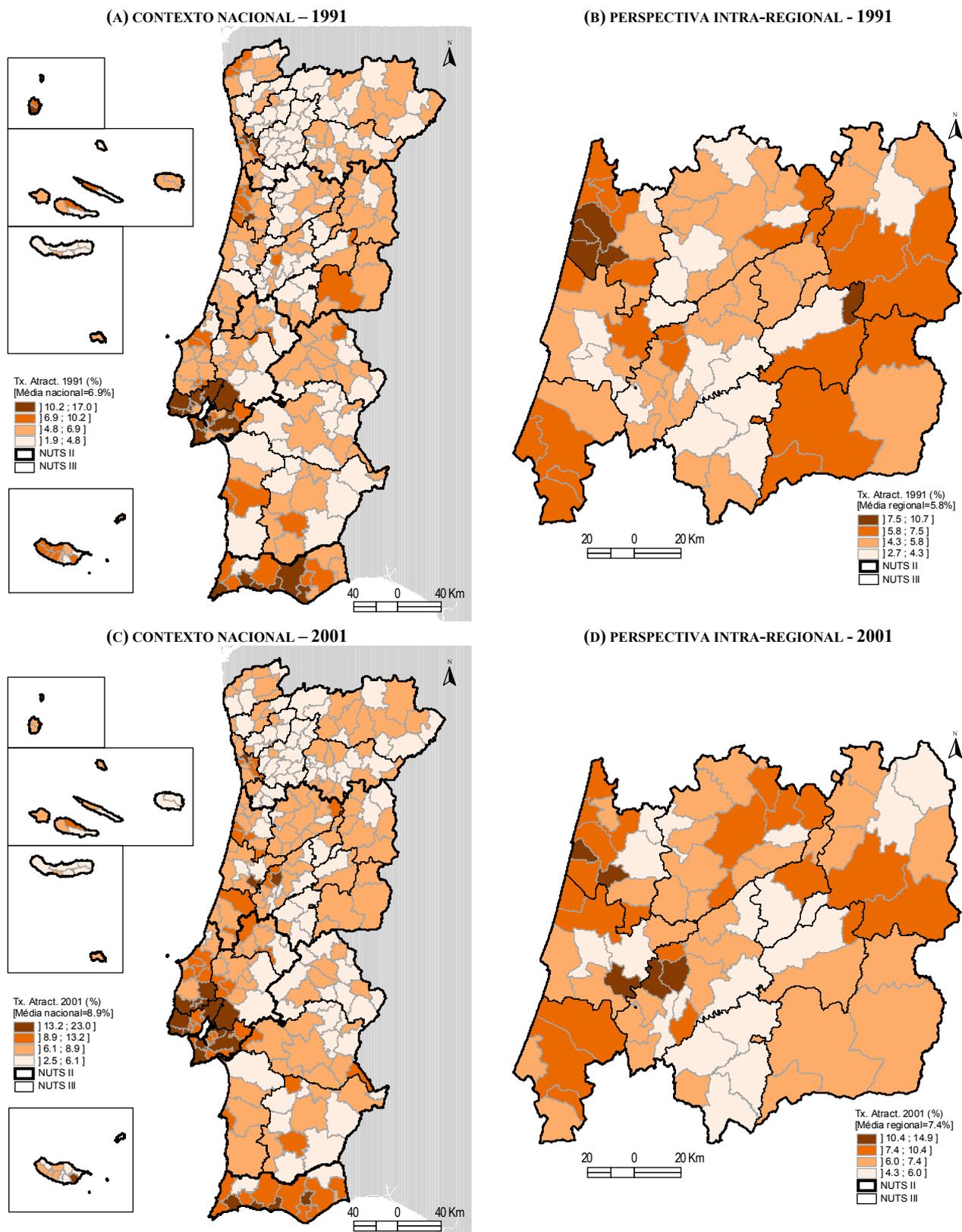
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

A trajetória do nível de vida de uma região, aproximada pelo comportamento evidenciado nos seus níveis de PIB *per capita*, reflecte-se necessariamente no grau de atractividade intrínseco a cada território. Globalmente, a região revela níveis de atractividade externa e de mobilidade interna relativamente

reduzidos no panorama nacional (ver Figura 2.1.4⁶ e Figura 2.1.5). Em termos concelhios, as maiores capacidades de atracção registam-se na faixa litoral e nos concelhos do interior com centros urbanos de maior dimensão, numa tendência que se acentua quando se considera a capacidade de atrair população com ensino superior, que se concentra de forma substancialmente mais heterogénea pelo território e, em particular, com maior intensidade nos concelhos de Aveiro e Coimbra.

⁶ É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que, no primeiro caso, corresponde à média nacional do indicador respectivo e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para o outro.

FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO NOS ANOS 90

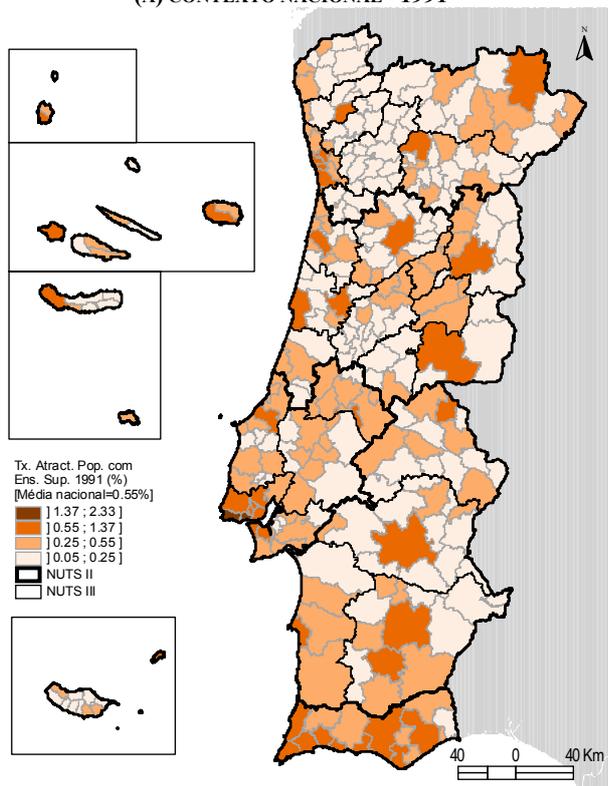


Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás.

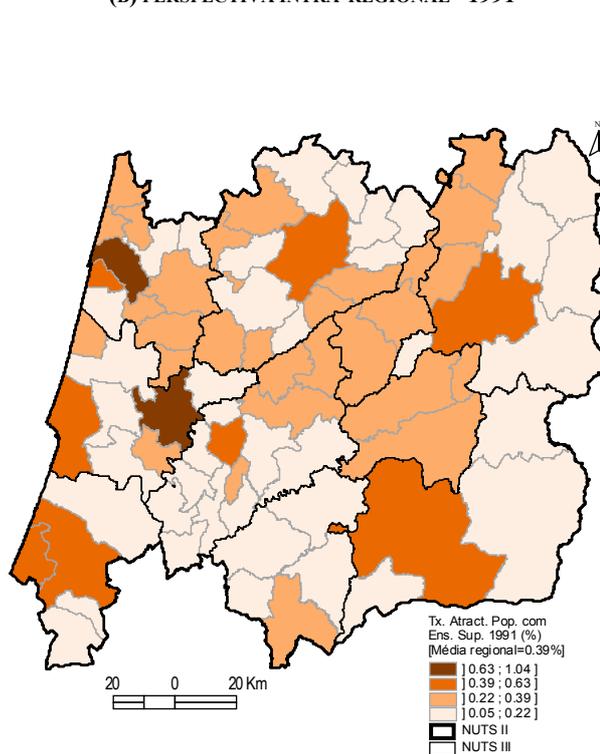
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 90

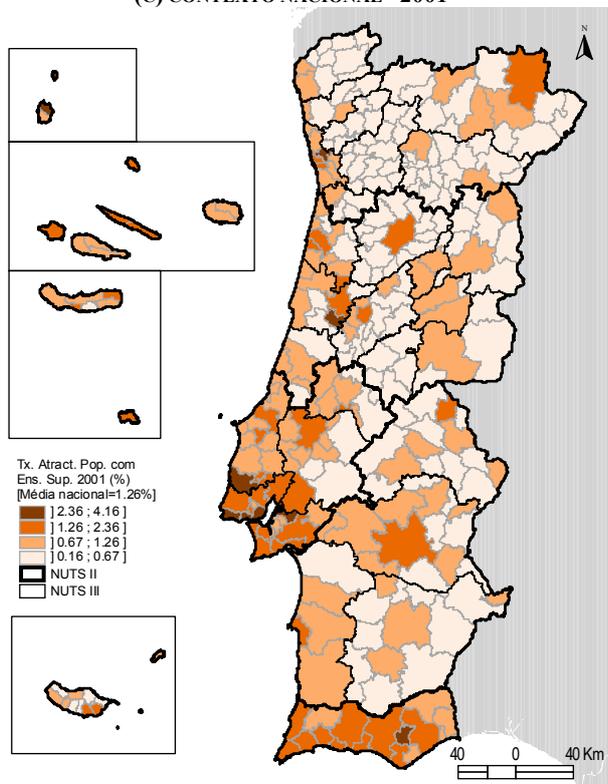
(A) CONTEXTO NACIONAL - 1991



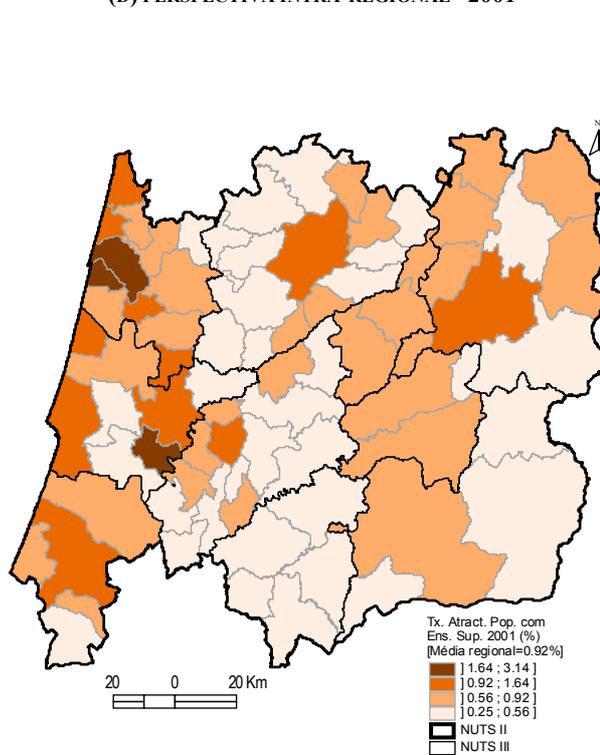
(B) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 1991



(C) CONTEXTO NACIONAL - 2001



(D) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 2001

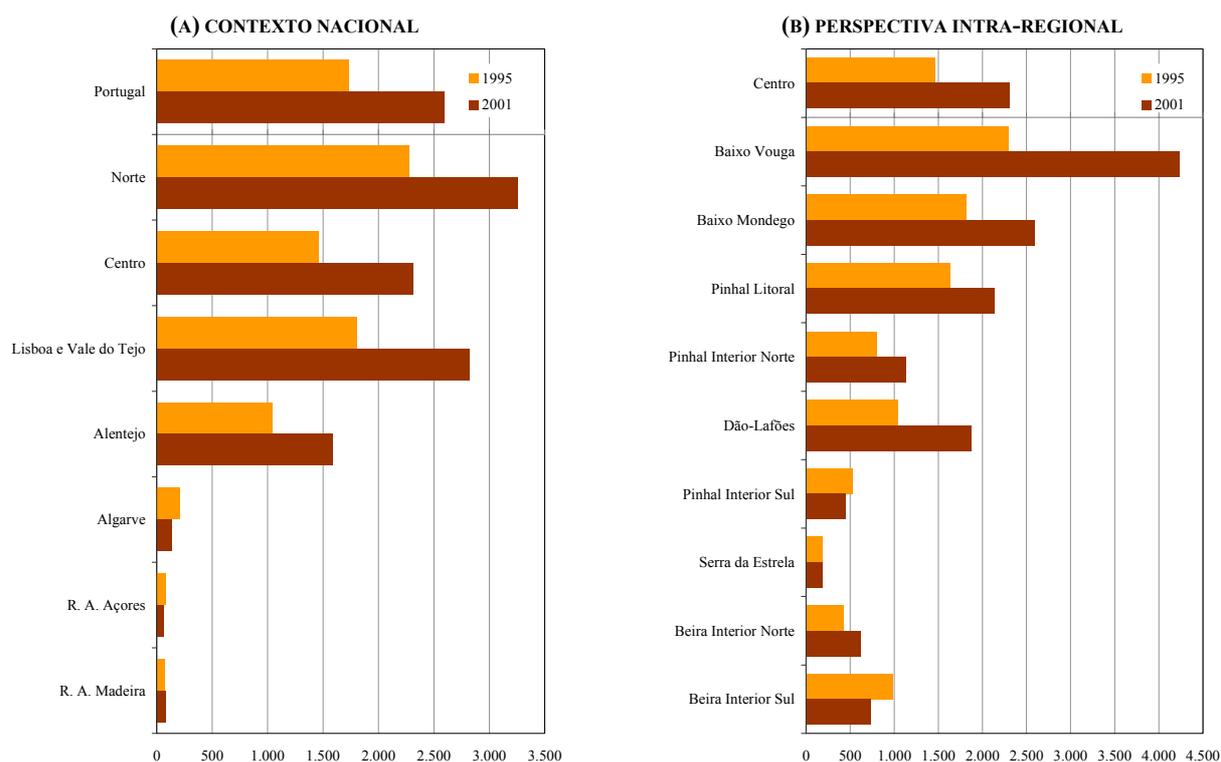


Nota: % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

No que concerne ao nível de competitividade evidenciada pela região no campo da sua capacidade de penetração em mercados externos, aferida por um indicador de dimensão da actividade exportadora – as exportações *per capita* – verifica-se que a região evidencia uma propensão exportadora abaixo da média nacional. Numa perspectiva intra-regional destaca-se uma considerável heterogeneidade na capacidade exportadora, com destaque para as regiões do Litoral e, em particular, do Baixo Vouga (Figura 2.1.6).

FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90
(EUROS PER CAPITA)



Nota: Indicador de exportações *per capita*

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.2. TRAJECTÓRIA E PROCESSO COMPETITIVO

No contexto da UE25, a Região Centro exhibe um modelo de crescimento, à semelhança do que acontece para o país, mais intensivo na utilização de recursos humanos do que em termos do nível de produtividade atingido. A nível nacional a região posiciona-se abaixo da média, quer no que concerne aos níveis de produtividade exibidos, quer ao nível das taxas de utilização dos recursos humanos, verificando-se que o processo de convergência registado ao longo da década foi sobretudo induzido pela produtividade.

A estabilidade dos índices de produtividade e de utilização de recursos humanos da região Centro é o traço mais marcante que se pode evidenciar no seu processo competitivo. Ainda assim, em termos rigorosos, registou-se uma pequena recuperação do índice de produtividade face à média nacional, sendo possível afirmar que, pelo facto da amplitude deste ligeiro avanço ser superior ao ligeiro recuo do índice de utilização dos recursos humanos, as tensões do mercado de trabalho associadas a uma taxa de emprego elevada foram tendencialmente resolvidas por um ligeiro aumento da produtividade.

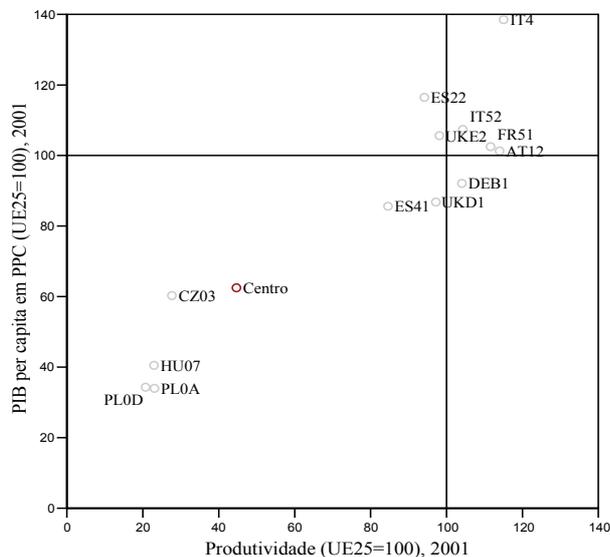
Esta trajectória do processo competitivo é suportada por um dinamismo empresarial que foi capaz de mobilizar e organizar recursos, apesar de se inserir num quadro geral relativamente desfavorável. A capacidade empreendedora e de iniciativa empresarial da Região constituem referências notáveis, porém, muito localizadas em torno dos pólos Marinha Grande, Leiria e Aveiro. Constituem factos a salientar, sobretudo, quando se caracteriza o quadro de referência em que se inserem, pouco estimulante e, mesmo desfavorável, do ponto de vista geográfico, demográfico, económico e social. A pequena dimensão média, quer a estrutura empresarial da região quer das novas iniciativas que se registam, são, provavelmente, um factor de constrangimento do seu sucesso potencial, pela incapacidade de competir num contexto de economia globalizada.

Procurando avaliar as características fundamentais do modelo de crescimento da região no contexto europeu, pela consideração, em primeiro lugar, dos posicionamentos comparados em matéria de produtividade do trabalho e de utilização de recursos humanos (pelo recurso à taxa de emprego da população em idade activa), verifica-se que o seu comportamento é razoavelmente desfavorável no que toca à primeira, quer relativamente à média comunitária, quer à maioria das regiões da UE15 utilizadas como termo de comparação, sendo este registo relativamente compensado pelo nível de utilização de recursos humanos, no quadro de uma trajectória de crescimento que, à semelhança do que se passa, em maior ou menor grau, com o resto do país, assenta mais na utilização extensiva de “mais” factores produtivos do que propriamente na organização e combinação “melhoradas” de recursos progressivamente mais qualificados (ver Figura 2.2.1 e Figura 2.2.2.).

A decomposição fina dos vários factores que contribuem para a posição relativa do PIB *per capita* da região Centro, no contexto nacional (ver Caixa 2.1), permite constatar debilidades competitivas mais expressivas na Região associadas aos níveis de produtividade exibidos (Figura 2.2.3). A estrutura etária da população e, em concreto, o peso que representa a população activa na população residente na região Centro parecem, também, constituir uma debilidade crescente da Região face ao padrão nacional. O facto desta população constituir o universo potencial dos recursos humanos inseridos no mercado de trabalho e, como tal, potencialmente criadores de riqueza, permite explicar em que medida o fenómeno de

envelhecimento populacional e de consequente diminuição do peso da população activa na população residente na Região, se traduz numa possível debilidade competitiva estrutural.

FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU

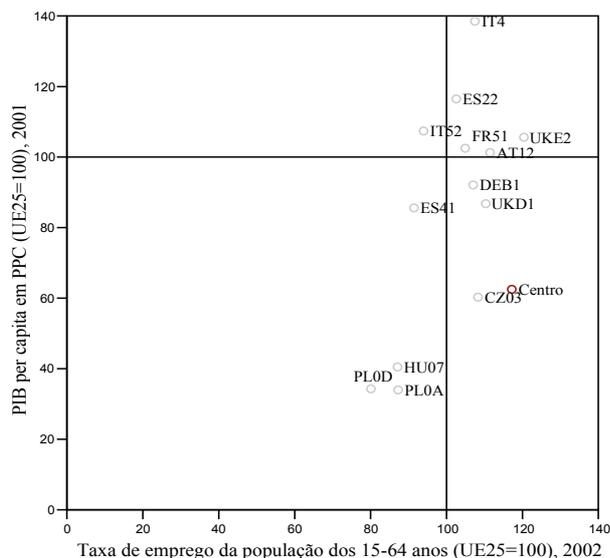


- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódzkie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25, 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódzkie |

IT4-Emilia-Romagna

UKE2-North Yorkshire

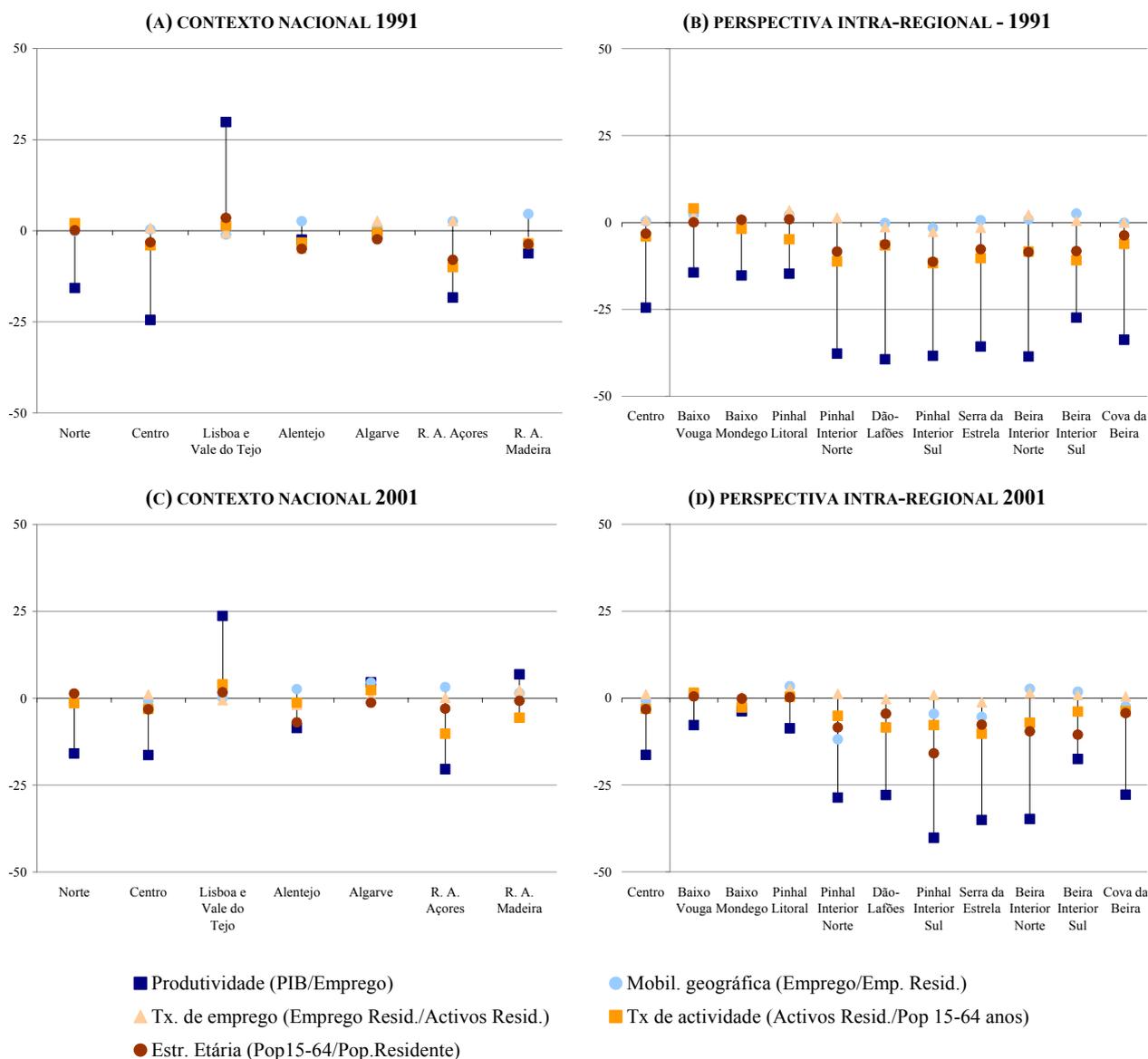
Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro relatório sobre a coesão económica e social**CAIXA 2.1 - DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL**

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 1.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB *per capita* -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;
- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

**FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



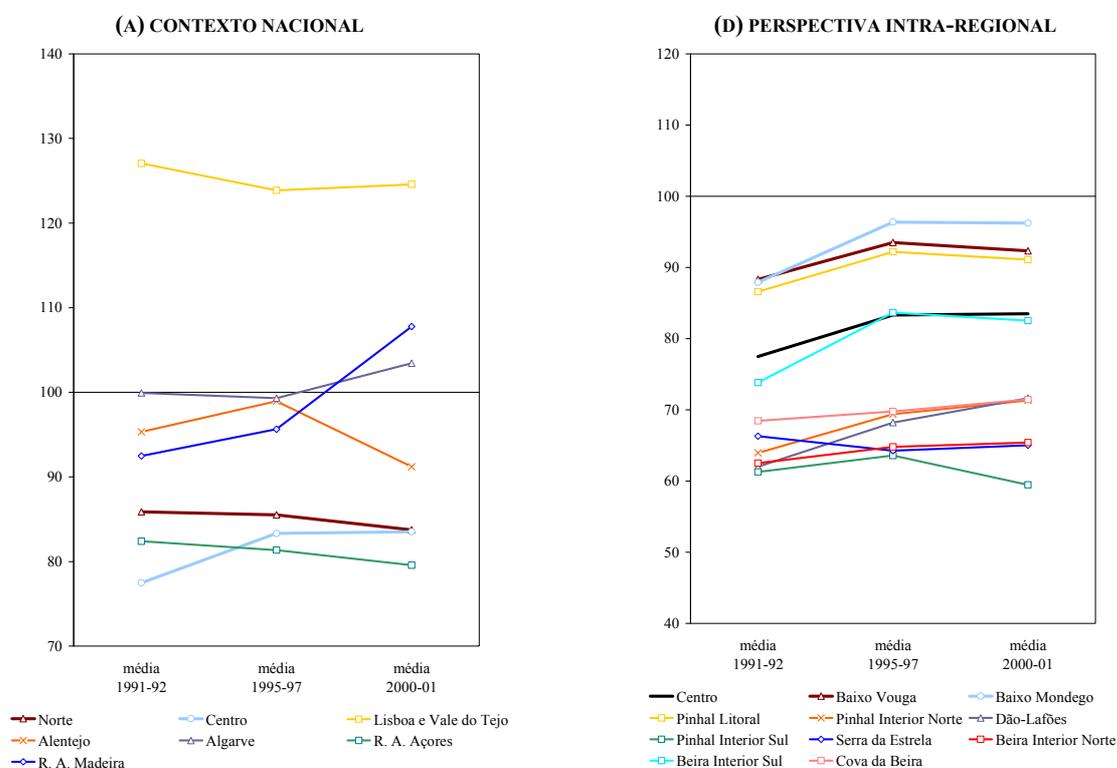
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Em termos dinâmicos verifica-se que a evolução da produtividade se encontra, seguramente, entre os factores que contribuíram para o comportamento de alguma convergência com a média nacional registado principalmente na primeira metade da década de 90. Na verdade, as curvas da convergência do PIB *per capita* e da convergência da produtividade revelam um comportamento homotético (ver Figura 2.2.4, comparada com a Figura 1.1.2.), o que indicia que o crescimento económico foi sobretudo induzido pela produtividade num contexto de quase total ocupação dos recursos humanos (ver Figura 2.2.5), que ao longo do período em análise se situa um pouco abaixo da média nacional. Ou seja, o crescimento foi dinâmico enquanto foi sustentado pelo crescimento da produtividade, o qual pode ter sido induzido pela escassez relativa de mão-de-obra.

Note-se porém que a produtividade do trabalho da Região Centro é ainda das mais baixas do país, ocupando o penúltimo lugar na escala comparativa. A linha de tendência verificada na década de 90 parte, pois, de um ponto muito baixo, pelo que o objectivo de convergência implicaria um esforço muito maior do que o que foi alcançado.

Os índices de produtividade e de utilização de recursos humanos no conjunto da Região Centro revelam uma certa estabilidade ao longo da década de 90 (Figura 2.2.6), registando por isso pequenas alterações em confronto com a média nacional. O pequeno avanço do índice de produtividade registou uma amplitude superior ao ligeiro recuo do índice de utilização dos recursos humanos, indiciando assim que as tensões do mercado de trabalho associadas a uma taxa de emprego elevado foram tendencialmente resolvidas por um ligeiro aumento da produtividade.

FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA REGIONAL (PORTUGAL=100)



Nota: Produtividade do trabalho = PIB / Emprego

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Esta evolução global da região “oculta”, porém, três dinâmicas diversas no seu interior. Com efeito:

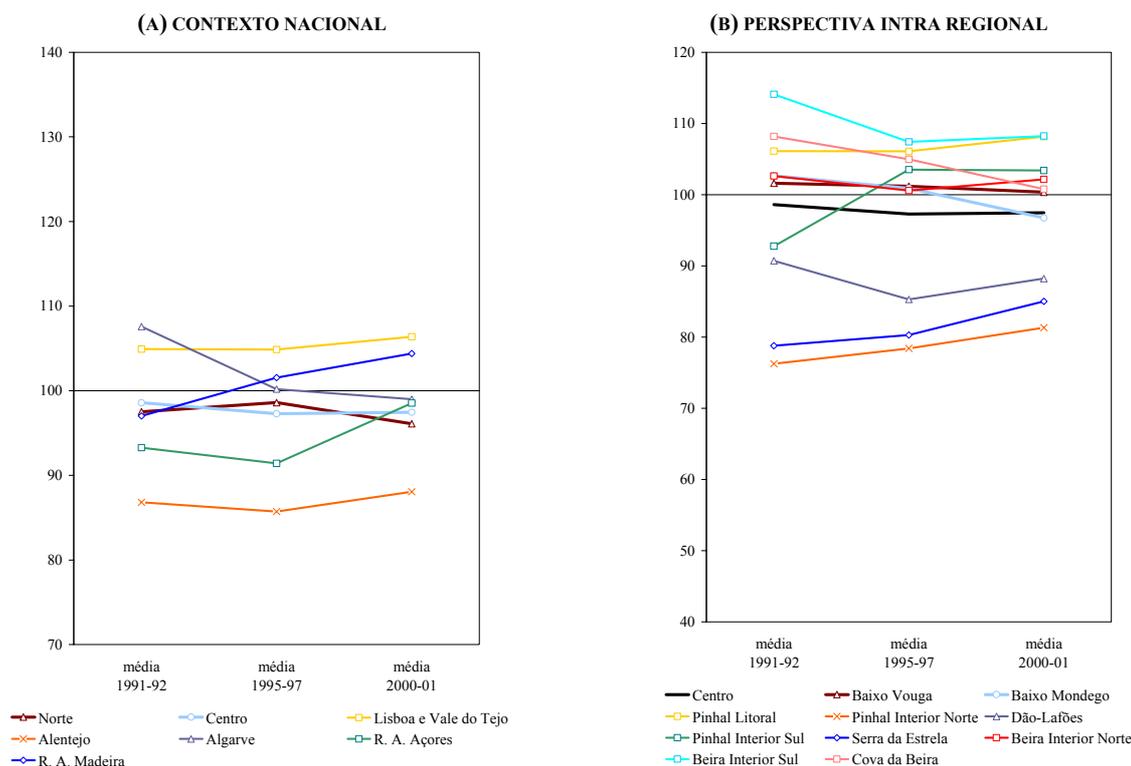
- O Pinhal Litoral e o Pinhal Interior Norte são as únicas sub-regiões em que se verifica um aumento simultâneo, quer da produtividade quer da utilização dos recursos humanos. Todavia estas variações devem ser vistas à luz do ponto de partida. Com efeito, o Pinhal Litoral impulsionado pelo sector industrial revela, no fim da década de 90, o mais elevado índice de

utilização de recursos humanos, ao mesmo tempo que se integra no grupo das regiões com maior índice de produtividade face à média nacional;

- O grupo de sub-regiões constituído pelo Baixo Vouga, Beira Interior Sul, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Cova da Beira, e Beira Interior Norte, integram o grupo onde se verifica tendência dominante, ou seja, aumento da produtividade a par de uma diminuição do índice de utilização dos recursos humanos. Note-se que este grupo integra as sub-regiões mais industrializadas do litoral, a que se junta Dão-Lafões enquanto zona industrial emergente e a Cova da Beira enquanto região que enfrenta um processo marcado de desindustrialização;
- Finalmente, o grupo constituído pelo Pinhal Interior Sul e pela Serra da Estrela, onde se regista, ao longo da década, uma diminuição do índice de produtividade compensado por um aumento relativo da utilização de recursos humanos.

As sub-regiões cujo PIB *per capita* está acima da média da Região são as mesmas que têm um nível de produtividade também acima da média da Região, embora todas elas abaixo da média nacional. Estas sub-regiões pertencem, por outro lado, ao grupo das sub-regiões cuja taxa de utilização dos recursos humanos está acima da média nacional, indiciando algumas tensões no mercado de trabalho.

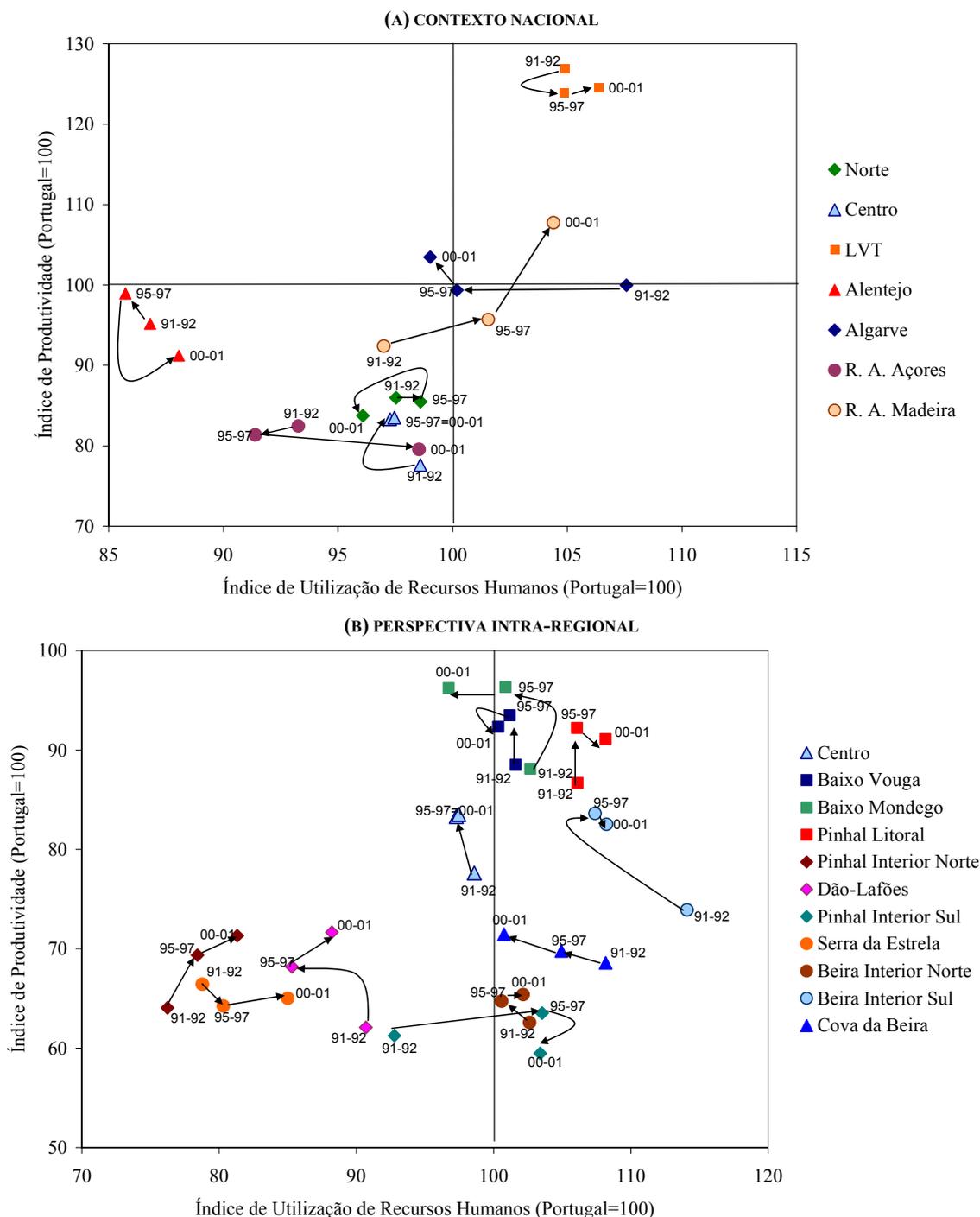
**FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA REGIONAL
(PORTUGAL=100)**



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90

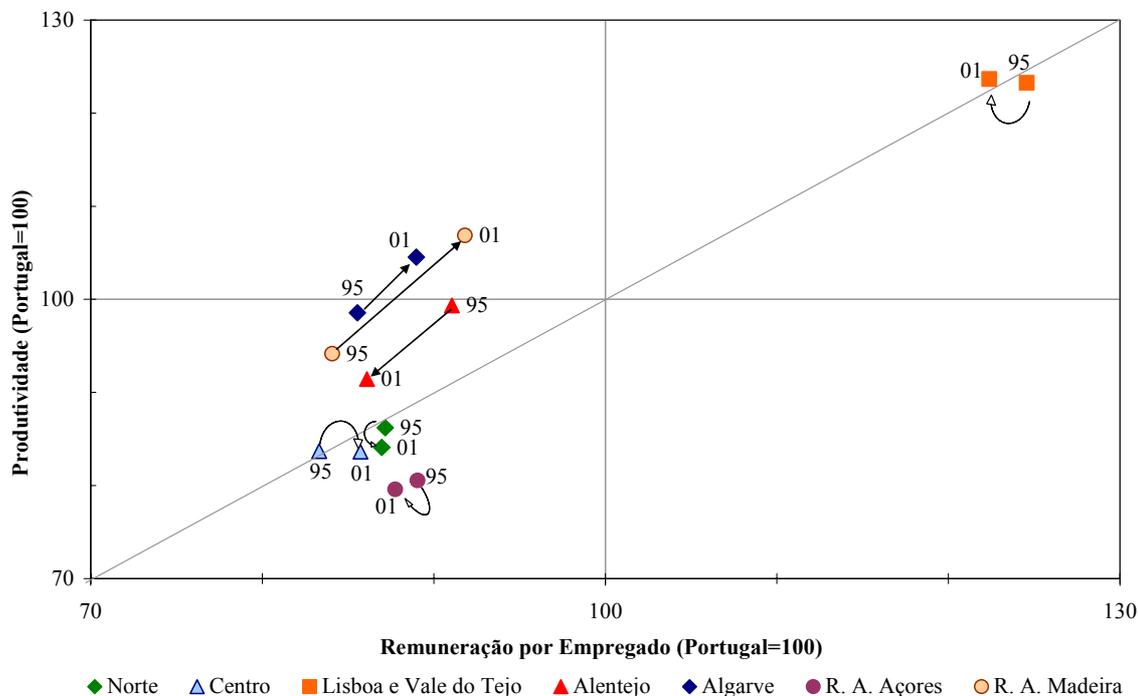


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Comparando a evolução da produtividade com as remunerações do trabalho assalariado (Figura 2.2.7), constata-se que na Região Centro, ao longo da segunda metade da década de 90, se verificou uma ligeira convergência do rendimento médio em direcção à média nacional, o qual todavia não foi acompanhado pela convergência da produtividade.

Refira-se, no entanto, que o ponto de partida era já relativamente desfavorável, quer em termos de produtividade (a segunda mais baixa do país, a seguir à dos Açores), que no nível de remunerações (o mais baixo do país).

FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

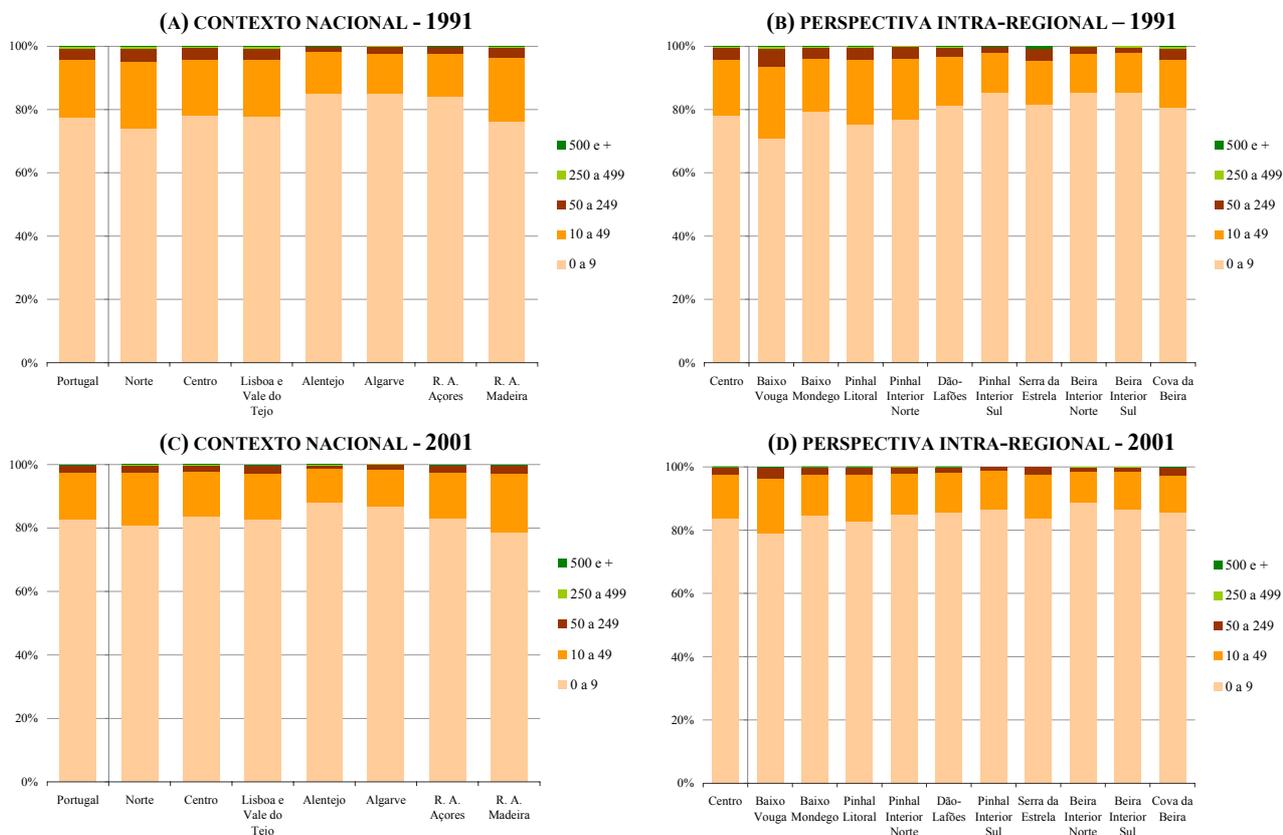
A estrutura, características e dinamismo do tecido empresarial regional desempenham um papel importante enquanto factores potencialmente explicativos das diferenças de desempenho económico face ao padrão nacional. As microempresas são dominantes no tecido empresarial português, e a Região Centro enquadra-se no padrão geral (Figura 2.2.8). A década de 90 viu o peso das pequenas empresas crescer na estrutura empresarial como consequência do processo de reestruturação industrial em curso, de tal modo que em 2001 o peso das empresas com menos de 9 empregados era superior a 80% na Região Centro, próximo da média nacional.

A crise vivida em alguns sectores industriais acentuou este fenómeno. Na verdade, a Serra da Estrela e a Cova da Beira viram as empresas de grande dimensão perder peso na estrutura empresarial, como resultado do encerramento de algumas importantes unidades de lanifícios. O Baixo Vouga, Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões viram também o peso das empresas de maior dimensão diminuir de forma significativa.

O peso das pequenas empresas no universo empresarial está, aliás, em linha com o quadro europeu. Múltiplos estudos sobre o papel e o desempenho das Pequenas e Médias Empresas sustentam a relevância do seu contributo para o crescimento do emprego, e sobretudo, o papel importante da sua flexibilidade na adaptação à variação das condições do mercado e às transformações estruturais da economia. O seu papel no processo de crescimento é também geralmente reconhecido, e alguns estudos apontam a sua maior

flexibilidade na realocação de recursos em direcção aos sectores mais produtivos, contribuindo assim para aumentar o produto potencial.

FIGURA 2.2.8 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL POR ESCALÕES DE DIMENSÃO NOS ANOS 90,

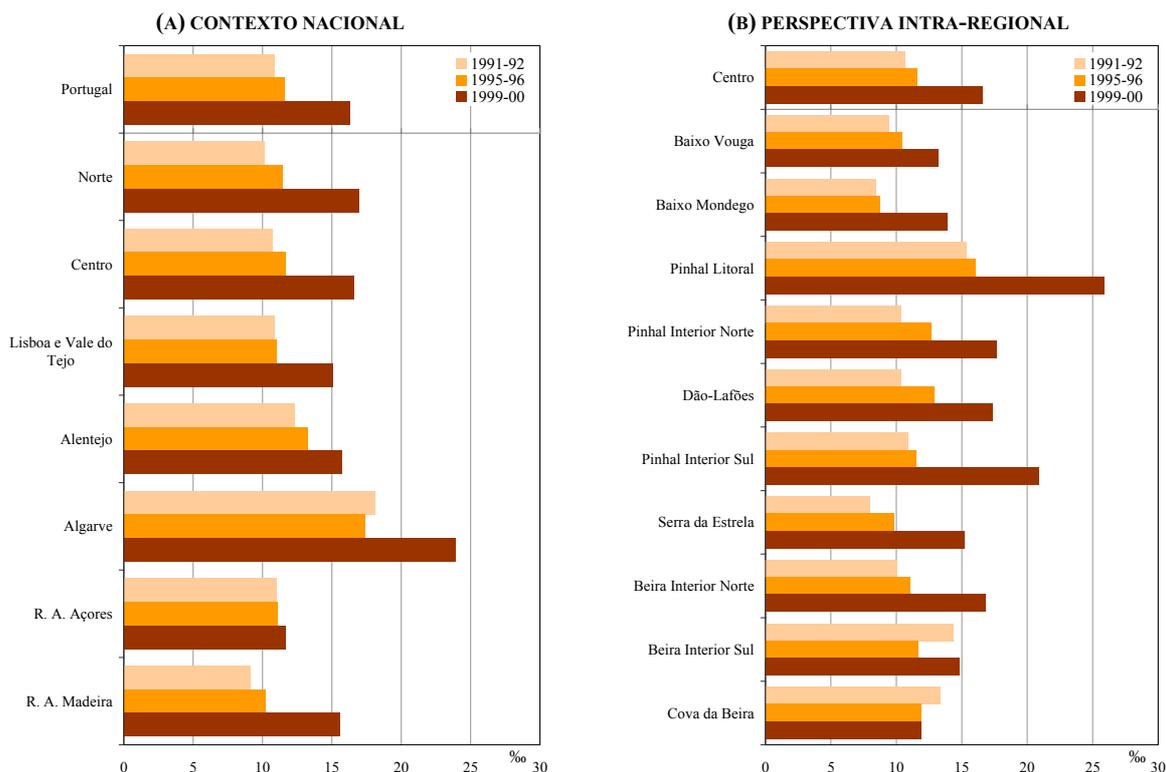


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Porém, para que a interacção PME - crescimento seja virtuosa, é necessário que um número de condições seja assegurado, a principal das quais remete para a sua capacidade de inovar e de se adaptar às mutações da procura. Em geral, a sua pequena dimensão não lhes confere massa crítica em termos de recursos humanos e financeiros para investir em inovação, o que justifica o apoio público na criação dessas condições. Ora, não é evidente que o universo de pequenas empresas da Região Centro preencha aquela condição. Como adiante se desenvolve, o emprego em actividades de I&D na Região Centro situa-se substancialmente abaixo da média nacional, e o número de patentes por milhão de habitantes é irrisório.

O tecido empresarial, por outro lado, é essencialmente de base local, formado por pequenas e muito pequenas empresas, em geral de natureza familiar, propriedade de empresários da Região e com uma reduzida capacidade de atracção de capital externo, seja nacional ou estrangeiro. A iniciativa empresarial na Região Centro, medida pela relação entre o número de novas empresas e a população activa, está próxima da média nacional (Figura 2.2.9 e Figura 2.2.10) e tem seguido o mesmo padrão evolutivo (crescimento daquele indicador em cerca de 5 pontos percentuais entre 1991 e 2001).

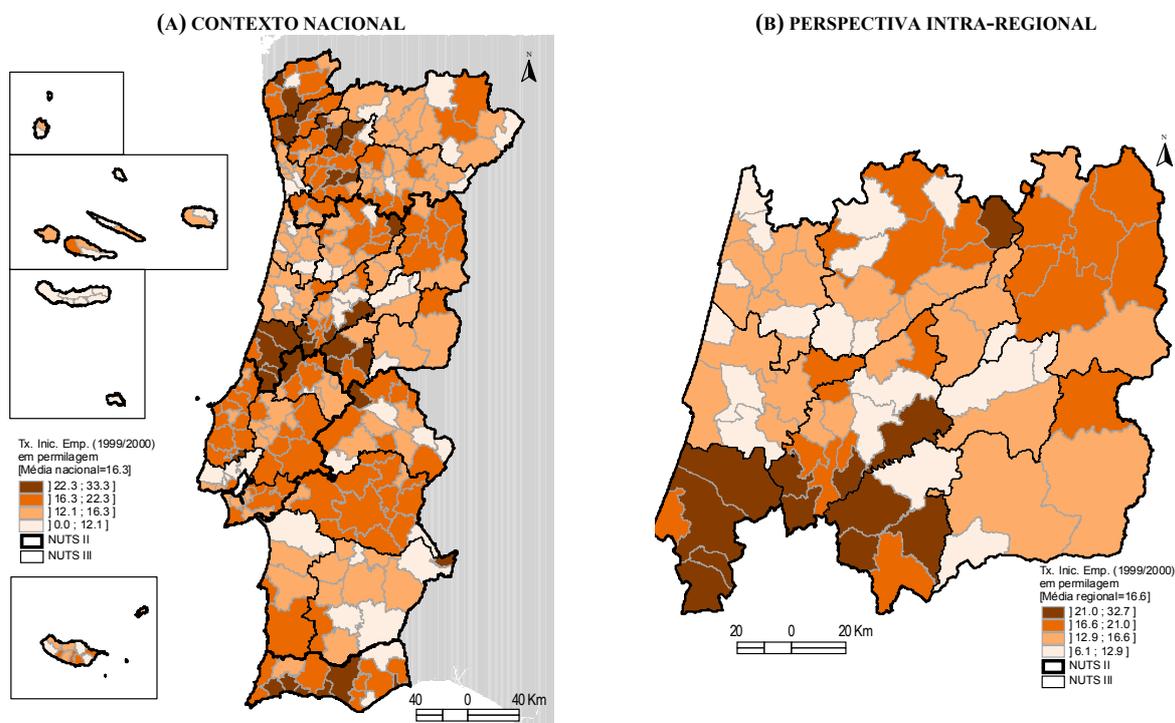
FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90



Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas / População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)



Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas / População Activa (em permilagem)

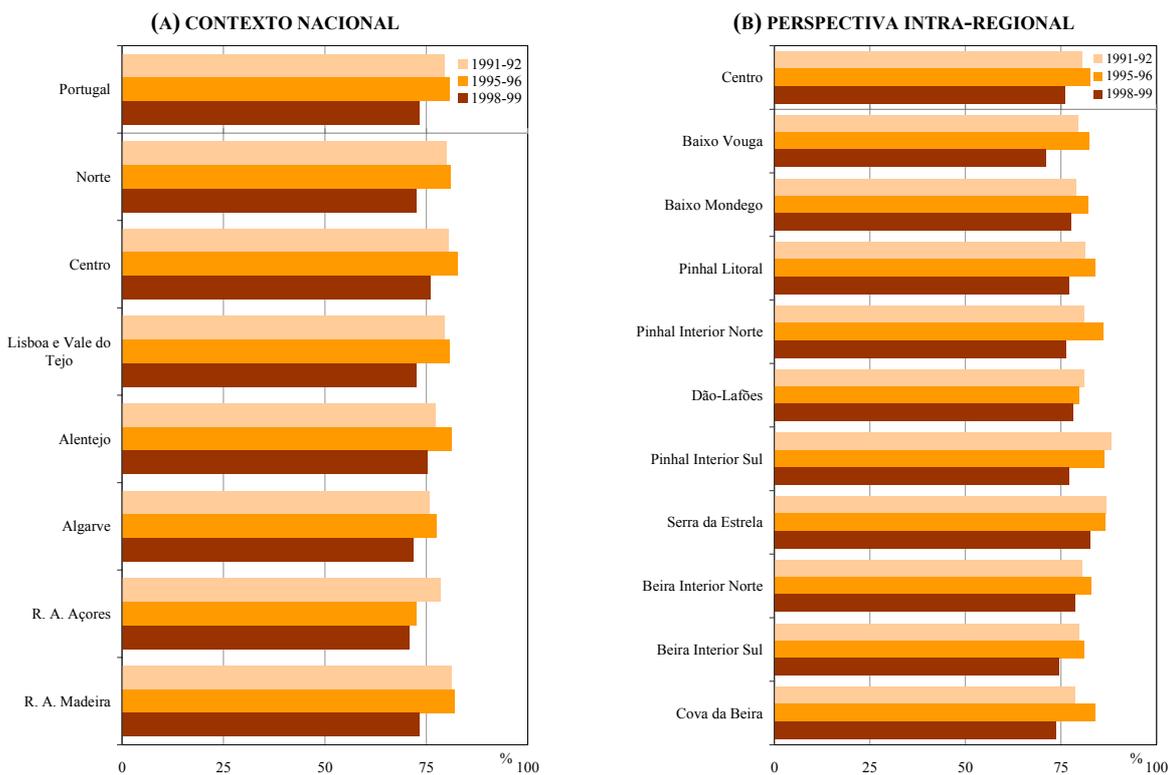
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Um comportamento semelhante nota-se na amplitude e na evolução da taxa de sobrevivência empresarial (Figura 2.2.11 e Figura 2.2.12), medida pela relação entre o número de empresas que se mantêm em actividade ao fim de um ano e o número de novas empresas. Na primeira metade da década a taxa de sobrevivência aumentou para cair na segunda metade. Observam-se dinâmicas diferentes a nível intra-regional:

- Das regiões mais dinâmicas, segundo a taxa de iniciativa empresarial, destaca-se claramente o Pinhal Litoral, com um acréscimo assinalável no final da década de 90, seguido de algumas regiões do interior, tais como o Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões e Beira Interior Norte. No campo oposto, encontramos a Cova da Beira, Baixo Vouga e Baixo Mondego;
- Em todas as sub-regiões, a concentração de emprego em empresas com sede na região está acima da média nacional. No entanto são de destacar, a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul, o Baixo Mondego e Dão-Lafões;
- Todas as regiões assistiram a uma diminuição do emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro, excepto o Pinhal Litoral e a Beira Interior Norte, embora estejamos a falar de níveis muito baixos. Neste indicador o Baixo Vouga destaca-se, com mais de 10% de emprego nestas condições; segue-se Cova da Beira e Dão-Lafões (entre 5 e 10%), e das restantes, abaixo dos 5%, sublinha-se a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Sul com níveis praticamente insignificantes.

A observação do grau de dependência regional do emprego, reflectindo a percentagem do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região, encontra-se intimamente ligado com a capacidade de criação de postos de trabalho e com presença das funções de direcção e decisão das unidades empresariais estabelecidas na região. No caso da região Centro verifica-se que este indicador apresenta valores relativamente diferenciados, com maior dependência nas sub-regiões da Beira Interior Sul, Beira Interior Norte e Baixo Mondego (Figura 2.2.13 e Figura 2.2.14).

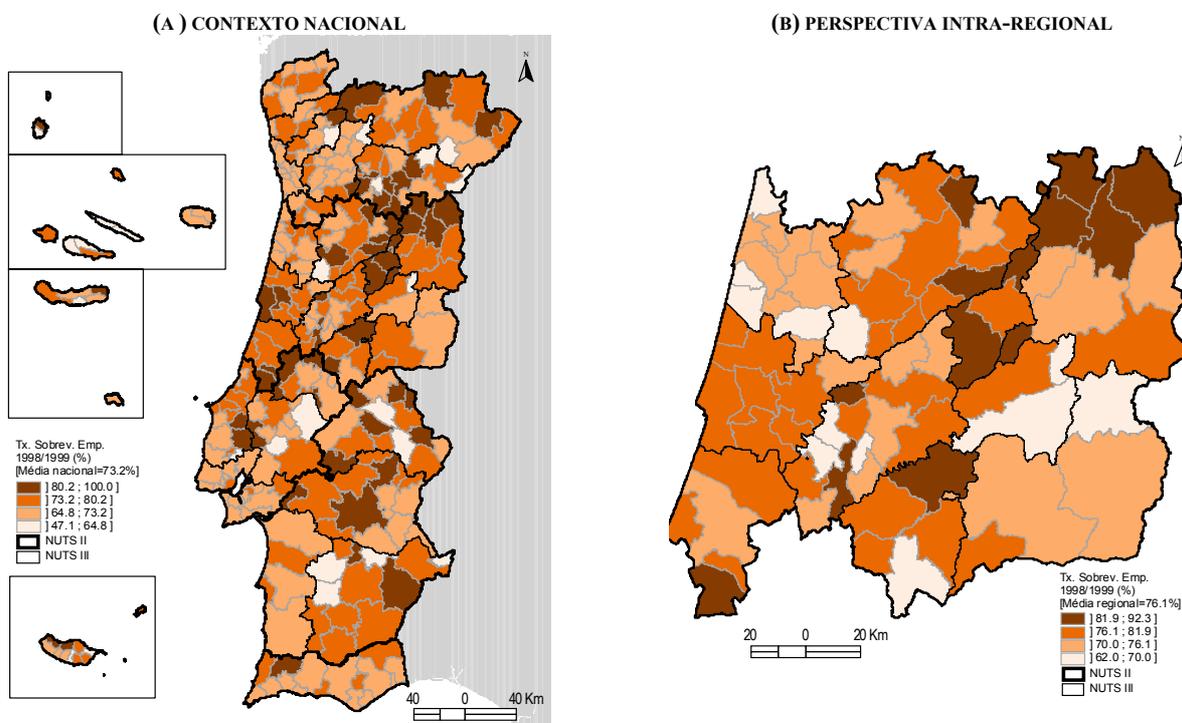
FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90



Nota: Taxa de sobrevivência = nº de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano / nº de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

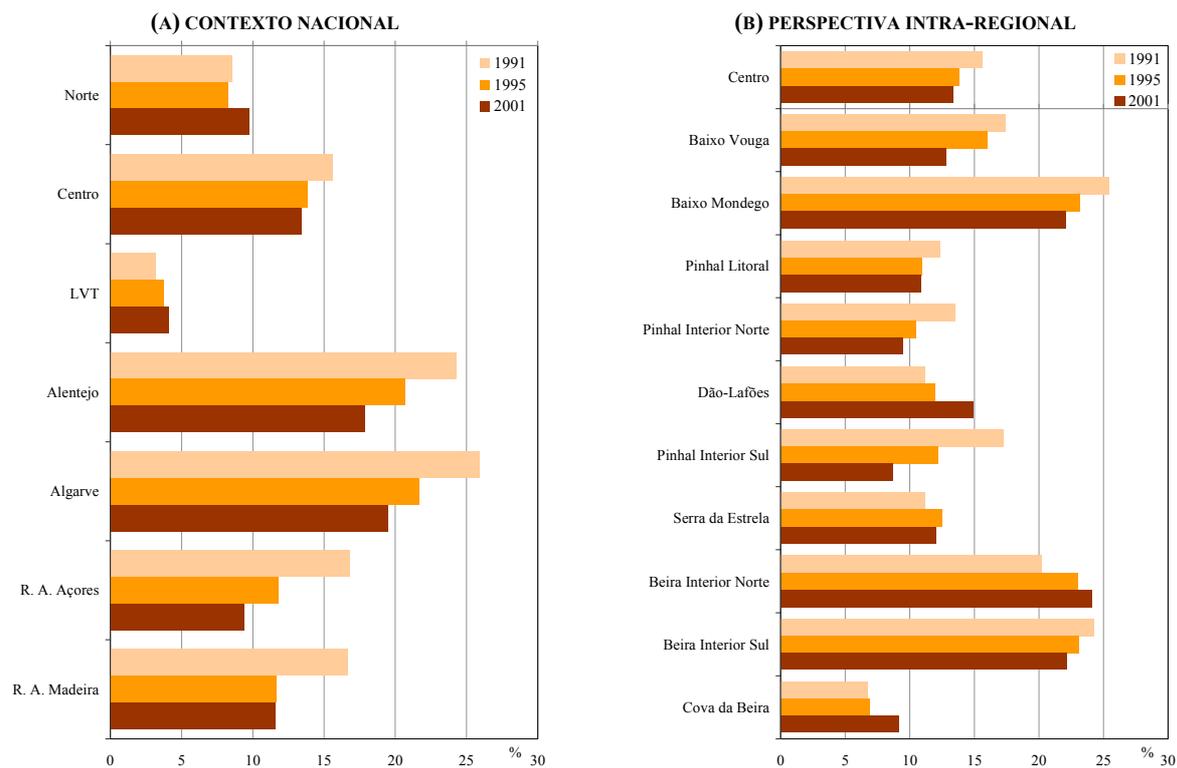
FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/1999)



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

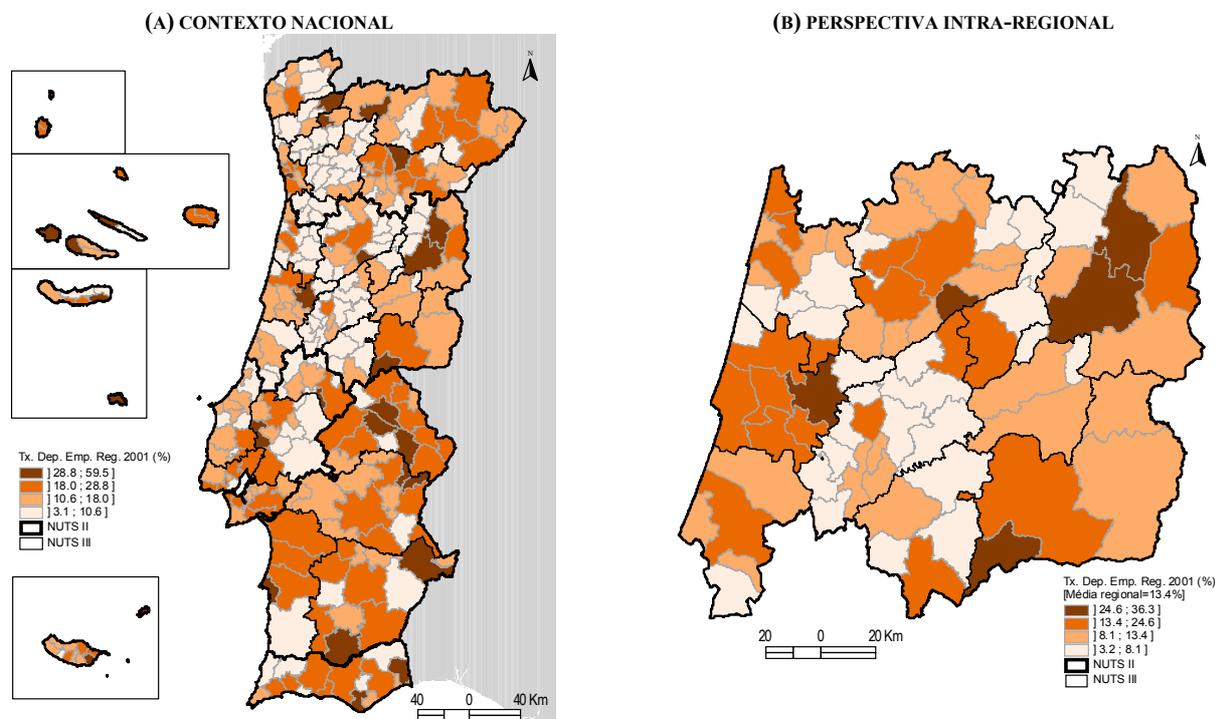
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.2.13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL NOS ANOS 90



Nota: Indicador de dependência = % do emprego em estabelec. da região pertencentes a empresas com sede fora da região.
 Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

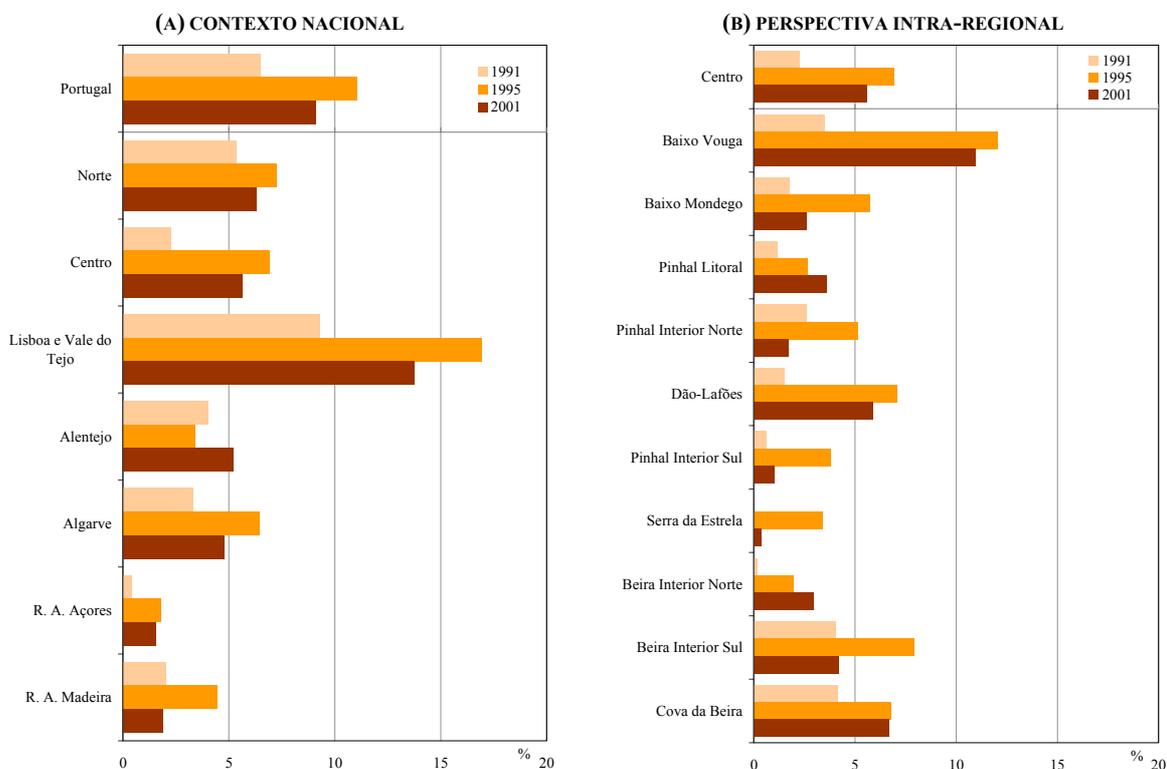
FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Indicador de dependência = % do emprego em estabelec. da região pertencentes a empresas com sede fora da região.
 Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A região Centro apresenta um peso relativamente diminuto de empresas de capital estrangeiro (apenas um pouco mais de 5% do emprego está associada a empresas com 25% ou mais de capital estrangeiro) verificando-se, em termos intra-regionais, uma forte concentração relativa na região do Baixo Vouga e uma evolução significativa nas regiões do Dão-Lafões e da Cova da Beira (Figura 2.2.15).

FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90

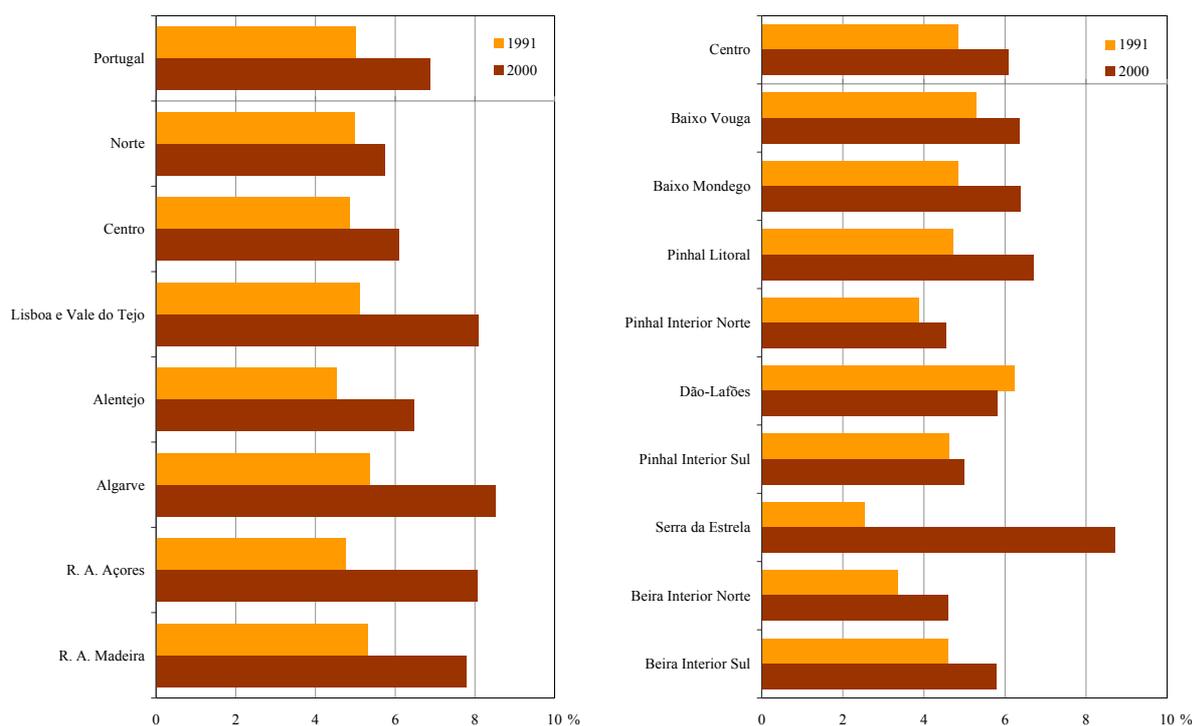


Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A observação da mobilidade laboral, aferida pelo peso das mudanças de emprego que não estão relacionadas com o encerramento ou falência das empresas, pode indiciar a existência de dinâmicas regionais reveladoras, quer de iniciativas de mudança na busca de melhores condições profissionais (ascensão na carreira profissional), quer de motivações empreendedoras, manifestadas pelo desejo de exercício de actividade empresarial por conta própria. Neste contexto verifica-se que o peso relativo das pessoas que mudaram de emprego por motivações que não se prendem com o encerramento de empresas é, na região Centro, inferior aos valores observados para o todo nacional, verificando-se os valores mais elevados nas regiões NUTS III do litoral (Figura 2.2.16.).

FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Caracterizados os resultados e trajetória de crescimento e competitividade da Região Centro, analisa-se, seguidamente as condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, estruturada em torno dos seguintes domínios de observação:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de suporte às actividades económicas

Neste sentido pretende-se identificar o posicionamento da Região Centro, e das sub-regiões que a compõem, face aos factores-chave de competitividade, procurando identificar aí os factores que explicam o nível de desenvolvimento da Região, os quais, em última análise, traduzem os constrangimentos ao processo de convergência.

Importa todavia investigar quais os factores que explicam a baixa produtividade que caracteriza a economia da Região e como esta se relaciona com uma maior utilização de mão-de-obra. Para isso é necessário conhecer melhor o perfil produtivo da Região e as estratégias de investimento que lhe estão subjacentes. É justamente esta a análise que se faz, por aproximações sucessivas, nos pontos seguintes.

Para o efeito, faz-se em primeiro lugar uma breve caracterização do capital humano da região, quer na perspectiva da sua base demográfica quer na perspectiva dos níveis de educação e formação. Em particular, o capital humano da região, no quadro da análise da competitividade económica, é analisado com base na estrutura etária da população, destacando o processo de envelhecimento da população, a taxa de actividade, o desemprego de longa duração, e a estrutura de qualificações, focando em particular a formação superior.

2.3.1. Demografia

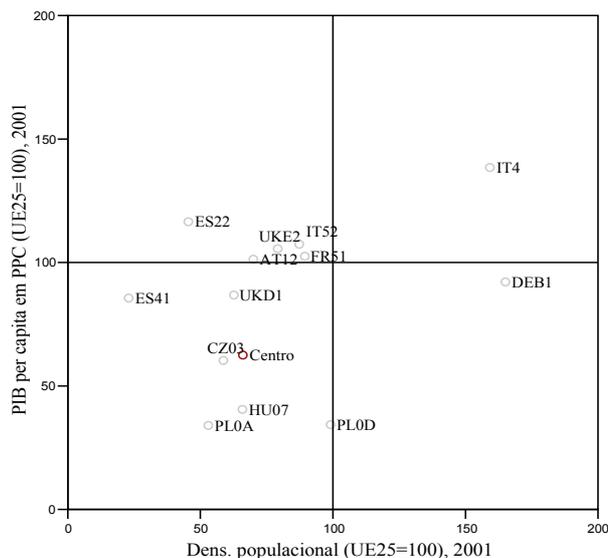
A composição demográfica da Região revela as causas profundas de um capital humano pouco qualificado. O crescimento da população estagnou na última década (só não se tornou negativo devido a um saldo migratório positivo), e envelheceu, o que por sua vez contribui para a redução do saldo natural, como causa de uma simultânea menor taxa de fecundidade e maior taxa de mortalidade. Este fenómeno é particularmente forte nas sub-regiões do interior, onde o índice de envelhecimento atinge valores extremamente elevados.

O modelo de povoamento da região Centro é fortemente determinado pelas suas características morfológicas. Atravessado por uma cordilheira montanhosa, e ocupado em grande parte do solo por floresta (cerca de 40% do território), a região é formada por uma constelação de médias cidades localizados ao longo de dois eixos longitudinais, um no litoral (Leiria-Marinha Grande, Coimbra, Aveiro-Águeda, e outro no interior (Castelo Branco, Covilhã, Guarda). Viseu ocupa uma posição central, localizada no eixo transversal Aveiro, Viseu, Guarda.

A distribuição demográfica não é, por isso, afectada pelos graves desequilíbrios que caracterizam as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo, devidos à concentração demográfica das respectivas áreas metropolitanas. Permanece todavia o desequilíbrio litoral/interior, que se reflecte numa significativa variância da densidade demográfica (Figura 2.3.3 e Figura 2.3.4). Face à média europeia, a Região Centro tem uma densidade populacional abaixo da média e, no quadro das regiões europeias que são objecto de comparação no presente estudo, integra-se no grupo de regiões com menor densidade populacional (Figura 2.3.1).

A região apresenta, no quadro europeu, um índice de envelhecimento bastante acentuado e superior à média da UE25, acompanhando, entre as regiões de comparação europeia seleccionadas, os valores mais elevados observados nas regiões do Sul da Europa. No entanto, esta proximidade em termos de índice de envelhecimento não é acompanhada por níveis de PIB *per capita* semelhantes aos das restantes regiões da Europa do Sul seleccionadas para comparação mas, pelo contrário, apresentando níveis de vida semelhantes às regiões que registam menores índices de envelhecimento (Figura 2.3.2).

FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU

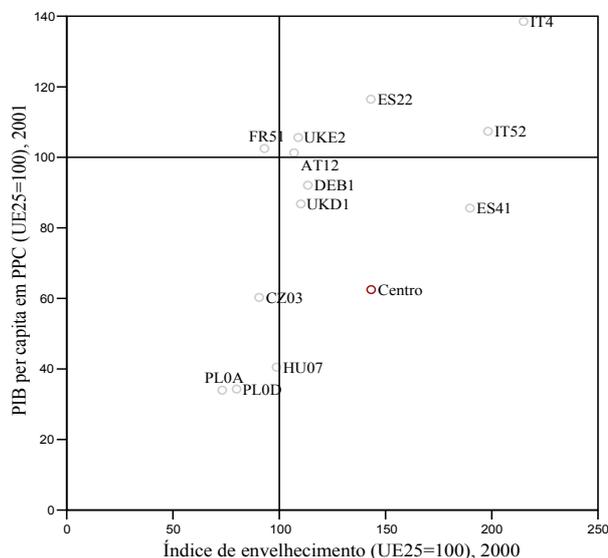


- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łęwiatokrzyskie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU

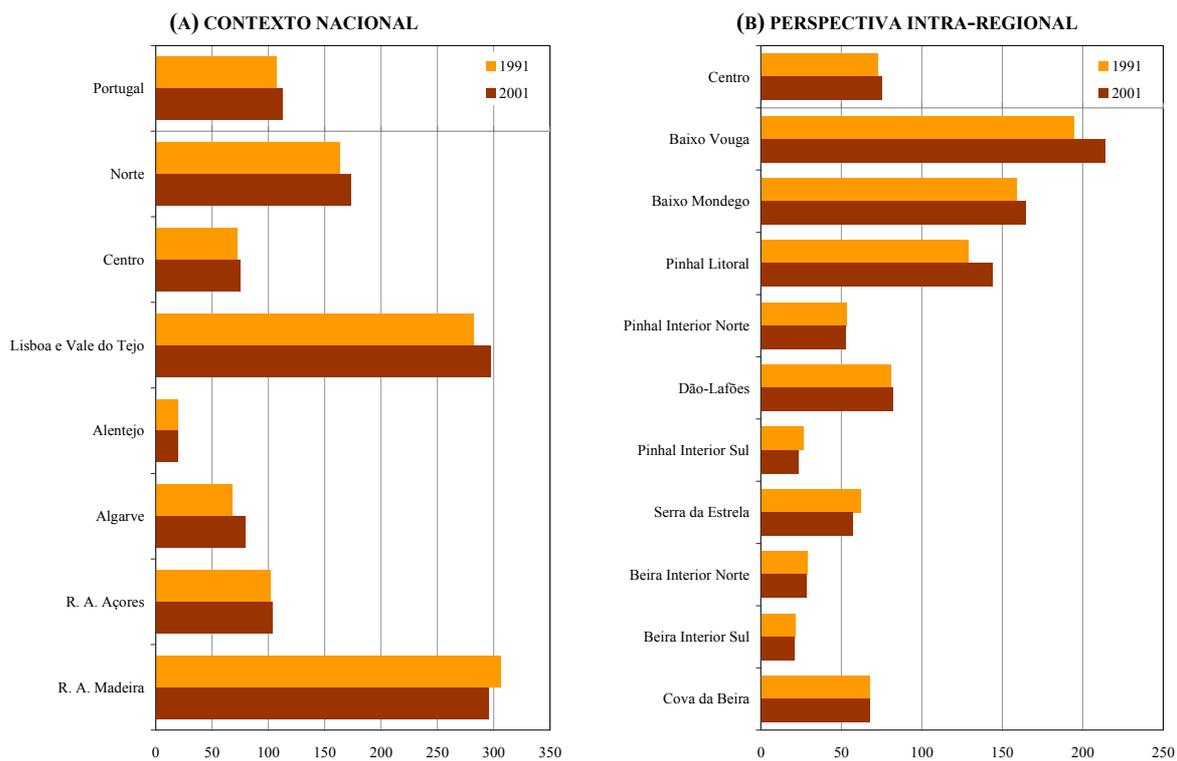


- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łęwiatokrzyskie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

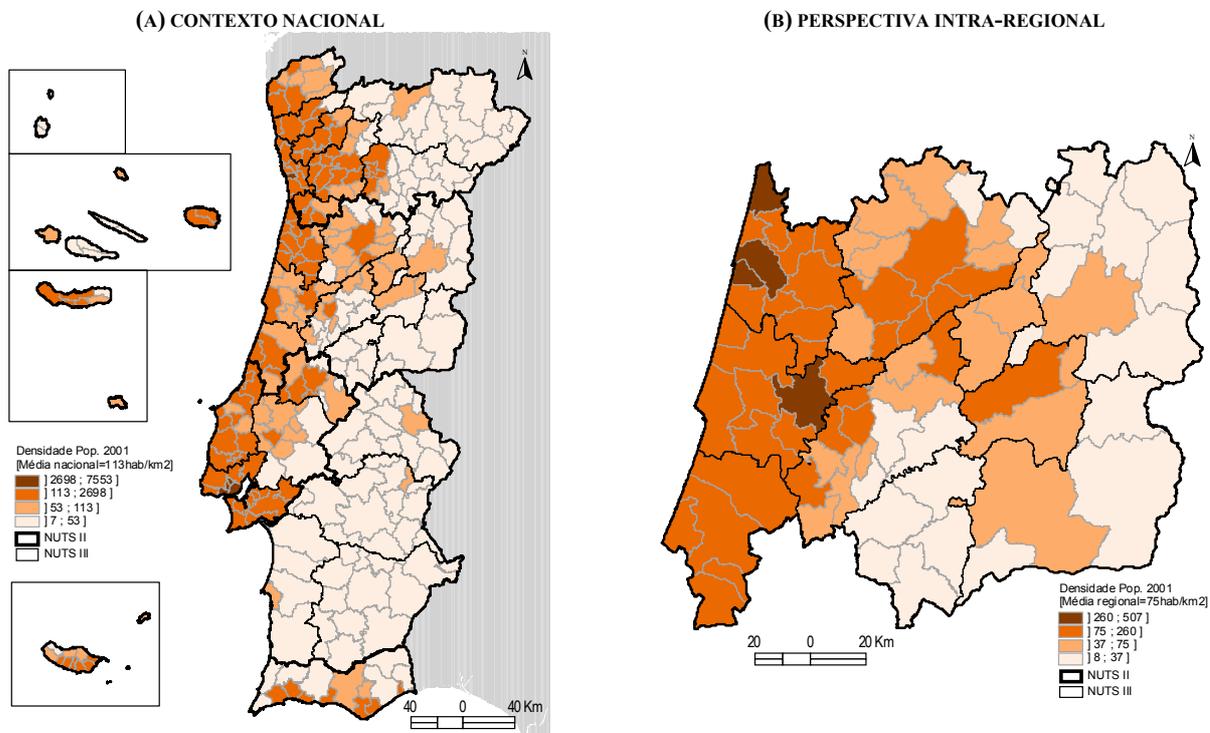
FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90



Nota: Densidade populacional em hab./km².

Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA



Nota: Densidade populacional em hab./km².

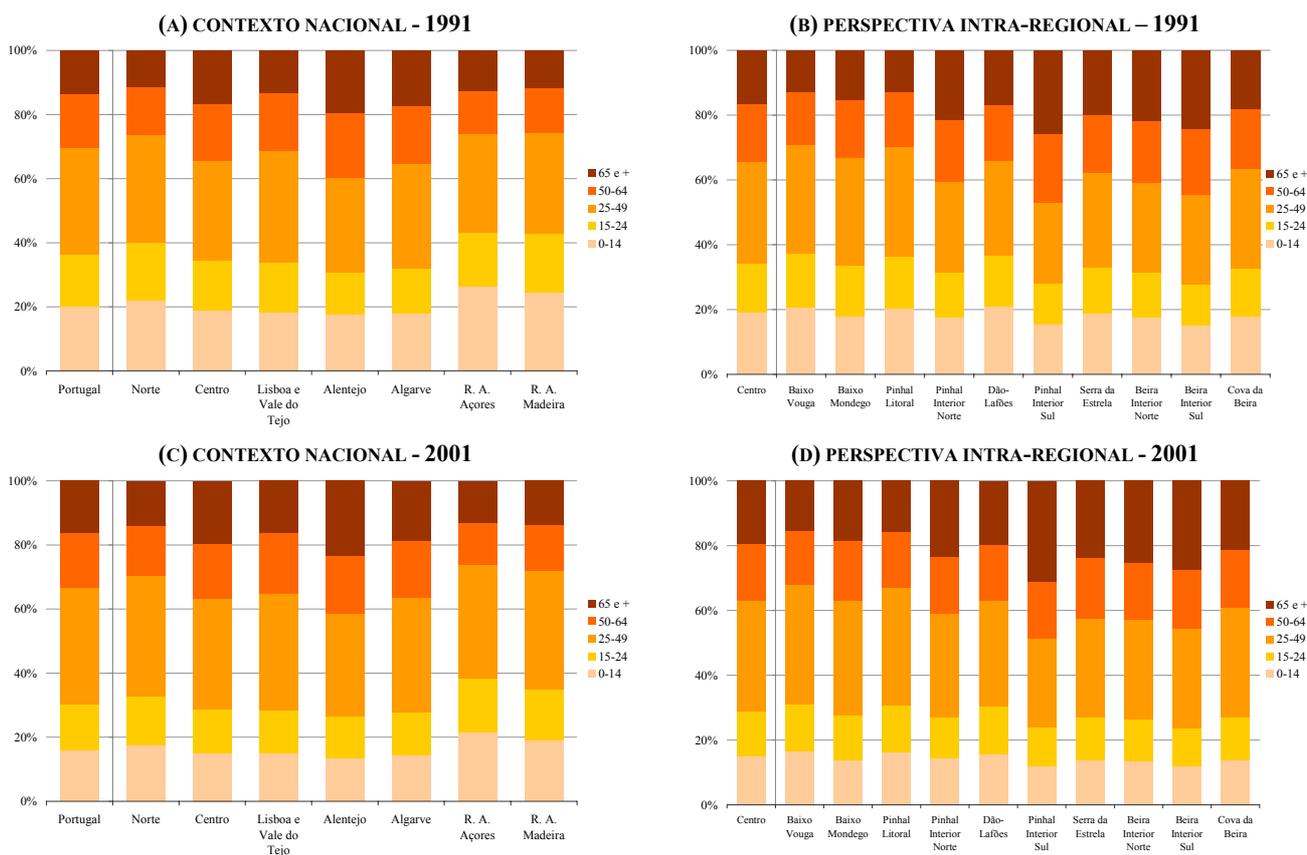
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

A estrutura etária da Região Centro, em termos nacionais, revela um peso da população em idade activa inferior à média do país (Figura 2.3.5), para o que contribui uma população relativamente mais envelhecida (grupo etário dos 65+) e uma população jovem proporcionalmente reduzida (grupos dos 0-14 anos e 15-24). A faixa etária intermédia constitui, no essencial, a base da oferta de trabalho, o que contribui para explicar as tensões do mercado de trabalho atrás assinaladas.

A análise da evolução demográfica durante a década de 90 regista a transição para uma estrutura demográfica envelhecida, visível no aumento do peso do grupos etários do topo da pirâmide demográfica, e a redução do peso das faixas mais jovens. Na verdade, a Região Centro e o Alentejo registam a mais elevada taxa de envelhecimento do país, traduzida no aumento do peso das pessoas com 65 anos e mais, e na diminuição das classes etárias mais jovens, menos de 14 e entre 15 e 24 anos de idade.

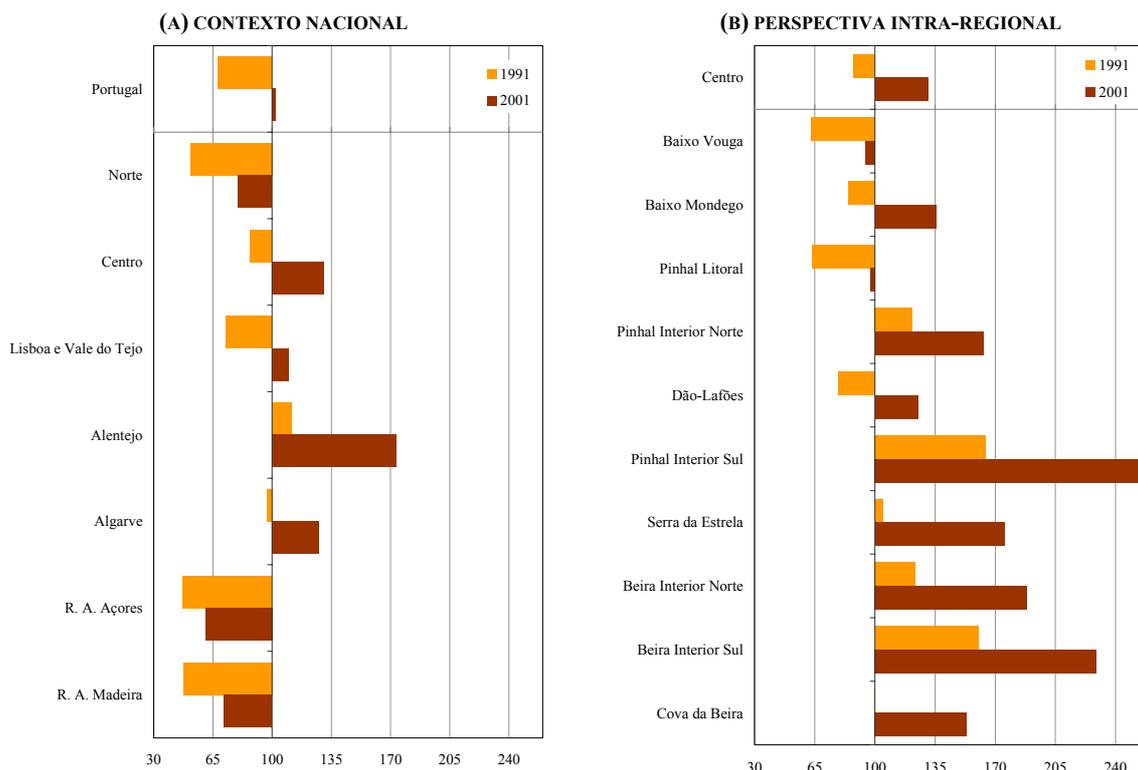
Em 2001 a percentagem de idosos é superior à média nacional enquanto que a percentagem de jovens é inferior. Como mostra a Figura 2.3.6, a década de 90 marca a inversão da relação população idosa/população jovem, quer a nível do país, quer a nível da Região Centro, neste caso de um modo mais marcante. Em 1991, aquele rácio mostrava, na Região Centro, uma proporção de jovens (população inferior a 15 anos) superior aos idosos (população superior a 65 anos). Em 2001 aquela relação inverteu-se de modo acentuado.

FIGURA 2.3.5 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



Fonte: INE, Censos

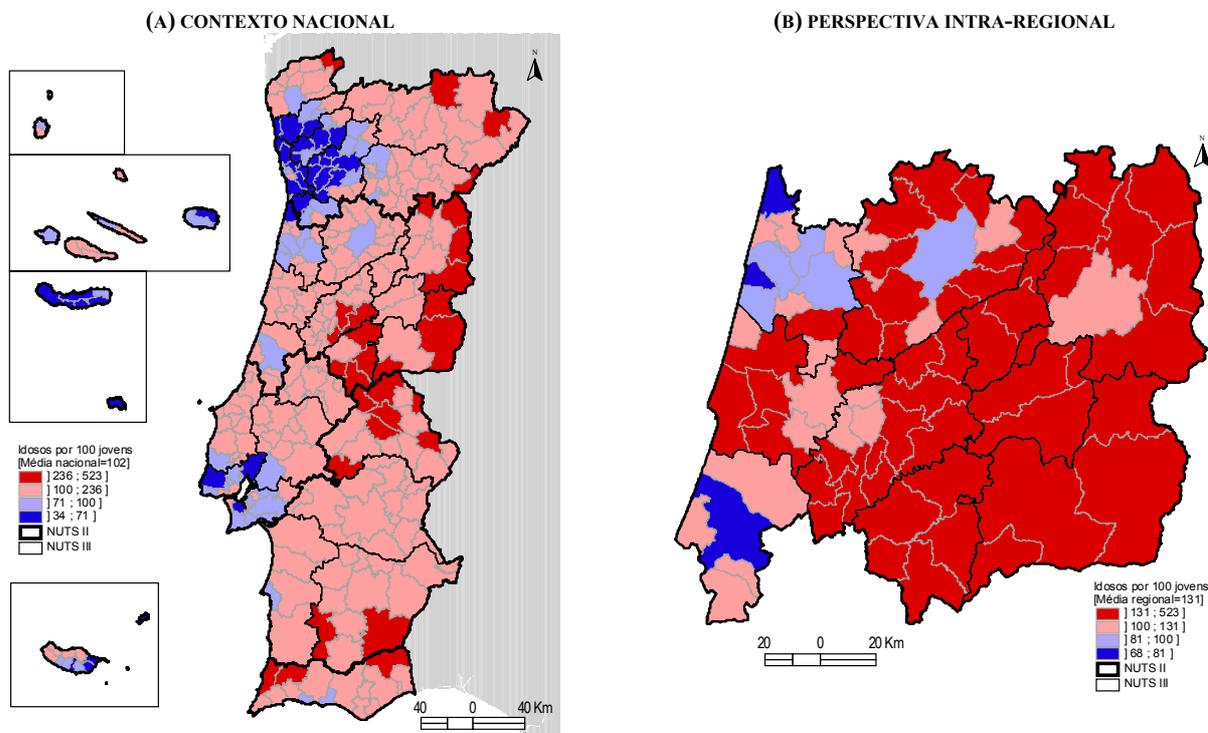
FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90



Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos / Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos / Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

CAIXA 2.2 – O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA REGIÃO CENTRO

A Região Centro faz parte do grupo de regiões portuguesas (juntamente com o Alentejo e o Algarve) que se caracterizam pelo acentuado envelhecimento da sua população. Nestas regiões, na última década censitária, a população idosa superou numericamente pela primeira vez a população jovem. A estrutura etária da Região Centro, em comparação com a média nacional, revela conseqüentemente uma percentagem de população idosa na população total superior à média nacional.

Esta circunstância tem implicações significativas, quer na dinâmica demográfica presente e futura, quer no crescimento económico e nas condições de vida quer da população idosa, quer da comunidade em geral. Uma população envelhecida e pouco qualificada constitui um constrangimento severo à localização da actividade económica, o que por sua vez constitui um factor de repulsão da população jovem, agravando assim o processo de envelhecimento. Ao mesmo tempo impõe uma maior pressão sobre os equipamentos sociais num contexto de menor rentabilidade sócio-económica do investimento público.

No **plano demográfico**, de acordo com as observações censitárias de 1991 e 2001, a Região Centro revela um saldo natural negativo (tal como o Alentejo e as Regiões Autónomas) como resultado de uma taxa de mortalidade crescente, associada a uma população crescentemente idosa, e uma taxa de natalidade decrescente, associada à escassez de população jovem. Todavia, o elevado saldo migratório positivo, observado no período 2001/1991, mais do que compensou o saldo natural deficitário, garantindo assim um diferencial positivo da população residente, ao mesmo tempo que reduziu o efeito de envelhecimento demográfico que se teria produzido de modo mais significativo se não tivesse havido imigração.

A evolução demográfica não é homogénea na Região Centro. Na verdade, verificam-se **dinâmicas bem diferentes entre o litoral e o interior e entre as concentrações urbanas e as zonas rurais**. O envelhecimento é particularmente acentuado nos concelhos do interior, sobretudo nas sub-regiões fronteiriças com a Espanha e nas sub-regiões de floresta, onde em alguns concelhos a percentagem de população idosa ultrapassa 30% da população total. Na verdade, segundo um estudo do INE7, dos 17 concelhos existentes em Portugal continental onde a população idosa ultrapassa aquela quota, 10 encontram-se na Região Centro. A região diferencia-se do resto do país pela maior longevidade da sua população em relação à média nacional, traduzida numa esperança de vida de 75 anos para os homens e 81 para as mulheres. Por outro lado, as sub-regiões do litoral como o Baixo Vouga, o Pinhal Litoral, e o Baixo Mondego apresentam índices de envelhecimento inferiores à média regional, e mesmo à média nacional, no caso dos dois primeiros, o que se correlaciona com o facto de serem as sub-regiões mais dinâmicas sob o ponto de vista económico. Um exemplo da dinâmica demográfica associada a um processo de urbanização, e que contrasta com a tendência geral das sub-regiões do interior, está bem reflectido no caso de Viseu. Segundo um estudo do INE8, o concelho de Viseu, que concentra cerca de 1/3 da população de Dão-Lafões, apresenta uma população jovem numericamente superior à população idosa, o que explica o excedente de vidas positivo observado no último período inter-censitário. O maior dinamismo económico da concentração urbana de Viseu, com um maior peso relativo do VAB industrial e dos serviços, tipifica bem o fenómeno da interacção-positiva entre a actividade económica e um crescimento demográfico com contenção relativa do processo de envelhecimento.

O envelhecimento demográfico tem implicações sobre o **mercado de trabalho**, reduzindo substancialmente a base da oferta de trabalho, constituindo por essa via, um factor de constrangimento ao crescimento económico. Este factor, associado ao modelo económico e de formação do rendimento que resulta da coexistência entre a exploração agrícola de subsistência e o emprego industrial, explica as taxas de emprego mais elevadas na Região em relação à média nacional. No caso da Região Centro, o vazio demográfico gerado pelo saldo natural negativo tem vindo a ser superado pelo saldo migratório positivo, o qual por sua vez compensa, pelo menos parcialmente, o processo de envelhecimento, dada a estrutura etária mais jovem da população imigrada. Porém, esta reposição do efectivo demográfico parece limitar-se a assegurar a reprodução do modelo económico-demográfico tradicional, o qual será dificilmente sustentável a prazo se não se alterarem de modo significativo e eficaz os factores de competitividade.

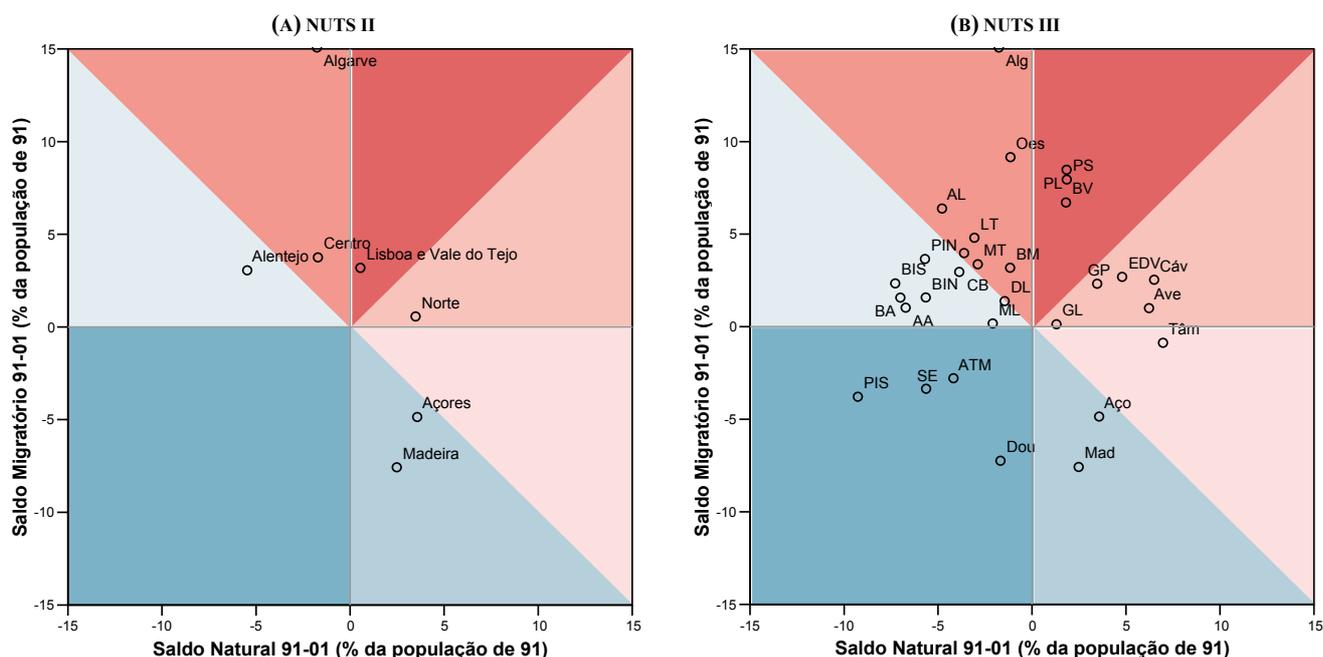
⁷ INE (2002), O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e sócio-económica recente da população idosa.

⁸ INE - Direcção Regional do Centro, Dão-Lafões, Uma caracterização estatística

A dinâmica demográfica da Região Centro acompanha a evolução do país, pelo que aquela tendência não deve ser considerada uma especificidade da Região. Deriva da evolução natural (associado à descida da natalidade e ao aumento da esperança média de vida) reforçada pelo movimento migratório líquido negativo, sobretudo, nas sub-regiões do interior.

Uma análise por sub-regiões revela, todavia, dinâmicas muito diferentes. Em geral, todas as sub-regiões seguiram a mesma tendência demográfica, ou seja, viram a sua população envelhecer, embora nas sub-regiões do interior aquela tendência tenha sido muito mais acentuada e tenha contribuído para agravar ainda mais o desfasamento que já se verificava no início da década.

FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90



Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91, Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91

SN+ > SM-	Acréscimo Populacional	ML	Minho-Lima	PL	Pinhal Litoral	PS	Península de Setúbal
SN+ > SM+		Cáv	Cávado	PIN	Pinhal Interior Norte	MT	Médio Tejo
SN+ < SM+		Ave	Ave	DL	Dão-Lafões	LT	Lezíria do Tejo
SN- < SM+	Decréscimo Populacional	GP	Grande Porto	PIS	Pinhal Interior Sul	AL	Alentejo Litoral
SN- > SM+		Tâm	Tâmega	SE	Serra da Estrela	AA	Alto Alentejo
SN- > SM+		EDV	Entre Douro e Vouga	BIN	Beira Interior Norte	BC	Alentejo Central
SN-, SM-		Dou	Douro	BIS	Beira Interior Sul	BA	Baixo Alentejo
SN+ < SM-		ATM	Alto Trás-os-Montes	CB	Cova da Beira	Alg	Algarve
		BV	Baixo Vouga	Oes	Oeste	Aço	Açores
		BM	Baixo Mondego	GL	Grande Lisboa	Mad	Madeira

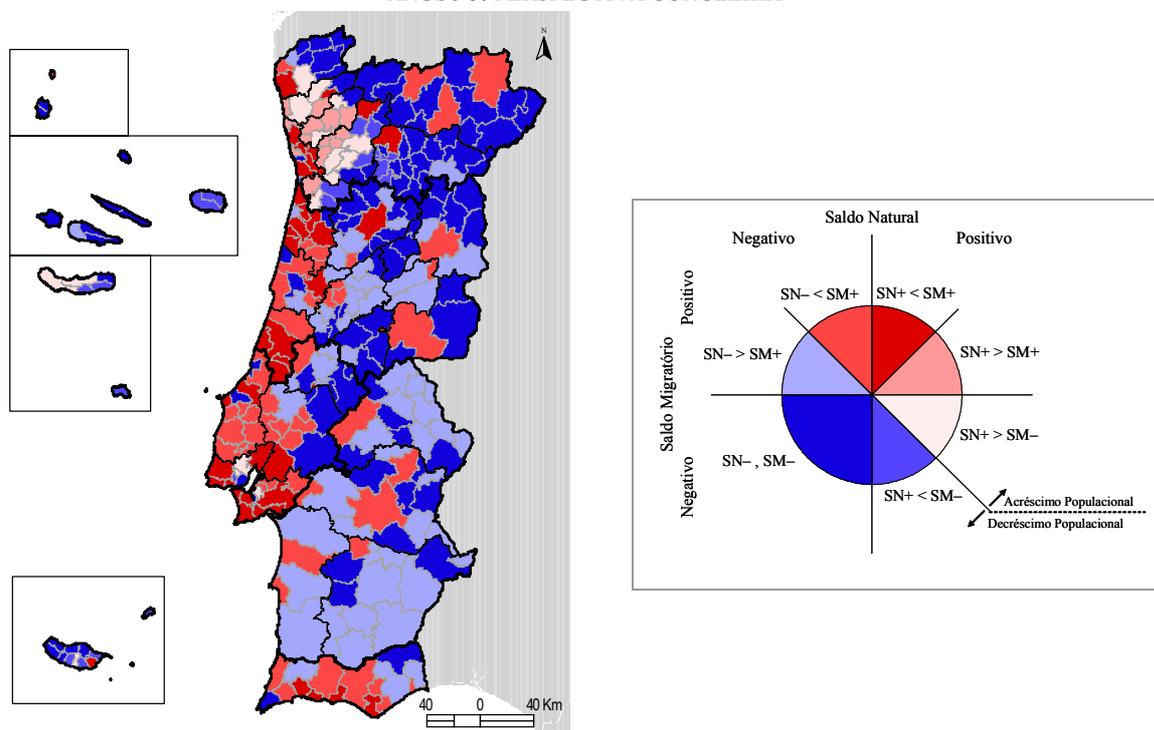
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

Distinguem-se claramente dois grupos de regiões. Num primeiro grupo, as regiões do interior (Pinhal Interior Sul e Norte, Beira Interior Sul e Norte, Serra da Estrela e Cova da Beira) apresentam um maior índice de envelhecimento face à média da Região Centro. As regiões do eixo litoral (Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Baixo Mondego e, em certa medida, Dão-Lafões) revelam uma estrutura etária relativamente

menos envelhecida face à média regional, embora não tenham também resistido ao processo de envelhecimento ao longo da década de 90.

Na verdade, mesmo as sub-regiões (Baixo Vouga e Pinhal Litoral) assistiram ao envelhecimento da população, mas conseguiram, ainda assim, assegurar no fim do período em análise um índice mais favorável do que a média nacional. De novo a Figura 2.3.6. mostra as diferenças entre as várias sub-regiões, ainda que num quadro geral de envelhecimento. O rácio população idosa / população jovem aumentou em todas as sub-regiões, mas de um modo particularmente acentuado nas regiões do interior, ou seja, no Pinhal Interior Sul, na Beira Interior Sul, na Beira Interior Norte, na Serra da Estrela e na Cova da Beira.

FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas Demográficas

2.3.2. Capital Humano

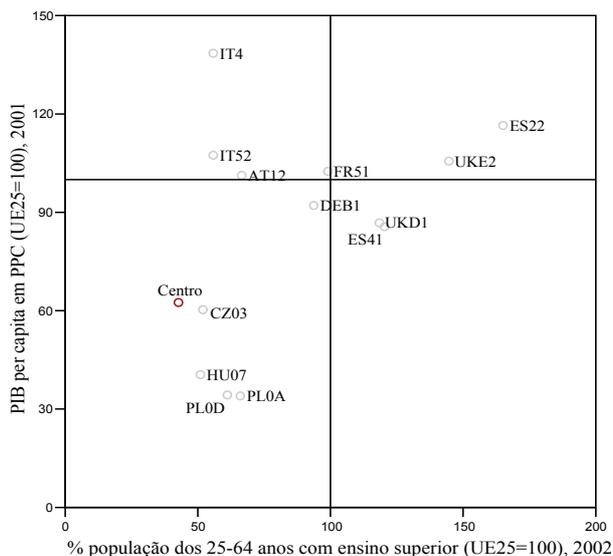
As características do capital humano na Região explicam uma boa parte das dificuldades de afirmação da Região no domínio económico. Na verdade, um dos factores que marca negativamente a Região, e que compromete decisivamente a sua competitividade num contexto de economia aberta, refere-se ao nível de qualificação da população, num patamar inferior à média nacional que, já por si, é baixo (em termos da incidência da população com o nível secundário e superior completos), o que contrasta paradoxalmente com uma taxa de emprego superior à média nacional e às regiões europeias de referência.

Este nível de emprego, aliás associado a uma baixa produtividade, explica-se num determinado contexto sócio-económico onde se cruzam e complementam diferentes modos produtivos, sendo sustentável enquanto prevalecerem as condições externas que têm garantido a sobrevivência desse modelo sócio-económico. Explica-se também por uma elevada taxa de participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo em actividades trabalho-intensivas e de baixo custo unitário da mão-de-obra. Ora, como se sabe, essas condições externas estão em rápida mudança e é já evidente que a competitividade baseada no custo da mão-de-obra não subsistirá, comprometendo, por isso, o modelo sócio-económico até aqui prevalecente.

Uma população envelhecida e com um baixo nível de escolarização e de formação revelam a existência de um capital humano globalmente inadaptado a um padrão produtivo que, para ser competitivo, requer uma população altamente qualificada. As actuais diferenças em relação aos padrões europeus no que se refere ao desempenho escolar são verdadeiramente preocupantes e explicam, em boa medida, os enormes diferenciais de produtividade actualmente existentes, quer em relação à média do país quer em relação às regiões europeias de referência. A este nível, a comparação com as regiões dos novos países membros do leste europeu permite antecipar a conclusão de que estes países, e as suas regiões, devido ao actual melhor nível de escolaridade, a que se juntam outros factores (proximidade do mercado, binário custo/qualificação da mão-de-obra) têm um potencial de crescimento superior ao da Região Centro.

O posicionamento relativo da região Centro no contexto das regiões europeias comparáveis permite comprovar uma constatação que há muito se identifica, que diz respeito à relação de grande proximidade que se estabelece entre a existência de níveis elevados de habilitações da população residente e a existência de um nível médio de vida tendencialmente mais elevado (Figura 2.3.10). A este nível, deverá salientar-se a posição relativa da região Centro neste referencial e, principalmente, o facto dos novos países membros do leste europeu apresentarem, com base nesta relação de proximidade entre nível educacional e nível de vida que normalmente se assume, boas perspectivas de uma convergência rápida e sustentada face ao nível médio de vida europeu alicerçada numa bacia de recursos humanos bem qualificada.

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódzkie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

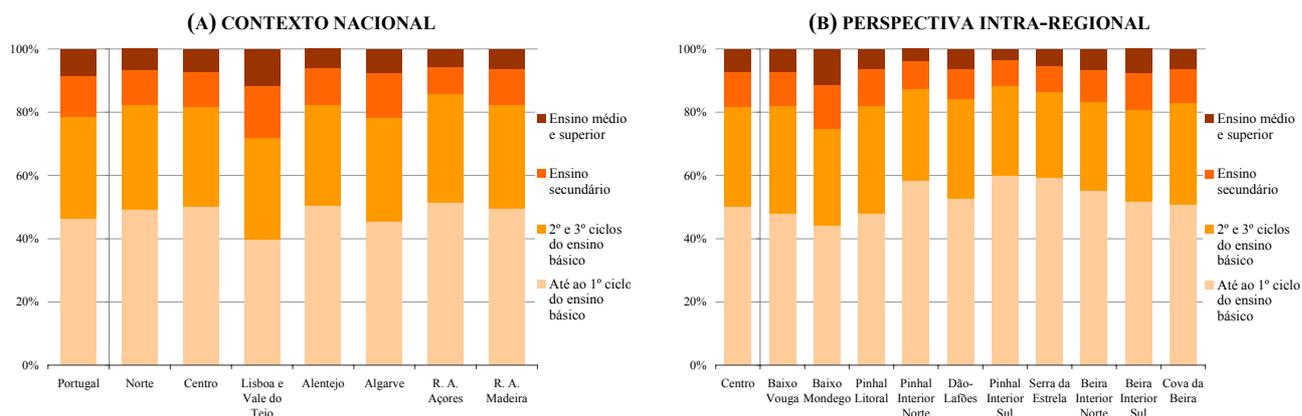
Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social (2004) e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

Em termos de qualificação do capital humano, a Região Centro reflecte a baixa qualificação generalizada do país, em cuja estrutura é dominante a população que detém nível de escolaridade até apenas ao 1.º ciclo do ensino básico. Mesmo assim, a Região mostra um défice de qualificação ainda mais desfavorável face à média do país, como se pode verificar pelo menor peso relativo dos níveis de qualificação mais elevados. Mas os valores médios relativos à Região ocultam realidades intra-regionais muito diversas: num extremo, com níveis de qualificação acima da média regional encontram-se o Baixo Mondego, Baixo Vouga e Pinhal Litoral. Nestas sub-regiões a população com uma taxa de população habilitada com ensino superior e ensino secundário significativamente acima da média, encontra-se Coimbra, fazendo denotar a presença da Universidade. No extremo oposto encontram-se o Pinhal Interior Sul, o Pinhal Interior Norte e a Serra da Estrela, onde 60% da população tem uma formação de base que não ultrapassa o 1.º ciclo do ensino básico. Sublinhe-se que estas sub-regiões não dispõem de qualquer estabelecimento de ensino superior, universitário ou politécnico; por outro lado, estas baixas qualificações nas sub-regiões do interior estão associadas essencialmente ao envelhecimento da população e ao perfil do aparelho produtivo, onde domina a agricultura assente numa mão-de-obra pouco qualificada.

Numa posição intermédia, com um perfil idêntico à média da Região Centro, surge o Baixo Vouga, a Beira Interior Sul, a Cova da Beira e o Dão-Lafões. A esta posição relativa não deverá ser alheio o facto das principais cidades destas regiões acolherem institutos superiores, ou estarem próximas de localidades que os acolhem, como é o caso da Cova da Beira. Em todo o caso, a posição destas sub-regiões em termos de qualificação dos recursos humanos é globalmente desfavorável, o que pode ser verificado no elevado peso da população com baixo nível de qualificação.

FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)

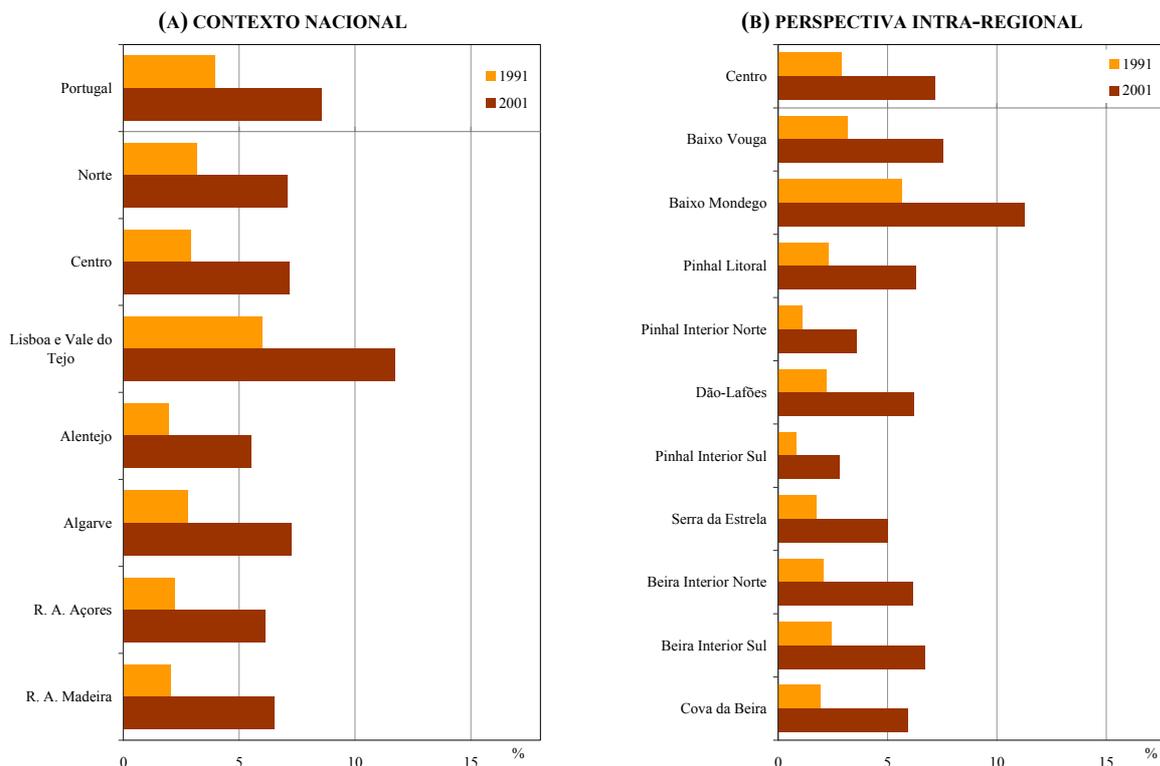


Fonte: INE, Censos

Quando se analisa a incidência do ensino superior na estrutura de qualificação da população importa ter em conta a expansão do sistema de ensino verificada nas últimas duas décadas e o crescimento exponencial do ensino superior provocado pela melhoria das condições de acesso como resposta ao crescimento da procura (Figura 2.3.12), em particular porque o crescimento súbito do sistema traduziu-se num verdadeiro desnível inter-geracional em termos de formação académica de base.

Nesse sentido, e considerando o peso da população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, no ano de 2001, a Região Centro mantém a mesma posição relativa face à média nacional, situando-se, a par do Algarve, a seguir à região de Lisboa e Vale do Tejo. Porém, se se considerar o peso do alunos que frequentam o ensino superior na população residente entre os 15 e os 24 anos, a situação altera-se significativamente, com o Centro a distanciar-se das restantes regiões e a aproximar-se da região de Lisboa e Vale do Tejo. O Baixo Mondego destaca-se claramente das restantes sub-regiões, com um índice de frequência do ensino superior que ultrapassa os 80% e mais do que duplica a média regional. A Beira Interior Sul e a Cova da Beira apresentam também índices superiores à média regional:

FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90

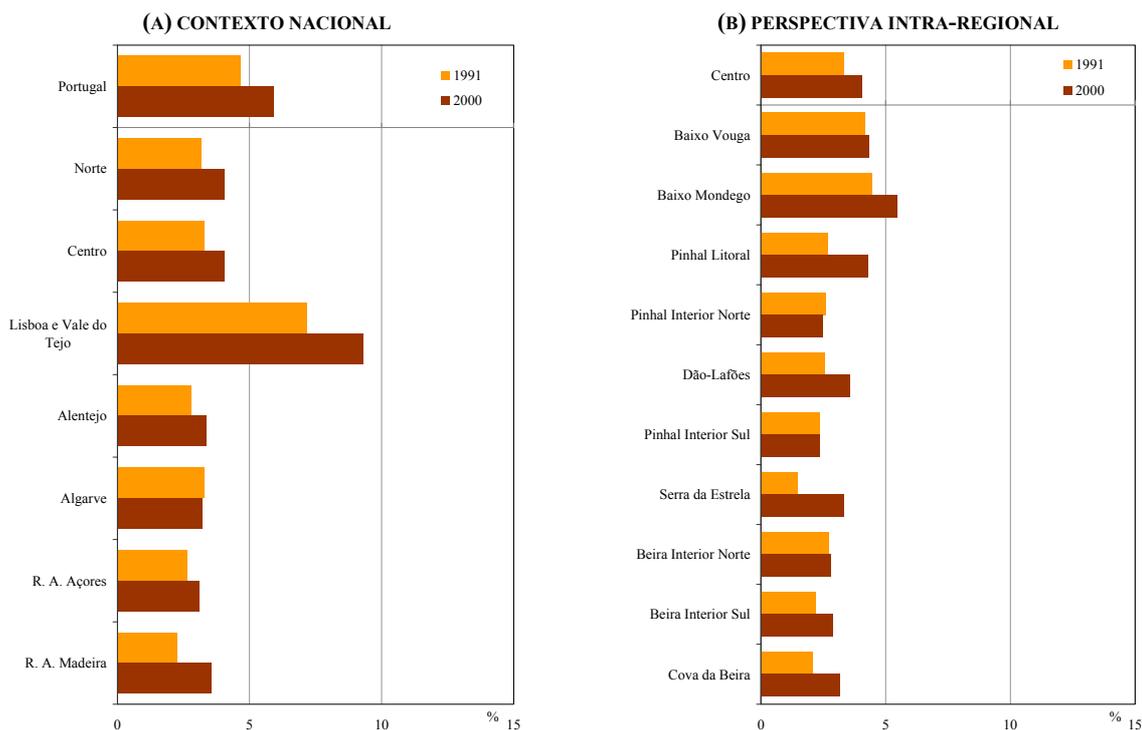


Fonte: INE, Censos

As disparidades intra-regionais observadas são explicadas pela localização das instituições de ensino superior, com o indicador da frequência universitária a denunciar claramente a presença dos diferentes tipos de instituições nas sub-regiões (Universidades Públicas: Aveiro, Coimbra e Covilhã; Institutos Politécnicos: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu; Ensino Superior Privado: Figueira da Foz, Marinha Grande, Viseu, Castelo Branco, Leiria e Fundão).

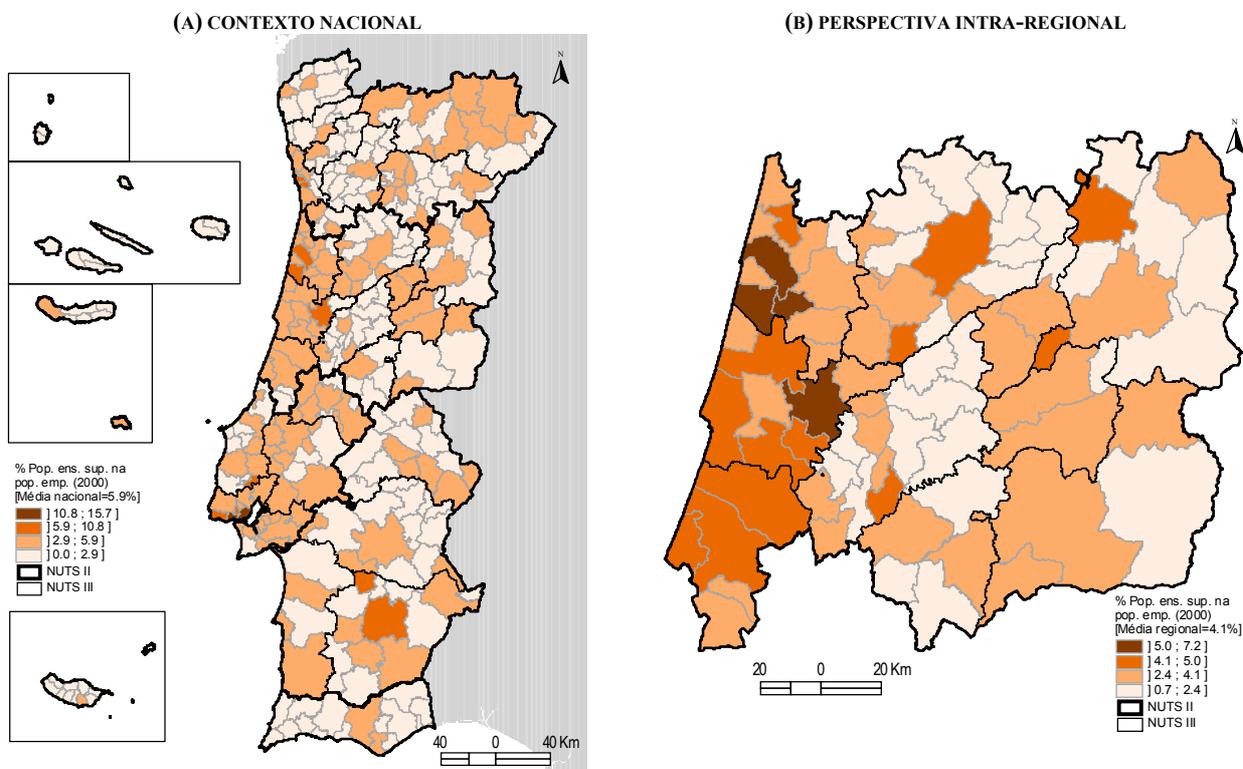
Em termos de competitividade regional importa não apenas a localização de instituições do ensino superior, mas sobretudo o modo como interagem com o sector empresarial, nomeadamente, ao nível da oferta curricular e da investigação e desenvolvimento.

FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3.3. I&D e Tecnologia

A natureza multifacetada do perfil de especialização da Região Centro, a correspondente distribuição espacial das actividades produtivas, organizada em “sistemas produtivos locais” geograficamente polarizados no território, bem como a rede urbana multi-polarizada, determinam decisivamente a natureza e a localização do capital tecnológico da região.

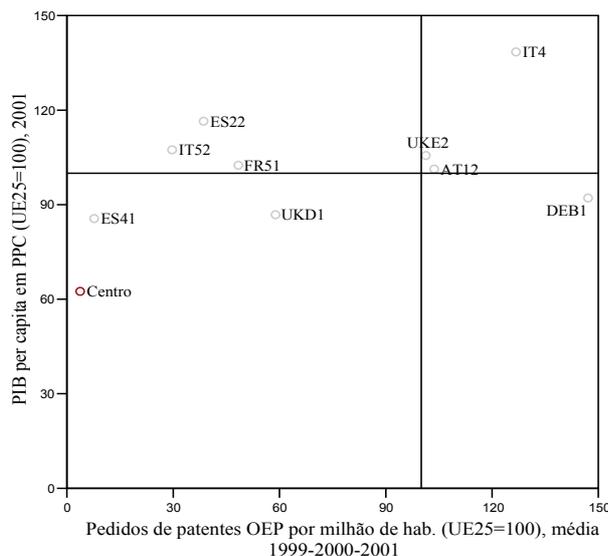
Com efeito é nas concentrações industriais e de serviços no litoral norte (Aveiro-Águeda) e sul da região (Leiria-Marinha Grande), e outras de menor dimensão em Coimbra, Castelo Branco e Viseu que se localiza, embora de forma desequilibrada, a oferta de serviços relacionados com a investigação e desenvolvimento.

Esta capacidade de oferta pode ser medida através de alguns indicadores directos e indirectos, adiante analisados, que ajudam a posicionar a região no contexto nacional, e em alguns casos, permitem uma observação a nível intra-regional. Na verdade, quando se compara a Região Centro com outras regiões, ou com o todo nacional, importa ter presente, mais do que em qualquer outra região, a dispersão da sua estrutura produtiva e a força de atracção exercida pelas áreas metropolitanas a norte e a sul.

Nesta secção procura-se analisar o capital tecnológico da Região segundo vários ângulos: o do actual “conteúdo de tecnologia” do sistema produtivo, do potencial de oferta e de procura de serviços de tecnologia e de I&D. Finalmente a relação entre o perfil de especialização e a oferta de tecnologia. Esta análise tem como pano de fundo a posição relativa da Região Centro quer no contexto nacional quer no contexto comunitário.

É geralmente reconhecida a estreita correlação entre o nível de crescimento económico e o nível de desenvolvimento tecnológico, medido por exemplo, pelo número de patentes por milhão de habitantes. Assim, uma primeira aproximação à caracterização do potencial de inovação da Região pode ser dada através do número de pedidos de patentes, relativizado pelo PIB, na base do qual se posiciona e compara a Região com as regiões de referência do espaço UE15. Assim, e embora não seja evidente, no grupo de regiões observadas, uma elevada correlação entre o PIB e o número de patentes registadas por milhão de habitantes, a posição da Região Centro destaca-se claramente das outras regiões (todas do grupo UE15), pelo nível incipiente de patentes, colocando-a numa posição extremamente recuada em relação aos outros países. A Figura 2.3.15. mostra apenas quatro regiões com um indicador superior à média europeia, mas mesmo as que estão abaixo destacam-se nitidamente da região Centro.

FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódzkie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

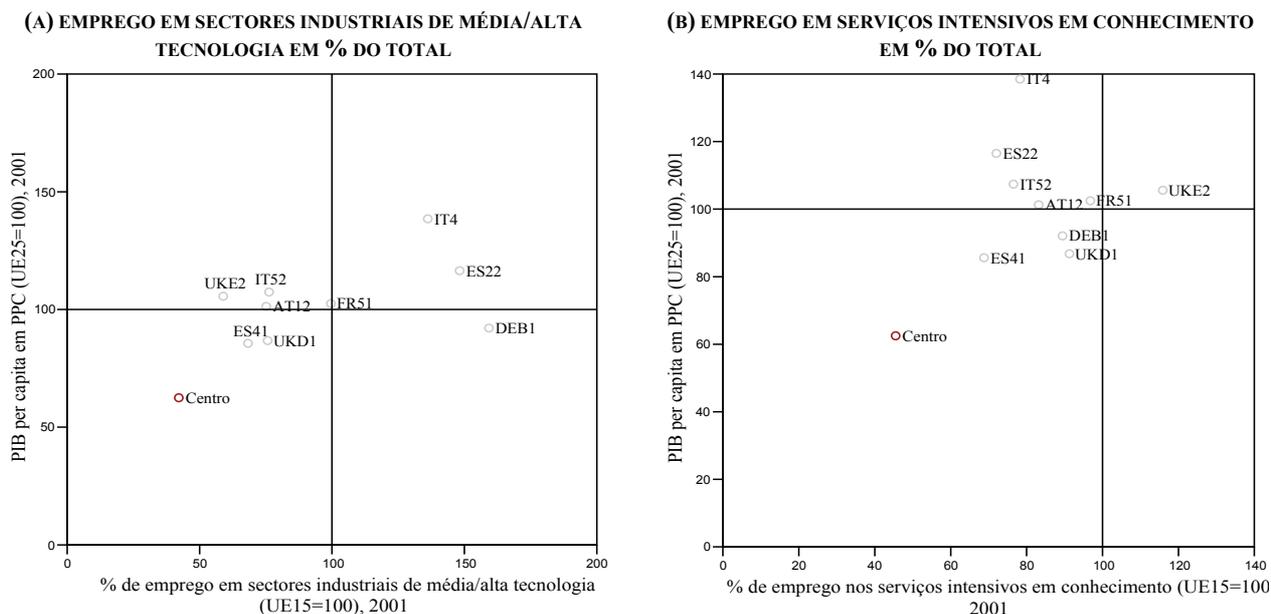
Nota: Pedidos de patentes OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE 25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

Esta posição de grande debilidade relativa é confirmada quando se toma como referência o emprego em sectores industriais de alta/média intensidade tecnológica ou em sectores de serviços intensivos em informação. A Figura 2.3.16 mostra que a Região Centro se destaca, de novo, pela sua posição recuada relativamente às regiões de referência. Note-se com efeito, que das 15 regiões que servem de comparação, 5 têm um índice superior à média europeia em pelo menos um dos dois indicadores, e todas elas estão acima do limiar dos 70% em pelo menos um dos indicadores. A Região Centro é a única região que em ambos os indicadores estão na vizinhança dos 40%.

Estes indicadores comparativos denunciam um sistema produtivo regional com uma baixa intensidade tecnológica e, conseqüentemente, fortemente limitado na sua competitividade. Deve ser, aliás, visto à luz da natureza do perfil de especialização da Região, atrás analisado, e que assenta nos factores “recursos naturais” e “mão-de-obra”. Enquanto que na vertente do perfil de especialização orientada para a exploração dos recursos naturais, esta se processa, sobretudo, nos segmentos iniciais das respectivas cadeias de valor e em que a capacidade de geração de valor acrescentado se mostra mais debilitada, já na vertente do perfil de especialização orientada para o aproveitamento da disponibilidade mão-de-obra se identifica um processo focalizado, sobretudo, na intensidade de utilização de mão-de-obra não qualificada e em que o nível de produtividade alcançado é, por inerência, mais reduzido do que noutros segmentos produtivos.

**FIGURA 2.3.16 – PIB PER CAPITA TECNOLOGIA E CONHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Nota: % de emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia na UE15 (2001) = 7,6%.

Indústrias de média/alta tecnologia - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de produtos químicos (parte); e Fabricação de outro material de transporte (parte).

Legenda

DEB1-Koblenz

ES22-Comunidad Foral de Navarra

ES41-Castilla y León

FR51-Pays de la Loire

IT4-Emilia-Romagna

IT52-Umbria

AT12-Niederösterreich

PT12-Centro

UKD1-Cumbria

UKE2-North Yorkshire

CZ03-Jihozápad

HU07-Dél-Alföld

PL0A-Podlaskie

PL0D-Łódzkie

Nota: % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE15 (2001) = 32,9%.

Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook e Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

Situando a Região no contexto nacional, importa ter duas perspectivas complementares de análise:

- uma perspectiva de “procura” de serviços tecnológicos, olhando para os sectores como clientes de bens e serviços tecnológicos e que, em última análise, se traduz num determinado conteúdo tecnológico. Neste exercício utiliza-se, como indicador da procura potencial, as “vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica” (Figura 2.3.17), a representatividade do VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia e do VAB em sectores intensivos em conhecimento (Figura 2.3.18, Figura 2.3.19 e Figura 2.3.20) e o “emprego em tecnologias de informação e comunicação” (Figura 2.3.21);
- e uma perspectiva de “oferta” de serviços tecnológicos, que se pode representar através do “pessoal em I&D em % da população activa” (Figura 2.3.24 e), da despesa em I&D (Figura 2.3.22) e dos serviços prestados pelos centros tecnológicos, laboratórios, etc. (neste caso, centrando a observação sobre as entidades responsáveis por este tipo de despesa - Figura 2.3.23 e Figura 2.3.25).

CAIXA 2.3 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

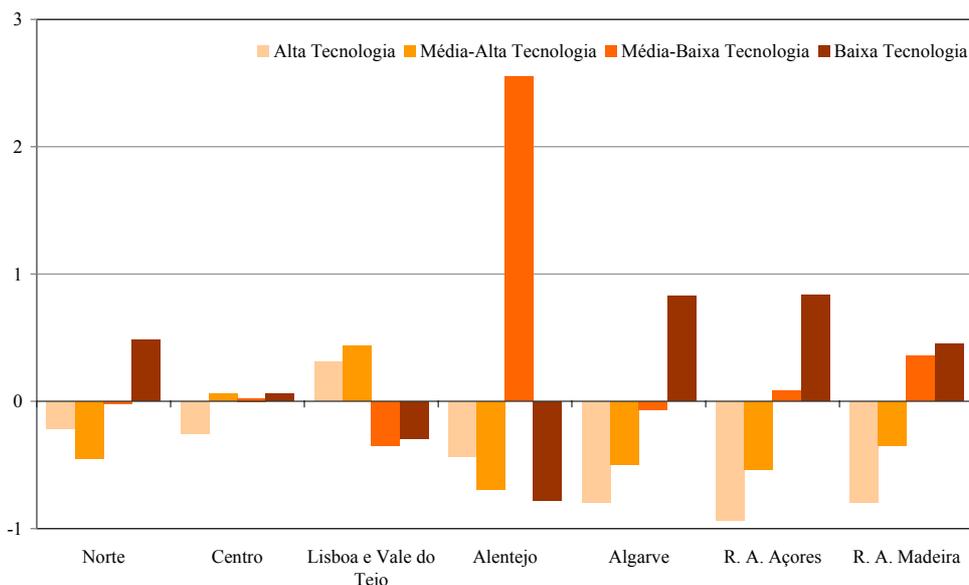
A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente (*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média –Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

Numa perspectiva de procura de serviços tecnológicos, o indicador associado à representatividade dos diferentes níveis de intensidade tecnológica das exportações da região Centro permite identificar uma grande proximidade face ao padrão nacional, embora com um peso menos significativo de exportação de produtos com incorporação de alta tecnologia (Figura 2.3.17). Desta forma, o incentivo ao aumento da disponibilização regional de serviços tecnológicos não encontra, na estrutura de exportações da região, uma pressão suficientemente atractiva nem para orientar a estrutura produtiva no sentido da incorporação de maior intensidade tecnológica nem para fomentar a disponibilização de serviços de investigação e desenvolvimento orientados para esse fim.

FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)



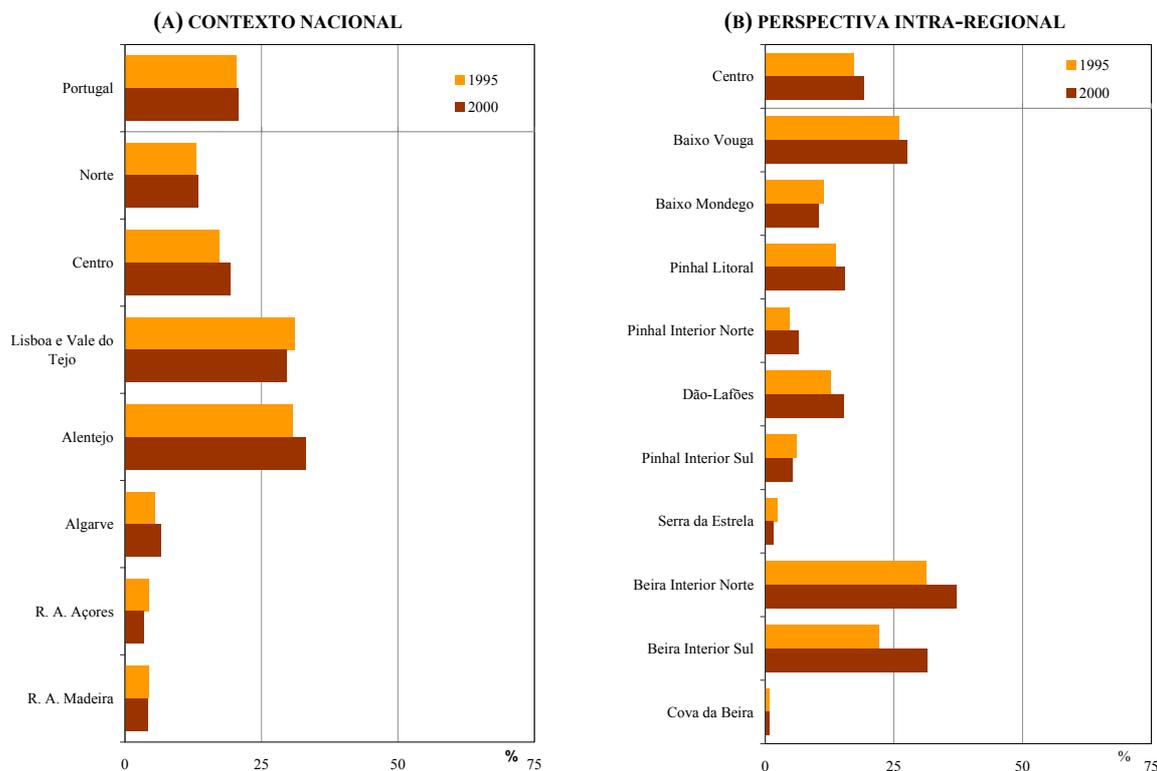
Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

No que diz respeito à estrutura produtiva regional, a Região Centro não se afasta muito dos valores médios nacionais, quer se tome como referência os sectores industriais de alta/média intensidade tecnológica ou os serviços intensivos em conhecimento. No primeiro caso (Figura 2.3.18), a Região situa-se ligeiramente abaixo da média nacional, mas claramente distante das regiões que estão na vanguarda (Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo). No segundo caso (Figura 2.3.19) está também próximo da média nacional mas dentro do grupo de regiões que têm os valores mais elevados.

A correspondência destas posições agregadas assume, no contexto interno, outras proporções. No que se refere ao sector industrial (Figura 2.3.18), as posições relativas dentro da Região são bem diferenciadas, com um claro contraste entre um grupo de regiões bem acima da média (Beira Interior Norte e Sul, e Baixo Vouga), e um grupo abaixo da média (Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte e Sul). Note-se que a linha divisória entre aqueles dois grupos de países não é traçada pela divisão litoral-interior no que se refere ao nível de industrialização, mas antes pela composição das actividades industriais.

FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA NOS ANOS 90

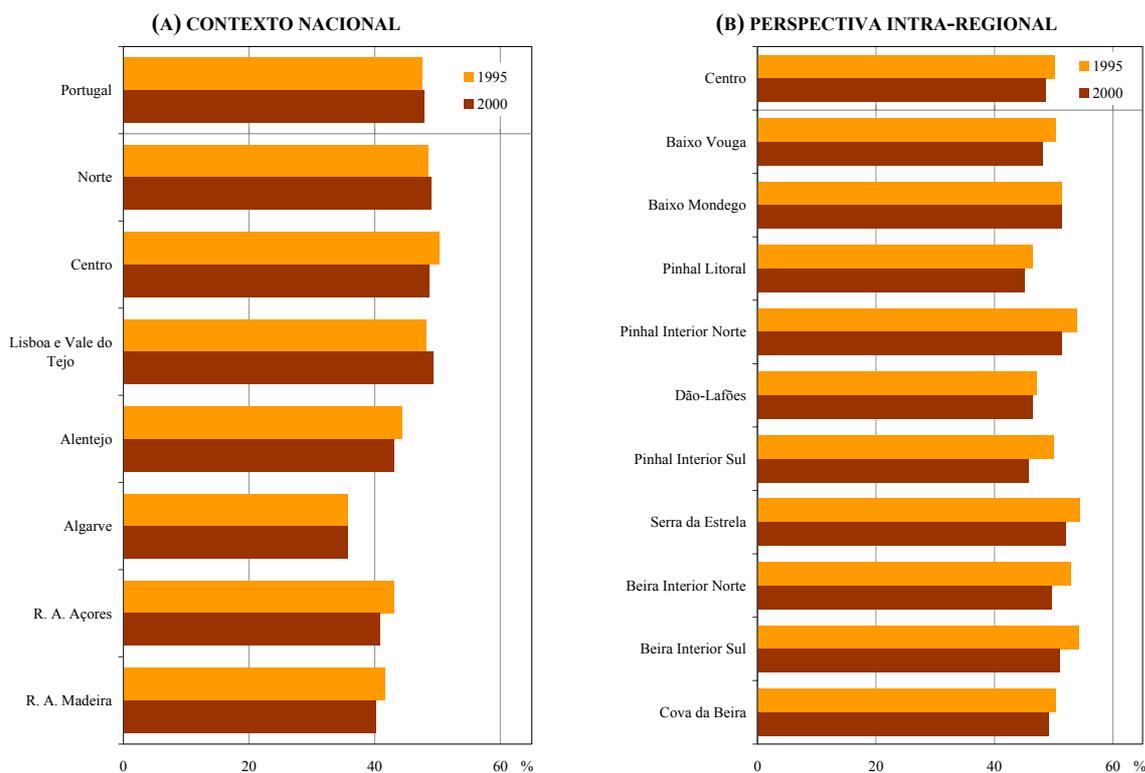


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

No que se refere aos serviços com maior conteúdo incorporado de informação (Figura 2.3.19), as diferenças intra-regionais são menores, denotando-se todavia algumas situações paradoxais:

- A Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul são as regiões cujo VAB industrial alcança uma maior percentagem do VAB industrial total, e com o maior VAB relativo nos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia. Esta observação parece inesperada se tivermos em conta que se trata de regiões predominantemente agrícolas onde o sector industrial tem pouca expressão, com excepção do pólo industrial de Castelo Branco. Como atrás se viu, estas regiões baseiam a sua especialização produtiva sobretudo em factores de competitividade como os “recursos naturais” e a “diferenciação do produto”, sendo marcante no segundo caso a existência de unidades industriais no domínio das máquinas e equipamentos eléctricos;
- As regiões cujas indústrias têm um menor conteúdo tecnológico (Cova da Beira e Serra da Estrela) classificam-se todavia entre as que têm serviços mais intensivos em conhecimento. A presença da Universidade da Beira Interior explica aquelas diferenças mas também revela que o papel da universidade enquanto factor indutor da captação de indústrias de maior conteúdo tecnológico ainda não se fez sentir de modo significativo;
- O Pinhal Litoral, a despeito do seu elevado índice de industrialização, tem os serviços com o menor conteúdo de informação de toda a Região Centro, o que se pode explicar pela existência de um sector industrial diversificado mas tecnologicamente pouco desenvolvido.

FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL DOS SERVIÇOS NOS ANOS 90

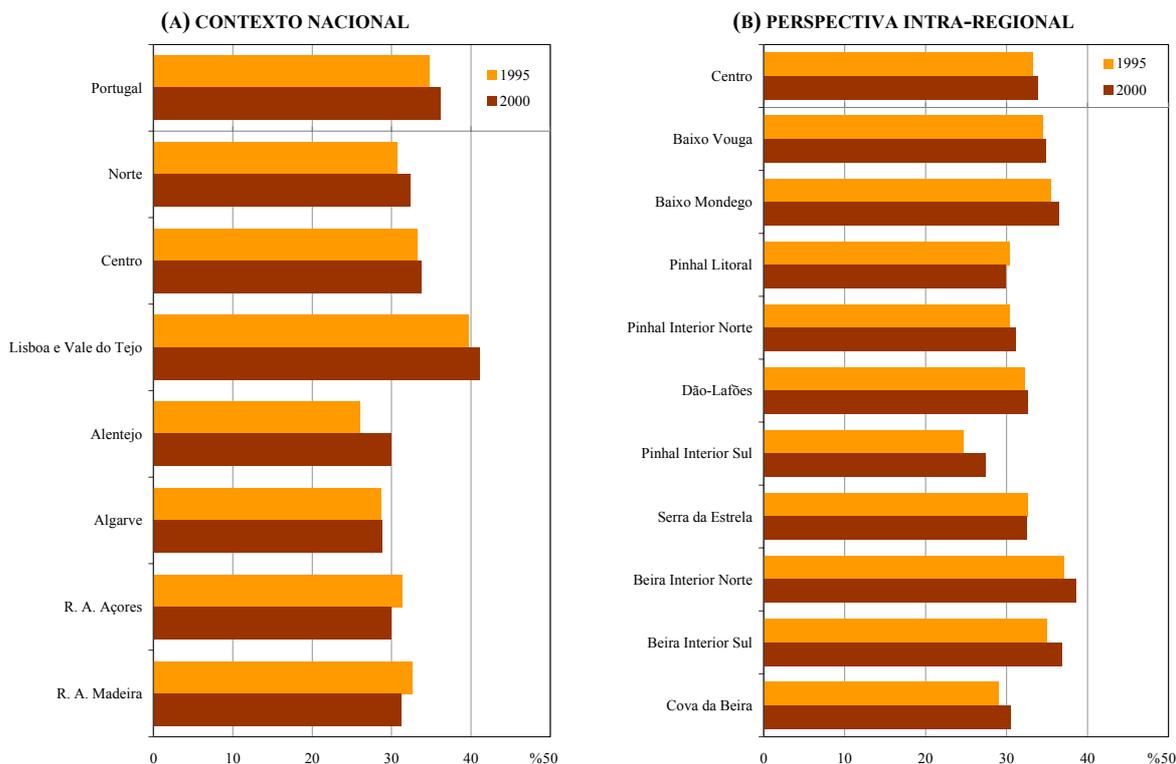


Nota: Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Na sequência do que foi referido anteriormente, em termos agregados, a representatividade que assume o conjunto de actividades com maiores potencialidades para fomentar o desenvolvimento dos serviços tecnológicos na região Centro, ou seja, os sectores intensivos em conhecimento e tecnologia, é mais baixa do que a representatividade que estes sectores assumem na estrutura de formação do VAB nacional (Figura 2.3.20), o que permite concluir por um fraco impacto da “procura” da região Centro em termos da dinamização de serviços tecnológicos.

FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL NOS ANOS 90 (1995 E 2000)



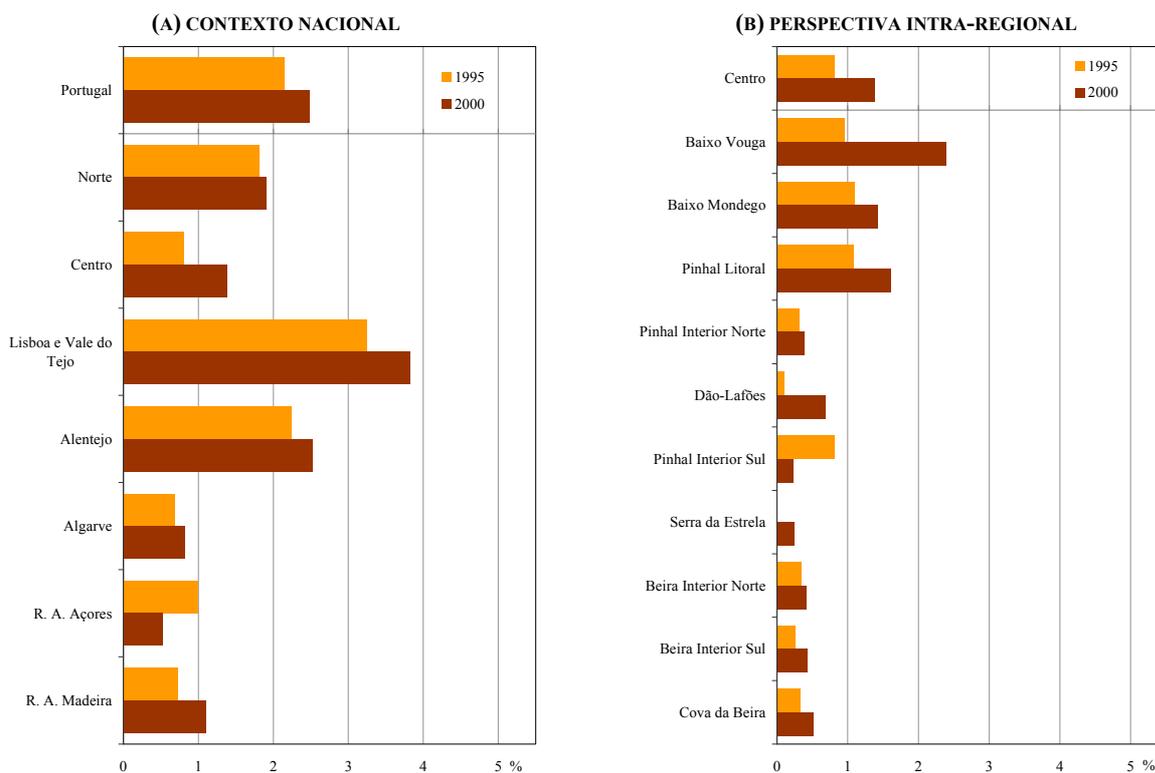
Nota: Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Tomando como referência o indicador “Emprego em tecnologias de informação e comunicação em % do total”, volta a destacar-se a clivagem “litoral/interior”, que se traduz na evidência de que as sub-regiões mais industrializadas do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) são as mesmas cujo emprego em actividades de informação e comunicação tem mais expressão (Figura 2.3.21).

Esta caracterização não é, no entanto, suficiente para posicionar a Região Centro no contexto do país no que se refere às actividades de informação e comunicação. De facto, embora a Região tenha melhorado a sua posição relativa na segunda metade dos anos 90, continua a situar-se muito abaixo da média nacional, mantendo-se, também, consideravelmente baixa a sua representatividade no PIB.

FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM % DO TOTAL NOS ANOS 90



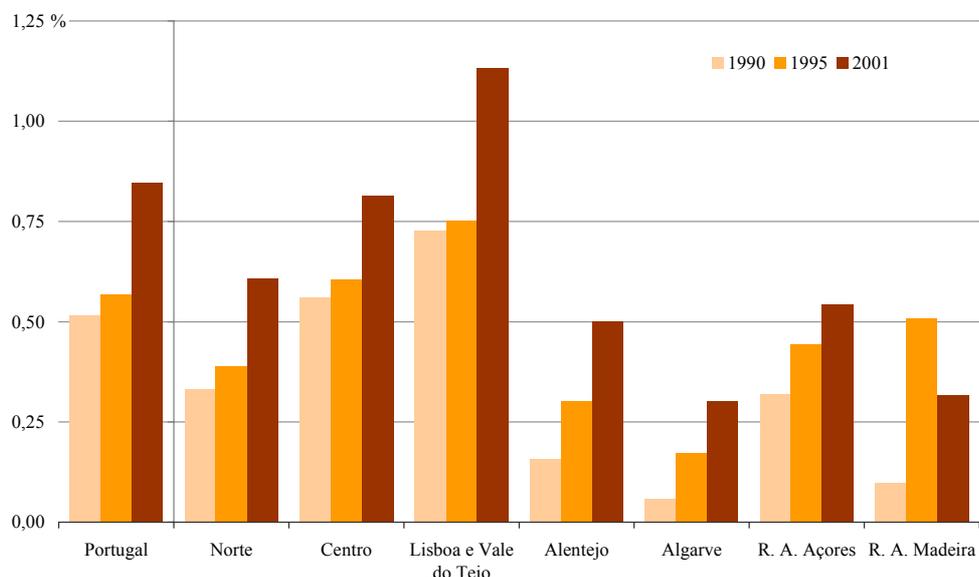
Nota: Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Adoptando agora uma perspectiva de análise centrada na “oferta” de tecnologia, e tomando como indicadores a “despesa em I&D em relação ao PIB” (Figura 2.3.22), a “estrutura da despesa em I&D por sector” (Figura 2.3.23), e o “pessoal empregue em I&D em percentagem da população activa e por sector” (Figura 2.3.24 e Figura 2.3.25), conclui-se que a Região Centro ocupa um lugar proeminente na despesa em I&D, posicionando-se logo a seguir a Lisboa e Vale do Tejo. Estas duas regiões são, aliás, as que apresentam os níveis de intensidade média em I&D mais próximos da média nacional. A circunstância de a despesa média ser inferior à média nacional indicia uma dispersão da despesa por um maior número de unidades.

A Região diferencia-se do padrão nacional pelo facto de a despesa ser sobretudo assegurada pelo sector empresarial e pela Universidade, que representam em conjunto cerca de 80% do total. Como consequência, e ainda no contexto nacional, a quota de despesa assegurada pelo Estado é a mais baixa relativamente às restantes regiões do país.

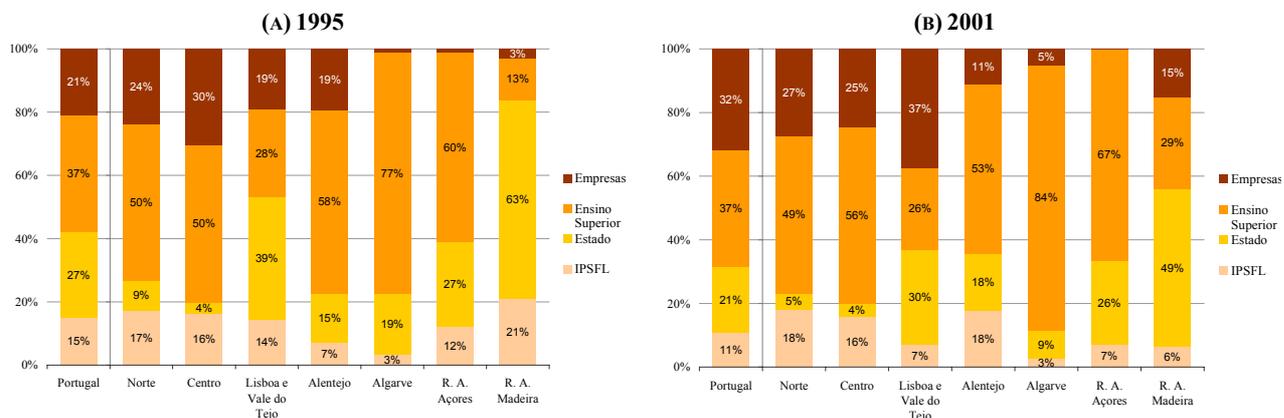
FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

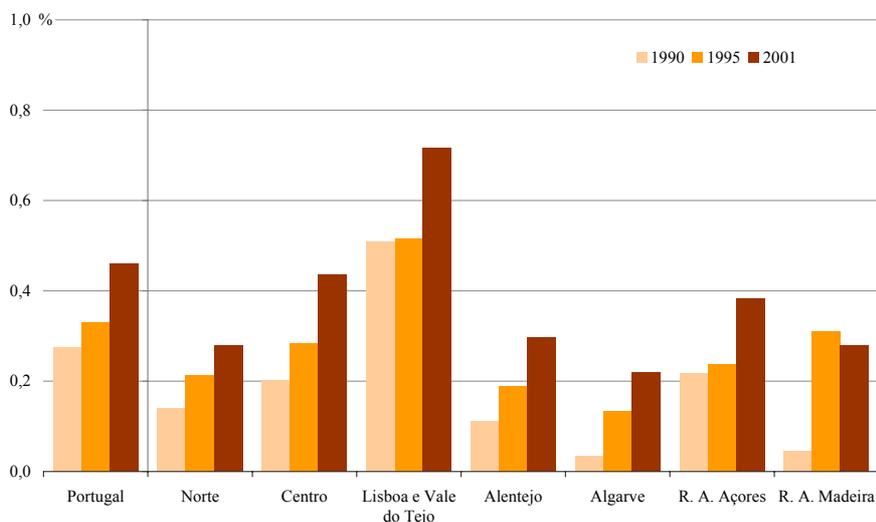
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

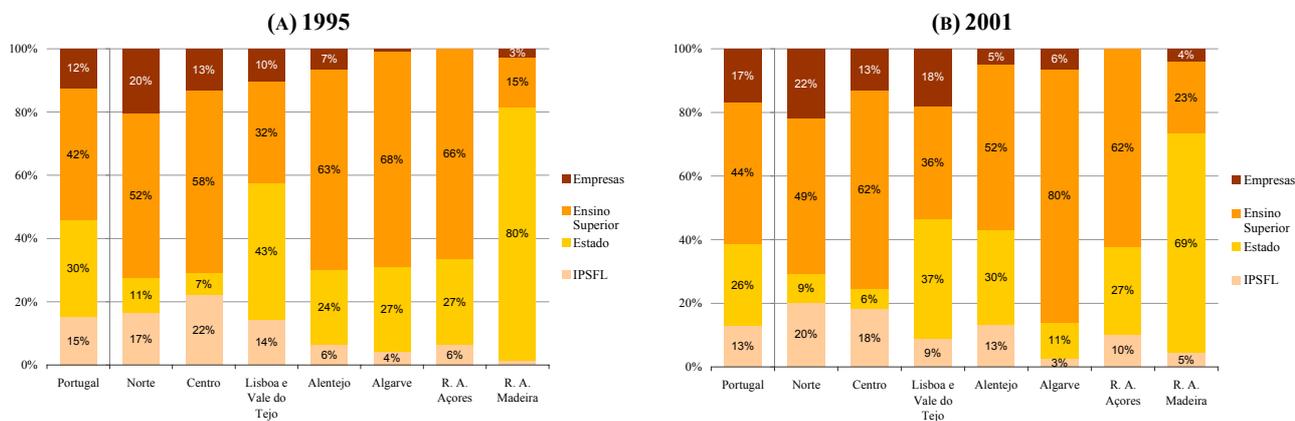
FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e INE, Inquérito ao Emprego

FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

CAIXA 2.4 – A VITROCRISTAL E O CLUSTER DO VIDRO DA MARINHA GRANDE

1. A Situação Problemática

A indústria do vidro tem na Marinha Grande uma significativa relevância histórica, social e cultural, constituindo o essencial da base económica da região.

O sector foi, nas últimas décadas, abalado por uma crise estrutural para a qual contribuíram diversos factores, externos e internos. Entre os factores externos contam-se os choques petrolíferos de 1973 e 1979 com um forte impacto nos custos das indústrias energético-intensivas como é o caso do vidro, e as perturbações sociais relacionadas com o 25 de Abril que desestabilizaram a gestão das empresas. Mas os choques petrolíferos apenas vieram evidenciar uma crise mais profunda e que tinha na sua génese uma baixíssima produtividade, elevados consumos energéticos, uma mão-de-obra desqualificada, factores que estavam associados a um processo produtivo obsoleto. A competitividade era sobretudo baseada no preço, o mercado era mal conhecido, e uma gestão passiva e sem visão estratégica não dava resposta a estes problemas. O pico da crise seria no entanto atingido na primeira metade da década de 90 quando o sector começou a enfrentar a concorrência por parte de produtores de vidro automático europeus, mas também, e cada vez mais, da Ásia, da América Latina e do Norte de África.

2. As Soluções Procuradas

A saída da crise teria de passar inevitavelmente pela inovação, pela competitividade, por um novo modelo de gestão empresarial, capaz de reestruturar a indústria, de lhe dar uma nova imagem, de prestígio, de qualidade ao mesmo tempo reinventando a tradição do vidro através da cultura acumulada ao longo dos séculos.

O ponto de partida para a procura de uma solução para a cristalaria foi a criação, por parte de um grupo de empresários, da Associação Industrial de Cristalaria (AIC), destinada a defender os interesses do sector. A estratégia de reestruturação do sector assentava na criação de um "Operador Sectorial de Modernização", materializado numa sociedade anónima, em que dois terços do capital deveriam ser detidos pelas empresas do sector e um terço pelo Estado. Daqui resultou um plano de reestruturação da cristalaria, assinado pelo IAPMEI, pelo Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro (CTCV) e pela AIC. Este plano tinha um financiamento PEDIP II de cerca de 15 milhões de Euros. Entre as linhas de orientação estratégica destacavam-se: o equilíbrio operacional e financeiro do sector, a dotação das empresas com adequados meios de gestão, organização, aprovisionamento e comercialização, a modernização, racionalização e inovação das linhas produtivas e a melhoria dos níveis de produtividade e qualidade.

A entidade que corporizou a figura do "Operador Sectorial de Modernização" foi o o Agrupamento Complementar de Empresas "VITROCRISTAL - Estudos e Projectos de Apoio a Cristalaria", ao qual se associaram organismos públicos, como o IAPMEI, bem como a AIC e as empresas cristaleiras.

A VITROCRISTAL propôs-se reestruturar o sector da cristalaria, através da promoção e divulgação dos seus produtos, da criação e lançamento de uma marca comum, da promoção de estudos e diagnósticos do sector, da formação profissional, da reestruturação financeira e do apoio às empresas economicamente viáveis mas com dificuldades financeiras.

Uma das iniciativas pioneiras da VITROCRISTAL ACE foi a criação da Região do Vidro da Marinha Grande e da marca MGlass. Tais iniciativas foram decisivas na consagração da indústria vidreira e, em particular, da cristalaria da Marinha Grande e na divulgação da imagem da região como referência cultural no país e no mundo. A VITROCRISTAL tornou-se a entidade executora das medidas voluntaristas abrangendo investimentos nas áreas da produção e comunicação do projecto e da participação em exposições e outros meios de promoção e marketing, além de um vasto plano de formação nas empresas na área da qualidade, destinado a implementação do Regulamento da Marca e a inserção de designers nas empresas para desenvolvimento de uma imagem própria para o vidro da Marinha Grande.

Posteriormente foram definidos três conjuntos de acções: qualificação (de produtos, de processos e de empresas), promoção e formação. Estas acções foram agregadas na ideia de criação de uma região do vidro e de uma marca forte para a cristalaria, de forma a valorizar o espaço geográfico do sector e a projectar a imagem da sua produção.

Desenvolveu-se um modelo de cooperação como factor central na concretização dos objectivos estratégicos de desenvolvimento do sector, tendo em conta que as diversas experiências internacionais de desenvolvimento empresarial salientavam a importância da cooperação como factor competitivo sobretudo quando se articulam, por um lado, políticas públicas e associativismo empresarial e, por outro lado, uma base regional de especialização assente no desenvolvimento de uma cadeia de valor e de um cluster.

O processo de dinamização e consolidação do sector passou por: i) Criação da Região do Vidro da Marinha Grande; ii) Criação da marca Marinha Grande Mglass; iii) Implementação de projectos de promoção do vidro e da região Marinha Grande

Modernização tecnológica; iv) Aposta na formação; v) Interligação da indústria do vidro com o turismo, através da criação da Rota do Vidro.

3. Os Resultados

Apesar de se considerar que os objectivos iniciais eram relativamente exigentes, as expectativas iniciais foram ultrapassadas no que se refere às questões relacionadas com a capacidade de abordar novos mercados, nomeadamente ao nível de volume de vendas, internacionalização ou a melhoria da posição competitiva das empresas. No que se refere às condições de suporte e de funcionamento das empresas considera-se que os objectivos foram claramente alcançados.

O número de empresas inicialmente associadas ao projecto expandiu-se. O entendimento entre os cooperantes é considerado satisfatório. Por outro lado, a cooperação continua a desenvolver-se para além da criação da marca Mglass, com o lançamento da fileira mesa, que consiste na criação de uma oferta complementar à colecção da Mglass através do desenvolvimento de outros produtos em parceria com empresas dos sectores cerâmicos (faiança e porcelana), cutelarias e louça metálica, que manifestavam uma postura e lógica de mercado idênticas à da marca já existente.

2.3.4. Especialização produtiva

O padrão produtivo da região Centro assenta em factores de competitividade baseados em mão-de-obra de baixo custo e na dotação em recursos naturais, embora algumas sub-regiões do litoral assentem a sua competitividade na “diferenciação do produto”, traduzindo uma potencial vantagem comparativa decorrente de segmentos de produção baseados em nichos de mercado, de natureza não massificada ou banalizada.

Aquele padrão médio explica a baixa produtividade global da região, ligada a uma dotação de factores trabalho-intensiva que deve a sua sustentabilidade a um tecido social cuja base material é dada pela coexistência da actividade industrial com a economia rural de tipo familiar e de subsistência.

Paradoxalmente, a significativa dotação da Região em recursos naturais, não se traduziu, historicamente, no desenvolvimento de fileiras produtivas de elevado valor acrescentado, como se verificou, por exemplo, noutros países norte-europeus. Por exemplo, a fileira florestal, com a excepção

de casos pontuais, não se expandiu nem para jusante nem para montante, como se verificou nos países nórdicos de tradição florestal, apesar do peso da floresta na economia e na geografia da Região (40% do território é florestal).

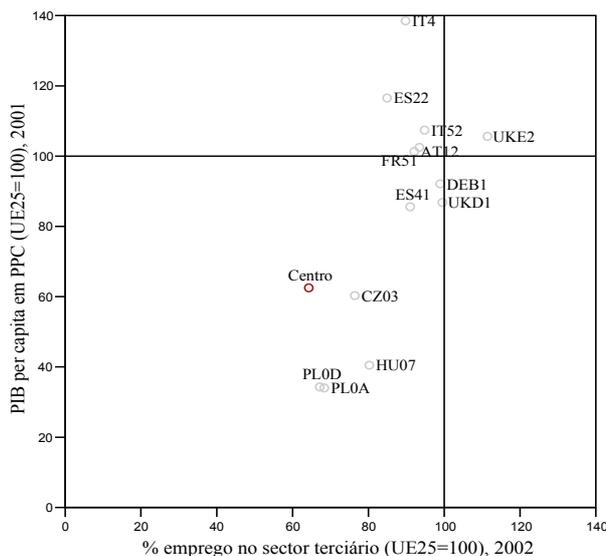
Por outro lado, os sectores que se desenvolveram a partir do aproveitamento de recursos naturais (cerâmica, vidro) viram-se condicionados pelos constrangimentos energéticos decorrentes de uma política energética que nunca deu uma resposta pronta e eficaz ao aumento dos preços relativos da energia (tenha-se em conta que Portugal é um dos países europeus com um maior índice de intensidade energética).

Importa analisar com maior profundidade o perfil produtivo da Região, com o objectivo de identificar de forma mais detalhada os possíveis constrangimentos e factores de competitividade. Uma tal análise é feita por aproximações sucessivas, mas adoptando um enfoque sobre a realidade sub-regional que permita captar a diversidade da estrutura produtiva da região. Em concreto, começa-se por uma leitura do nível de terciarização da economia da Região, no pressuposto de que este indicador reflecte, *inter alia*, o nível e a natureza do desenvolvimento da região. Essa leitura faz-se em relação às regiões europeias de referência. Seguidamente analisa-se o grau de diversificação sectorial, de modo a podermos discernir o grau de especialização da economia regional.

Admitindo que existe uma relação entre a produtividade e a estrutura produtiva da Região, procura-se indagar como se posicionam as diferentes sub-regiões. Esta análise é complementada com uma leitura do perfil de especialização de cada uma das sub-regiões da Região Centro com base no coeficiente de localização, e concluída com a análise da produtividade e do VAB industrial por factores-chave de competitividade.

Uma primeira leitura do perfil de especialização produtiva da Região Centro pode fazer-se com base no nível de terciarização da economia. Assim, tomando o emprego como indicador do grau de terciarização (Figura 2.3.26) e comparando-o com as regiões de referência, conclui-se que a Região Centro está próximo do grupo das regiões dos países recém-aderentes à UE, que se caracterizam por um baixo PIB *per capita* e um peso do emprego no terciário bem abaixo da média europeia. Na verdade, destaca-se uma correlação positiva entre o nível de PIB *per capita* e o peso do emprego no terciário, que evidencia o facto de um elevado nível de desenvolvimento implicar um maior conteúdo de informação.

**FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda
 DEB1-Koblenz
 ES22-Comunidad Foral de Navarra
 ES41-Castilla y León
 FR51-Pays de la Loire
 IT4-Emilia-Romagna
 IT52-Umbria
 AT12-Niederösterreich
 PT12-Centro
 UKD1-Cumbria
 UKE2-North Yorkshire
 CZ03-Jihozápad
 HU07-Dél-Alföld
 PL0A-Podlaskie
 PL0D-Łódź

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

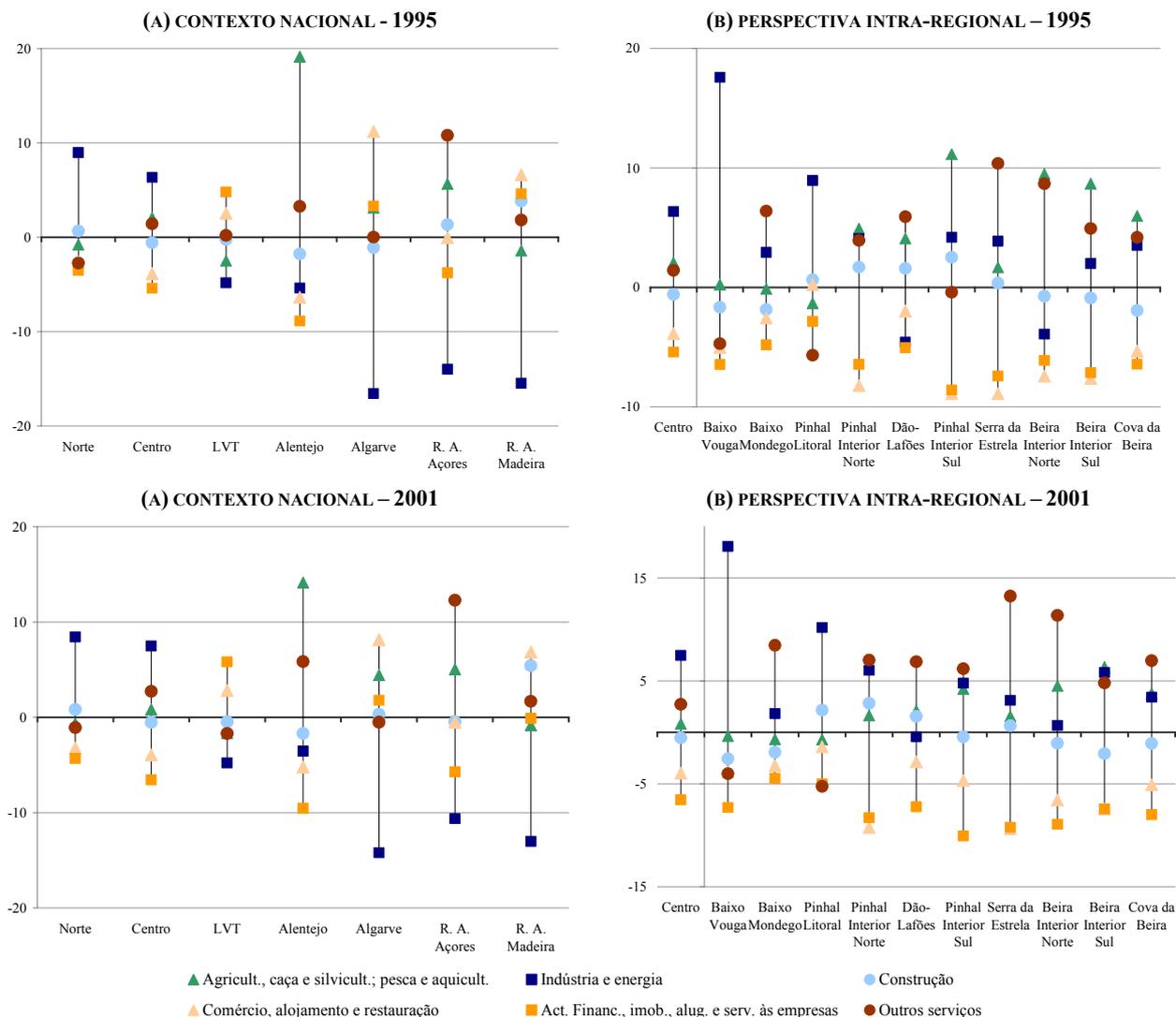
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

Sob o ponto de vista da estrutura económica, a Região Centro compreende realidades bem distintas, que se exprimem numa relativa diversidade de “sistemas produtivos locais”, com características distintas, e com uma demarcação territorial relativamente bem definida e circunscrita. Porém, essas dinâmicas produtivas regionais estão desarticuladas entre si, conferindo à região um sistema produtivo globalmente heterogéneo e desarticulado. Desde logo, esta circunstância explica uma maior diversificação produtiva em comparação com as restantes regiões do país.

Esta heterogeneidade está relacionada com o ordenamento territorial das actividades produtivas da Região Centro, sobretudo das sub-regiões do litoral, delimitadas pelas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e sujeitas à sua influência. Em geral, identificam-se dois conjuntos de sub-regiões em função da diversificação sectorial (Figura 2.3.27): um compreende a faixa litoral (composta pelas NUTS Baixo Vouga, Pinhal Litoral, e Baixo Mondego), a que se juntam o Pinhal Interior Norte e Dão Lafões, com um maior índice de diversificação; num segundo conjunto, reúnem-se as restantes sub-regiões, localizadas no interior. Na verdade, estão em confronto duas regiões: uma, com um tecido empresarial assente numa relativa diversidade produtiva centrada na indústria, outra, interior e rural, com alguns pequenos pólos industriais.

A Cova da Beira distingue-se das restantes regiões por reunir um menor número de actividades distintas, mas mostrando sinais de transformação do tecido produtivo que, com o aumento do peso de algumas actividades, apontam no sentido da terciarização.

**FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**

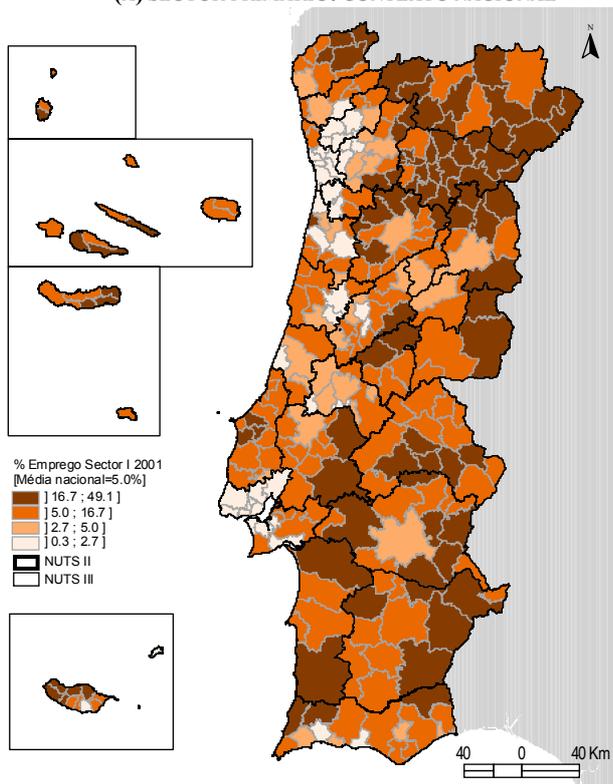


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

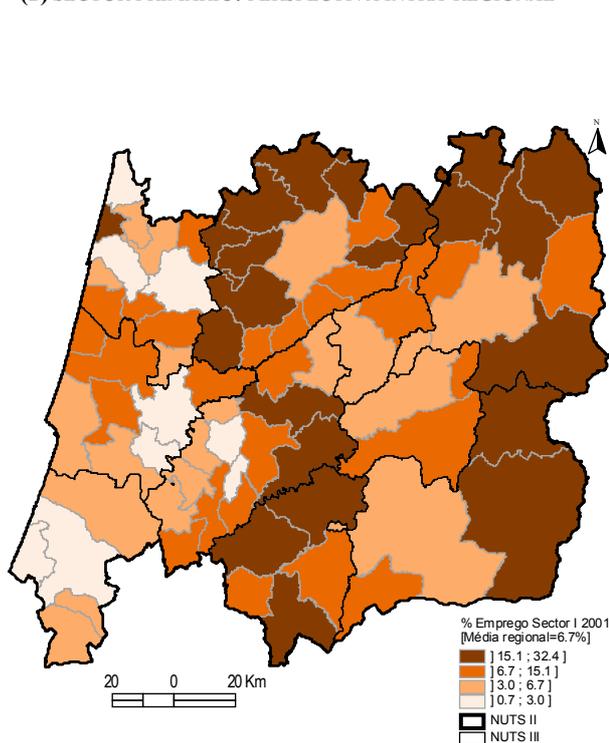
A Figura 2.3.28 permite constatar o mais baixo nível de terciarização que a região Centro evidencia, face à média nacional. A proliferação de “manchas brancas” no mapa F desta figura, ao salientar a existência de um número significativo de concelhos em que o peso do emprego afecto ao sector terciário é inferior a 36,5%, contrasta nitidamente com a média nacional de 59,9% de emprego afecto ao sector terciário (). Por oposição, é perceptível a maior representatividade que ainda assume o emprego no sector primário na região Centro, quando comparado com a média nacional.

FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

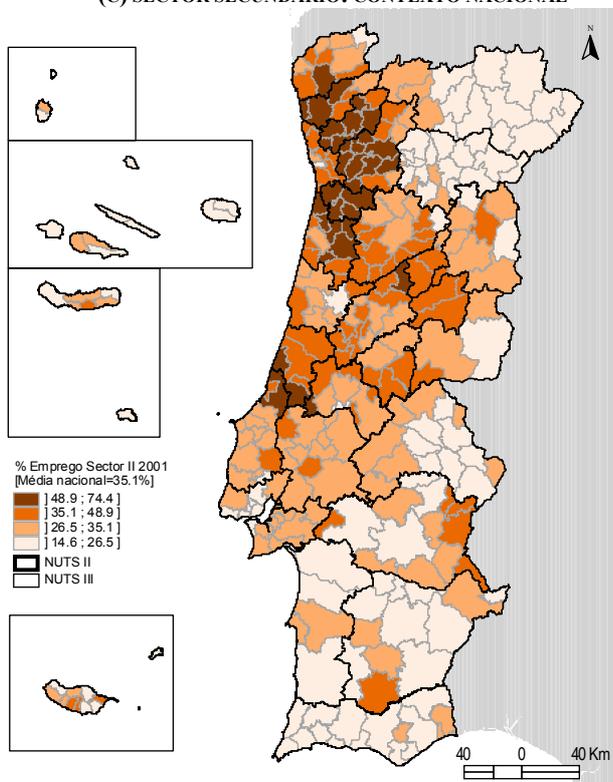
(A) SECTOR PRIMÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



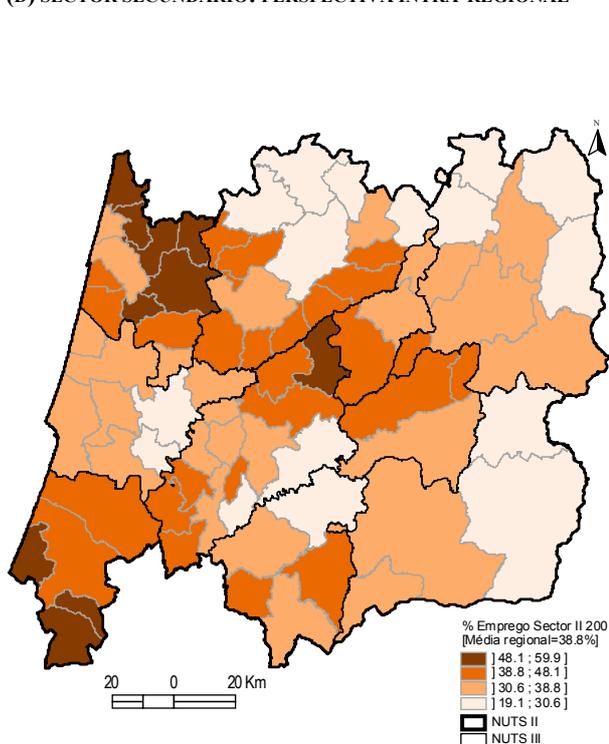
(B) SECTOR PRIMÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



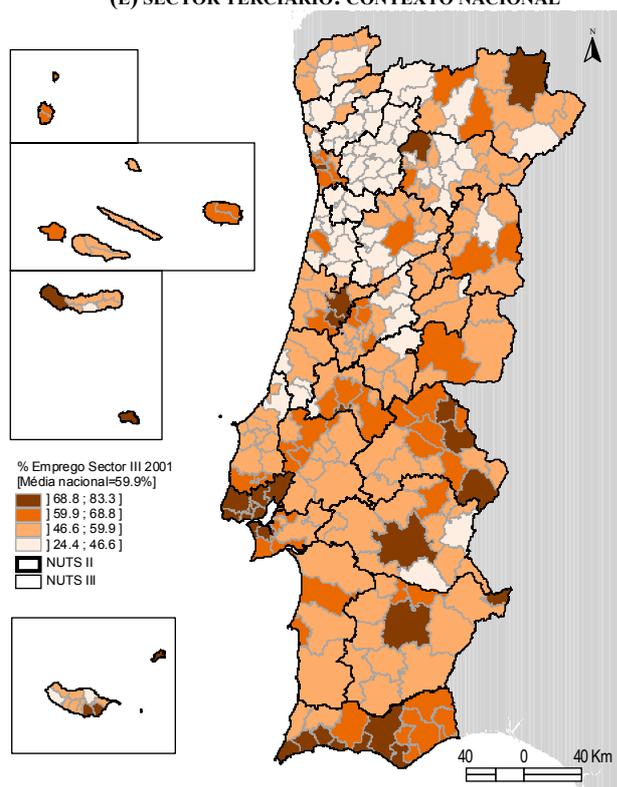
(C) SECTOR SECUNDÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



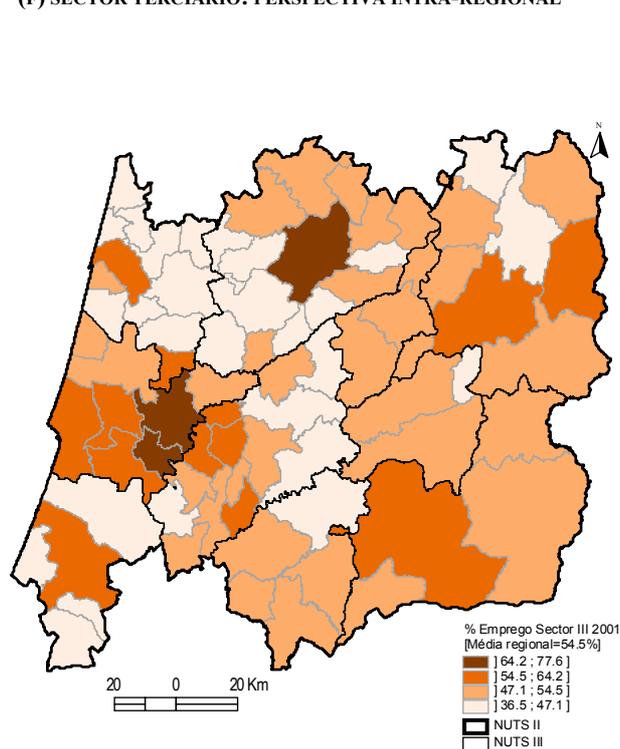
(D) SECTOR SECUNDÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(E) SECTOR TERCIÁRIO: CONTEXTO NACIONAL



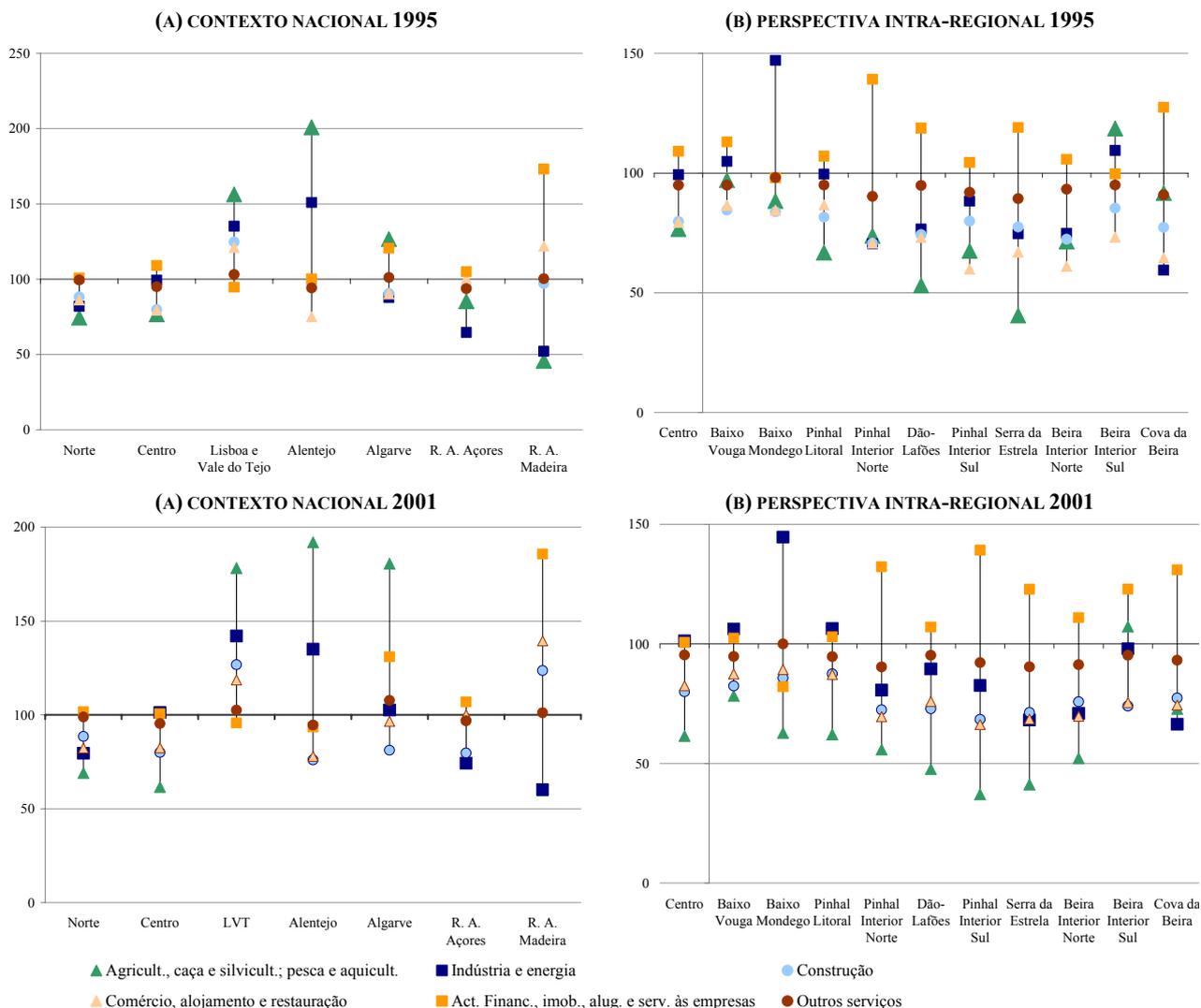
(F) SECTOR TERCIÁRIO: PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Apesar da representatividade que o sector primário ainda assume no contexto da região Centro, o declínio que esta actividade tem evidenciado ao longo da segunda metade da década, tem tido repercussões, também, no aumento do diferencial de produtividade face ao padrão nacional de produtividade desta actividade. A figura seguinte permite comprovar que, entre 1995 e 2001, se acentuou ainda mais a diferença que o nível de produtividade do sector agrícola da região Centro já manifestava, em 1995, face ao nível médio nacional.

FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL = 100)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Analisando o perfil de especialização regional através do indicador de localização, podem tirar-se as seguintes conclusões gerais (Figura 2.3.30):

- O Comércio (G) assume uma posição preponderante na estrutura produtiva de toda a Região, se bem que a sua importância relativa não seja superior à observada no resto do país.
- Em lugar de destaque posiciona-se também um conjunto de actividades terciárias (K), que incluem as Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas, Educação (M), Administração Pública Defesa e Segurança Social (L), denotando-se uma ligeira especialização produtiva da Educação face ao contexto nacional, com uma tendência de consolidação;

- Em terceiro lugar posicionam-se a Construção (F) e a Saúde e Acção Social (N), com uma ligeira especialização desta última actividade;
- Por último, a Agricultura, Produção Animal e Silvicultura (A) bem como a Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água (E), com uma ligeira especialização face ao contexto nacional, mas com evoluções distintas: declínio do sector primário entre 1995 e 2001 e expansão dos serviços de electricidade, água e gás. Por outro lado, as Actividades Financeiras (J) e o Alojamento e Restauração (H) mostram uma tendência regressiva face ao contexto nacional.

A Região revela um nível de industrialização superior à média nacional, a aferir pelo número de indústrias que apresentam um quociente de localização superior à unidade. Estas especializações sectoriais traduzem, todavia, dinâmicas regionais distintas de que se destacam:

- O peso da indústria de Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (DI) no VAB regional, sendo ao mesmo tempo o sector com um maior grau de especialização sectorial face ao contexto nacional; neste grupo de actividades estão incluídas a fabricação de vidro, cerâmicas e faianças do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga.
- O aumento do nível de especialização nacional de actividades como a Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. (DK), a Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (DH), Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão (DE) (representando quatro importantes unidades industriais instaladas na Região) e as Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (DJ).

Fazendo uma leitura do perfil de especialização por sub-região distinguem-se os seguintes padrões:

- O Baixo Vouga e o Pinhal Litoral constituem as regiões de maior dinamismo industrial, sendo de assinalar que na primeira daquelas sub-regiões se verifica uma maior diversificação sectorial, enquanto que o tecido industrial do Pinhal Litoral está mais concentrado sectorialmente, designadamente, nas indústrias do vidro, moldes e plásticos, que coexistem todavia com outras actividades industriais de menor expressão. No Baixo Mondego são de destacar as indústrias alimentares e bebidas, têxteis, vestuário e calçado, madeira e mobiliário, químicas e borracha, cerâmicas, metalúrgicas, máquinas não eléctricas, e componentes para automóveis.
- O Baixo Mondego é forte em algumas actividades de Serviços, nomeadamente, na Educação e Saúde, sendo determinante a actividade desenvolvida pela Universidade de Coimbra; são igualmente relevantes a produção e distribuição de energia e água.
- A agricultura constitui o sector de especialização das sub-regiões Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, as quais têm um peso no VAB regional superior ao que detém no VAB nacional; identificam no entanto algumas especializações industriais como os lanifícios na Serra da Estrela e a madeira no Pinhal Interior Sul.
- O Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões encontram-se numa posição de charneira, combinando algumas indústrias com actividades agrícolas ainda com algum relevo e um desenvolvimento apreciável dos serviços.

Uma análise mais detalhada por sub-região, revela as seguintes situações dominantes em termos de especialização sectorial:

Baixo Vouga:

- Predomínio do *Comércio* (G) e *Serviços* (K) no VAB regional.
- Reforço da especialização e aumento do peso no VAB regional da *Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água*; manutenção da elevada especialização da *Pesca*, ainda que com reduzido peso relativo no VAB regional.
- Localização de um conjunto significativo de indústrias transformadoras com elevados níveis de especialização, das quais se destacam:
 - *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (DI), na qual se inclui a produção de porcelanas, faianças e cerâmico, que regista em todo o caso uma ligeira regressão do indicador de especialização na segunda metade da década;
 - *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos* (DJ), observando um aumento do quociente de localização;
 - *Fabricação de máquinas e de equipamentos*, N.E. (DK);
 - *Fabricação de material de transporte* (DM), sobretudo componentes de automóveis, em forte expansão;
 - *Indústrias transformadoras, n.e.* (DN), que inclui a produção de mobiliário, em expansão.
- Num patamar de especialização substancialmente abaixo das actividades anteriores, e com tendência para perder posição, encontram-se as seguintes actividades:
 - *Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; Edição e Impressão* (DE)
 - *Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica* (DL)
 - *Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais* (DG)
 - *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras* (DD)
 - *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* (DH), sendo esta a única actividade deste grupo que reforçou ligeiramente a sua posição relativa.

Baixo Mondego:

- A *Educação* (segundo sector de actividade a contribuir para o VAB regional) e a *Saúde e Acção Social* destacam-se com um quociente de localização elevado, assim como a *Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água*, apesar de registar um peso inferior no VAB.
- Reduzida especialização e diversificação industrial, concentrada em três grupos de indústrias:
 - *Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão* (DE), com um factor de localização muito significativo e determinante na formação do VAB regional, e que se deve a uma única unidade produtiva instalada na Figueira da Foz;

- *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (DI) e Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco (DA)*, com níveis de especialização bastante inferiores.

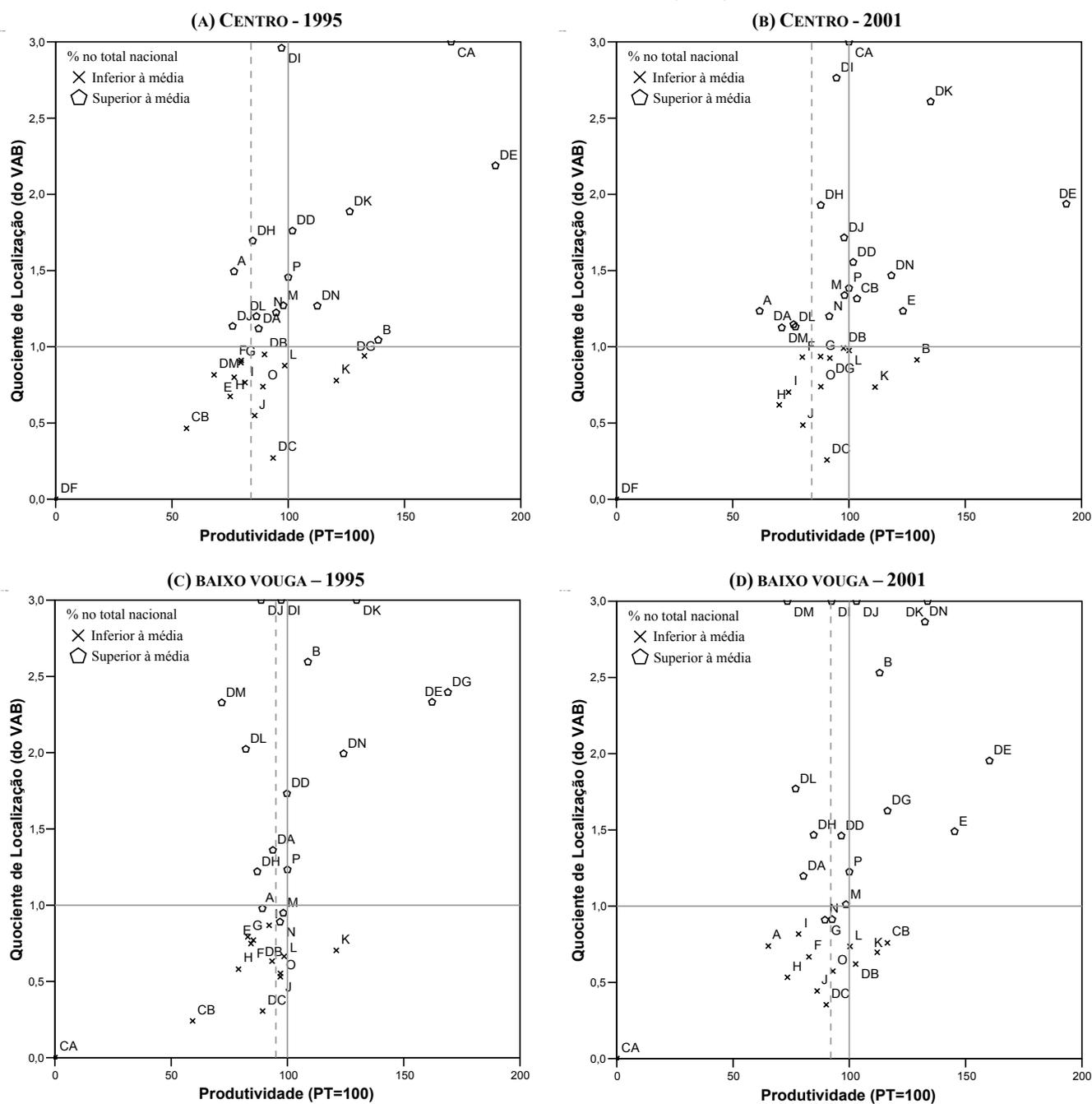
Pinhal Litoral:

- Relevância significativa do *Comércio e Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e Construção*; esta última actividade reforçou a sua posição entre 1995 e 2001.
- Concentração industrial, com factores de localização elevados, em:
 - *Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. (DK)*, incluindo principalmente os moldes metálicos para vidro que viu reforçada a sua especialização sectorial;
 - *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas (DH)*, que inclui fundamentalmente os produtos de plástico;
 - *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (DI)*, nomeadamente, vidro, cristalaria, cerâmicas mas que diminuiu a posição relativa face ao peso que esta indústria detém no país;
- Existência de outras indústrias, com menores índices de especialização, mas acima da média nacional.
 - *Indústrias extractivas com excepção da extracção de produtos energéticos (CB)*;
 - *Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras (DD)*, com tendência decrescente;
 - *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos (DJ)*, a ganhar peso como sector de especialização;
 - *Indústrias transformadoras não especificadas, n.e.*;
 - *Indústrias de pasta de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão.*

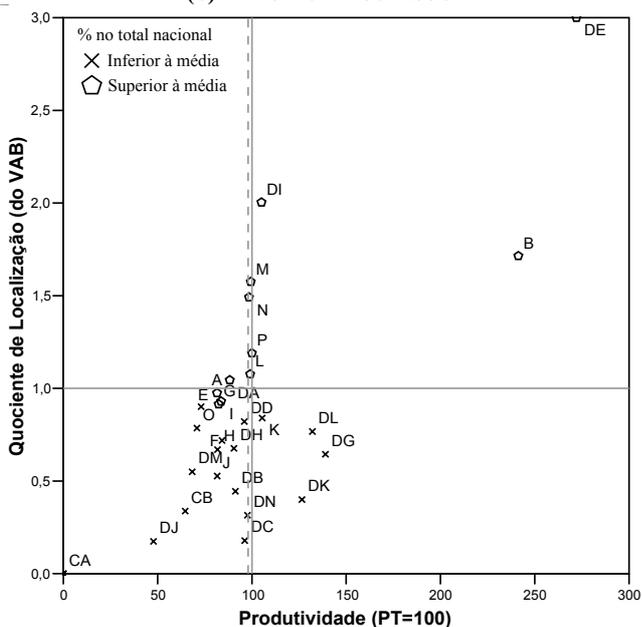
Pinhal Interior Norte

- Os sectores dominantes em termos de especialização e de peso no VAB regional são: *Administração Pública, defesa e segurança social, Educação e Construção*; o *Comércio* perdeu peso enquanto sector de especialização embora tenha mantido o peso no VAB, e a *Agricultura* regrediu significativamente no seu contributo para o VAB. A *Saúde e acção social* também assumem um peso importante;
- A *Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água* reforçaram a sua posição;
- Destaca-se a *Indústria da madeira e da cortiça e sua obras* com um quociente de localização muito significativo, apesar de ter diminuído ligeiramente o peso no VAB, e mais distanciada em posição relativa mas com um peso mais importante no VAB, a *Indústria têxtil*;
- Dignas de destaque encontram-se ainda as seguintes indústrias:
 - *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (DI)*;
 - *Indústrias transformadoras, n.e. (DN)*, em declínio;
 - *Indústrias de pasta, papel e cartão e seus artigos; Edição e impressão.*

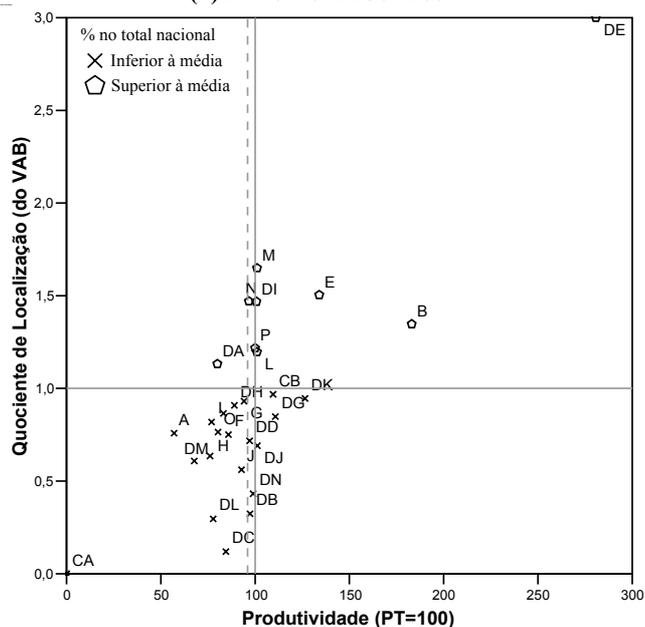
FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB), 1995 E 2001



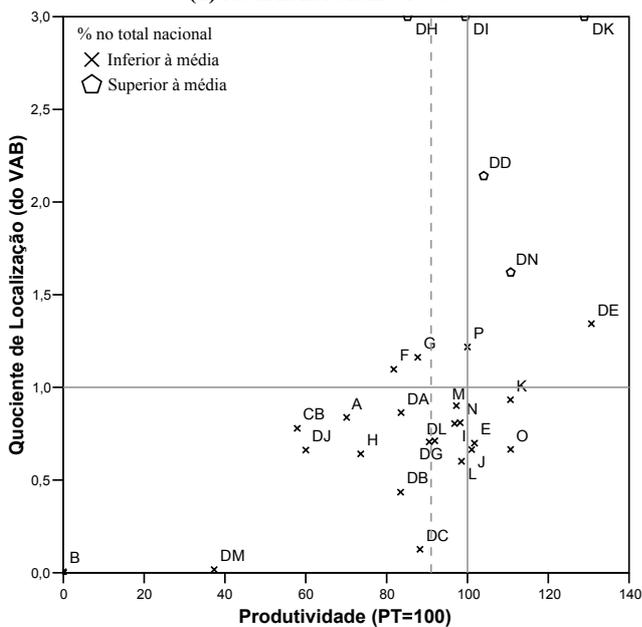
(C) BAIXO MONDEGO - 1995



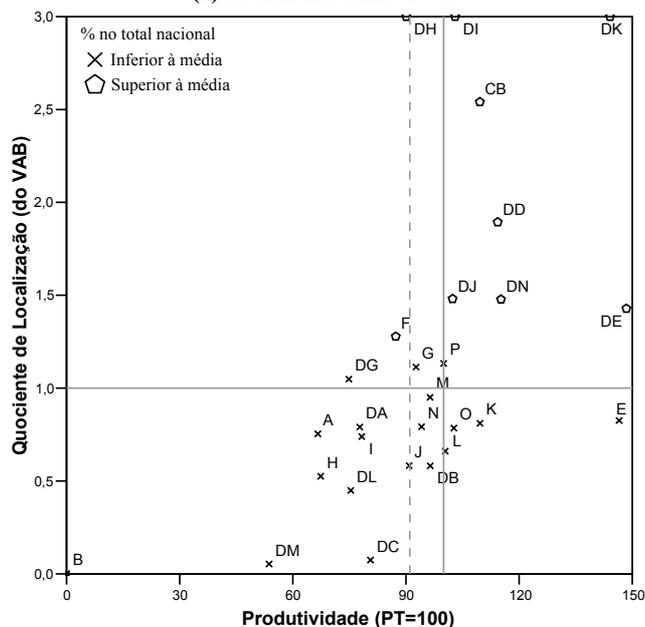
(D) BAIXO MONDEGO - 2001



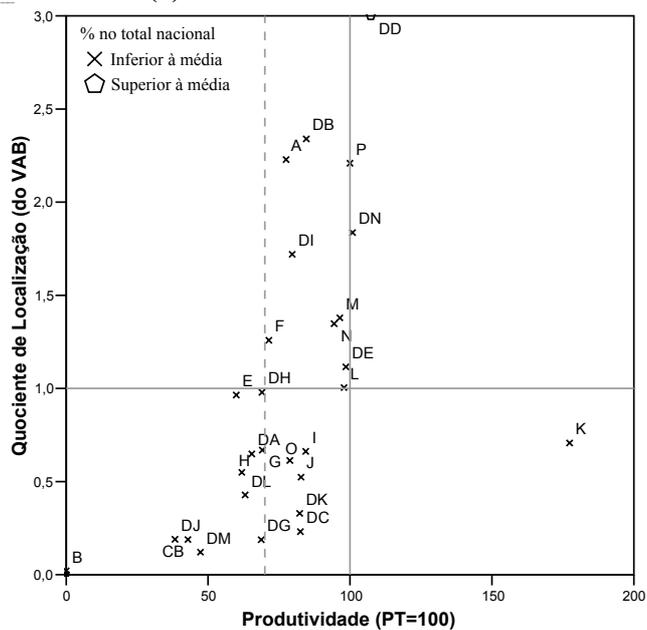
(E) PINHAL LITORAL - 1995



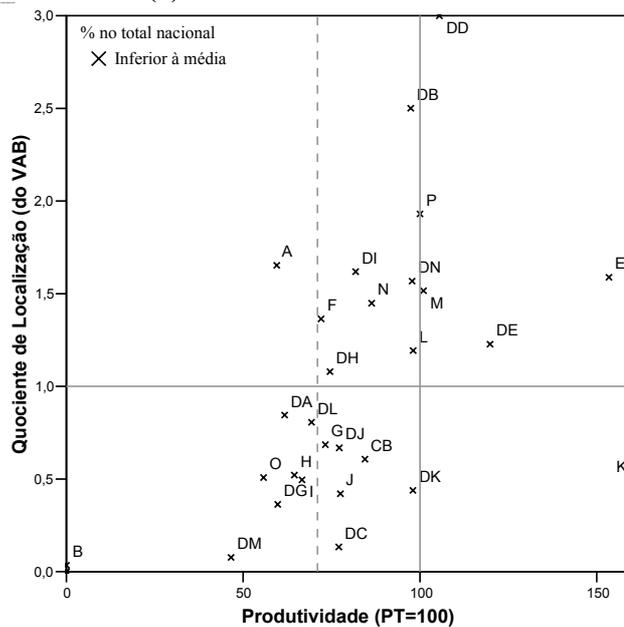
(F) PINHAL LITORAL - 2001



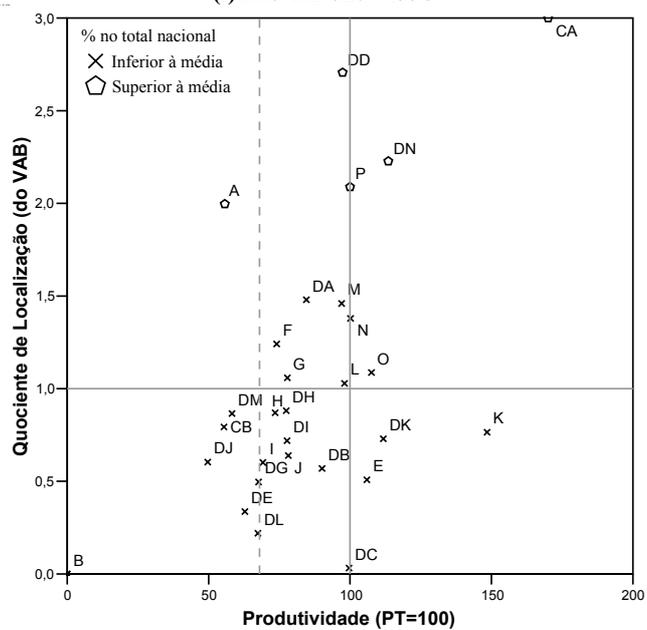
(G) PINHAL INTERIOR NORTE – 1995



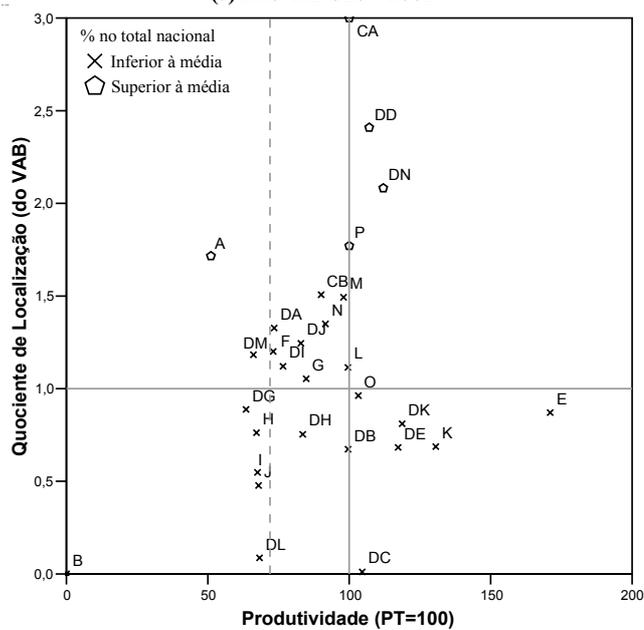
(H) PINHAL INTERIOR NORTE – 2001



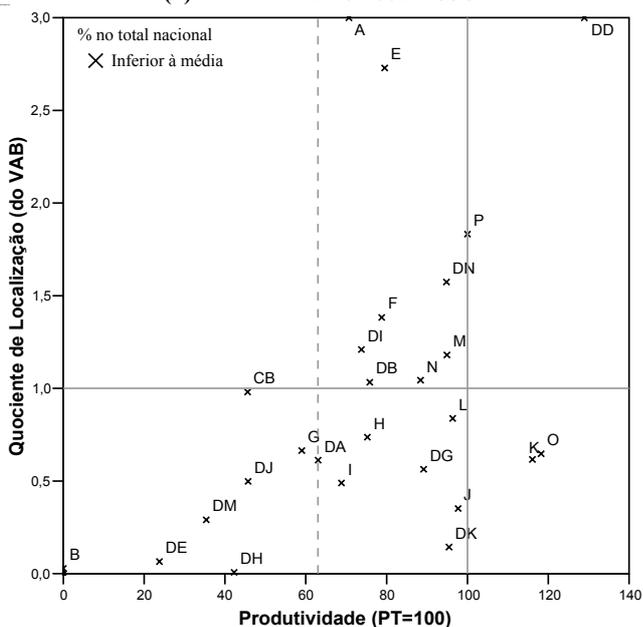
(I) DÃO-LAFÕES – 1995



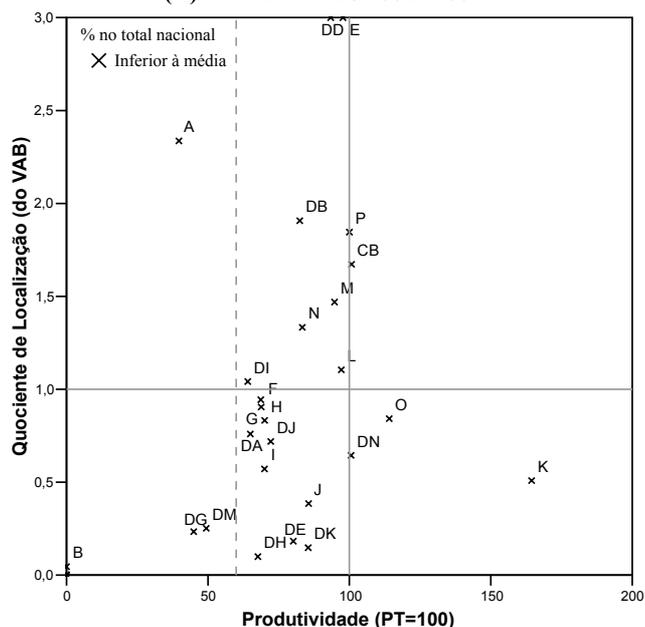
(J) DÃO-LAFÕES – 2001



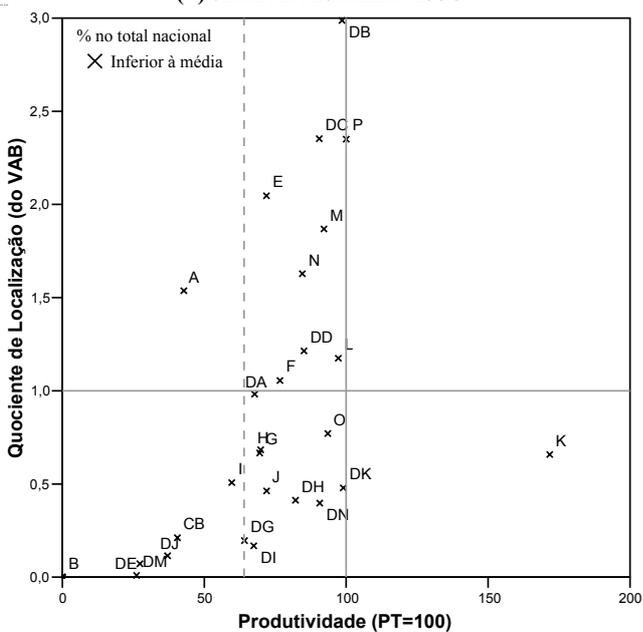
(L) PINHAL INTERIOR SUL - 1995



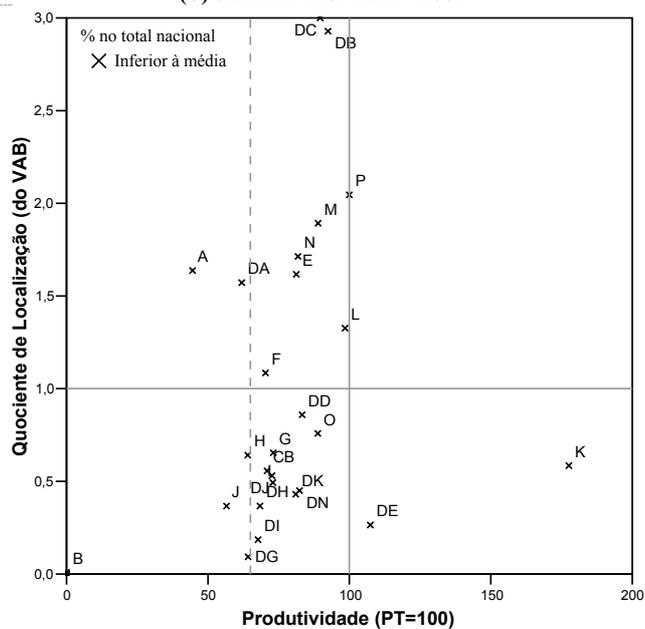
(M) PINHAL INTERIOR SUL - 2001



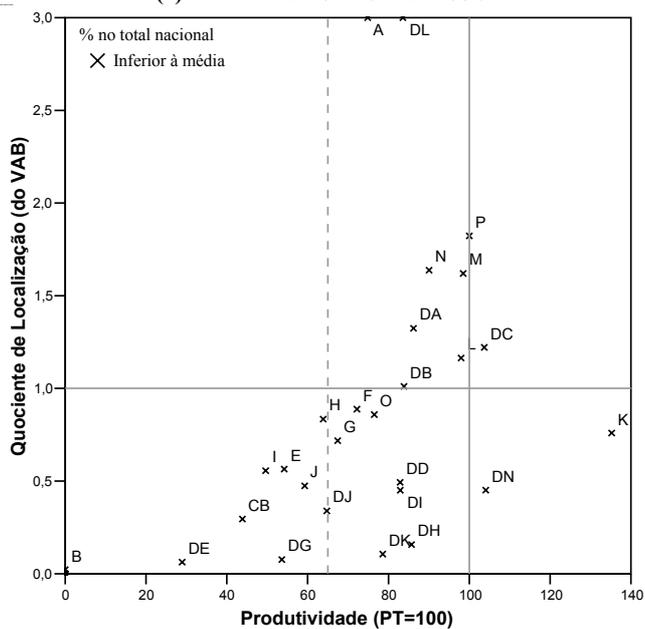
(N) SERRA DA ESTRELA - 1995



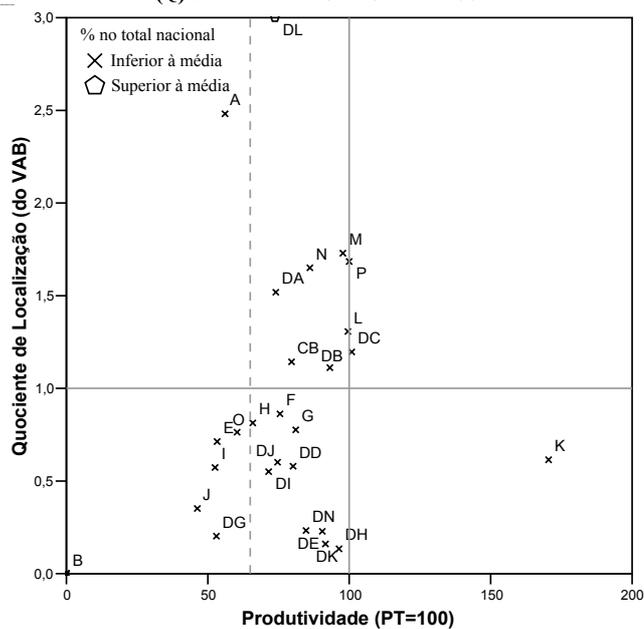
(O) SERRA DA ESTRELA - 2001



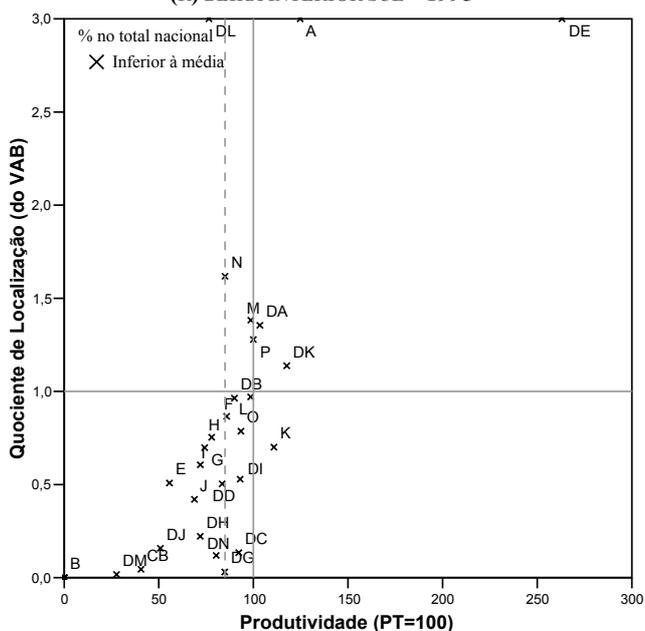
(P) BEIRA INTERIOR NORTE – 1995



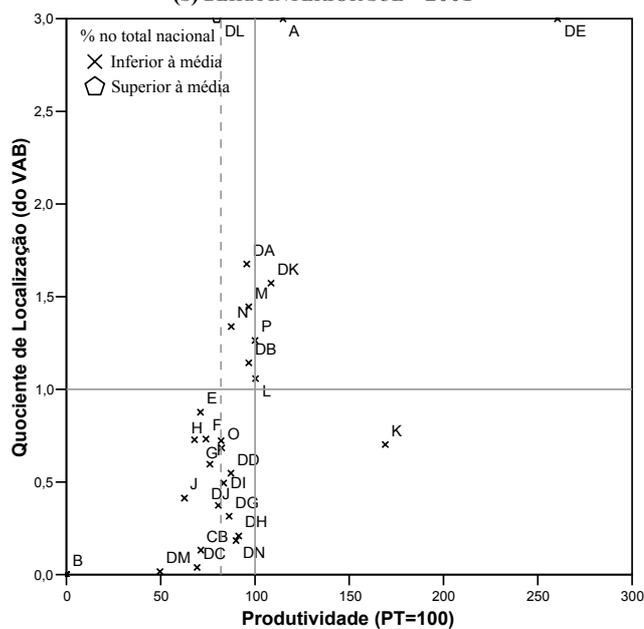
(Q) BEIRA INTERIOR NORTE – 2001

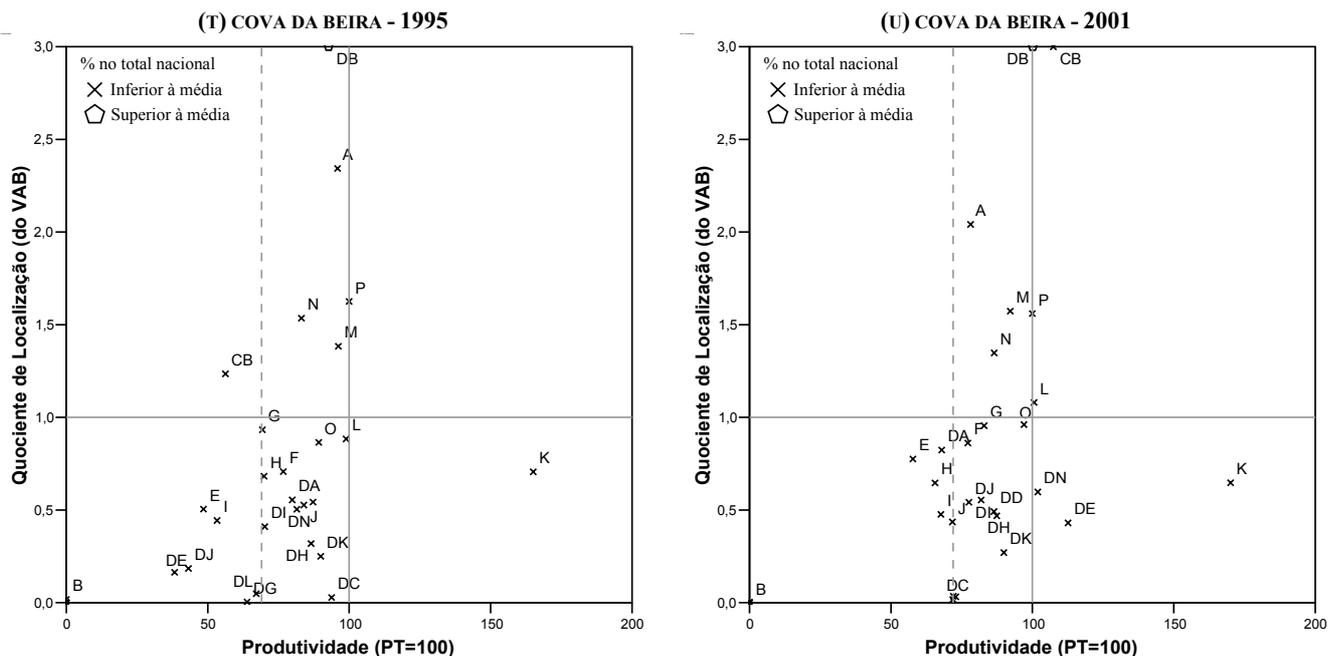


(R) BEIRA INTERIOR SUL – 1995



(S) BEIRA INTERIOR SUL – 2001





Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
- Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
- Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.

QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Actividades financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolif. refinados e combustível nuclear	L	Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. E outras instituições extraterritoriais
DL	Fab. equipamento eléctrico e óptica		

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

Pinhal Interior Sul

- O sector primário viu o seu peso no VAB reduzir-se a metade, deixando o seu lugar ao Comércio, Educação e Administração pública, defesa e segurança social.
- Elevada especialização na *Indústria da madeira e da cortiça e suas obras*, embora em perda de velocidade.
- A *Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água* e a *Indústria têxtil* reforçaram a sua elevada especialização e o peso no VAB regional.
- Esta sub-região deixou de ser especializada em *Indústrias transformadoras*, n.e e aumentou a sua especialização em *Indústrias extractivas* com excepção da extracção de produtos energéticos.

Serra da Estrela

- A estrutura produtiva da Serra da Estrela está concentrada num número reduzido de actividades com uma elevada especialização relativa:
 - Principais sectores na estrutura do VAB: *Educação; Administração Pública, defesa e segurança social, Saúde e Acção social;*
 - Sectores de maior especialização face ao país: *Indústria do couro e dos produtos do couro* (em aumento) e *Indústria têxtil*, em declínio devido à crise dos lanifícios;
 - Sectores com menor peso no VAB e com quocientes de especialização mais reduzidos, mas ainda assim com índices superiores à média: *Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, Agricultura, produção animal, caça e silvicultura e Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco.*
- As restantes indústrias praticamente não têm expressão.

Beira Interior Norte

- A *Agricultura* que em 1995 tinha o maior peso no VAB foi ultrapassada pela *Educação, Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória, Comércio e Saúde e Acção social*. Estas actividades, com excepção do comércio, apresentam um apreciável nível de especialização.
- No sector industrial apenas têm relevância a *Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica (DL)* (elevadíssima especialização e peso no VAB e em aumento, e em plano inferior, e as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, Indústria Têxtil e Indústria do couro e dos produtos do couro e Indústrias extractivas com excepção da extracção de produtos energéticos* que viu o seu peso aumentar.

Beira Interior Sul

- Tecido produtivo concentrado num número reduzido de actividades.
- A *Agricultura*, apesar de se revelar em declínio, mantém um peso relevante no VAB e enquanto sector de especialização. A *Educação e Saúde e acção social* detêm um índice de especialização superior a 1.
- Das indústrias destaca-se a *Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica (DL)*, em expansão, as *Indústrias de pasta, papel e cartão e seus artigos; Edição e impressão (DE)*, a *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* e a *Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.*.

Cova da Beira

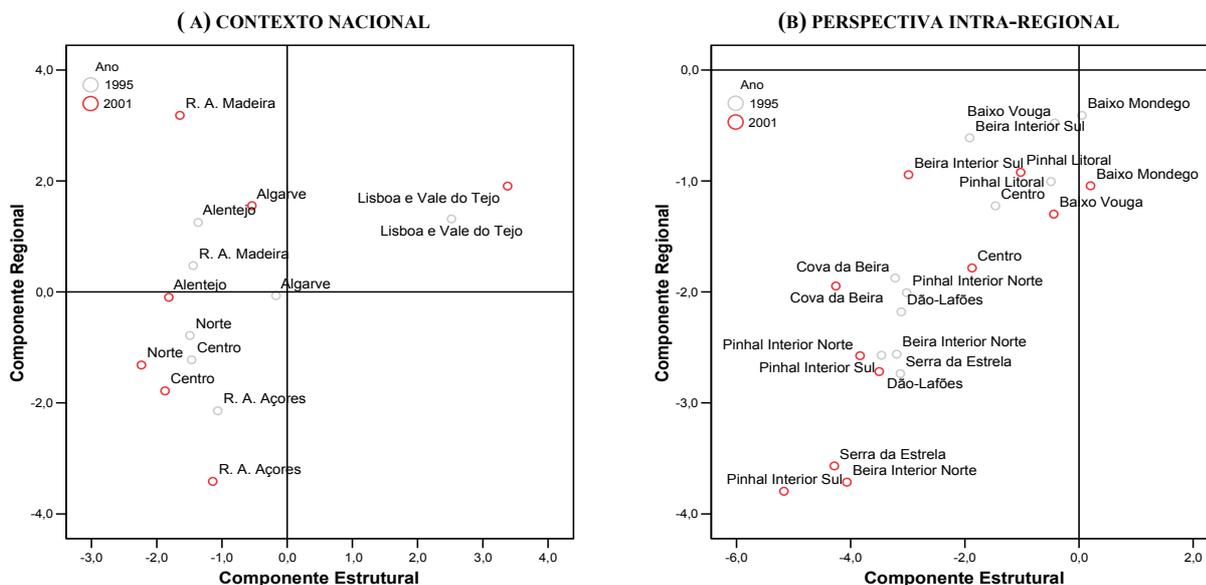
- Fraca dinâmica empresarial.
- *Indústrias extractivas com excepção da extracção de produtos energéticos* com o maior nível de especialização.
- A *Agricultura* diminuiu significativamente o seu peso no VAB embora se mantenha como sector de elevada especialização.
- O *Comércio* é a principal actividade na estrutura do VAB.
- *Educação e Saúde e Acção social* detêm um quociente de localização superior à unidade.

Dão-Lafões

- Os sectores dominantes na estrutura do VAB são o *Comércio, a Educação e a Administração Pública, Actividades imobiliárias e Saúde e Acção Social*;
- Na indústria, apenas a *Alimentar* revela um pequeno peso na estrutura do VAB regional;
- O único sector com uma elevada especialização é a *Extracção de minerais*.

Analisando a relação entre a estrutura de especialização (ou diversificação) e o nível de produtividade, conclui-se que, ao longo dos anos 90, a Região Centro recuou ligeiramente no diferencial de eficiência a par de um aumento do diferencial de especialização (ou seja menor diversificação), contrariando assim o padrão dominante a nível nacional, caracterizado por uma redução do diferencial de especialização (ou maior diversificação), e por uma correspondente melhoria do diferencial de eficiência (Figura 2.3.31).

**FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90:
ANÁLISE SHIFT-SHARE**



Nota: A análise *shift-share* decompõe os diferenciais de produtividades da região face ao país em duas parcelas: Componente Estrutural - diferencial de produtividade da região em relação ao país, resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a região e o país, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

A região Centro apresenta uma estrutura regional do VAB industrial por factores-chave de competitividade que revela, face à estrutura nacional, em 1995, pesos relativos mais acentuados das actividades que se baseiam na exploração dos recursos naturais e nas actividades ligadas à diferenciação do produto, como contrapartida, de uma “subrepresentação”, face ao espaço nacional, das actividades centradas na I&D, na exploração de economias de escala e nos baixos custos do trabalho (Figura 2.3.32).

A evolução registada entre 1995 e 2001 reduziu consideravelmente a expressividade destas divergências, apresentando a estrutura produtiva da região Centro um padrão muito semelhante ao nacional em termos da estrutura do VAB por factores chave de competitividade. Ainda assim, ao nível interno da região Centro, mantiveram-se as principais divergências evidenciadas face ao padrão nacional do VAB industrial por factores chave de competitividade, retratando, aliás, as especificidades do perfil de especialização produtiva de cada uma destas regiões.

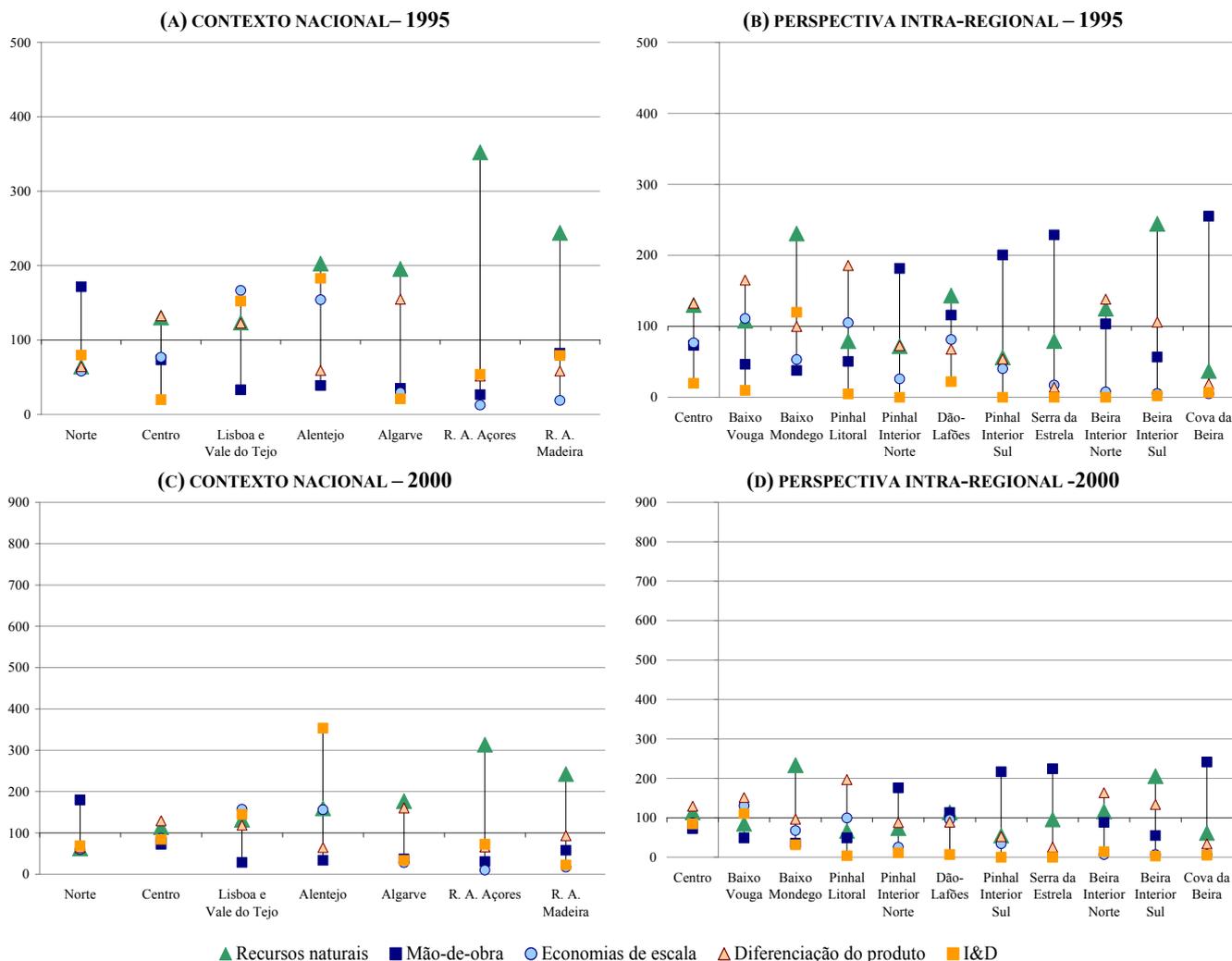
**CAIXA 2.5 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE:
A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “ <i>sourcing</i> ”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

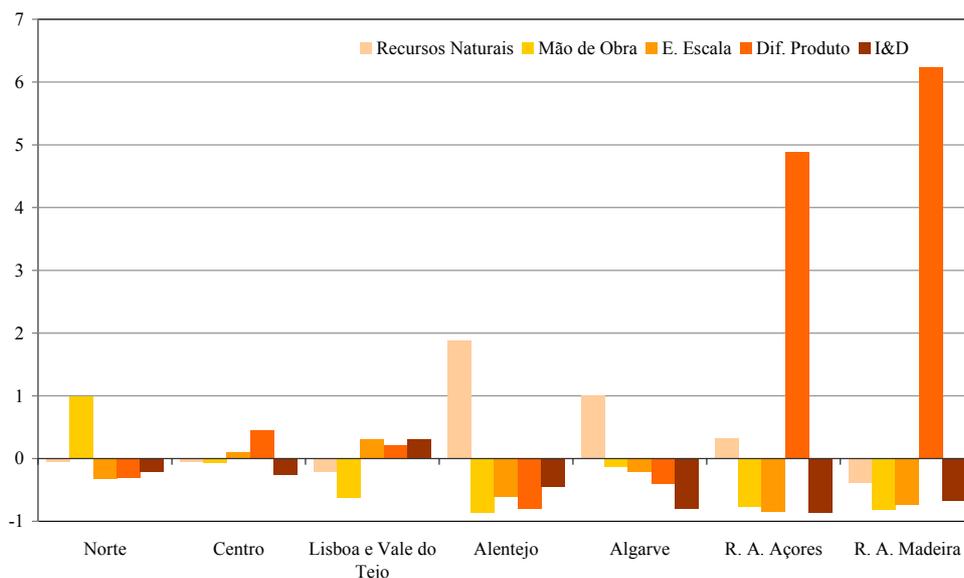
(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

**FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE, NOS ANOS 90
(PORTUGAL = 100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Numa análise das vantagens comparativas reveladas por factor-chave de competitividade, destacam-se na região Centro os sectores industriais ligados à diferenciação do produto (**Error! Reference source not found.**). A relevância da capacidade competitiva que estes sectores assumem nos mercados externos coloca a região numa posição em que a aposta estratégica regional deverá alicerçar-se, no futuro, na manutenção e reforço destas vantagens comparativas, em paralelo com a tentativa de recuperação da posição debilitada que evidencia nos sectores em que a I&D se assume como factor chave de competitividade, apostando não só na elevação na cadeia de valor de sectores mais tradicionais onde apresenta maior aptidão e/ou vocação exportadora, mas também nos sectores emergentes de maior conteúdo tecnológico.

FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)

Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

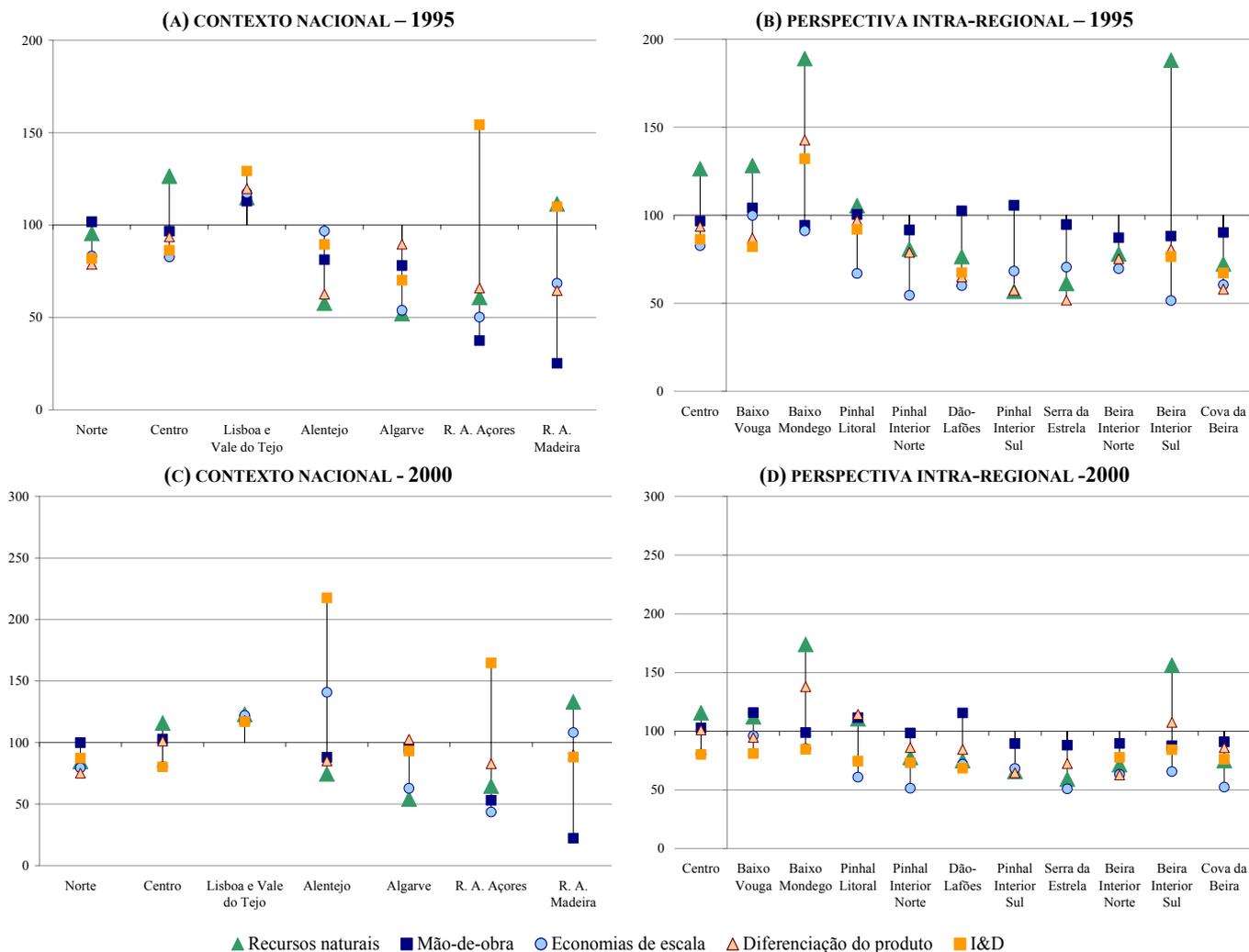
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

A análise da produtividade por factores chave de competitividade na Região Centro não se distancia significativamente da média nacional, sendo merecedoras de destaque duas situações que retratam comportamentos opostos: as actividades com uma componente relevante de I&D apresentam níveis de produtividade inferiores à média do país, enquanto que as actividades cujo principal factor de competitividade são os recursos naturais alcançam níveis relativos de produtividade ligeiramente superiores (Figura 2.3.34).

Apenas as actividades baseadas nos “recursos naturais” como factor de competitividade apresentam produtividades acima da média nacional. Todavia, este desempenho apenas se regista nas sub-regiões do Baixo Mondego e Beira Interior Sul, e em menor escala, no Baixo Vouga e no Pinhal Litoral. Surpreendentemente as sub-regiões que baseiam a sua economia na floresta (Pinhal Interior Sul Norte) revelam produtividades abaixo da média

As actividades que assentam a sua competitividades em economias de escala não conseguem obter níveis de produtividades satisfatórios na generalidade das sub-regiões da Região Centro.

**FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**

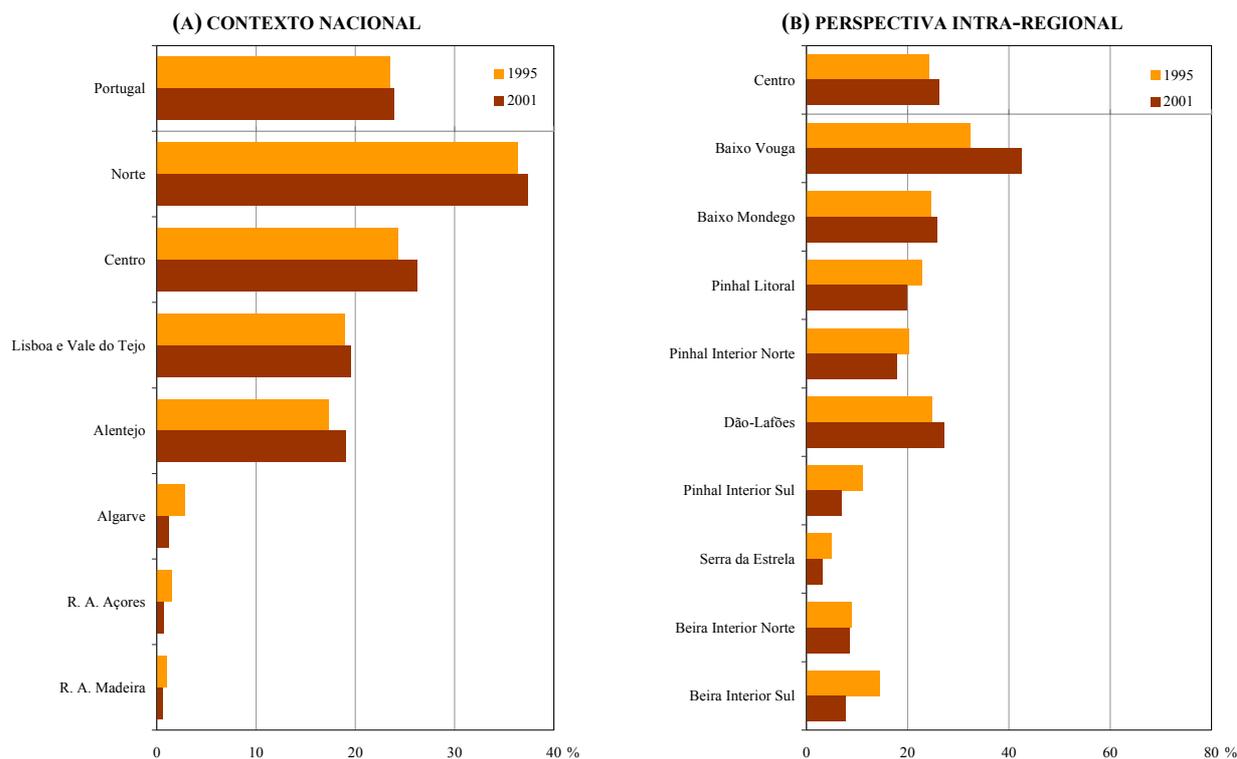


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

A intensidade exportadora da região Centro registou, entre 1995 e 2001, uma evolução positiva e superior à nacional (Figura 2.3.35). Este indicador, e respectiva evolução, resulta da existência na Região de um modelo industrial disperso, porém alicerçado nalguns pólos industriais de dinamismo significativo, como sejam os pólos da Marinha Grande, Leiria e Aveiro, que, conforme já referido anteriormente, apresenta uma significativa capacidade exportadora em sectores sustentados por um perfil de diferenciação de produto e com elevado valor acrescentado.

Este indicador de internacionalização assume, em consonância, valores de maior relevância nas sub-regiões Baixo Vouga, Baixo Mondego e Dão-Lafões.

FIGURA 2.3.35 – EVOLUÇÃO DA INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade Exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

CAIXA 2.6 – A DIALMAR: UM CASO DE SUCESSO NUM SECTOR EM CRISE E NUMA REGIÃO DEPRIMIDA

1. A Situação Problemática

A DIALMAR representa uma situação que, numa primeira abordagem, parece paradoxal: localiza-se numa região com um ambiente socio-económico deprimido, que não oferece os factores de competitividade habitualmente definidos como essenciais ao sucesso das empresas, uma região cuja indústria têxtil vem atravessando uma grave crise de sobrevivência.

A Cova da Beira, região onde se localiza a empresa, apresenta o índice mais baixo de especialização industrial, e o único sector onde apresenta um índice superior à média nacional é o das “Actividades financeiras, imobiliário, aluguer e serviços às empresas”. Seguramente que não estão incluídas nestas actividades serviços avançados às empresas. As acessibilidades em termos de transportes só muito recentemente, com o avanço do IP2/IP6, permitem um acesso mais rápido aos mercados de destino.

Todavia, esta empresa tem conseguido ultrapassar as condições adversas impostas pelo ambiente sócio-económico onde se insere, e revela-se uma empresa competitiva no mercado nacional e internacional.

2. As Soluções Procuradas

A empresa teve um percurso iniciado com uma estrutura quase familiar (foi fundada por 4 alfaiates em Maio de 1965) para alcançar uma significativa dimensão, com mais de 400 profissionais (costureiras e alfaiates). A empresa mantém o espírito iniciado na década de 60, no sentido artesão da alfaiataria tradicional.

A empresa apostou na criação de uma marca própria, o que pressupunha uma aposta na qualidade como condição sine qua non. A procura da certificação foi assim uma forma de evidenciar a qualidade da empresa, credibilizando-a e diferenciando-a no mercado, para além de permitir a racionalização tanto da estrutura organizativa, como de todos os processos

A implementação dum Sistema da Qualidade tornou-se para a empresa um objectivo imprescindível, culminando com a certificação em 2001 de acordo com a Norma NP EN ISO 2002:1995. Em Agosto de 2003 foi feita a transição para a nova Norma NP EN ISO 9001:2000

Ao nível produtivo investiu em equipamentos necessários por forma a manter os níveis de qualidade e produtividade exigidos. A contratação de um técnico italiano, com um percurso profissional muito rico na área da confecção em Itália, veio claramente ao encontro da manutenção, inovação e novos conceitos ao nível da produção e qualidade.

Numa perspectiva de diversificação e alargamento do mercado consumidor, a empresa apostou na distribuição própria, concretizado mediante a gestão de uma rede de lojas próprias com localização preferencial em zonas ou centros comerciais de elevada imagem e potencial comercial. Esta linha de desenvolvimento estratégico visava assegurar a aproximação ao seu mercado consumidor final.

3. Os Resultados

A facturação total da empresa no ano de 2003 foi de aproximadamente 15 milhões de Euros, representando o mercado externo cerca de 45 % desta facturação. Os principais países de exportação são a Espanha com 63 %, França 26 % e Estados Unidos com 10 % do total do valor exportado.

Existem abertas ao público seis lojas com a marca DIALMAR Em Espanha, dando continuidade à internacionalização da marca, abriu, em 2002, uma loja na cidade de Badajoz. No mercado nacional e na perspectiva de consolidação da notoriedade da marca, existem três lojas na área da Grande Lisboa e duas lojas no Grande Porto. Este mercado representou para a empresa no ano 2003 cerca de 10 % do total do seu volume de facturação.

2.3.5. Estrutura da procura

Na região Centro, à semelhança do que se verifica a nível nacional, as principais despesas dos agregados familiares concentram-se na habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis e no consumo de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

O padrão de consumo das famílias residentes na região Centro, no que diz respeito ao peso das despesas dos agregados familiares afectas ao lazer, distração e cultura, apresenta grande proximidade com o padrão nacional.

É evidente na Região uma progressiva e homogénea litoralização da concentração da população e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, traduzidos em fenómenos muito específicos de forte capacidade concelhia de polarização do emprego.

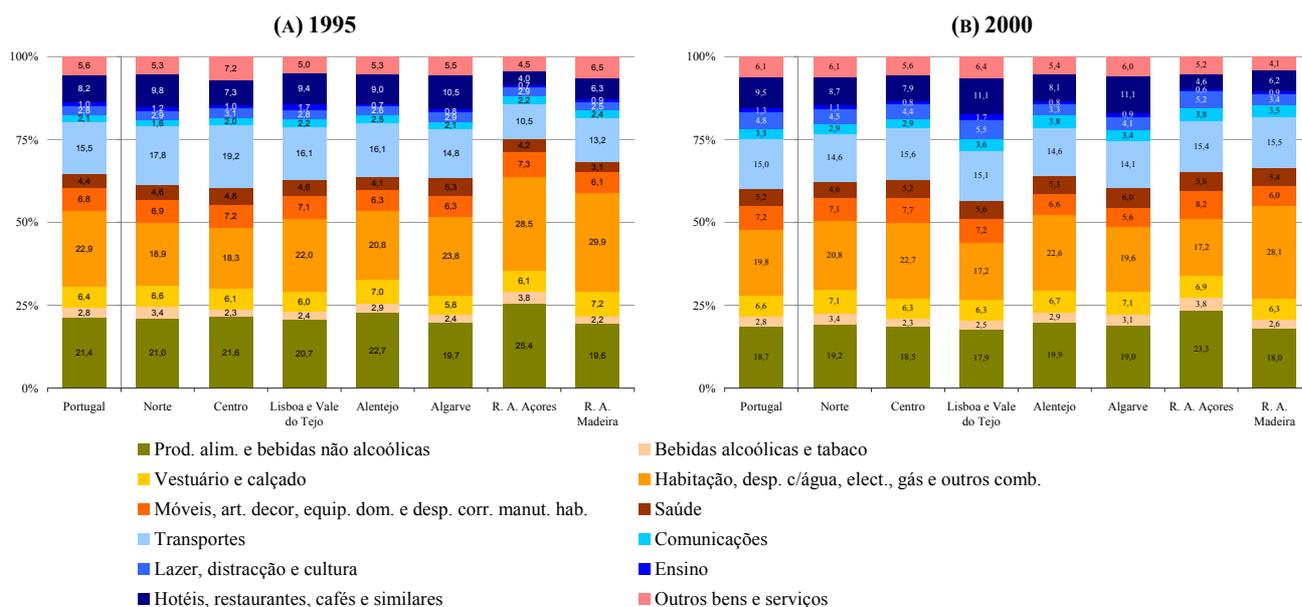
Na caracterização dos padrões regionais de consumo, principalmente na relação que se estabelece entre o nível de vida de uma região e o consumo de bens e serviços avançados, é necessário ter presente o equilíbrio que se estabelece entre a predisposição para o seu consumo (assente em factores como o nível de rendimento) e a disponibilidade de fornecimento e acesso a este tipo de bens (assente em factores

como a procura existente para este tipo de serviços e densidade populacional crítica ou nível de urbanização que viabiliza a sua existência).

Nas regiões onde existe um nível de vida mais elevado tende a estabelecer-se um ciclo virtuoso em que a “existência de procura gera o aumento da oferta”, ao passo que nas regiões de mais baixo nível de vida o ciclo estabelecido, em que a “inexistência de procura inibe o aumento da oferta”, tende a ser vicioso – a menor capacidade financeira e a menor predisposição ao consumo daqueles serviços por parte da população restringem a sua oferta, quer em quantidade quer em termos da diversidade e inovação que lhes pode ser associada.

Na região Centro a classe de despesa produtos alimentares e bebidas não alcoólicas era, em 1995, a que absorvia a maior fatia do total das despesas dos agregados familiares (Figura 2.3.36). No ano 2000 esta classe de despesa foi ultrapassada pelas despesas com a habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, verificando-se, como tal, uma tendência de convergência da estrutura de despesas dos agregados familiares residentes na região Centro face ao padrão nacional (também no peso que representam as despesas ligadas ao lazer, distração e cultura na estrutura de despesas das famílias da região Centro se evidencia uma grande proximidade face ao padrão nacional).

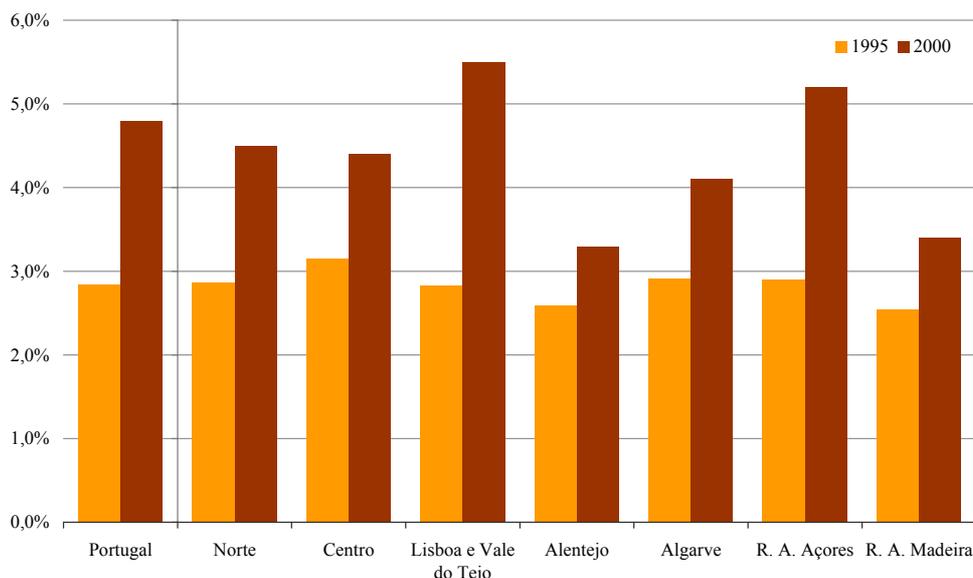
FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

O padrão de consumo das famílias residentes na região Centro, no que diz respeito ao peso das despesas dos agregados familiares afectas ao lazer, distração e cultura, apresenta grande proximidade com o padrão nacional – no ano 2000 cerca de 4,3% das despesas dos agregados da Região (Figura 2.3.37) foram empregues no consumo dos denominados serviços avançados (valor ligeiramente inferior à média nacional). Entre 1995 e 2000 registou-se um aumento do peso relativo do consumo deste tipo de serviços no total das despesas dos agregados familiares na ordem dos 1.2 p.p..

FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Despesas em lazer, distração e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

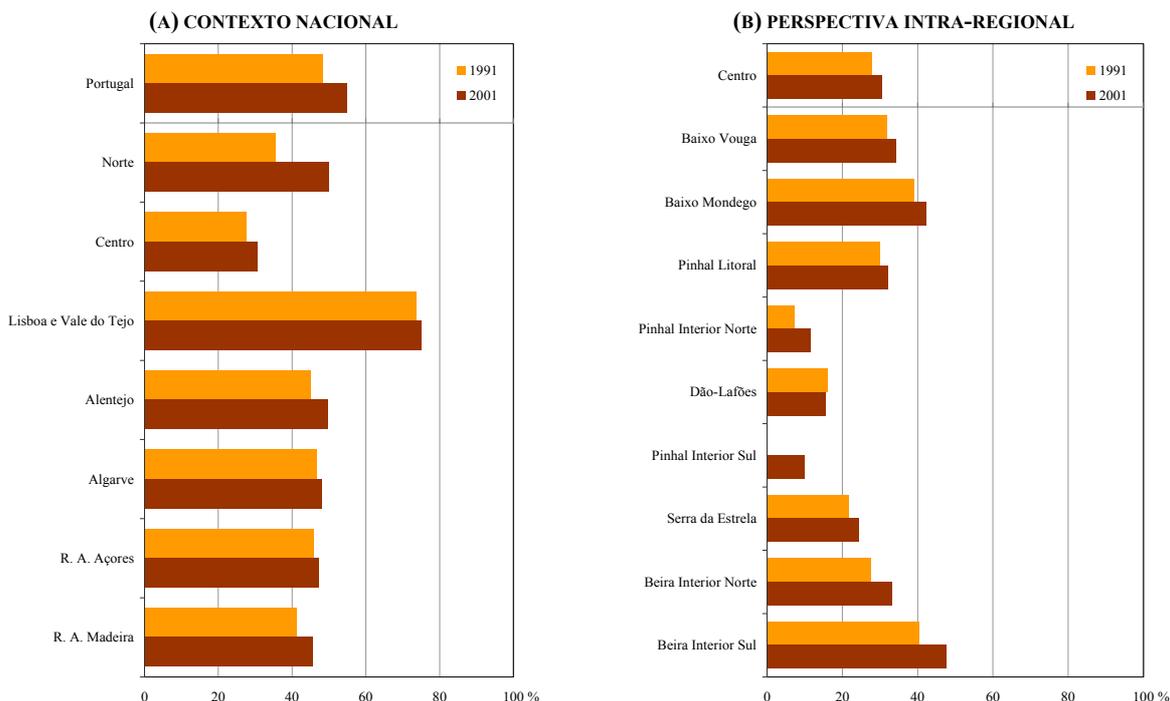
Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

A concentração urbana de população e a generalização de padrões de consumo e de estilos de vida urbanos são tendências que, reconhecidamente associadas ao fenómeno de urbanização, se têm vindo a acentuar no domínio da organização do território, com os consequentes impactos ao nível do ambiente e da qualidade de vida das populações. O processo de urbanização tem sido simultaneamente causa e consequência de diversos fenómenos, em que se podem destacar a maior agressividade da concorrência, o fomento e massificação da utilização de produtos e serviços tendencialmente mais avançados e com maior incorporação de valor acrescentado e a maior facilidade de contacto e aproximação induzidos pelos progressos nas comunicações, afirmando-se como uma tendência preponderante no decorrer das últimas décadas.

Na região Centro podem destacar-se duas tendências do fenómeno de urbanização, que constituem as duas vertentes essenciais da evolução do modelo de povoamento existente no sentido do reforço da tendência de urbanização: uma progressiva e homogénea litoralização da concentração da população e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, particularmente relevante no que toca à concentração de população com formação superior.

Note-se, ainda assim, que a região Centro é a região portuguesa que apresenta menor taxa de urbanização, exactamente pela já referida coexistência de espaços urbanos e rurais (Figura 2.3.38). De qualquer forma, o mapa B da Figura 2.3.39 permite destacar a existência de taxas de urbanização mais significativas, quer nos concelhos mais litorais da região Centro, quer nos principais centros urbanos dos concelhos interiores.

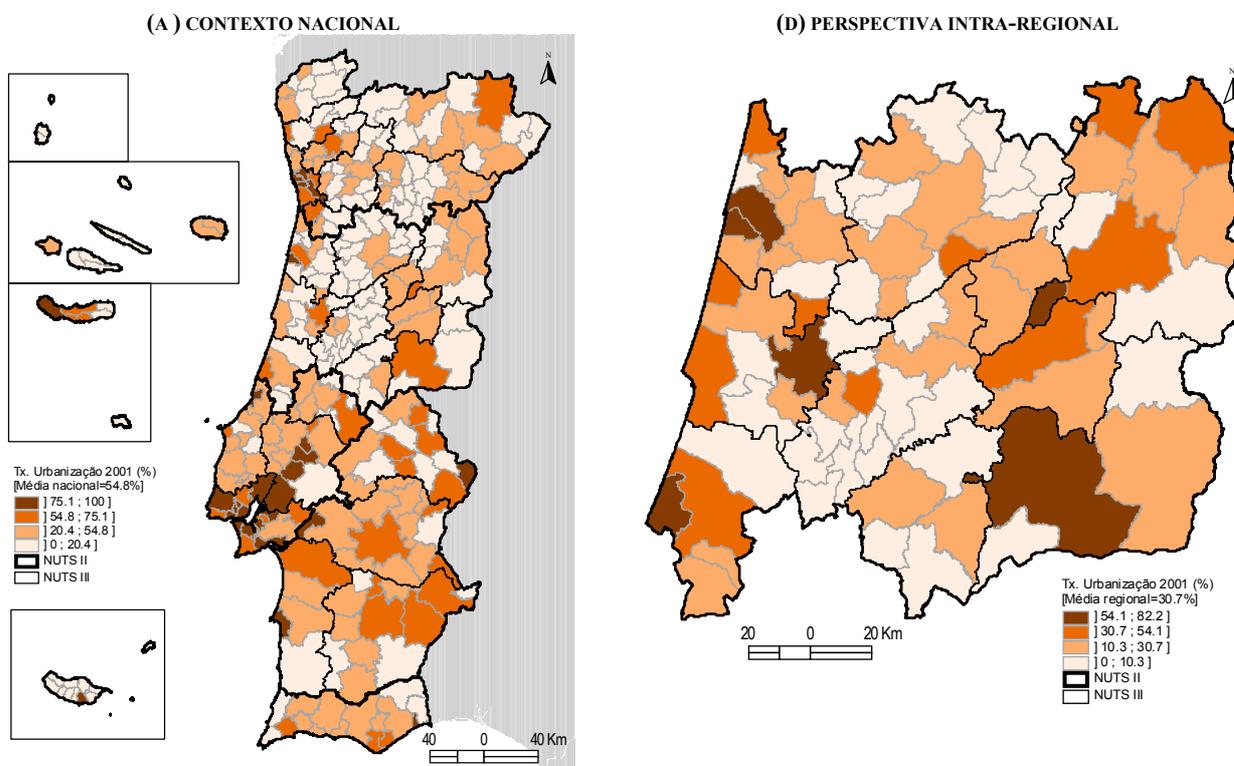
FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2 000 habitantes / População residente total, em %.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



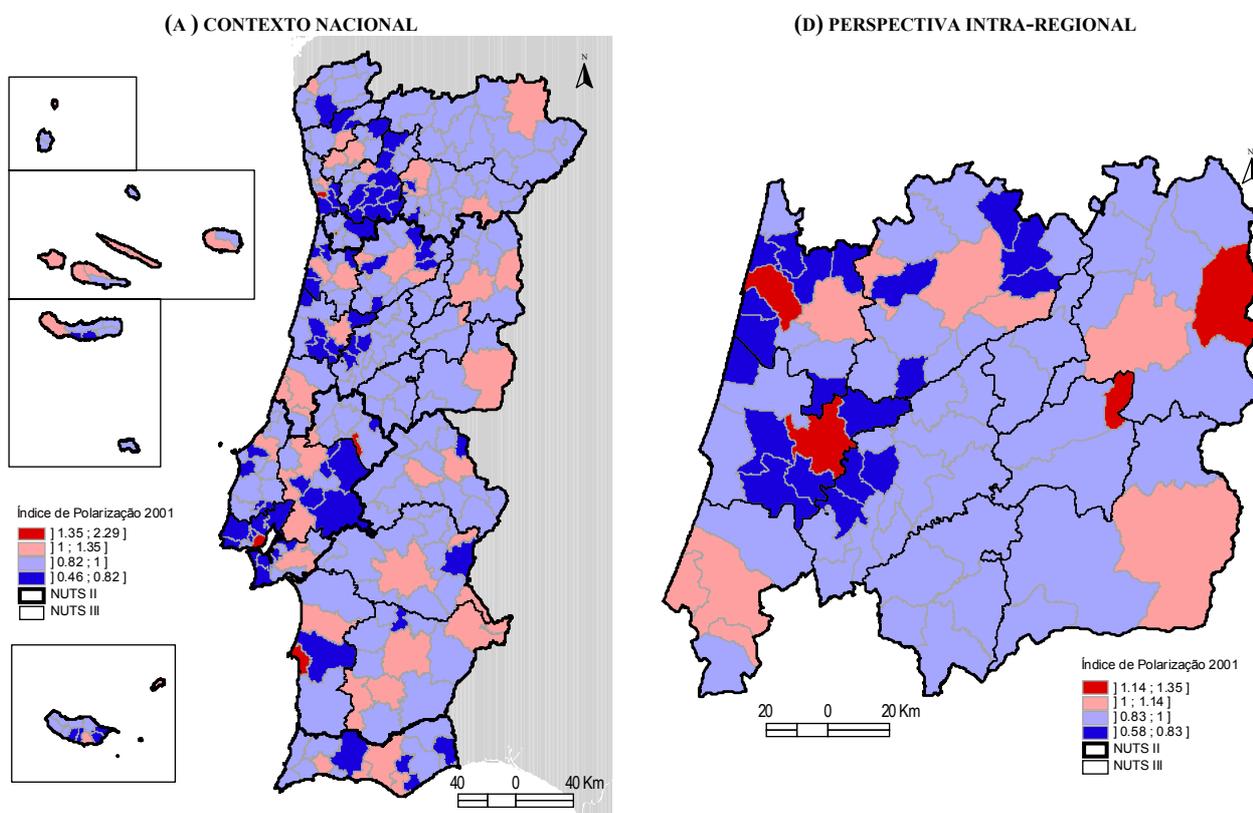
Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2 000 habitantes / População residente total, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

A região Centro apresenta um padrão do índice de polarização que se pode considerar bastante difuso (Figura 2.3.40):

- Destacam-se, com maiores índices de polarização, os concelhos de Coimbra e Aveiro, e pela capacidade de, na área envolvente destes concelhos se estabelecer uma área envolvente que parece ser absorvida, em termos de captação de emprego, pelo maior dinamismo destes centros urbanos. Esta situação constitui o reflexo, ao nível da capacidade de polarização do emprego, da capacidade de agregação que estes concelhos evidenciam, quer em termos de urbanização quer em termos da concentração das principais actividades empregadoras e agentes económicos que contribuem para a atracção da população empregada;
- Os concelhos de Almeida e Manteigas, apesar de também apresentam índices consideravelmente elevados de polarização do emprego, não revelam, contudo, uma capacidade tão expressiva de captação do emprego dos concelhos circundantes.

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de polarização = População empregada na unidade territorial / População residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade territorial).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

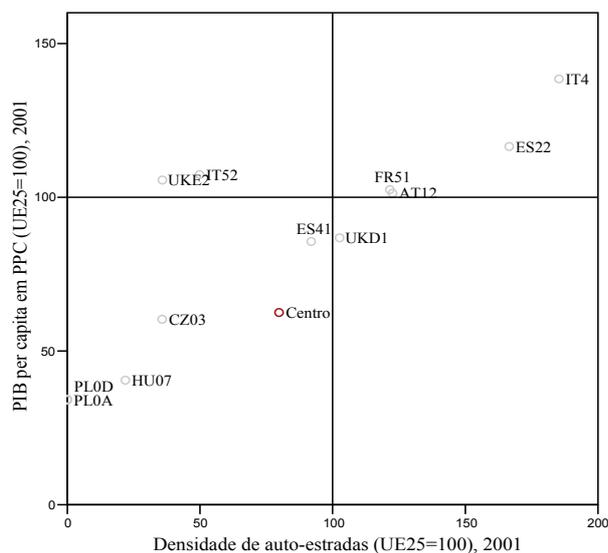
2.3.6. Infraestruturas de suporte

No domínio das infraestruturas económicas e sociais, reconhece-se em geral que a dotação regional de infraestruturas é uma condição necessária mas não suficiente para assegurar a competitividade regional e garantir um adequado padrão de vida. Importa, por isso, verificar a sua real relevância face ao padrão de especialização produtiva da Região, bem como a sua distribuição no território, o mix de infraestruturas de apoio à actividade produtiva e as infraestruturas de natureza social.

Desde logo, numa estrutura demográfica e sócio-económica dualista como a da Região Centro (entre um litoral relativamente dinâmico e um interior em processo de desertificação), colocam-se opções difíceis, como seja a opção por investir em infraestruturas em zonas de escassa densidade demográfica do interior ou em infraestruturas económicas em zonas que apresentam um potencial mais elevado, beneficiando da mancha demográfica (cerca de 500000 habitantes) que se estende continuamente ao longo do litoral da região. A este respeito, a análise das opções de investimento feitas nos últimos anos mostra um compromisso em nome da coesão social e económica que, em todo o caso, implica o sacrifício de alternativas com um impacto mais imediato e mais efectivo sobre o crescimento económico.

A disponibilidade de infraestruturas constitui um factor de crescimento e de desenvolvimento, mas por seu lado, o crescimento económico liberta recursos para suportar os elevados investimentos requeridos para manter e aumentar o stock de infraestruturas. Numa perspectiva dinâmica, o padrão de crescimento económico determina o padrão de infraestruturas e, sobretudo, a qualidade dos serviços disponibilizados. A Figura 2.3.41 denota justamente uma elevada correlação entre o nível de PIB *per capita* e a densidade de auto-estradas, relação que vem em apoio da relação acima referida.

FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



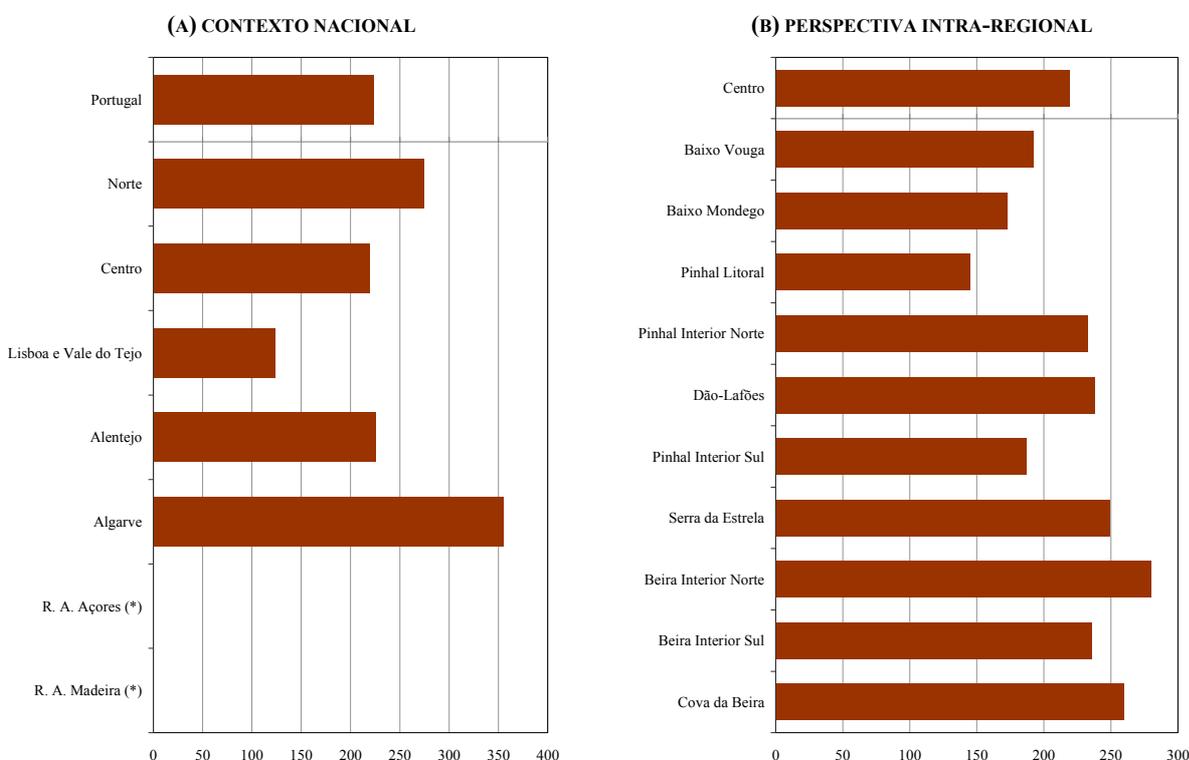
- Legenda
- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Gewiëtokrzyckie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro relatório sobre a coesão económica e social

No que se refere às infraestruturas de transportes, uma apreciação muito sintética da actual situação revela a falta de ligações internas e de conexão com os grandes eixos e a finalização dos traçados previstos no Plano Rodoviário Nacional, o que acaba por se reflectir nas acessibilidades aos principais mercados (Figura 2.3.42). A carência de plataformas logísticas que potencie o aproveitamento das redes rodoviária e ferroviária, e a respectiva articulação com o sistema portuário, aproveitando a posição geográfica da Região em relação às ligações a Espanha e à Europa, constituem um constrangimento importante à melhoria da competitividade da Região.

FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIA AOS PRINCIPAIS MERCADOS



Nota: Para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira não foram calculadas distâncias, uma vez que os cálculos se baseiam nas distâncias por rede viária aos pólos de Lisboa e Porto.

A distância apresentada para cada NUTS II corresponde à média das distâncias entre as capitais de distrito das respectivas NUTS III (ou concelhos mais populosos, no caso de regiões NUTS III sem capital de distrito) e os pólos de Lisboa e Porto, sendo as distâncias a estes pólos ponderados pela importância relativa que cada um deles tem no VAB conjunto: Lisboa - 70%, Porto - 30%.

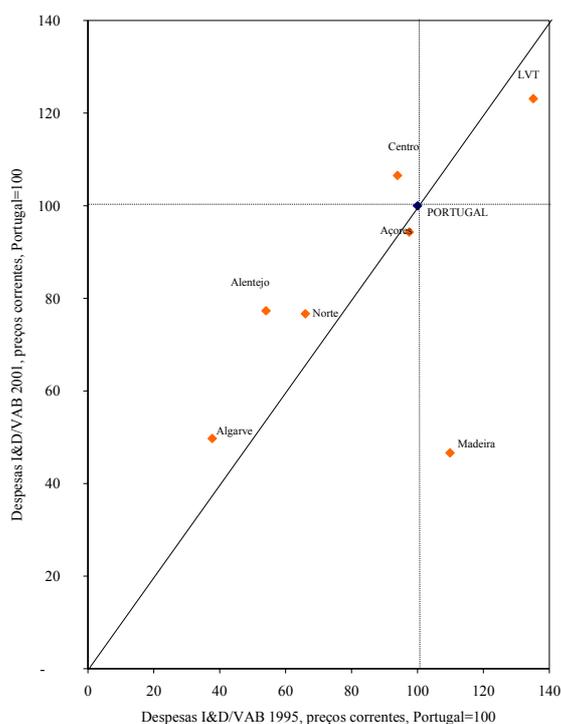
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, a partir da base de dados geo-referenciada da Michelin.

A Figura 2.3.43 representa o esforço em investigação e desenvolvimento (I&D), medido pelo peso percentual no VAB das despesas em I&D nas entidades de suporte (Ensino Superior e Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - IPsFL). Uma parte considerável do esforço nacional e regional em investigação continua, ainda, a concentrar-se nos institutos públicos e nas universidades, evidenciando a necessidade de uma maior interacção com o sistema produtivo. A região Centro apresentou, entre 1995 e

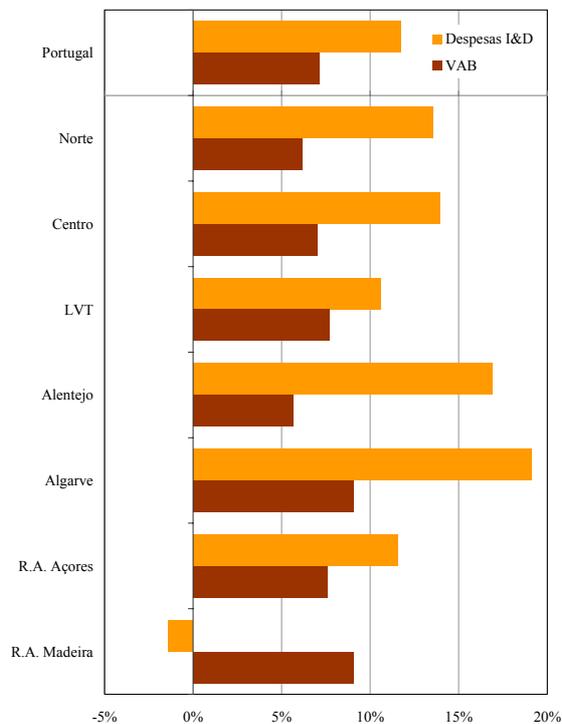
2001, uma taxa média anual de crescimento das despesas em I&D que ultrapassou a taxa média anual de crescimento do VAB, que se traduziu na passagem de uma situação de inferioridade face ao nível médio nacional que representava, em 1995, o peso das despesas de I&D no VAB, para uma situação de superioridade face a esse nível médio nacional, em 2001.

FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB

(A) PESO DAS DESPESAS DE I&D NO VAB



(B) TAXA MÉDIA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DE I&D E DO VAB (1995-2001), PREÇOS CORRENTES



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e INE, Contas Regionais

3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região Centro, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra e, numa perspectiva intra-regional, o nível registado, em diversas áreas temáticas relevantes, de heterogeneidade ou homogeneidade entre as diferentes sub-regiões que a compõem.

Neste quadro, começa-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a Região Centro e as restantes regiões NUTS II nacionais e entre as diferentes sub-regiões que a integram.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analisa-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde
- Educação
- Cultura e Lazer
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

3.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

Com níveis de criação de valor que se podem considerar relativamente baixos, quando inseridos no contexto do panorama nacional, os mecanismos de reforço do nível de coesão económica em acção na região Centro possibilitam que seja mais significativo o nível de vida efectivamente potenciado pelo nível de rendimento colectável atingido.

Em termos de coesão social, o facto de se assistir, na região Centro, à semelhança das restantes regiões do País, a uma tendência de acentuado envelhecimento demográfico, encontra correspondência no aumento da esperança média de vida à nascença da sua população e, também, no aumento das situações de isolamento social desta população mais idosa.

Apesar de acompanhar a melhoria geral verificada no sistema educativo, o Centro apresenta ainda resultados pouco satisfatórios nos principais indicadores de educação, uma vez que a capacidade de actuação sobre a redução do analfabetismo ainda se mostra muito débil e porque o número médio de anos de escolaridade da população residente poderia e, sobretudo, já deveria, ter atingido níveis mais elevados.

Fenómenos de carácter demográfico e social têm sido responsáveis pelas alterações significativas que se têm manifestado na estrutura de meios de subsistência da população residente na região Centro. Motivos como o envelhecimento populacional, na dupla vertente de diminuição do peso da população jovem e de aumento do peso da população idosa, permitem justificar o reforço das pensões e reformas enquanto principal meio de subsistência de uma camada populacional cada vez mais alargada e, também, a diminuição da importância do apoio familiar na estrutura de principais meios de subsistência.

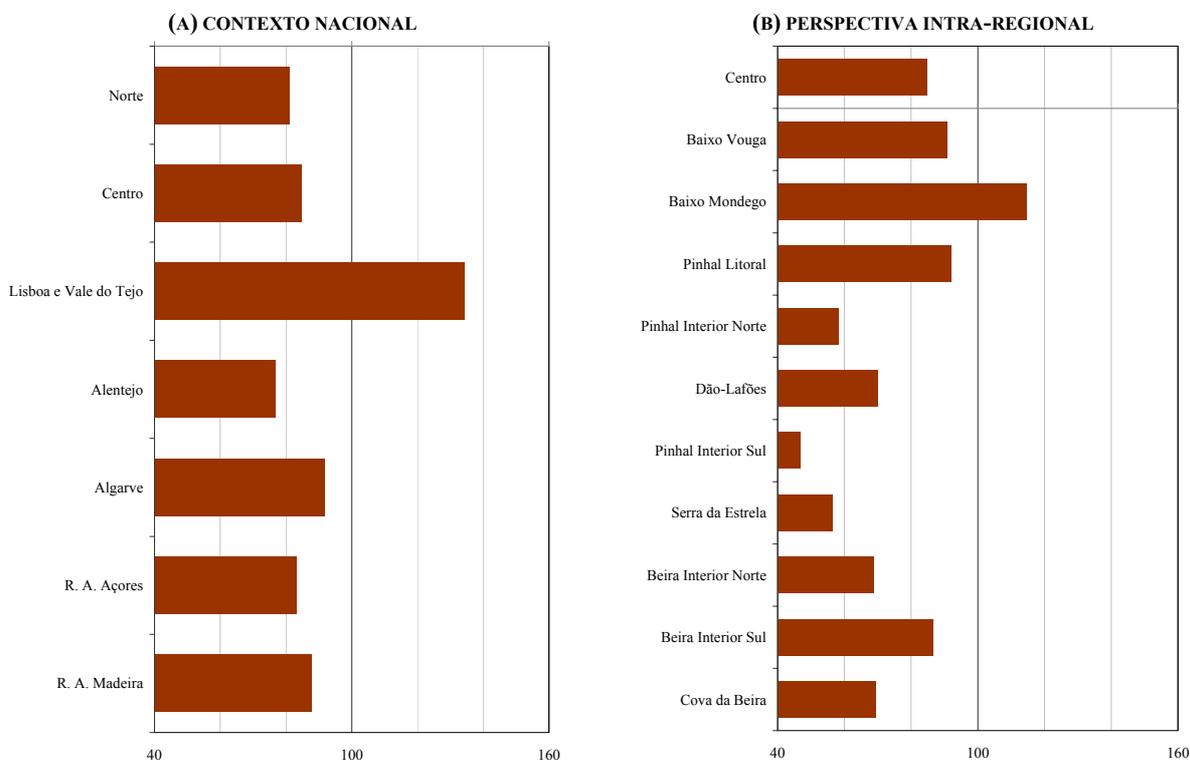
As fortes carências da população que vive em situação de pobreza são mais significativas ao nível dos rendimentos do que ao nível das condições de vida. De facto, a incidência de pobreza segundo o rendimento é consideravelmente mais elevada na região Centro do que a verificada, em média, a nível nacional, mas esbate-se substancialmente quando se adopta uma perspectiva de análise centrada nas condições de vida, em que a região apresenta uma posição bastante mais confortável do que o país.

A perspectiva económica de análise da coesão na região Centro permite evidenciar a existência de baixos níveis relativos de rendimento colectável (correspondentes a cerca de 85% do valor médio nacional - Figura 3.1.1). Esta diferença, no entanto, assume proporções mais expressivas pelo facto do nível médio nacional de rendimento colectável se basear em valores agregados, que incluem os rendimentos da região capital (Lisboa e Vale do Tejo) e que se situam em patamares médios consideravelmente mais elevados que os das restantes regiões portuguesas.

Esta posição confortável evidenciada pela região Centro em termos da sua capacidade de gerar rendimento - apesar da inferioridade relativa face ao nível de rendimento da região portuguesa com maior nível de rendimento, é notória a homogeneidade que se estabelece no contexto das restantes sub-regiões portuguesas - mostra-se menos positiva quando se constata que, numa perspectiva intra-regional, as divergências se mostram consideravelmente mais significativas. Veja-se a irregularidade evidenciada pelo gráfico B da Figura 3.1.1, onde à supremacia do nível médio de rendimento gerado pela região Baixo

Mondego (15% superior ao nível médio nacional) se contrapõe o consideravelmente baixo nível de rendimento gerado nas regiões Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Pinhal Interior Norte.

**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)
(PORTUGAL =100)**

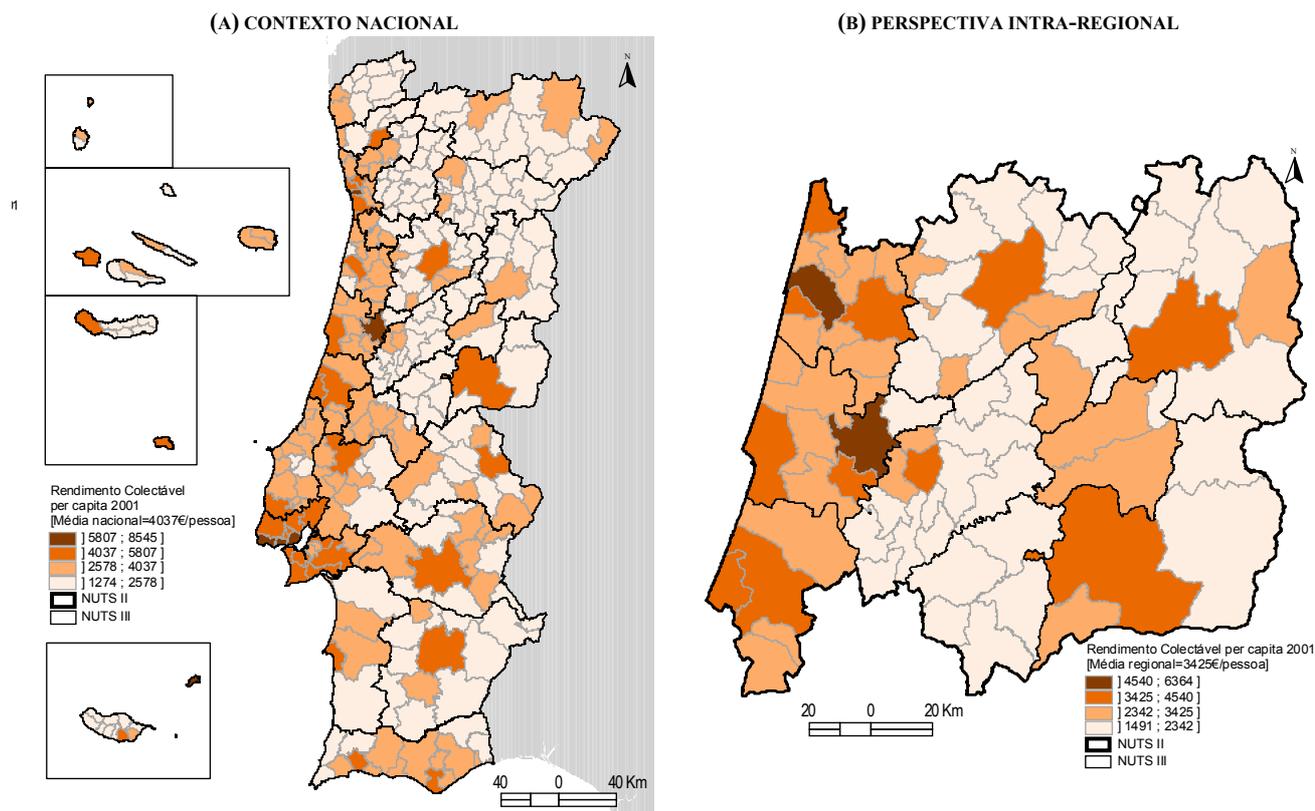


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A fronteira estabelecida ultrapassa a habitual separação entre as regiões litorais e interiores, para acentuar a discrepância de capacidades de gerar rendimento com base no dinamismo e dimensão dos centros urbanos. Desta forma, enquanto Aveiro e Coimbra se assumem como concelhos com maior capacidade de gerar rendimento (superior a 4.540 euros *per capita* - mapa B da Figura 3.1.2), no patamar imediatamente inferior de rendimento gerado *per capita* (entre 3.425 euros e 4.540 euros *per capita*) posicionam-se, não apenas os concelhos litorais tipicamente considerados como mais dinâmicos, como Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova, Leiria e Marinha Grande, mas também, concelhos interiores como Castelo Branco, Guarda, Lousã e Viseu.

É de salientar que a homogeneidade atingida entre os níveis de rendimento gerado pelos concelhos referidos se baseia numa perspectiva de análise interna à região Centro (mapa B da Figura 3.1.2). No entanto, deve ter-se em atenção que, numa perspectiva de análise alargada ao contexto nacional (mapa A da Figura 3.1.2), alguns destes concelhos, como é o caso de Condeixa-a-nova, Lousã e Castelo Branco deixam de se posicionar no mesmo patamar médio de rendimento que o dos restantes concelhos referidos (descendo para o patamar inferior, por motivos associados à superioridade do rendimento médio nacional e, consequentemente, do posicionamento relativo destes concelhos).

FIGURA 3.1.2 – RENDIMENTO COLECTÁVEL PER CAPITA: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A relativização destas assimetrias internas destacadas ao nível da capacidade regional de gerar rendimento, deve ser analisada em termos da significância que assume a dispersão deste rendimento no contexto nacional. Apesar do baixo nível médio de rendimento revelado pela região Centro, o nível de coesão interna atingido na distribuição desse rendimento entre a população residente é significativo (Figura 3.1.3), conforme comprova o facto da dispersão concelhia do rendimento familiar (normalizada de acordo com o rendimento médio) ser uma das mais baixas das regiões portuguesas (só o Alentejo atinge níveis de dispersão do rendimento mais positivos, embora retratando uma situação de “homogeneidade em baixo”) e traduz, como tal, uma situação de menor discrepância relativa entre a capacidade de gerar rendimento manifestada pelos concelhos mais urbanos e mais rurais. A este fenómeno não será alheia, certamente, a acção dos mecanismos redistributivos de acção social, cujo efeito correctivo se manifesta, sobretudo, por via do reforço que as pensões e reformas têm vindo a assumir enquanto principal meio de subsistência de uma parcela tendencialmente mais significativa de população residente (conforme se aprofundará, posteriormente, com base na Figura 3.1.13).

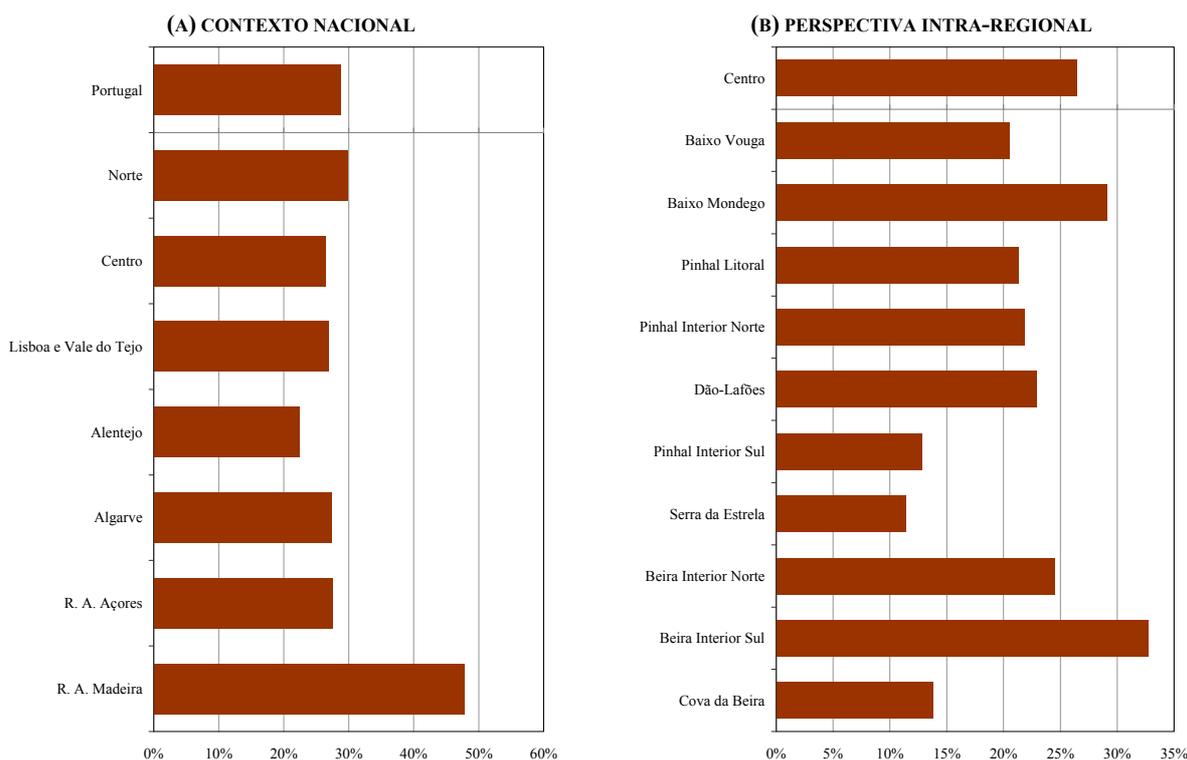
Em termos gerais, as sub-regiões onde é mais elevado o nível médio de rendimento gerado coincidem com aquelas onde é mais elevado o nível de assimetria na sua distribuição, o que se explica, de uma forma relativamente intuitiva, pelo facto de, para o cálculo de valores médios, contribuírem montantes de rendimentos necessariamente diferenciados e onde coexistem montantes de rendimento consideravelmente altos e consideravelmente baixos (mapa B da Figura 3.1.1 e mapa B da Figura 3.1.3).

É, no entanto, em termos da amplitude registada entre esses valores de rendimento mais elevados e mais baixos que se posiciona a análise da coesão numa perspectiva económica e, em particular, na articulação que se estabelece entre detenção de rendimento e respectiva distribuição pela população.

Neste contexto, é de salientar a dualidade estabelecida em termos de dispersão do rendimento nas sub-regiões detentoras de menores níveis de rendimento colectável:

- as regiões Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela constituem um grupo em que a ocorrência de baixos níveis de rendimento colectável *per capita* é acompanhada por uma significativa simetria na sua distribuição, verificando-se um elevado nível de homogeneidade no rendimento gerado nos diversos concelhos;
- o Pinhal Interior Norte assume uma posição mais gravosa do ponto de vista da coesão interna, onde paralelamente ao baixo nível médio de rendimento gerado, se manifestam assimetrias significativas na sua distribuição pela população residente (e que atingem o nível de assimetria existente em regiões cuja superioridade do nível médio de rendimento permite cogitar um nível de coesão interna consideravelmente mais positivo).

FIGURA 3.1.3 – DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)



Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão/ média) para cada uma das regiões, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Neste âmbito de análise dos grandes resultados da coesão numa perspectiva económica, a comparação entre os indicadores de PIB per capita e de rendimento colectável per capita permite salientar as diferenças regionais associadas ao equilíbrio que se estabelece entre, por um lado, o nível médio de vida potencialmente induzido pelo nível de valor acrescentado criado na Região (aproximado pelo indicador PIB per capita), e, por outro lado, o nível médio de rendimento efectivamente captado pela Região (aproximado pelo indicador rendimento colectável per capita).

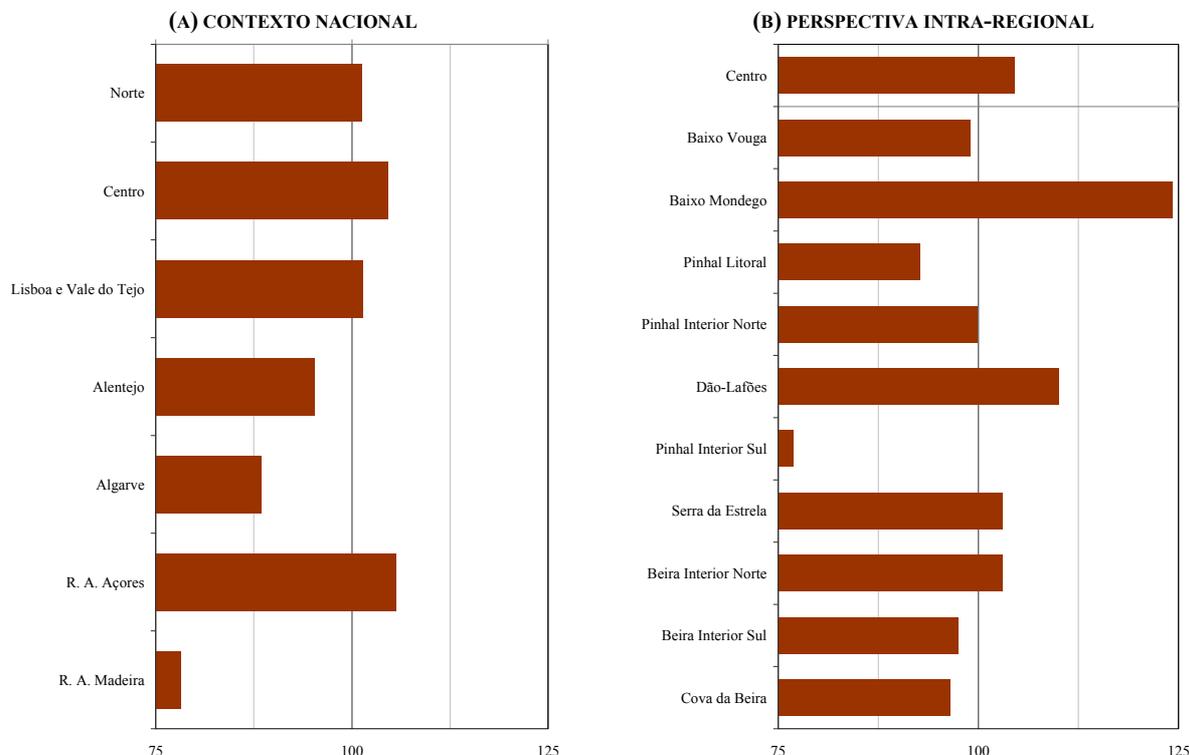
Enquanto na primeira óptica a medição do nível de vida é estabelecida do lado da produção, é necessário ter presente que, apenas com base nesta leitura, se podem tirar conclusões abusivas do ponto de vista do efectivo nível médio de vida que se atinge, em particular, pelas diferenças registadas entre as capacidades regionais de criação de valor e de retenção/atracção de rendimento. Torna-se, como tal, imprescindível a adopção da análise complementar concedida pela segunda óptica, em que a medição do nível é estabelecida do lado do rendimento.

A Figura 3.1.4 permite constatar que, apesar do baixo nível de valor acrescentado criado na região Centro, a acção dos mecanismos redistributivos possibilita que se atinjam níveis de rendimento colectável superiores (em cerca de 5%) ao nível de riqueza criado. Podem destacar-se, no entanto, alguns casos diferenciados resultantes do impacto dos mecanismos sociais de redução das assimetrias na distribuição do rendimento e das próprias diferenças intra-regionais de dinamismo económico, nomeadamente:

- Os casos da Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte e Dão-Lafões e, embora de forma menos acentuada, da Beira Interior Sul e Cova da Beira, em que o baixo nível de rendimento colectável está associado a um nível de rendimento superior ao potencialmente induzido pelo nível de riqueza criada. Esta situação pode resultar, quer do efeito redistributivo dos mecanismos de acção social (subsídio de desemprego, rendimento mínimo garantido ou rendimento social de inserção, etc.), quer do facto de serem sub-regiões cujo fraco dinamismo económico induz a população a procurar emprego noutras sub-regiões e, desta forma, a captar rendimento gerado noutras sub-regiões;
- O caso do Pinhal Interior Sul, em que quer o nível de rendimento colectável quer a capacidade de atracção de rendimento são manifestamente baixos. É uma região economicamente deprimida, quer do ponto de vista da capacidade de actuação dos mecanismos redistributivos, que exercem pouca influência no aumento dos níveis médios de rendimento, quer do ponto de vista da reduzida capacidade de reacção da população ao fraco dinamismo económico existente (note-se que é a NUTS III mais envelhecida da região Centro);
- Os casos do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, em que o nível de rendimento colectável se aproxima do nível de rendimento gerado na Região e que atinge, também, níveis próximos da média nacional (cerca de 92% em ambos os casos). São casos de regiões em que o nível de rendimento criado é elevado (e comprovado pelo índice de PIB per capita) e ultrapassa o nível de rendimento efectivamente retido pela população. No entanto, no Baixo Vouga a capacidade de retenção de rendimento é mais elevada do que no Pinhal Litoral, o que pode ser explicado pela existência de um equilíbrio mais expressivo entre a existência de postos de trabalho bem remunerados e a sua afectação a pessoas residentes na NUTS III;
- O caso do Baixo Mondego, onde a expressiva capacidade de atracção de rendimento (que ultrapassa o já elevado nível de rendimento colectável) pode ser explicada pela elevada

densidade populacional (tal como a NUTS III Baixo Vouga) e pela correspondente capacidade de captar rendimento gerado noutras sub-regiões.

FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)



Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100), e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

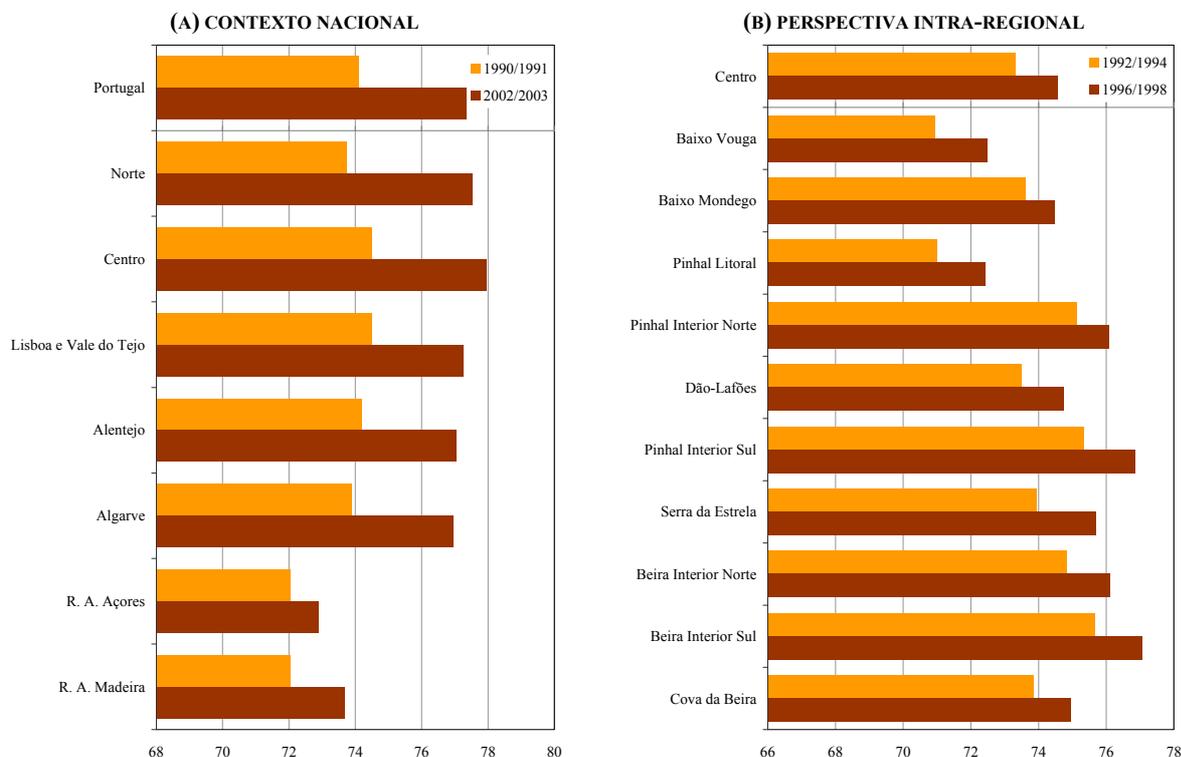
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Quando se adopta uma perspectiva de análise da coesão centrada na sua vertente social, os aspectos que permitem caracterizar as diferenças entre os perfis regionais e intra-regionais orientam-se de acordo com as especificidades traduzidas por indicadores cujo enfoque está referenciado, por um lado, aos aspectos indutores de homogeneidade social e cultural entre a população, como sejam a esperança média de vida, os níveis de escolaridade e analfabetismo ou a existência de população idosa isolada, e, por outro lado, mas de forma complementar, aos aspectos de carácter mais marcadamente económico que sustentam (ou agravam) a manutenção (ou o fomento) desse padrão de coesão social, como sejam a estrutura de meios de subsistência da população e os índices de pobreza segundo o rendimento e as condições de vida.

No que diz respeito aos aspectos que orientam as especificidades do modelo de homogeneidade social e cultural existente, é de destacar que, ao longo dos anos 90, o nível de esperança média de vida na região Centro se tem mantido em valores muito próximos da média nacional, atingindo, em 2002, os 78 anos (Figura 3.1.5). Os ganhos em esperança média de vida registados ao longo da década de 90 não foram, no

entanto, homogéneos do ponto de vista intra-regional⁹, conforme comprova a amplitude significativa entre o nível de esperança de vida alcançado pelas NUTS III Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul (78 anos) e as NUTS III Baixo Vouga e Pinhal Litoral (72 anos).

**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA, NOS ANOS 90
(EM ANOS)**

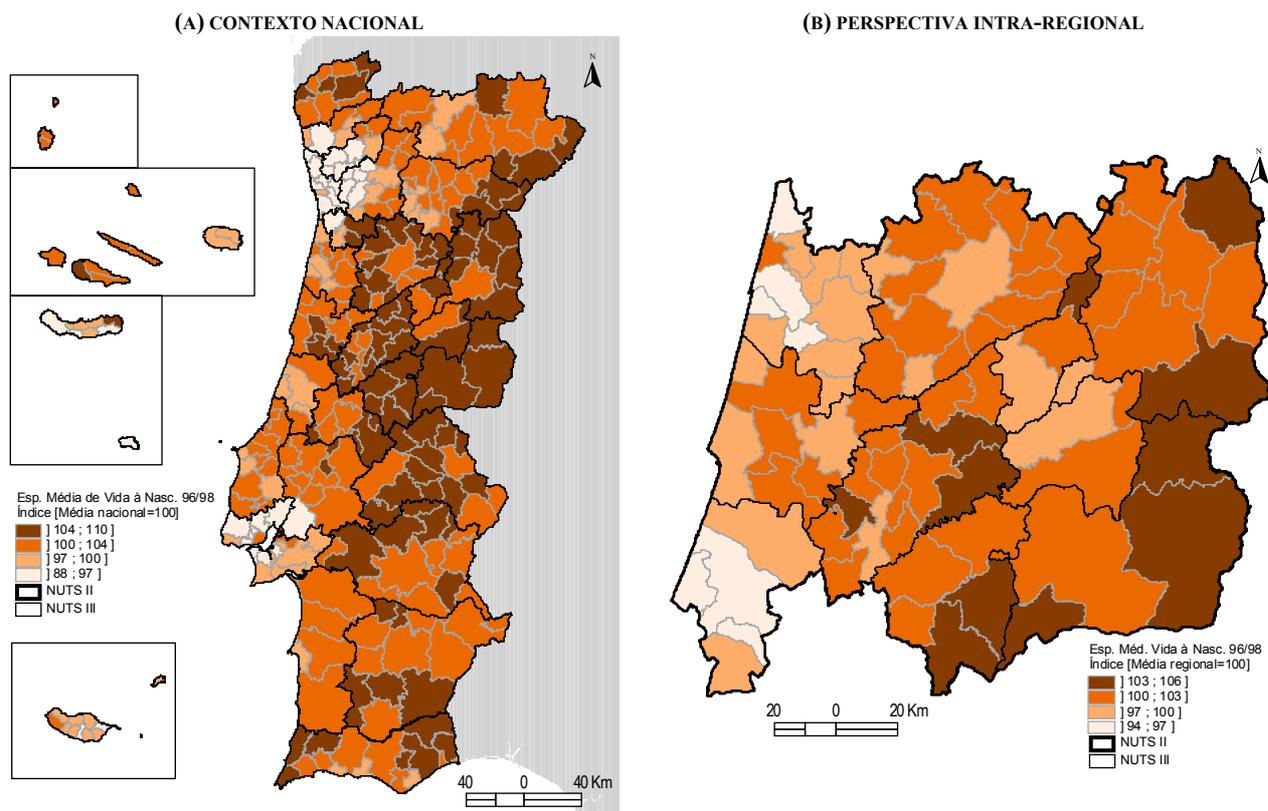


Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascimento nos Concelhos Portugueses - Uma Correção pela Estrutura Etária

Digna de destaque, numa perspectiva concelhia, é a tendência notória, que, aliás, constitui um facto transversal a todo o território nacional (mapa A da Figura 3.1.6), para que os concelhos interiores atinjam níveis mais elevados de esperança média de vida. Factores associados a um modelo de vida tipicamente urbano, em que os ritmos de trabalho são mais acelerados e o congestionamento é mais acentuado, são muitas vezes utilizados como explicação para a existência de níveis médios de esperança de vida consideravelmente mais baixos nos concelhos urbanos e, em articulação próxima, litorais (mapa B da Figura 3.1.6), e em que a verificação de condições mais favoráveis do ponto de vista económico e de facilidade de acesso a cuidados e tratamentos de saúde não parece ser suficiente para influenciar esta clivagem.

⁹ Ainda que o período de referência dos gráficos contidos na Figura 3.1.5 não seja o mesmo, é possível, de qualquer forma, estabelecer uma comparação das tendências evidenciadas a nível regional e intra-regional.

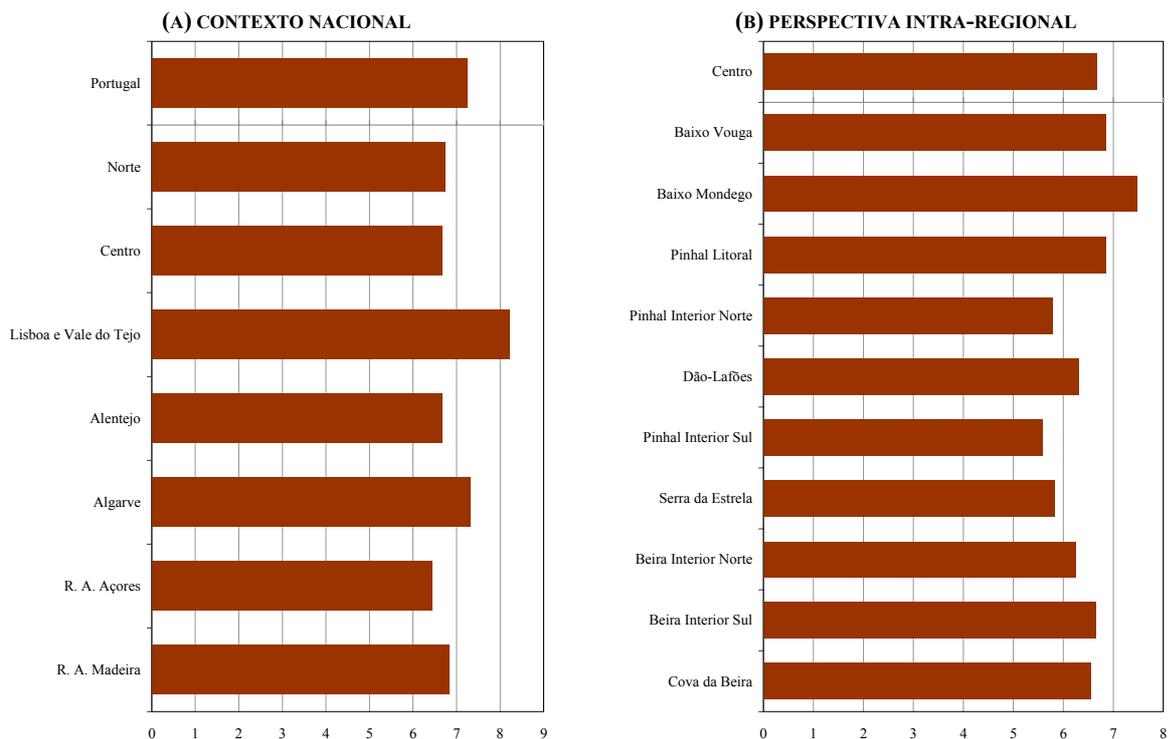
FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996-1998)



Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses - Uma Correção pela Estrutura Etária

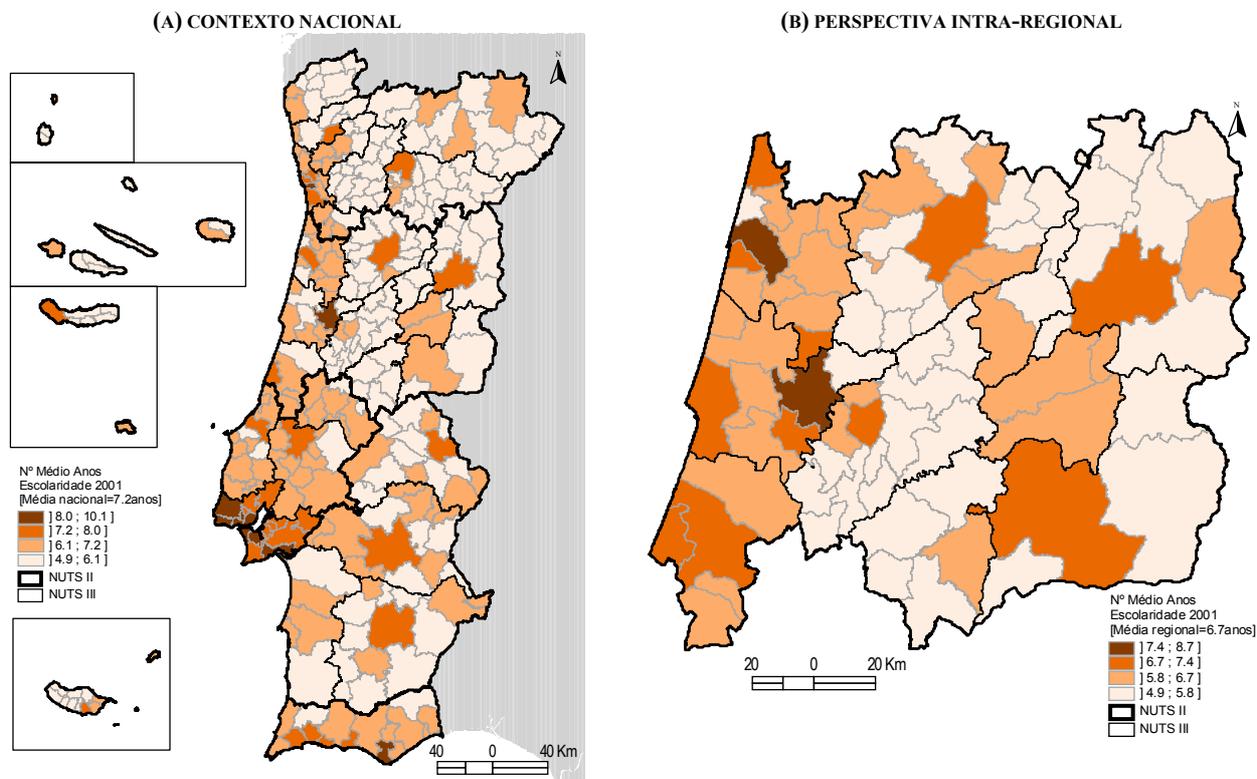
O baixo nível de escolarização atingido na região Centro constitui um facto preocupante, sobretudo, quando se tem presente a relação de grande proximidade estabelecida entre as potencialidades de desenvolvimento futuro regional e os requisitos em termos do perfil de habilitações e qualificações da população residente, e que, ao ultrapassar a perspectiva puramente económica de análise (orientação para as necessidades das empresas e para a consolidação de mudanças no perfil produtivo), deve ser encarada, neste contexto, de acordo com as características do modelo de organização social que derivam de uma população com baixo nível de instrução que não fomenta o estabelecimento de modos de vida culturalmente mais exigentes e socialmente mais evoluídos. Sendo inferior a 7 o número médio de anos de escolaridade atingido na região Centro (Figura 3.1.7) e ainda que a disparidade face ao contexto nacional não seja significativa, as desigualdades internas à região Centro em termos de escolaridade já manifestam alguma importância, não só quando se adopta uma perspectiva de análise orientada para a inserção da Região no contexto nacional (veja-se o predomínio da “mancha branca” sobre a região Centro, no mapa A da Figura 3.1.8), mas, sobretudo, quando se adopta uma perspectiva de análise orientada para a identificação de assimetrias internas, onde é possível destacar o aumento do nível de escolaridade nas capitais de distrito e, sobretudo, na zona envolvente de Coimbra (revelando o efeito do pólo universitário).

FIGURA 3.1.7 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

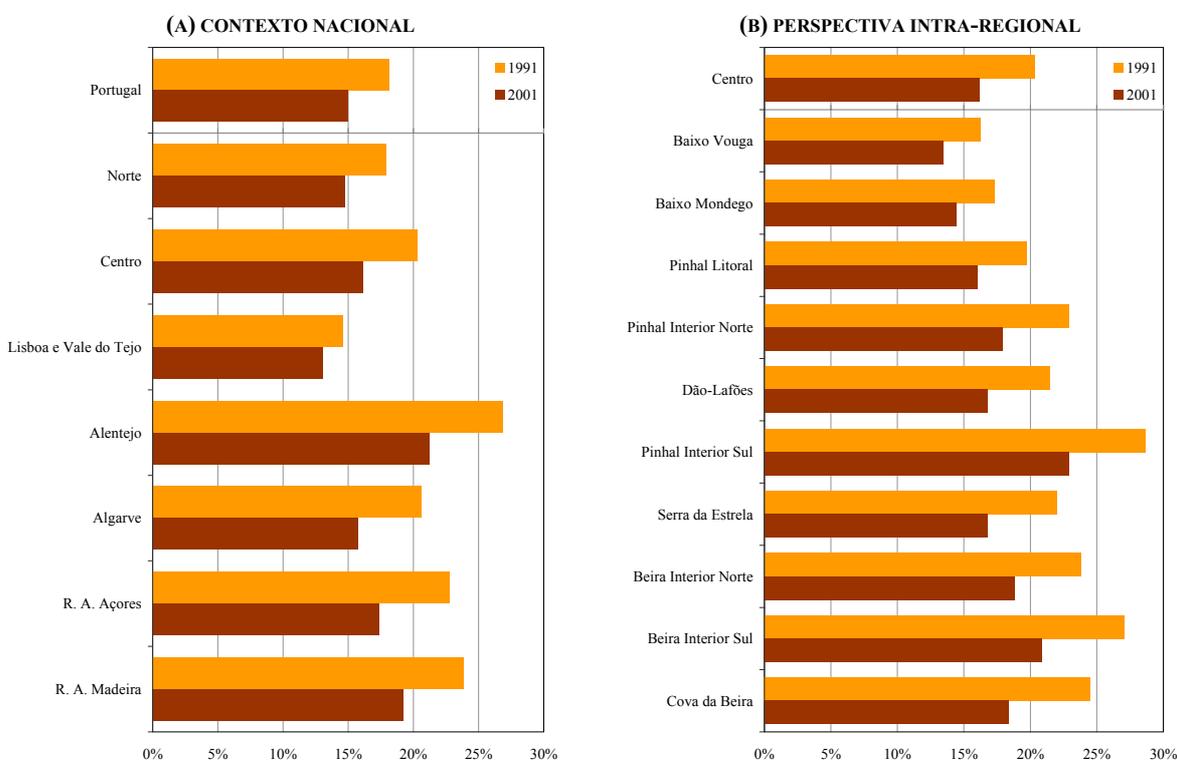
FIGURA 3.1.8 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Censos

Pese embora o baixo nível de escolaridade média existente na região Centro, tem sido significativa, ao longo da década de 90, a capacidade de actuação sobre a redução do analfabetismo (Figura 3.1.9). Esta constatação deve, no entanto, ser confrontada com o processo de envelhecimento em curso nesta Região e que, pelo facto de se ter vindo a acentuar ao longo da década de 90, introduz condicionantes de ordem demográfica à capacidade de actuação das políticas públicas sobre a redução do analfabetismo. Veja-se, por exemplo, o caso da região Alentejo, cuja população, apesar de apresentar um número médio de anos de escolaridade semelhante ao da região Centro, revela taxas de analfabetismo que, ao longo da década, se mantêm a níveis consideravelmente superiores, como resultado de um nível de envelhecimento populacional mais acentuado (o padrão educacional em vigor durante o período de formação das gerações que, actualmente, se inserem nas mais idosas era muito permissivo à manutenção de elevados níveis de analfabetismo).

**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Fonte: INE, Censos

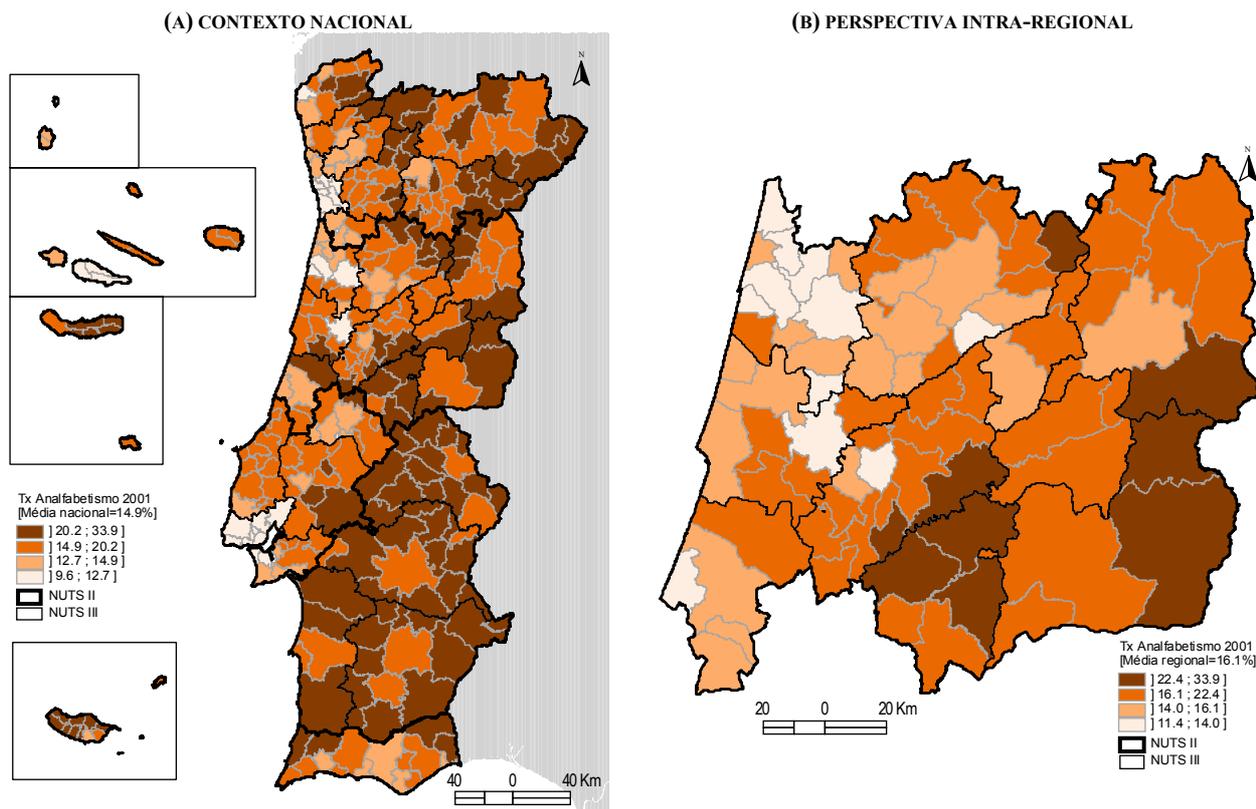
O padrão intra-regional de analfabetismo evidenciado pelo mapa B da Figura 3.1.10 revela uma relação de grande proximidade entre a verificação de elevados níveis de analfabetismo, por um lado, e a combinação de factores como a existência de um baixo número médio de anos de escolaridade e/ou de um acentuado nível de envelhecimento, por outro lado. Salientem-se, por exemplo, os casos de alguns concelhos do interior da região Centro:

- Os concelhos de Covilhã, Seia e Belmonte inserem-se num padrão educacional onde o baixo número médio de anos de escolaridade (mapa B da Figura 3.1.8) coexiste com uma expressiva

taxa de analfabetismo (mapa B da Figura 3.1.10), como resultado da influência de factores associados ao elevado índice de envelhecimento existente (mapa B da Figura 2.3.7);

- O concelho da Guarda, pelo contrário, insere-se num padrão educacional onde a existência de um nível médio de anos de escolaridade mais elevado do que o dos concelhos referidos (mapa B da Figura 3.1.8) está associada a uma taxa de analfabetismo menos expressiva (mapa B da Figura 3.1.10), como resultado da existência de uma estrutura populacional menos envelhecida (mapa B da Figura 2.3.7).

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



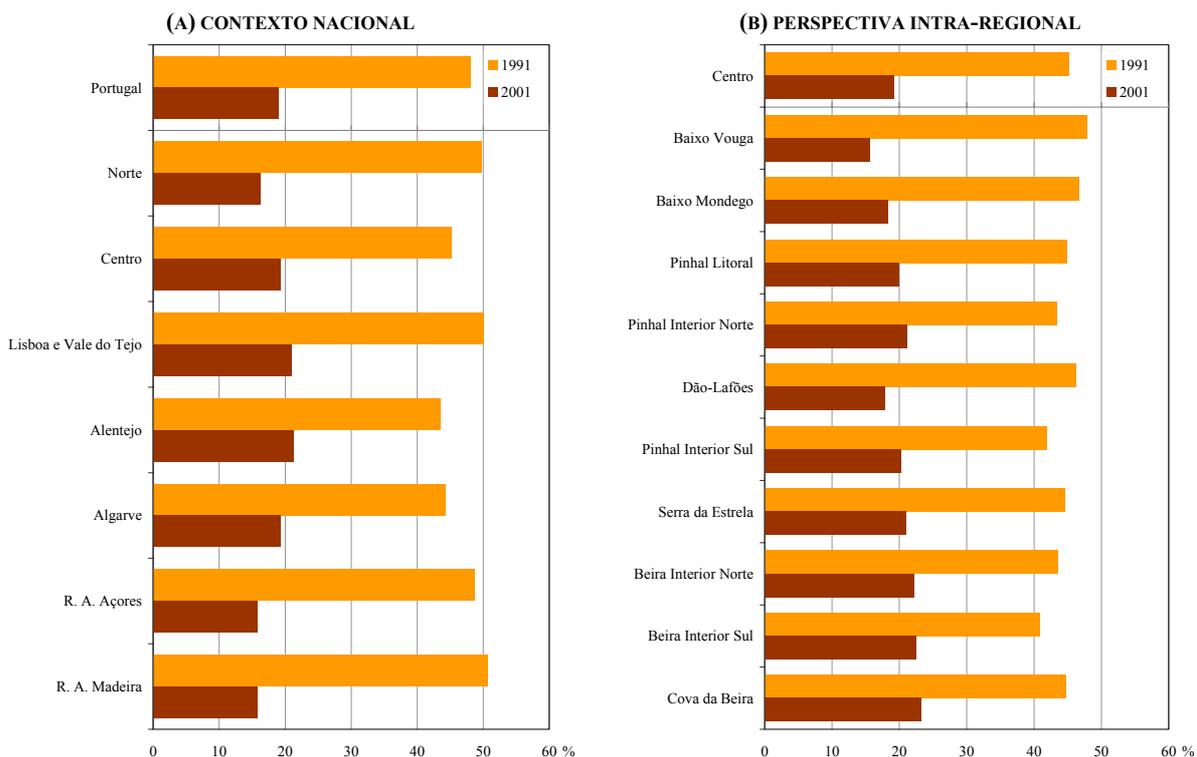
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Uma perspectiva de análise complementar do modelo de organização social da região Centro pode ser aferida com base na sua capacidade de inserção da população idosa isolada em núcleos familiares e sociais mais alargados. Ao longo da década de 90 a Região perdeu alguma da capacidade relativa que evidenciava, face ao contexto nacional, de garantir níveis satisfatórios de inserção social dos idosos residentes em situação de isolamento potencial, evidenciando, em 2001, um peso de população idosa que vive isolada no total de idosos residentes na Região ligeiramente superior ao existente, em média, a nível nacional (Figura 3.1.11).

Note-se, no entanto, que este ligeiro agravamento relativo da representatividade de idosos residindo em condições de isolamento social deve ser inserido no contexto nacional mais alargado, em que são de referir duas tendências específicas:

- uma tendência de evolução dos modelos de vida que se alicerça em padrões de vida com características tendencialmente mais urbanas e em que se detecta, também, um aumento da representatividade de famílias clássicas restritas a um único agregado familiar, em detrimento de uma redução tendencial da representatividade de famílias alargadas a várias gerações de uma mesma família (avós, pais e filhos, nomeadamente), o que se traduz num conjunto significativo de entraves à inserção de pessoas idosas no seio desses agregados familiares, que tem contribuído para a generalização de processos de inserção destas pessoas idosas em famílias institucionais alargadas, como é o caso das convivências de apoio social e de saúde;
- uma tendência de envelhecimento populacional generalizado que manipula, por razões de ordem estatística, a verdadeira natureza do fenómeno associado à redução, ao longo da década de 90, do peso de idosos que vivem em situação de isolamento no total da população idosa. À diminuição, em termos relativos, do peso que representa a população idosa que vive em condições de isolamento no total da população idosa, é também necessário que se acrescente a constatação de que o envelhecimento acentuado da população portuguesa e, em concreto, da região Centro, se traduziu, em termos absolutos, num aumento efectivo do número de idosos que vivem nestas condições, o que, de alguma forma, pode influenciar a percepção sobre a verdadeira dimensão deste fenómeno de isolamento.

**FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



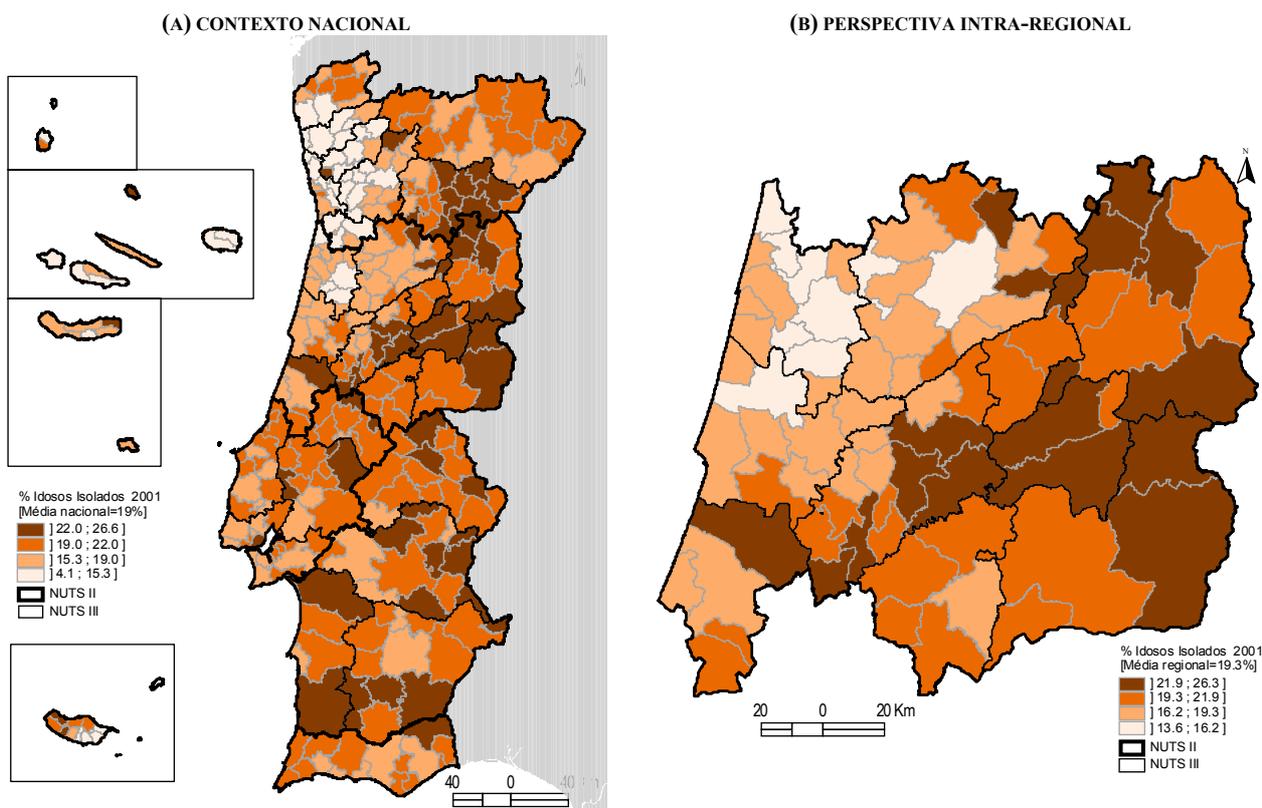
Nota: Idosos Isolados = % de idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A adopção de uma perspectiva complementar de análise entre a Figura 3.1.12 e a Figura 2.3.7 permite constatar a existência de fenómenos de ordem marcadamente social na explicação das diferenças intra-regionais de representatividade de população idosa a residir em situação de isolamento e exclusão social.

De facto, a existência de concelhos inseridos no mesmo patamar (elevado) de envelhecimento, mas que, no entanto, apresentam níveis substancialmente diferenciados do ponto de vista das situações de isolamento da população idosa, permite que se introduza uma vertente explicativa associada ao nível de desenvolvimento atingido e ao predomínio, ou não, de hábitos de organização social sustentados por estruturas familiares alargadas. Desta forma, por exemplo, concelhos como Proença-a-Nova, Tábua, Nelas e Mangualde constituem casos em que, apesar do acentuado índice de envelhecimento populacional, a chave para a existência de uma situação de baixa representatividade de população idosa que vive em situações de isolamento reside na manutenção de modelos de vida tipicamente rurais e em que o modelo de organização social continua a ser sustentado por conceitos de família alargada. Já no caso, por exemplo, de concelhos como Figueira da Foz e Aveiro, em que se mostra mais defensável a penetração de hábitos de vida com características citadinas e a interiorização de hábitos de organização social menos centrados no conceito de família alargada, a justificação para a coexistência de elevados índices de envelhecimento com baixos níveis de população idosa residindo em situação de isolamento parece associar-se à sua inserção em famílias institucionais alargadas (convivências de apoio social e de saúde).

FIGURA 3.1.12 – IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Idosos Isolados = % de idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

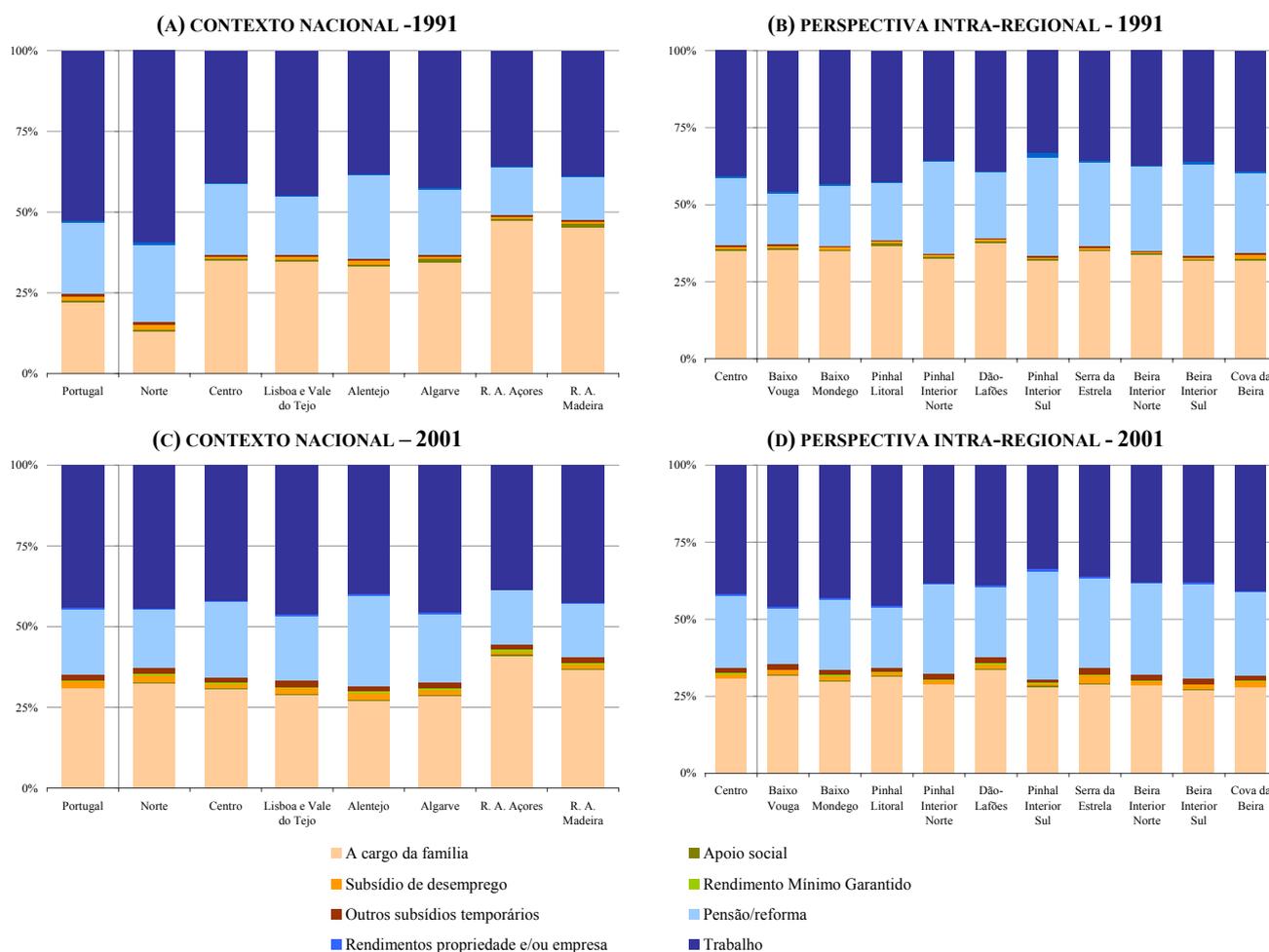
O modelo de organização social em vigor na região Centro, onde se destaca, sobretudo, o contraste que resulta da coexistência de zonas tipicamente rurais com centros urbanos de dimensão considerável, influencia e é influenciado por aspectos de carácter económico que, de forma interactiva, também introduzem especificidades nos modos de vida. O impacto das características das estruturas familiares e dos padrões de natureza social que caracterizam os comportamentos e a postura da população residente perante o trabalho repercutem-se, portanto, em especificidades ao nível da estrutura de meios de subsistência da população residente.

O decurso da década de 90 permite constatar, com base nos gráficos A e C da Figura 3.1.13, que, na região Centro:

- o impacto do fenómeno de envelhecimento populacional se traduziu no facto das pensões e reformas se assumirem como principal meio de subsistência de uma parcela mais significativa de população residente (21,9% em 1991 e 23,2% em 2001);
- o reforço dos mecanismos de protecção social em situações de diminuição do rendimento se traduziu no aumento da relevância das fontes de rendimento associadas à protecção no desemprego e a outros subsídios temporários, que constituíam, em 2001, o principal meio de subsistência de 3,1% da população residente na Região (ao que acresce, em 1997, a instituição do rendimento mínimo garantido);
- ao contrário da tendência verificada a nível nacional, se revelou um processo de acentuada diminuição da representatividade do apoio familiar enquanto principal fonte de rendimento (que, a nível nacional, representava 21,9% em 1991 e atingiu os 30,8% em 2001, enquanto na região Centro passou de 35% em 1991 para 30,6% em 2001);
- o aumento verificado no rendimento proveniente do trabalho enquanto principal meio de subsistência, apesar de pouco expressivo, contrariou claramente a tendência marcante, a nível nacional, de diminuição da sua relevância enquanto principal fonte de rendimento (aumentando, na região Centro, de 40,8% para 42%, entre 1991 e 2001, enquanto a nível nacional se reduziu de 52,6% para 44,2%).

Manifesta-se, sobretudo a nível intra-regional, uma diminuição tendencial, ao longo da década, do peso de população cujo principal meio de subsistência consiste no apoio familiar (gráficos B e D da Figura 3.1.13), como contrapartida de um aumento significativo da percentagem de população cujo principal rendimento são pensões ou reformas. Esta situação pode ser explicada com base na complementaridade dos impactos provocados pelo fenómeno do envelhecimento: uma diminuição do papel do apoio familiar enquanto principal fonte de rendimento resultante da tendência de diminuição do peso do número de jovens na população residente; e um aumento da percentagem de população cujo principal rendimento são pensões ou reformas resultante da tendência de aumento da percentagem de população reformada e idosa na população residente.

FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



Nota: O rendimento Mínimo Garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente em 1991 porque só foi instituído posteriormente em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A estrutura de principais meios de subsistência da população residente está directamente relacionada, numa perspectiva de análise orientada para a identificação das especificidades que caracterizam o modelo de coesão económica e de coesão social da região Centro, com a representatividade que atingem as situações de pobreza.

O padrão de pobreza extrema que assola a população residente na região Centro assume características que, dum ponto de vista intuitivo, parecem pouco consentâneas com a articulação próxima que normalmente se estabelece entre a situação de pobreza económica e a de pobreza social, mas que, no entanto, encontram explicação na própria dualidade do modelo territorial da região Centro. De facto, a expressividade do peso de população que, na região Centro, em 2000, vivia em situações de carência económica (25% das famílias subsistiam com um nível de rendimento inferior a 60% do rendimento mediano nacional - Figura 3.1.14), esbate-se quando se adopta uma perspectiva de análise centrada em situações de pobreza segundo as condições de vida (13,1% das famílias apresentam um nível de privação inferior à média nacional - Figura 3.1.15).

CAIXA 3.1 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA**Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)**

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

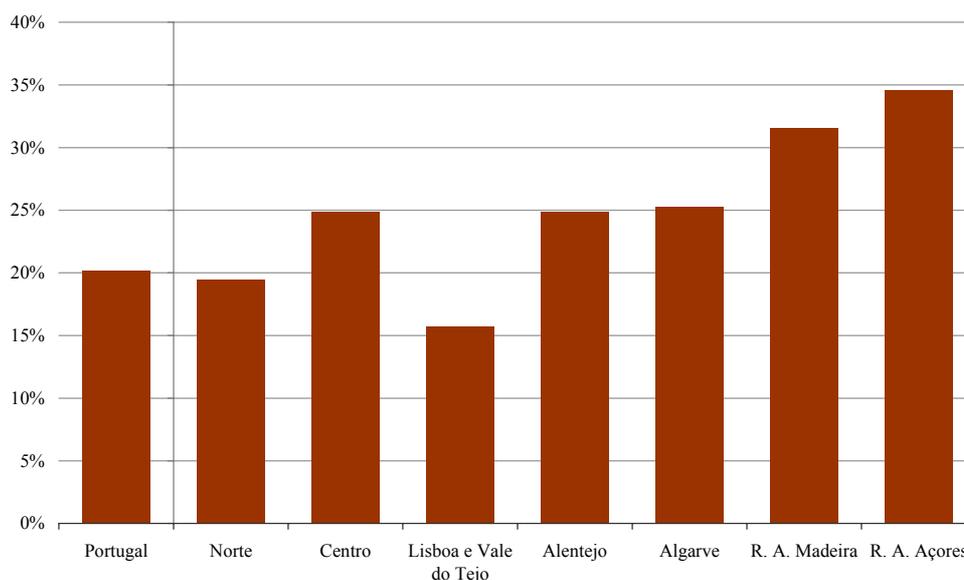
O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Selecção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

A coexistência de zonas urbanas e zonas rurais e, em concreto, as implicações de um modelo complexo de equilíbrio entre a origem das principais fontes de rendimento (onde se destaca, nas zonas rurais, o complemento de rendimento associado ao trabalho agrícola e a sua restrição, nas zonas urbanas, a rendimentos com características mais institucionais, como os provenientes do trabalho, pensões e reformas), permitem explicar que, apesar da elevada percentagem de população que reside em situação de extrema carência económica na região Centro, seja mais reduzida a percentagem de população que sofre de pobreza segundo as condições de vida, como resultado do complemento de rendimento que, nas zonas rurais, se origina no trabalho agrícola e que permite a libertação de meios financeiros para outras despesas essenciais dos agregados familiares.

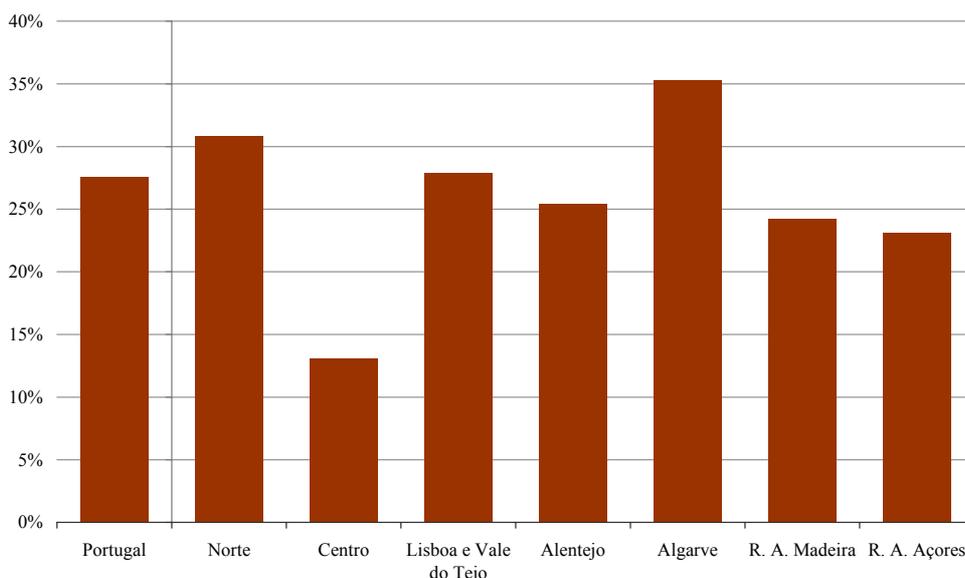
FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

Apesar de deter um nível de PIB per capita inferior à média comunitária, a região Centro apresenta níveis de desemprego expressivamente inferiores aos europeus. No contexto nacional, a região tem mantido uma das posições mais atractivas em matéria de desemprego, embora se tenham começado a fazer sentir os impactos da tendência geral para o aumento da taxa de desemprego, ainda que a níveis mais moderados. Especificamente, identificam-se dois grandes tipos de reacção ao fenómeno do desemprego: uma reacção de menor capacidade para acompanhar o ritmo a que se tem processado o impacto, a nível nacional, do desemprego nos diferentes grupos sócio-económicos (nomeadamente, no aumento do desemprego feminino e da população com níveis mais elevados de habilitações, e na diminuição do desemprego na população com níveis mais elevados de habilitações), onde se inserem regiões como o Dão-Lafões, a Serra da Estrela e a Cova da Beira; e uma reacção de maior capacidade para acompanhar esse ritmo, onde se inserem regiões como o Baixo Vouga, o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral.

Muito estreitamente relacionado com o fenómeno do desemprego e com a desarticulação das habilitações e qualificações dos recursos humanos face às necessidades do mercado de trabalho, está o elevado nível de abandono antecipado do sistema educativo que se regista na região Centro.

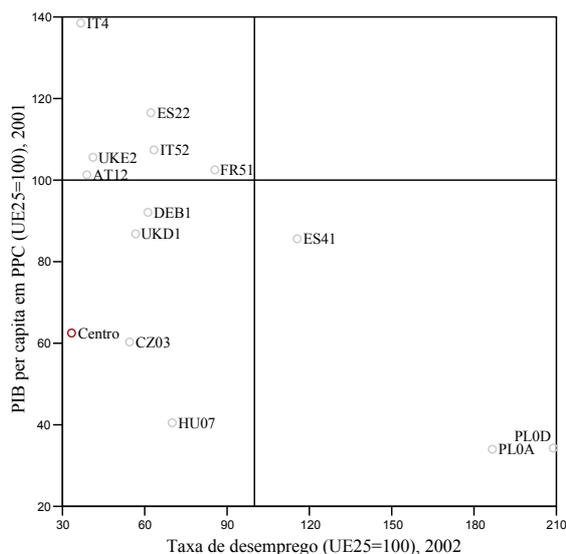
A elevada sensibilidade ao desemprego evidenciada pela região Centro tem vindo a traduzir-se num modelo de articulação entre as esferas económica e social cujo impacto tem assumido a forma de retrocessos ao nível do padrão de especialização.

Analisados os resultados fundamentais em matéria de coesão económica e social do modelo de desenvolvimento português e, especificamente, da região Centro, importa, agora, caracterizar o seu modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de avaliação desta interacção.

Tal como já referido anteriormente, a Região Centro apresenta uma boa taxa de utilização dos recursos humanos, embora em detrimento de algum sacrifício relativo da produtividade. Na verdade, um elevado índice de absorção do emprego não permite tecer conclusões sobre a sua qualidade, isto é, sobre a sua qualificação e sobre a sua capacidade para gerar um elevado valor acrescentado por unidade de trabalho.

Não surpreende, por isso, que a sua posição relativa no contexto europeu, no que se refere à taxa de desemprego, seja francamente favorável. Todavia, a Região já não consegue equiparar-se às regiões onde um elevado PIB *per capita* coexiste com uma baixa taxa de desemprego e, mais especificamente, com uma baixa taxa de desemprego de longa duração (Figura 3.2.1 e Figura 3.2.2 - Emilia Romagna em Itália, Navarra em Espanha, North Yorkshire no Reino Unido e Niederösterreich na Áustria).

FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



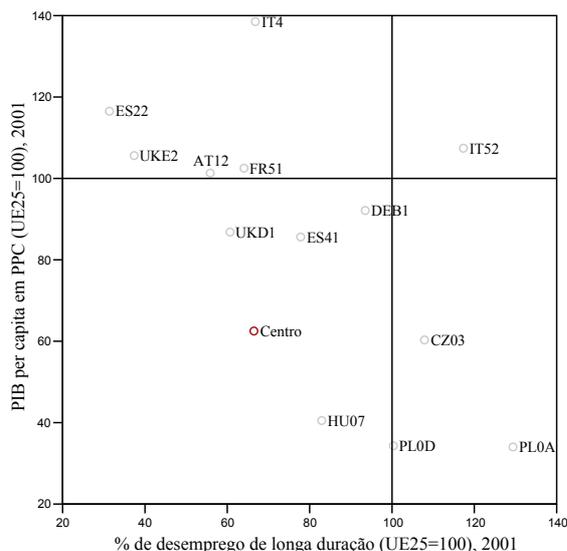
Legenda

- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódź |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Taxa de desemprego da UE 25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório Sobre a Coesão Económica e Social

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Gwiétokrzyskie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

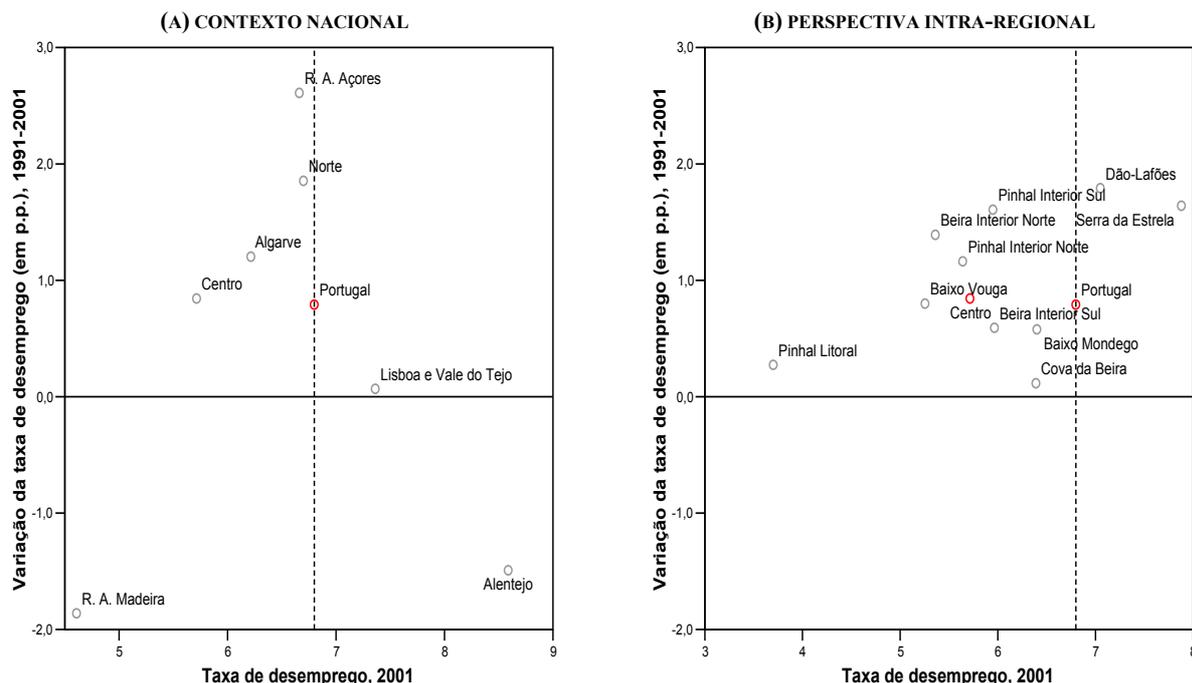
Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004),
Terceiro Relatório Sobre a Coesão Económica e Social

A taxa de desemprego da Região Centro apresenta, no contexto nacional, uma posição relativamente favorável, embora se tenha revelado uma tendência geral para o aumento da taxa de desemprego ao longo da década de 90 (Figura 3.2.3).

Este aumento do desemprego verificou-se em todas as sub-regiões da Região Centro (mapa B da Figura 3.2.3), embora tenha sido mais significativo nas sub-regiões que excedem a média nacional (Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela), indiciando problemas estruturais mais graves nestas regiões, seguramente associados ao declínio do sector primário, não compensado pelo crescimento de outras actividades económicas. As sub-regiões que resistiram mais à subida do desemprego são justamente as que têm uma maior base industrial (Baixo Mondego, Beira Interior Sul e Cova da Beira). É de salientar o posicionamento do Pinhal Litoral no referencial da taxa de desemprego e da sua evolução ao longo da década de 90, pela sua capacidade de estabilização do desemprego a níveis consideravelmente inferiores à média nacional.

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**

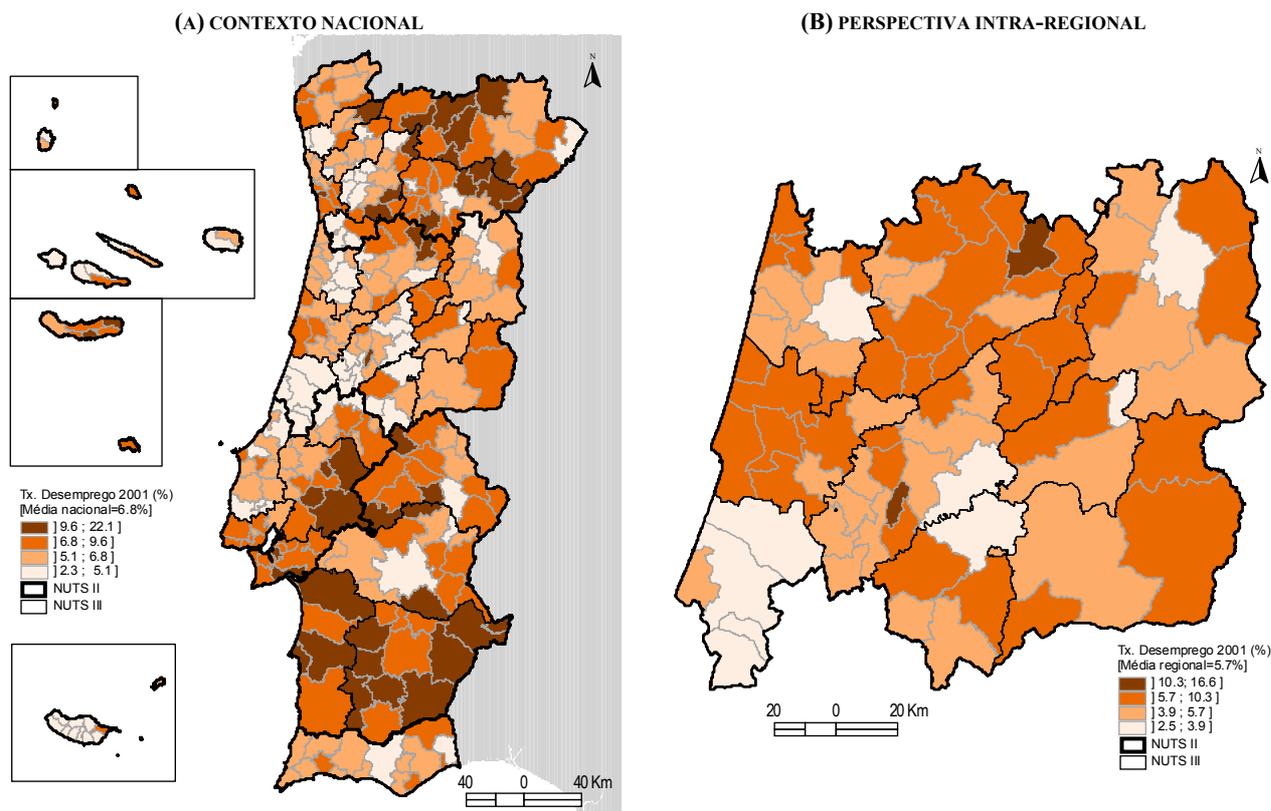


Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que tem como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado por exemplo no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual) é de 4% para Portugal e de 2,4% para a região Centro.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A leitura do mapa A da Figura 3.2.4 é muito elucidativa da posição da Região no contexto nacional: praticamente não existem “manchas” de desemprego grave e são relativamente mais numerosos os concelhos com taxas próximas do pleno emprego. O patamar mais elevado de desemprego que se atinge na Região, onde apenas se posicionam os concelhos de Sátão e Castanheira de Pêra (mapa B da Figura 3.2.4), assume, ainda assim, níveis consideravelmente mais moderados que os níveis máximos atingidos a nível nacional.

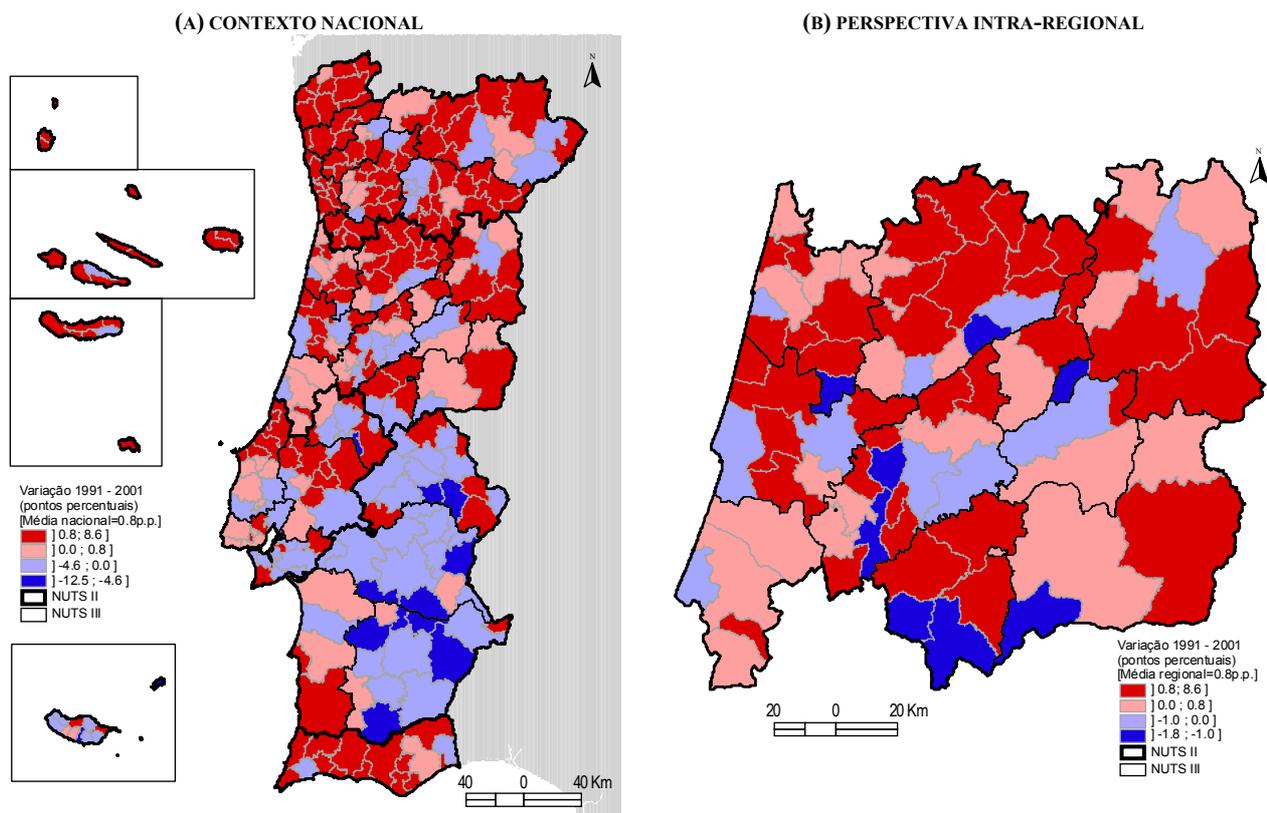
FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

O desemprego gerado pela regressão do sector primário, e em certa medida pelo sector industrial tradicional, tende a assumir uma forma estrutural, devido à menor empregabilidade da mão-de-obra libertada. É justamente nas sub-regiões onde a taxa de desemprego tem aumentado de modo mais significativo (Figura 3.2.5), que se fazem sentir as repercussões desta situação: do lado da procura de emprego não é visível uma evolução da estrutura produtiva que absorva a mão-de-obra excedentária, nem, o que é ainda mais preocupante, uma actuação concertada no sentido da promoção da empregabilidade desta população, no sentido da sua canalização para outras actividades; mas, do lado da oferta, o envelhecimento da população, e por conseguinte, a redução dos efectivos em idade activa, acaba por amortecer o desequilíbrio do mercado de trabalho. Isto não anula, todavia, o risco de marginalização de uma parte da população activa, cujas estratégias para ultrapassar o problema passam pela emigração ou pelo recurso à segurança social.

FIGURA 3.2.5 - VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A tendência revelada a nível nacional para que a taxa de desemprego seja mais elevada no sexo feminino verifica-se, também, na região Centro, onde atingia, em 2001, cerca de 60% da população activa feminina. No entanto, a ligeira tendência de diminuição do desemprego feminino manifestada a nível nacional ao longo da década de 90 (de 60% em 1991, para 57,9% em 2001), não se fez sentir na região Centro, e onde a regularidade intra-regional do desemprego feminino se comprova pela relativamente pouco expressiva amplitude entre os níveis de desemprego feminino máximo (Pinhal Interior Sul) e mínimo (Cova da Beira) atingidos (Figura 3.1.6).

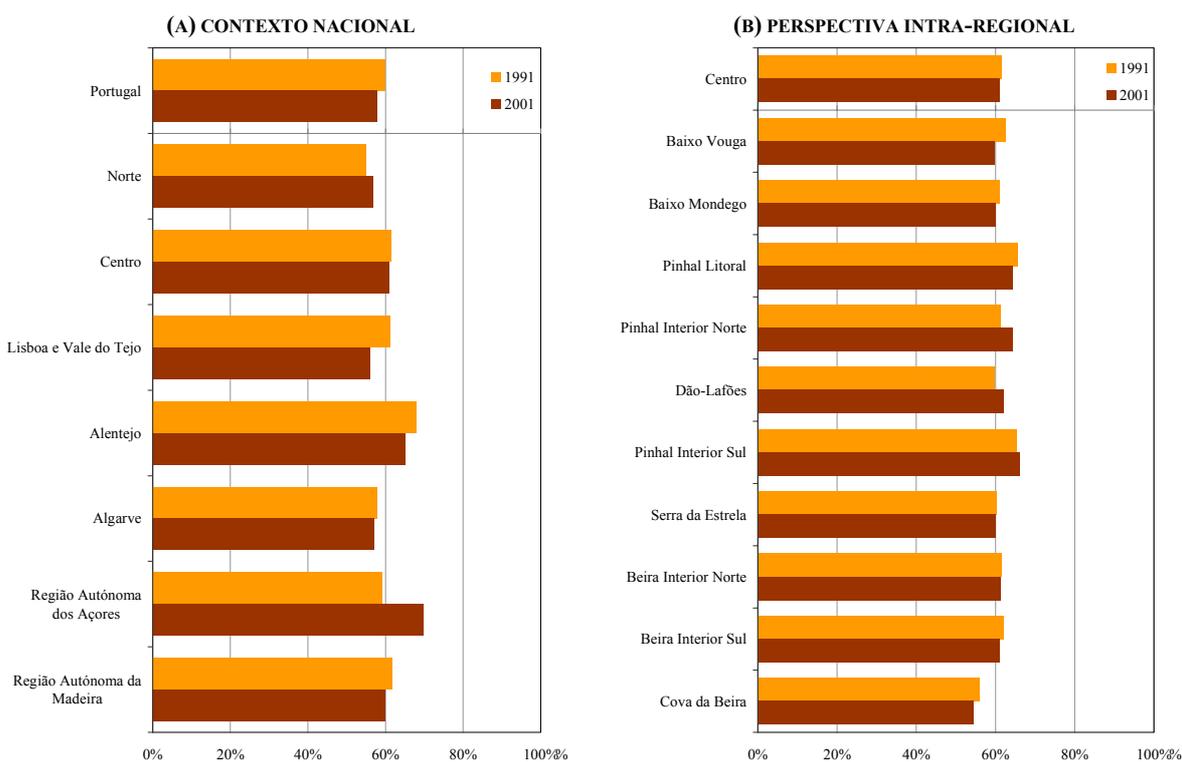
Da mesma forma se manifesta, na região Centro, uma relativa homogeneidade face à tendência nacional de incidência do desemprego por estrato etário (Figura 3.2.7), em que as principais discrepâncias internas se manifestam nas sub-regiões Pinhal Interior Sul e Beira Interior Norte (onde é mais expressivo o desemprego no estrato etário entre 25 e 39 anos) e Serra da Estrela (onde é mais relevante o desemprego da população com mais de 40 anos).

A acentuada diminuição do desemprego na camada populacional com menores níveis habilitacionais (até ao 1º ciclo do ensino básico) que se fez sentir em Portugal ao longo da década de 90 (Figura 3.2.8) foi, também, notória na região Centro (em 1991, representava 55,9% da população desempregada e, em 2001, representava 43,6%), da mesma forma que se destacou o aumento acentuado do desemprego na população detentora de habilitações equivalentes ao ensino secundário e superior (a sua representatividade no desemprego da região Centro passou de 11% em 1991 para 23,2% em 2001).

É também perceptível, numa análise de carácter intra-regional, a existência de contrastes associados, sobretudo, ao ritmo de acompanhamento destas mudanças ao longo da década de 90 (mapas B e D da Figura 3.2.8). Destaque-se, por exemplo:

- A menor capacidade de acompanhamento do ritmo a que se processaram estas mudanças, no caso das regiões Dão-Lafões, Serra da Estrela e Cova da Beira, em que a tendência de diminuição do desemprego na população com menor nível de habilitação se manifesta de forma notoriamente mais contida do que a atingida ao nível agregado da região Centro, e em que, paralelamente, o aumento do desemprego na camada de população com maiores níveis de habilitações revelou uma convergência consideravelmente mais acentuada face à tendência nacional;
- A maior capacidade de acompanhamento do ritmo (e, até, de ultrapassagem) a que se processaram estas mudanças, no caso das regiões Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, em que se acentuou, de forma mais nítida do que a nível nacional, a redução dos níveis de desemprego na população com baixo nível de instrução e se acentuou, também de forma mais marcada do que a nível nacional, o aumento do desemprego na população com elevado nível de instrução.

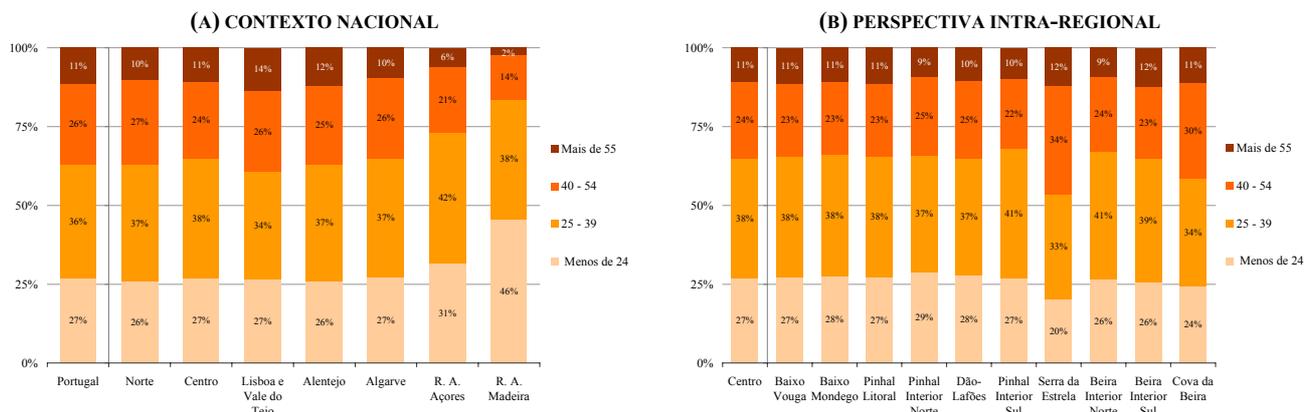
**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

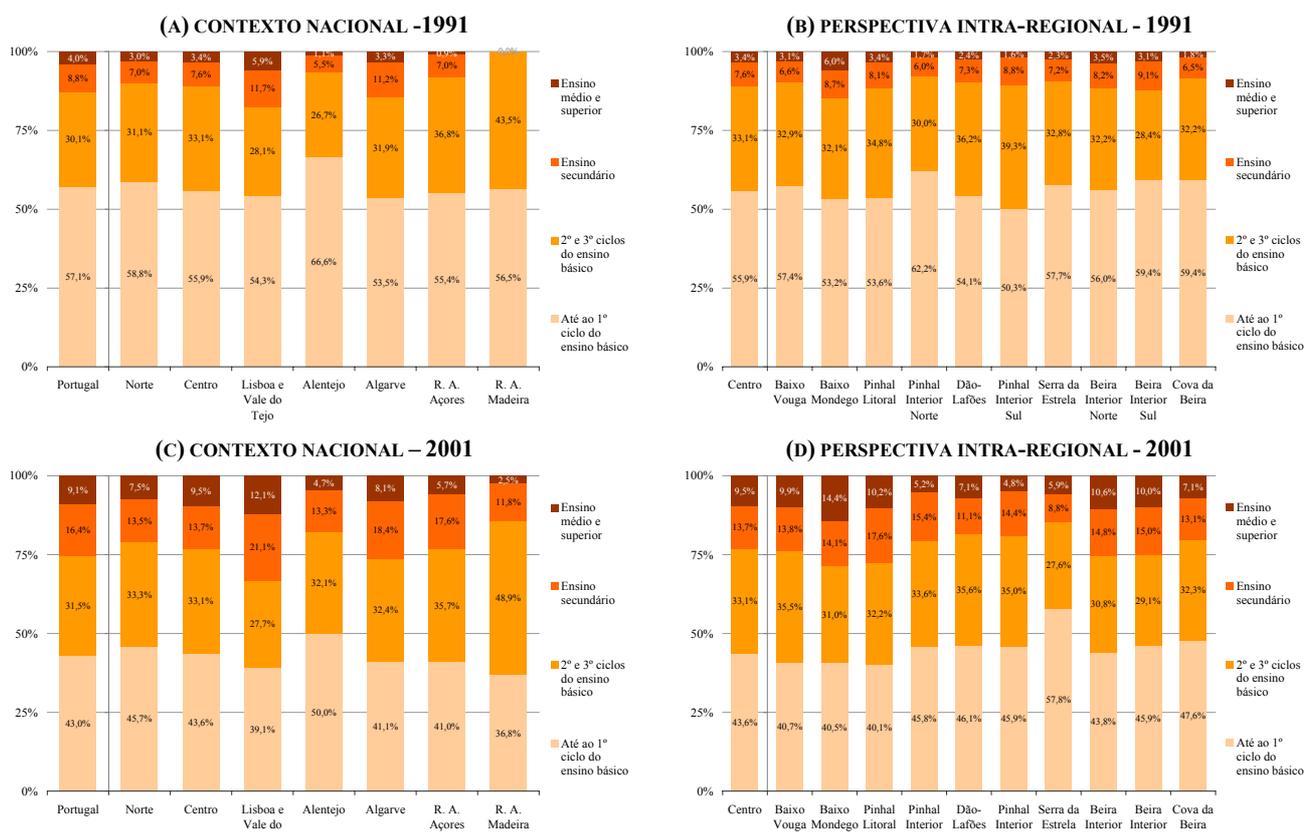
Fonte: INE, Censos

FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)



Fonte: INE, Censos

FIGURA 3.2.8 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL

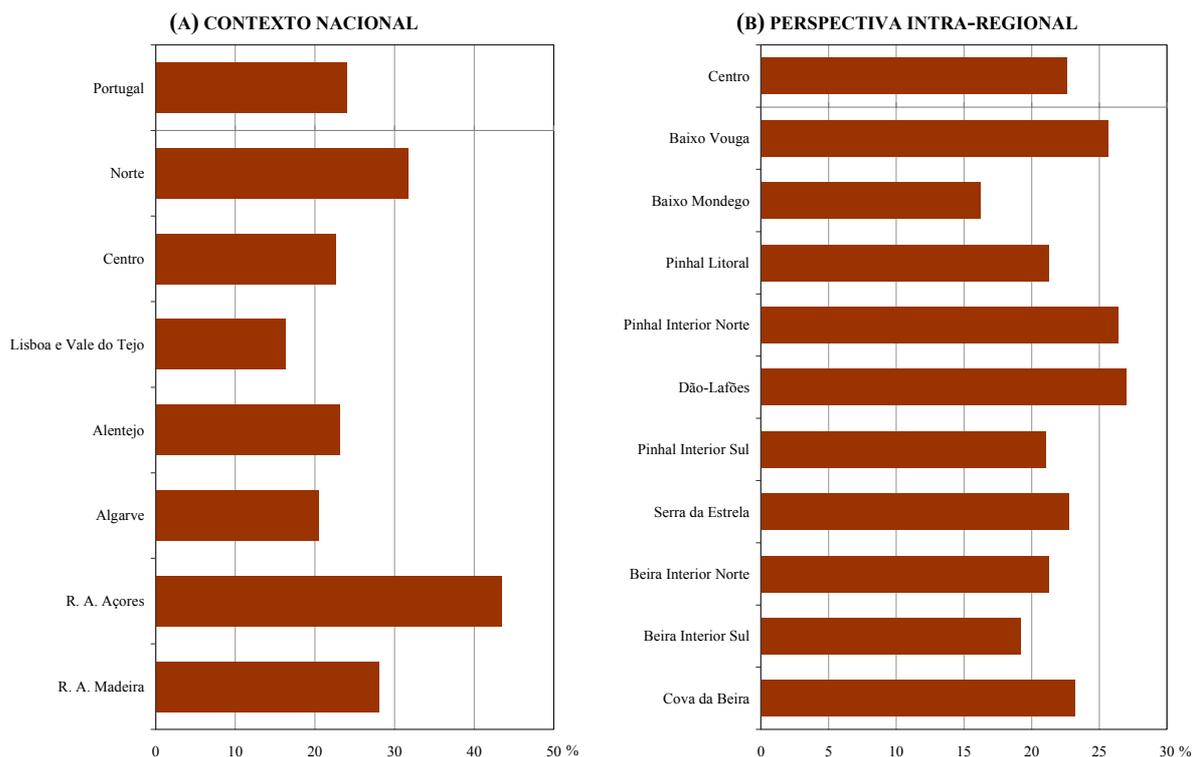


Fonte: INE, Censos

A leitura desta alteração substancial na estrutura do desemprego por níveis de habilitações deve ser cruzada com o desequilíbrio no mercado de trabalho que, implicitamente, se lhe reconhece. O desfasamento manifestado entre o padrão de habilitações dos recursos humanos que é solicitado do lado da procura e o padrão de habilitações que efectivamente está disponível, do lado da oferta, permite introduzir explicações associadas à existência de um problema específico de baixo nível de qualificações dos recursos humanos da região Centro, que assume proporções que ultrapassam o contorno económico associado à dificuldade da sua inserção no mercado de trabalho, para atingir, também, contornos de carácter social associados aos constrangimentos inerentes a uma saída antecipada do sistema educativo.

Embora seja ligeiramente mais baixo na região Centro do que a nível nacional o peso dos jovens que abandonam o sistema educativo sem completar a escolaridade obrigatória (atingia, em 2001, 22,6% da população-alvo na região Centro, e 24% em Portugal - Figura 3.2.9), o panorama intra-regional evidencia consideráveis disparidades. Destacam-se, sobretudo, os casos do Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões e de alguns concelhos do Baixo Vouga e Beira Interior Sul, em que a concentração de “manchas” associadas à existência de um nível elevado de saídas antecipadas do sistema educativo (mapa B da Figura 3.2.10) coincide, também, com as “manchas” mais significativas em termos de desemprego (mapa B da Figura 3.2.4).

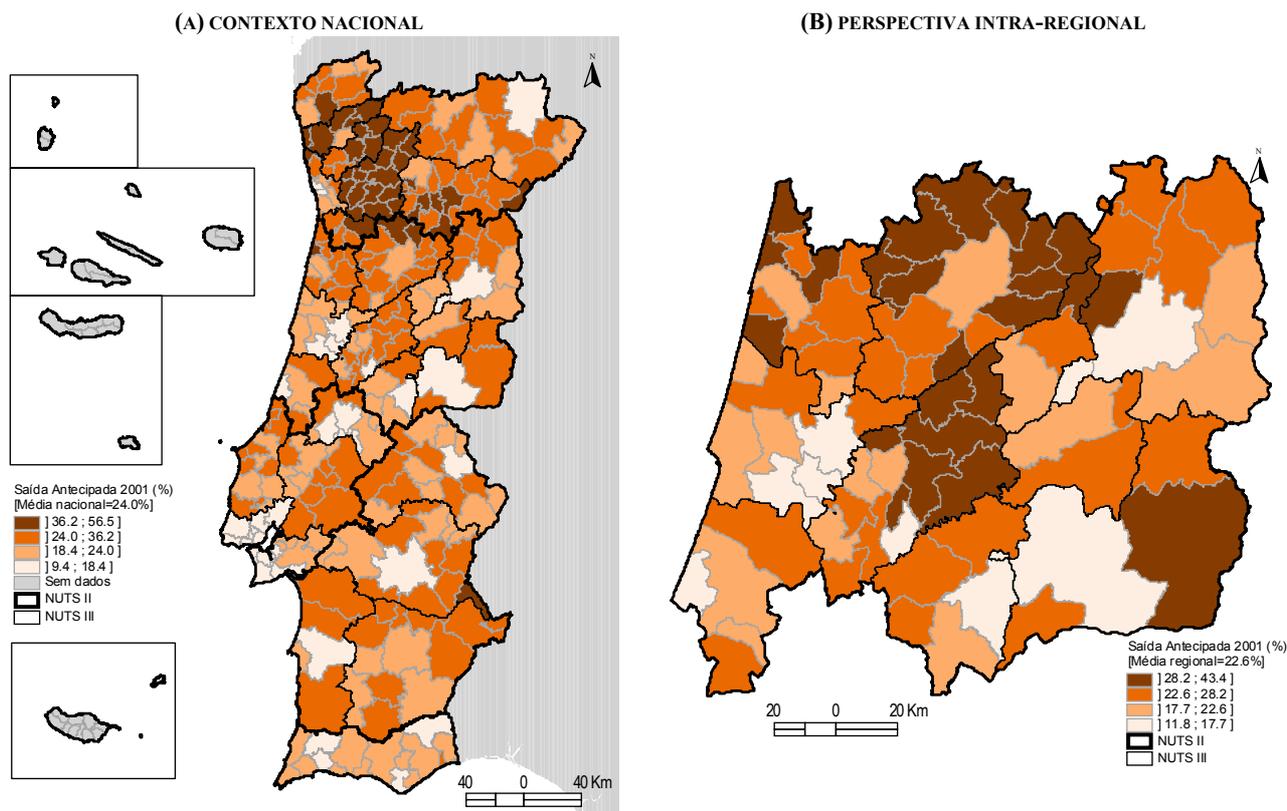
**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano) por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 3.2.10 - SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano) por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados INE, Censos

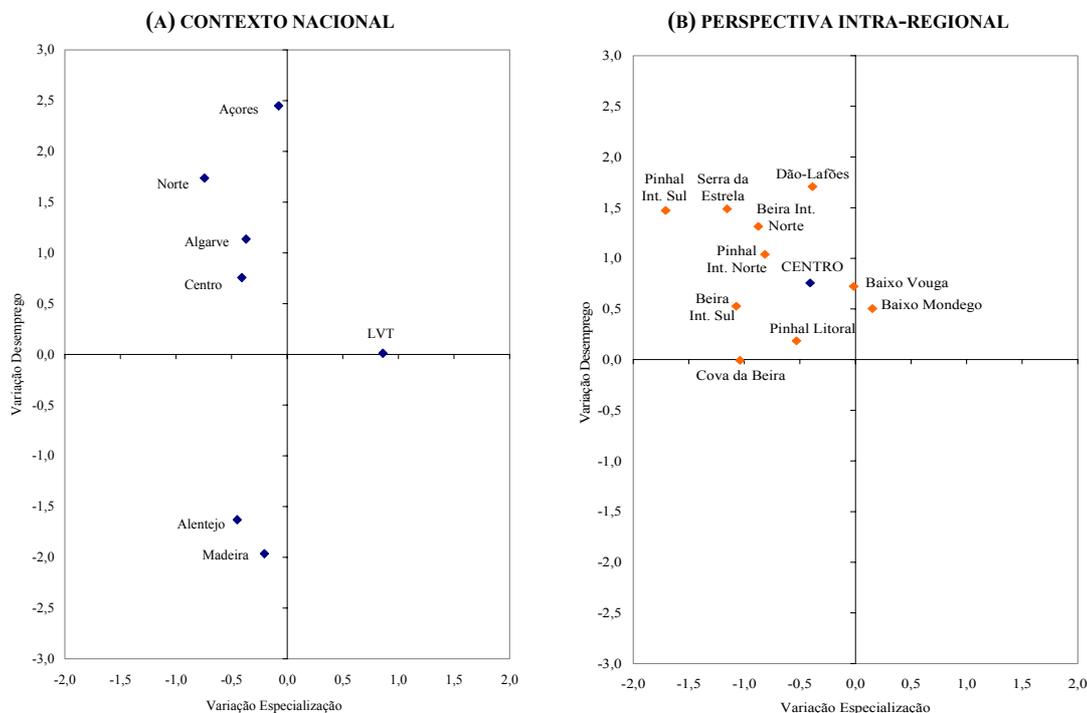
Uma perspectiva de análise especificamente centrada na articulação entre as esferas económica e social pode ser obtida através da relação que se estabelece entre a variação do desemprego e a variação da produtividade decorrente de alterações na especialização produtiva.

O posicionamento da região Centro nesta articulação entre as esferas económica e social traduz um padrão de desempenho que se pode considerar muito sensível ao aumento do desemprego (veja-se o impacto registado ao nível da produtividade, que se assemelha ao revelado noutras regiões com oscilações mais significativas do desemprego - Figura 3.2.11). Esta situação traduz a existência de uma relação de articulação próxima entre o nível de produtividade atingido e o nível de utilização de mão-de-obra (expressa no retrocesso no padrão de especialização provocado pelo ligeiro aumento do desemprego), o que deve ser encarado como positivo, sobretudo em períodos de redução do desemprego e em que se pode esperar um impacto positivo em termos de avanço no perfil de especialização.

É necessário ter presente, também, que a tendência de evolução da Região se tem traduzido numa efectiva diminuição dos níveis de produtividade resultante de recuos no padrão de especialização produtiva, e que, como tal, se repercute de forma negativa no percurso de desenvolvimento da Região, quer no que diz respeito ao agravamento das debilidades existentes em termos de coesão social (provocadas, não só, pelo aumento do desemprego mas, também, pelo retrocesso no padrão de especialização), quer no que diz

respeito ao agravamento dos próprios condicionalismos que o modelo de especialização produtiva da Região introduzia em termos de possibilidades de crescimento económico futuro.

FIGURA 3.2.11 – VARIACÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRAREGIONAL



Nota: Eixo Y - variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X – variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

CAIXA 3.2 – DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÓMICAS DE DUAS SUB-REGIÕES DE FRONTEIRA – BEIRA INTERIOR SUL E CÁCERES

A interação entre a dinâmica demográfica e as dinâmicas sócio-económicas pode ser apreciada através de uma breve análise comparativa entre duas regiões fronteiriças de Portugal e Espanha. A Província de Cáceres e a Beira Interior Sul têm em comum o facto de serem regiões periféricas relativamente às respectivas capitais. Têm também em comum uma mesma densidade demográfica (cerca de 20 h/Km²), embora a superfície e a população da província espanhola sejam 5 vezes superior à portuguesa. As densidades demográficas em ambos as regiões, muito distantes das média portuguesa de 108 h/km² e espanhola de 79 h/Km² respectivamente, denunciam a existência de territórios relativamente desertificados.

A evolução demográfica na última década revela uma acentuada diminuição da população na sub-região da Beira Interior Sul, enquanto que na província de Cáceres se verificou também um decréscimo, embora menos acentuado, na segunda metade da década. No final da década, o saldo natural (diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade) de Cáceres era da ordem dos -1,5%, enquanto que na Beira Interior Sul ultrapassava os -8%. Particularmente contrastante é a taxa de envelhecimento (rácio entre o volume de população com mais de 65 anos e o volume de população com menos de 15 anos) em ambos os lados da fronteira: a da Beira Interior Sul (com cerca de 200%) é o dobro da espanhola. A Beira Interior Sul tem já 35 pensionistas por 100 habitantes contrastando com 20 na província de Cáceres.



As perdas demográficas da sub-região Beira Interior Sul têm vindo a registar-se num contexto de crescimento demográfico na Região Centro, cujo saldo migratório positivo tem superado o saldo natural negativo, beneficiando sobretudo as sub-regiões do litoral.

Subjacente a esta dinâmica demográfica estão estruturas económicas e produtivas muito diversas e que se traduzem num diferencial de VAB *per capita* que na província espanhola é superior ao da Beira Interior Sul em cerca de 60%. Cáceres baseia a sua economia na fileira agro-alimentar, constituindo-se como o centro económico de uma actividade sobretudo agrícola e pecuária (o peso da agricultura no VAB regional é substancialmente superior ao da sub-região portuguesa). O aproveitamento hídrico do Tejo, bem como a exploração de produções de natureza comercial (tabaco, cortiça) marcam uma clara diferença com as explorações familiares, de subsistência e de baixa produtividade do lado português da fronteira. Complementarmente, o sector turístico tem uma relativa importância centrada em volta da cidade de Cáceres (património UNESCO da humanidade). Do lado português o declínio da tradicional especialização na indústria têxtil não foi suficientemente compensado pelo desenvolvimento do pólo industrial de Castelo Branco, que embora introduzindo alguma diversidade na estrutura produtiva da região, mantém todavia um significativa incidência no sector do têxtil e vestuário, baseado numa mão-de-obra feminina de baixo custo. Esta circunstância, explica a vulnerabilidade do actual padrão de industrialização à deslocalização para o Leste Europeu e o Sudoeste Asiático de algumas unidades industriais existentes.

Em conclusão, a comparação entre as duas regiões revela dois modelos de desenvolvimento regional bem distintos. No caso português, a exploração dos recursos do sector primário ficou bloqueada devido a um regime de propriedade agrícola sem dimensão para evoluir da exploração familiar para a exploração mercantil, bem como à ausência de infraestruturas agrícolas que potenciasses o desenvolvimento de culturas comerciais (as hesitações e adiamentos sucessivos do regadio da Cova da Beira são bem emblemáticos ao mesmo tempo que o regadio de Idanha-a-Nova e o impacto sobre culturas comerciais como o tabaco constitui uma excepção); no caso espanhol a aposta em culturas de regadio aproveitando o aproveitamento hídrico de Alcântara a par da exploração comercial de culturas tradicionais permitiu alcançar níveis de produtividade relativamente mais elevados. O desenvolvimento recente do sector industrial na Beira Interior Sul apostou numa lógica de enclave atraindo investimentos com base na utilização de uma mão-de-obra feminina não qualificada e de baixo custo; pelo contrário, em Cáceres, para além da expansão, embora limitada, do sector industrial para novos segmentos, a aposta foi sobretudo na exploração da fileira agro-alimentar baseada nos recursos do sector primário. Compreende-se assim que o VAB *per capita* na província espanhola seja muito superior ao português apesar do maior peso do sector primário na respectiva estrutura. Compreende-se também que, apesar da sua situação periférica, a província espanhola tenha sido capaz de conter a desertificação demográfica.

3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajectória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da região Centro, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na Região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

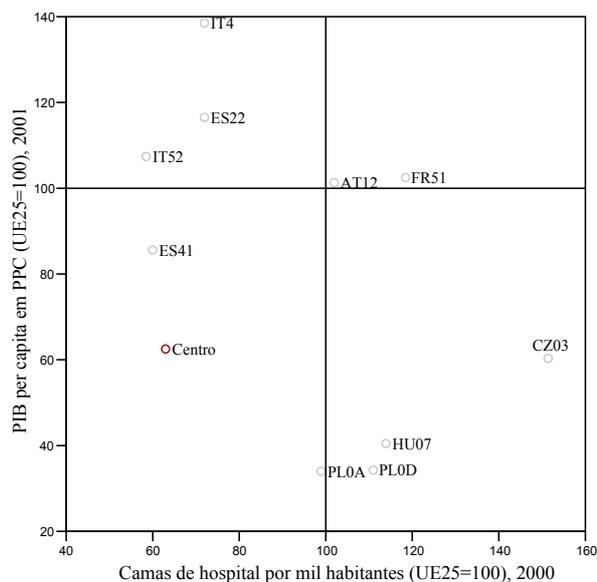
O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

O perfil das infraestruturas está significativamente relacionado com as características do sistema urbano e as respectivas interações com o mundo rural. A este respeito a Região Centro mostra características peculiares que a distinguem das restantes regiões e que requerem respostas diferentes quando se trata de decidir sobre as características e a localização de infraestruturas. O sistema urbano da Região Centro é constituído por cinco aglomerações ou eixos, de dimensão média (em torno dos 200 mil habitantes): o sistema urbano do Baixo Vouga com os polos de Aveiro e Águeda, o eixo Coimbra-Figueira da Foz, o eixo Leiria-Marinha Grande, o eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco e a constelação urbana centrada em Viseu. A maior parte da população (cerca de ¾) vive a menos de 30 minutos de distância dos principais centros urbanos. Daqui derivam necessidades específicas em relação com os diferentes tipos de infraestruturas: de equipamentos sociais visando os sistemas urbanos territoriais, constituídos pela cidade nuclear e pelo território rural adjacente; de ligações rodoviárias e ferroviárias, entre os centros urbanos e entre estes e os grandes eixos nacionais e internacionais que atravessam a Região; de estruturas institucionais acessíveis aos cidadãos e às organizações que devem ser servidos.

No domínio dos **equipamentos sociais** toma-se como indicador de referência o nº de camas por mil habitantes em relação com o PIB *per capita*. A Região está numa posição recuada em confronto com as regiões europeias que servem de referência. Note-se que as regiões dos países recém-aderentes à UE apresentam um indicador ao nível das regiões mais desenvolvidas, apesar de terem um PIB *per capita* substancialmente mais baixo.

FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR MIL HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

- | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| DEB1-Koblenz | IT52-Umbria | CZ03-Jihozápad |
| ES22-Comunidad Foral de Navarra | AT12-Niederösterreich | HU07-Dél-Alföld |
| ES41-Castilla y León | PT12-Centro | PL0A-Podlaskie |
| FR51-Pays de la Loire | UKD1-Cumbria | PL0D-Łódzkie |
| IT4-Emilia-Romagna | UKE2-North Yorkshire | |

Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

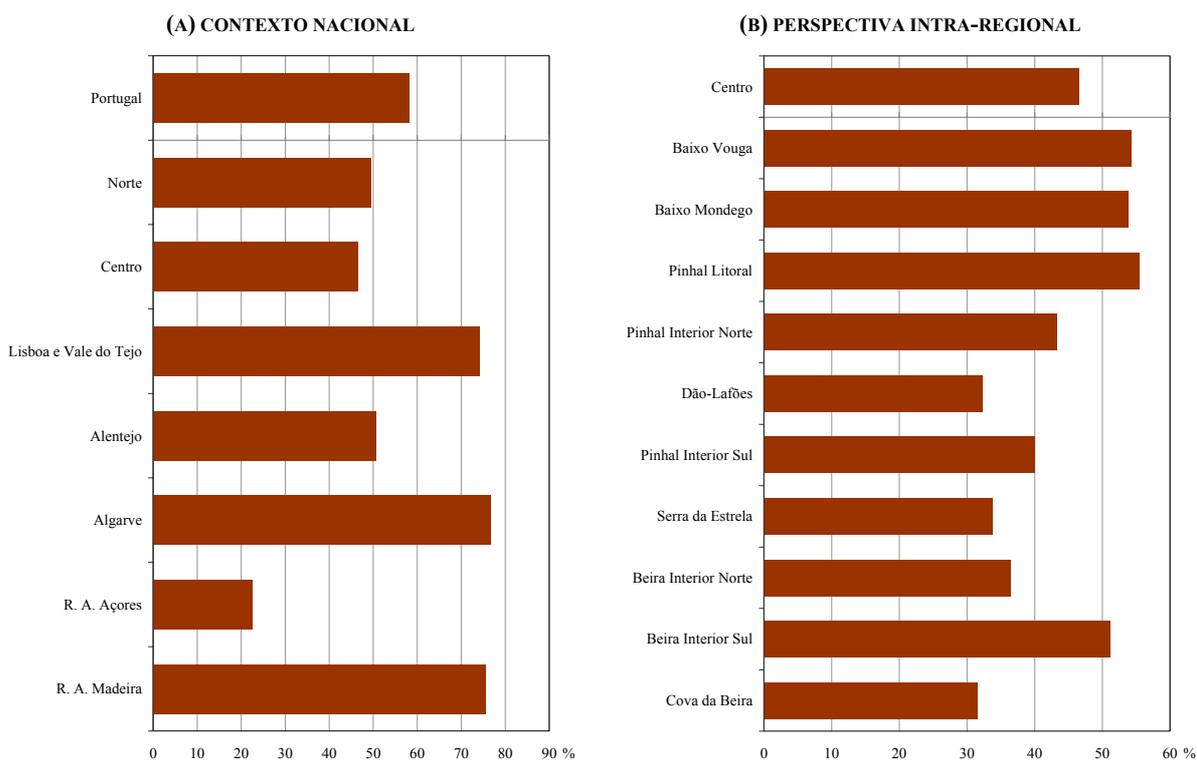
Na área da educação, e tomando como referência o contexto nacional, a região Centro apresenta, em termos de equipamentos de educação até ao nível de ensino secundário, a mais baixa cobertura das regiões do Continente, em termos de população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos (46,6% contra 58,3% a nível nacional - Figura 3.3.2). Detecta-se, a nível intra-regional, uma tendência vincada para que as NUTS mais interiores, nomeadamente, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Pinhal Interior Norte, evidenciem maiores carências na provisão destes equipamentos de educação (atingem níveis de cobertura de população residente em freguesias dotadas com este tipo de equipamentos inferiores a 35%).

Saliente-se a relação que se evidencia, como seria de esperar, entre a proximidade do acesso a equipamentos de educação e a diminuição da percentagem de população que abandona antecipadamente o sistema de ensino. Comparando a Figura 3.3.2 com a Figura 3.2.9, é possível identificar um conjunto de regiões, tais como a Beira Interior Sul, Baixo Mondego e Pinhal Litoral onde, paralelamente aos níveis mais elevados de população residente em freguesias com equipamentos de educação até ao nível

secundário, se registam, também, níveis consideravelmente mais baixos de saídas antecipadas do sistema educativo.

O Baixo Vouga constitui uma situação de excepção a esta tendência, uma vez que, apesar do elevado nível de cobertura populacional no acesso próximo a equipamentos de educação, se verifica uma das taxas mais elevadas de abandono antecipado do sistema de ensino, e que se pode explicar com base no padrão específico regional de desequilíbrio do mercado de trabalho que se tem vindo a gerar nesta região, como resultado do aumento tendencialmente mais expressivo do desemprego registado em alguns dos seus concelhos, nomeadamente, Murtosa e Estarreja.

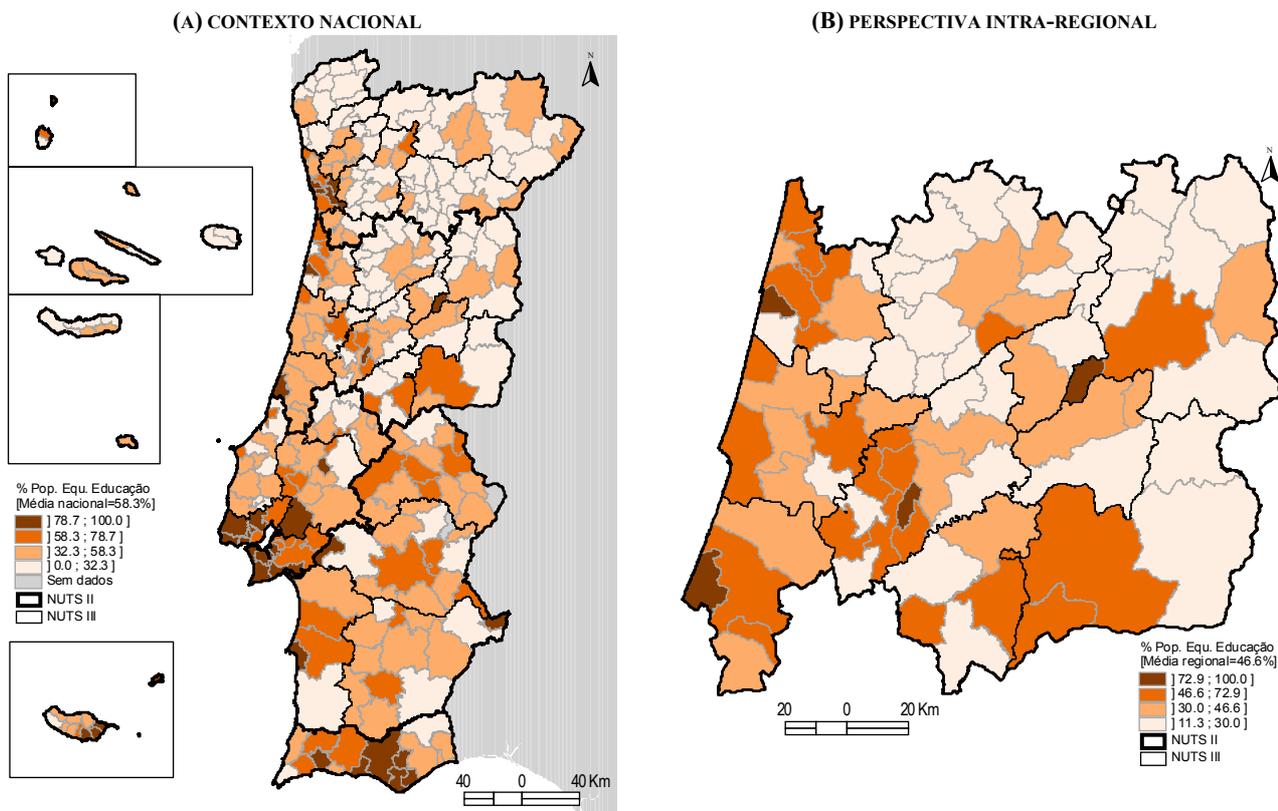
FIGURA 3.3.2 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

É possível confirmar, através da Figura 3.3.3, a concentração, nas zonas mais interiores da Região Centro, da “mancha” correspondente aos concelhos onde é mais baixa a percentagem de população residente em freguesias dotadas com equipamentos de educação até ao ensino secundário. O impacto da proximidade de instituições de ensino superior aparece retratado em concelhos como a Covilhã, pela presença da Universidade da Beira Interior, como Manteigas, pelo seu posicionamento geográfico “entre” a Covilhã (Universidade da Beira Interior) e a Guarda (Instituto Politécnico da Guarda), como a Marinha Grande, pela presença de instituições privadas de ensino superior e pela proximidade geográfica ao Instituto Politécnico de Leiria, e como Ílhavo, pela proximidade à Universidade e ao Politécnico de Aveiro.

FIGURA 3.3.3 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

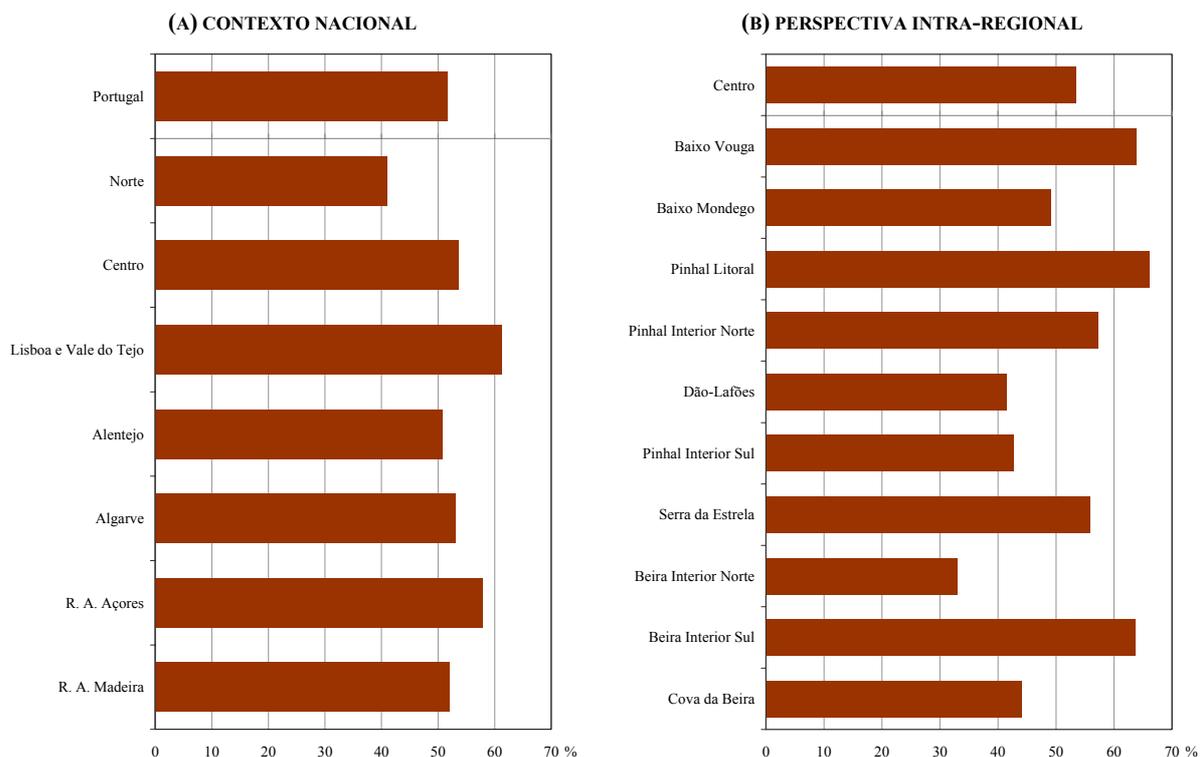
Do ponto de vista da dotação regional de equipamentos culturais e de lazer, em que se inclui a existência de uma biblioteca aberta ao público, de um salão de festas e de uma escola de música, danças e outras artes, é possível colocar a região Centro num patamar em que a percentagem de população dos diversos concelhos residente em freguesias onde existem estes equipamentos é muito próxima da nacional e, até, ligeiramente superior (53,5% contra 51,6% a nível nacional - Figura 3.3.4).

A justificação para este posicionamento positivo regional do ponto de vista da maior possibilidade de acesso da população a equipamentos direccionados para a disseminação cultural, deve ser enquadrada no contexto específico de uma região Centro marcada pela fractura entre o litoral urbanizado, industrializado e densamente povoado e o interior rural, mais empobrecido e com problemas de acentuado envelhecimento demográfico.

No mapa onde se representa a perspectiva concelhia da percentagem de população residente em freguesias onde existem os equipamentos culturais e de lazer considerados (Figura 3.3.5), torna-se perceptível a tendência para que sejam os concelhos limítrofes da região e, também, os que se apresentam simultaneamente como mais envelhecidos e com menor densidade populacional, os que apresentam menor dotação destes equipamentos (confirme-se o cruzamento das manchas evidenciadas pela Figura 2.3.4 e pela Figura 2.3.7).

Por outro lado, detecta-se, ainda, uma tendência para que alguns concelhos marcadamente mais rurais (nomeadamente, os concelhos de Penalva do Castelo, Mangualde, Gouveia, Manteigas, Seia, Oliveira do Hospital e Arganil) evidenciem níveis de cobertura populacional no acesso a estes equipamentos que se equiparam aos de concelhos polarizados por centros urbanos de dimensão considerável, onde se pode destacar, ainda, a dicotomia estabelecida entre os concelhos de Castelo Branco e Guarda.

FIGURA 3.3.4 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)

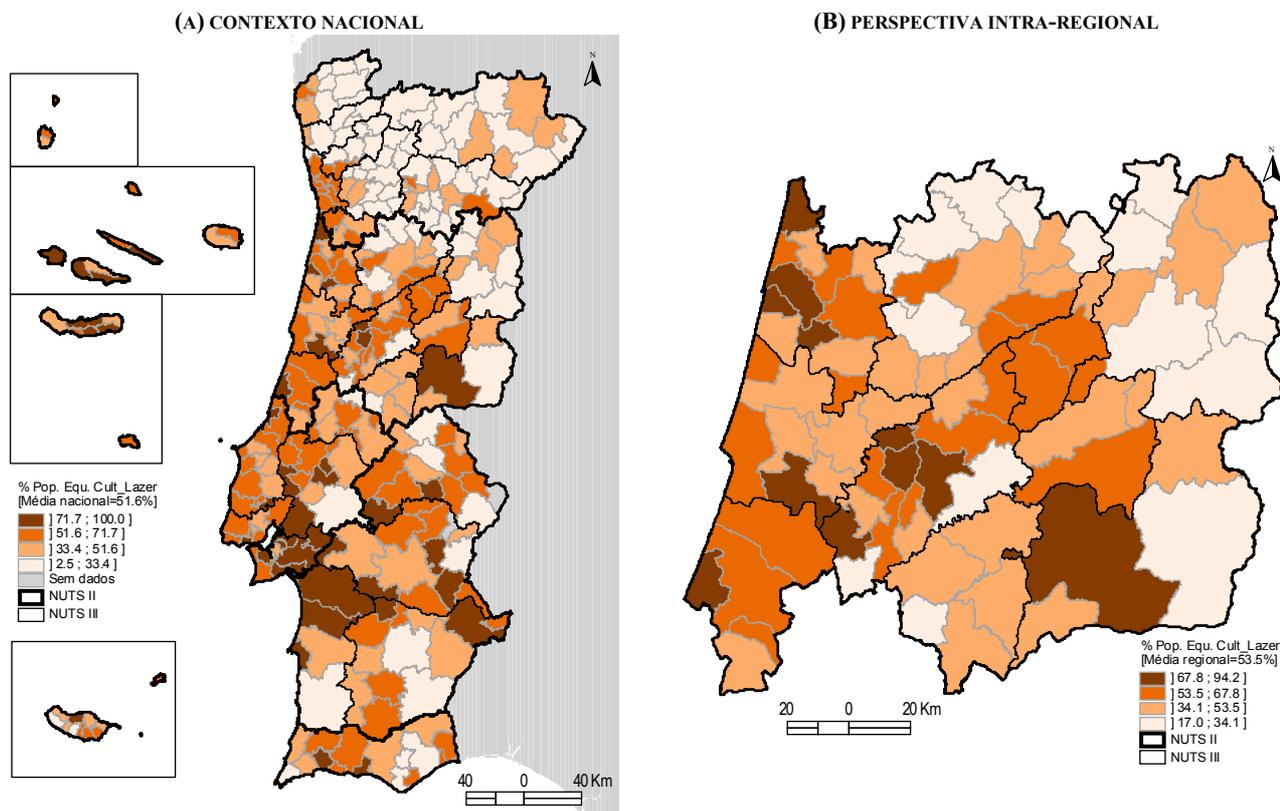


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

No caso dos concelhos mais rurais, uma possível justificação para a significativa dotação deste tipo de equipamentos reside, exactamente, na facto de ser mais comum nestes concelhos do que nos concelhos citadinos, que a população reclame e existência, sobretudo, de infraestruturas onde se incluam espaços para organização de festas e que, como tal, se organize no sentido de contribuir para a sua existência. Estabelece-se um grau de complementaridade muito benéfico entre a actuação dos organismos públicos no aumento da dotação de equipamentos de cariz cultural (muito mais centrados na dotação regional de bibliotecas, por exemplo, mas cuja dotação não se verifica de forma tão intensa ao nível das freguesias) e a actuação da própria sociedade civil neste domínio, cuja forte adesão e coesão em torno de algumas entidades recreativas locais (os clubes recreativos ou as associações de moradores, por exemplo) permitem dinamizar a formação de um espírito agregado e orientado para a dissipação de algumas carências sentidas, dentre as quais se salientam os salões de festas com vista à realização de pequenos acontecimentos de ordem social (festas e bailes de aldeia, por exemplo) como necessidade tipicamente característica de freguesias rurais.

Já no caso do paralelismo que esta situação apresenta em relação aos centros urbanos de maior dimensão e, em concreto, na diferença de níveis de cobertura por equipamentos culturais e de lazer que se detecta entre Castelo Branco e a Guarda, é possível associá-la, sobretudo, ao menor nível de envelhecimento populacional vivido na Guarda e, também, à existência de um maior nível de dispersão populacional (a taxa de urbanização é inferior à de Castelo Branco - Figura 2.3.39). O padrão de organização social e de fruição de equipamentos culturais e de lazer destes dois concelhos diverge, como tal, em função das necessidades evidenciadas por uma população em que a diferença de idade média e de padrão de urbanização introduz diferenças nas necessidades culturais, por um lado, em termos dos equipamentos mais reclamados pela população e, por outro lado, pela necessidade de verificação dos níveis mínimos de cobertura populacional subjacentes aos critérios de optimização de equipamentos colectivos (que difere de equipamento para equipamento, nomeadamente, em termos das diferenças que se reconhecem entre os critérios que presidem, por exemplo, à decisão de construção de uma nova biblioteca e à decisão de construção de um novo salão de festas).

FIGURA 3.3.5 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)

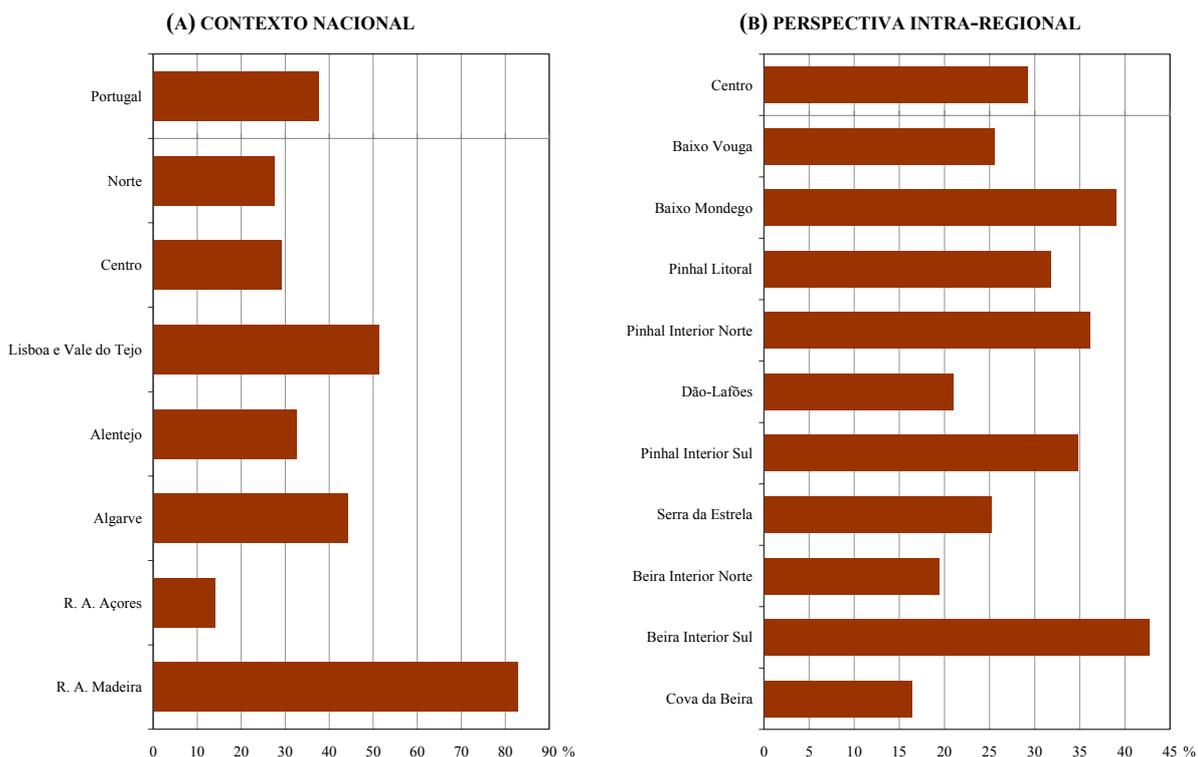


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

A posição evidenciada pela região Centro, no que concerne à acessibilidade da população residente a infraestruturas de saúde, traduz a existência de debilidades significativas neste domínio, tendo em conta que apenas 29,2% da população reside em freguesias equipadas com centros de saúde, sendo o correspondente peso médio nacional de 37,7% (Figura 3.3.6).

A perspectiva da análise intra-regional permite, no entanto, destacar a relevância das divergências internas que se manifestam, em que o nível de acesso mais facilitado a centros de saúde da população residente nas regiões do Baixo Mondego e Beira Interior Sul (que atingem a média nacional), contrasta fortemente com o baixo nível de acesso a estes equipamentos que se atinge em regiões como a Cova da Beira, Beira Interior Norte e Dão-Lafões (em que apenas, 16,4%, 19,4% e 21% da população, respectivamente, reside em freguesias onde existem centros de saúde).

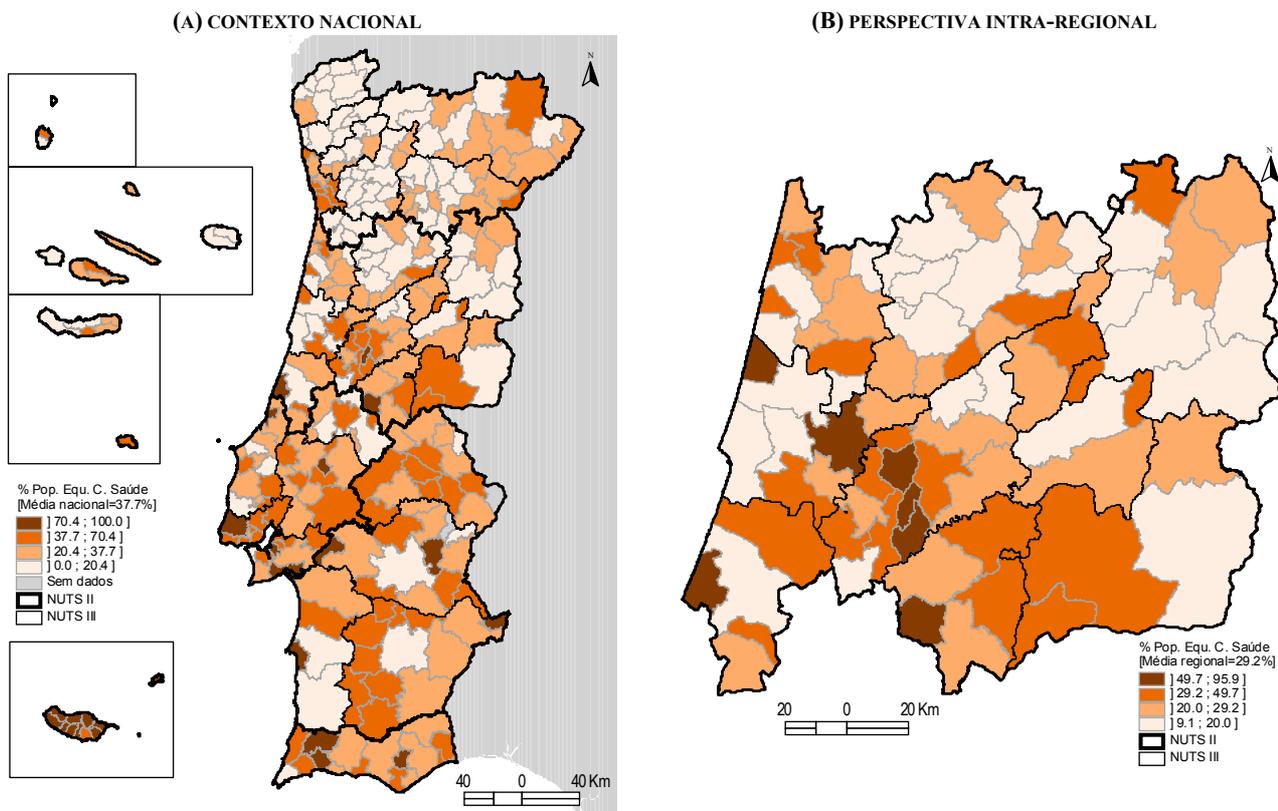
FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Em termos concelhios, relevo, conforme já referido anteriormente, para a existência de um número significativo de concelhos, conforme evidencia a dispersão da “mancha branca” na Figura 3.3.7, para cuja população o acesso a cuidados primários de saúde se apresenta muito dificultado.

FIGURA 3.3.7 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)

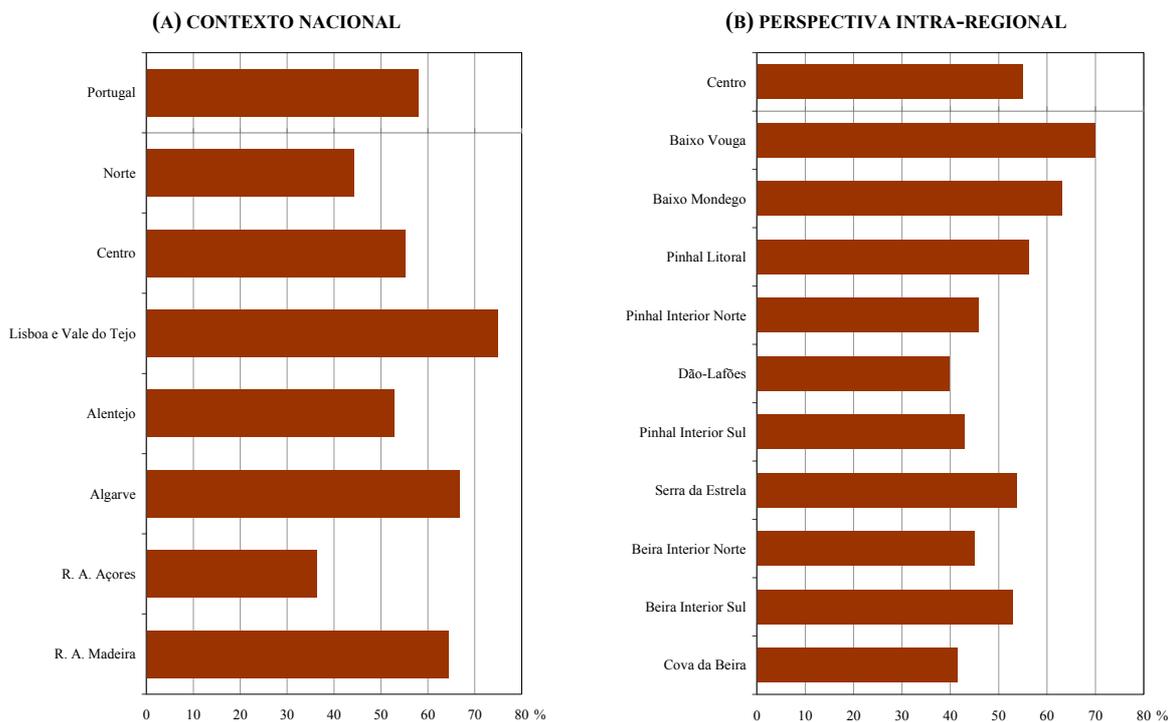


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

Posicionando a região Centro no contexto da acessibilidade da população residente aos equipamentos de acção social, entre os que se incluem creches e lares de idosos, detecta-se um posicionamento que, apesar de ligeiramente inferior à média nacional, se aproxima consideravelmente deste referencial (55,1% contra 57,9% a nível nacional - Figura 3.3.8).

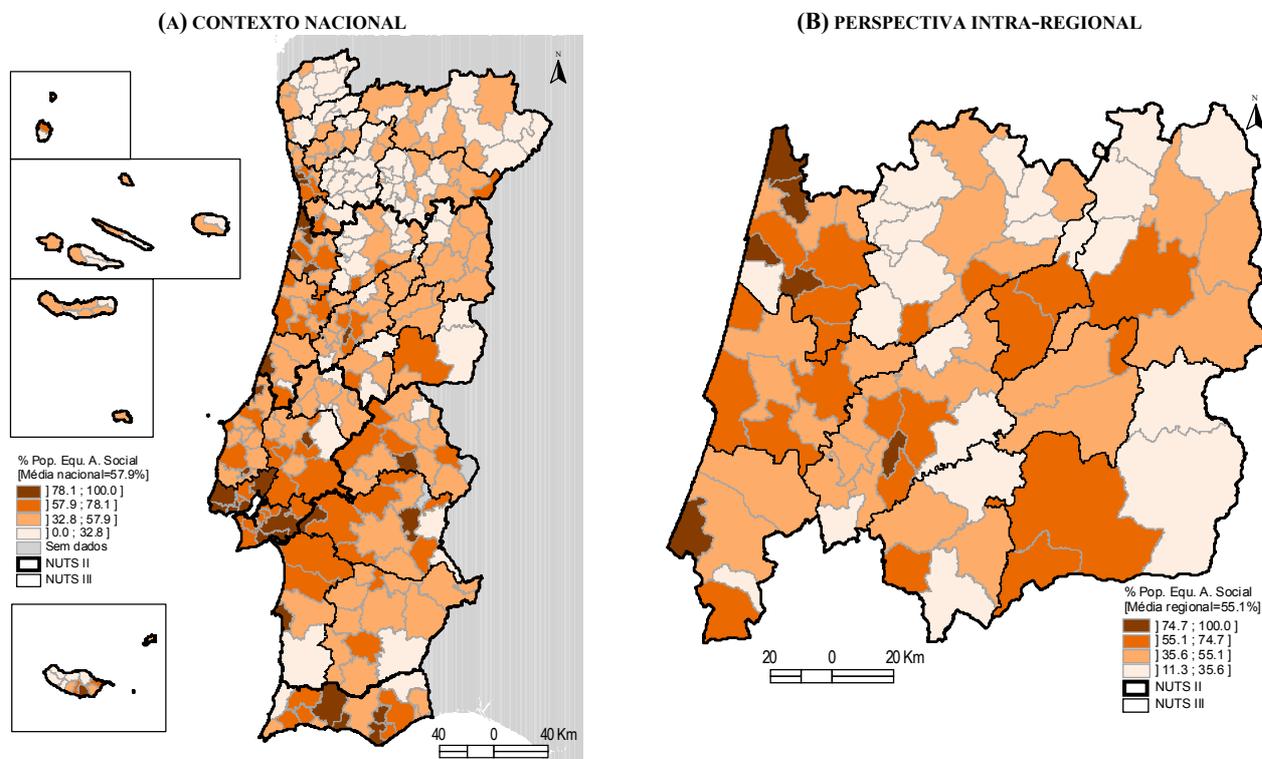
Isto não significa, no entanto, que o nível de acesso da população residente na região Centro a este tipo de infraestruturas seja homogéneo. A tendência geral permite salientar, sobretudo, a maior significância da divergência interna à Região neste aspecto, face à divergência que a Região apresenta em relação ao contexto nacional, conforme comprova o maior número de concelhos inseridos no patamar inferior de população residente em freguesias com equipamentos de acção social evidenciado no mapa B da Figura 3.3.9, quando comparado com o mapa A da mesma figura.

FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

FIGURA 3.3.9 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % TOTAL PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Inventários Municipais

3.3.2. Ambiente

O atraso da região em equipamentos de natureza ambiental (no cômputo nacional, a Região apresenta uma das menores percentagens de resíduos sólidos recolhidos e tratados de forma selectiva bem como uma menor percentagem de águas residuais tratadas) implica um esforço acrescido neste domínio, visando recuperar atrasos relativos na dotação de determinados equipamentos, com sacrifício de soluções alternativas mais dirigidas para alavancar o investimento privado visando o aumento do potencial económico da região. Acresce que a pressão industrial e demográfica sobre o litoral tem induzido externalidades negativas nas bacias hidrográficas do Liz, Mondego e Vouga exigindo investimentos crescentes.

No domínio dos **resíduos sólidos urbanos**, os principais problemas que têm vindo a ser identificados em estudos de diagnóstico prendem-se com a definição de um adequado sistema de gestão deste tipo de resíduos, nomeadamente no que se refere à recolha selectiva dos diferentes resíduos urbanos produzidos.

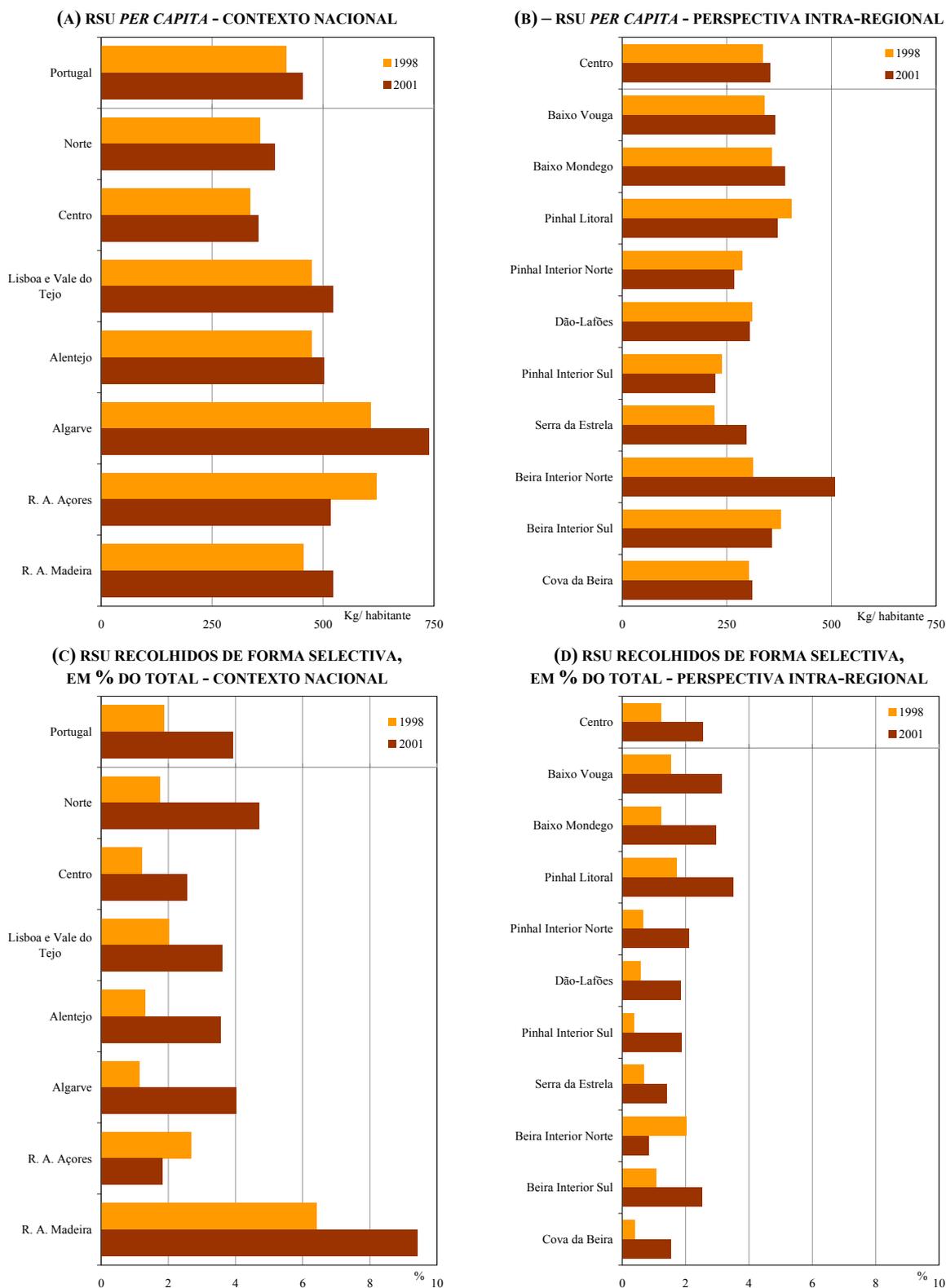
A Região Centro é a região do país que apresenta menor nível de recolha de resíduos sólidos *per capita*. Todas as sub-regiões têm níveis de emissão de resíduos abaixo da média nacional, com excepção da Beira Interior Norte (Fig. 2.8.4).

Como explicação subjacente a esta situação, está o contraste evidenciado na região em termos, por um lado, dos diferentes níveis de urbanização e, por outro lado, da existência de concelhos tipicamente rurais. Os espaços urbanos tendem a apresentar sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos melhor organizados, enquanto que nos espaços mais ruralizados é comum a existência de formas desorganizadas de deposição de resíduos sólidos que, particularmente, apresentam consequências negativas para o meio ambiente.

É de salientar, no entanto, que o avanço registado entre 1998 e 2001, pela região Centro neste domínio, em que o nível de recolha de resíduos sólidos aumentou de 335 para 354 kg/habitante, foi acompanhado, a nível interno à Região, por uma diminuição do nível de RSU recolhidos em algumas das suas NUTS III, nomeadamente, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul. Esta redução, naturalmente, não deverá ser associada a uma efectiva diminuição da quantidade média de resíduos produzida, mas antes à pouca capacidade de aumento do nível de cobertura populacional evidenciada pelos sistemas de recolha de resíduos sólidos e urbanos. Saliente-se, ainda, o caso do concelho de Trancoso, que apresenta uma capacidade de recolha de RSU francamente destacada no contexto da região Centro (mapa B da Figura 3.3.11).

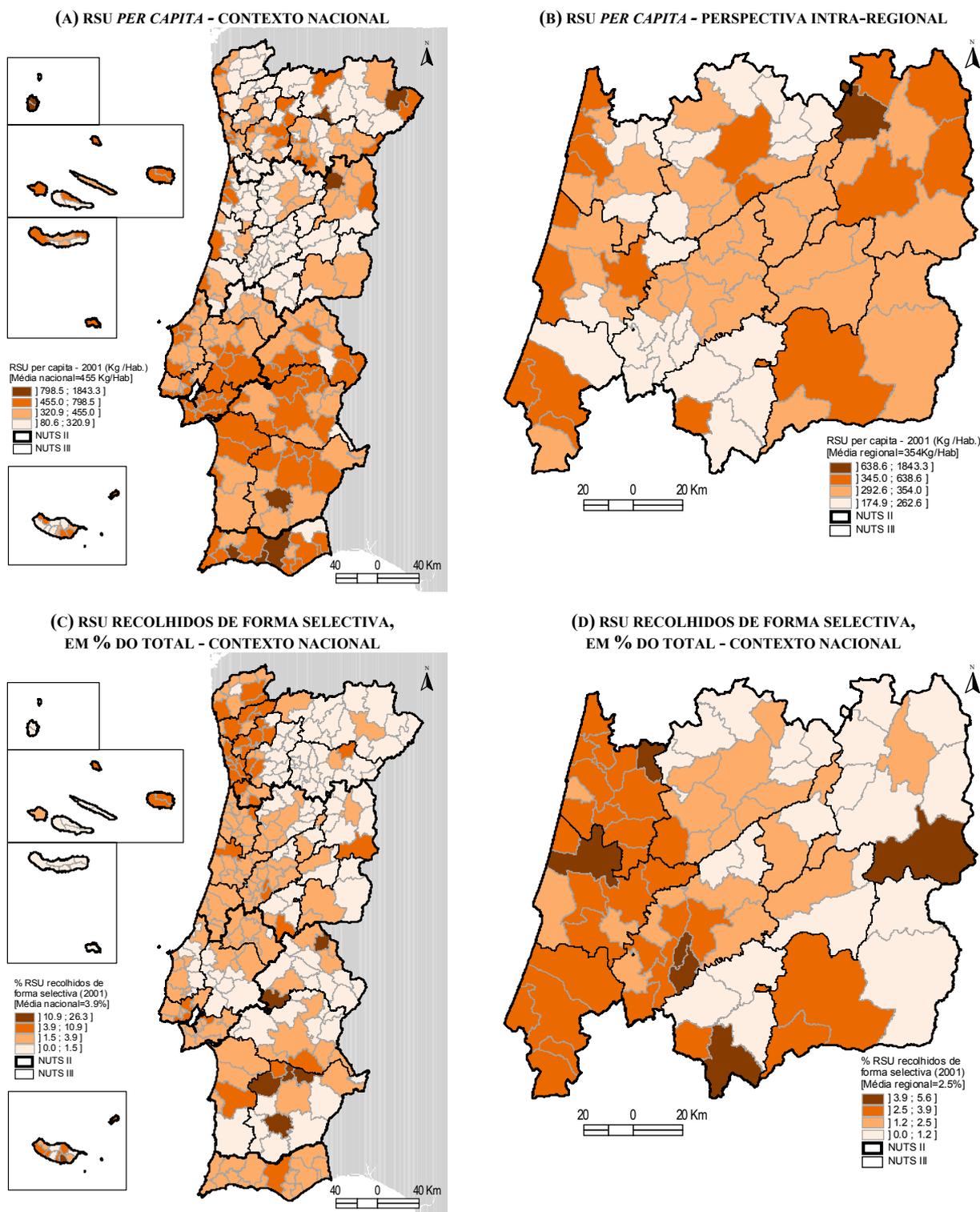
Deve, ainda, ser referido, que o facto da região Centro apresentar um dos mais baixos níveis de recolha de resíduos sólidos *per capita*, não se traduz na existência de melhores índices com o processamento e a gestão desses resíduos sólidos (mapas C e D da Figura 3.3.10). Na verdade, com excepção da Região Autónoma dos Açores, a Região Centro é a que apresenta uma menor percentagem de resíduos sólidos recolhidos de forma selectiva (cerca de 3% do total), embora os progressos registados entre 1998 e 2001 tenham sido significativos, particularmente no caso das regiões mais litorais, como Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral. A nível sub-regional, a situação piora progressivamente conforme se caminha do litoral para o interior (com excepção dos concelhos de Sabugal e Mação, que se posicionam no patamar mais elevado - mapa D da Figura 3.3.11).

FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

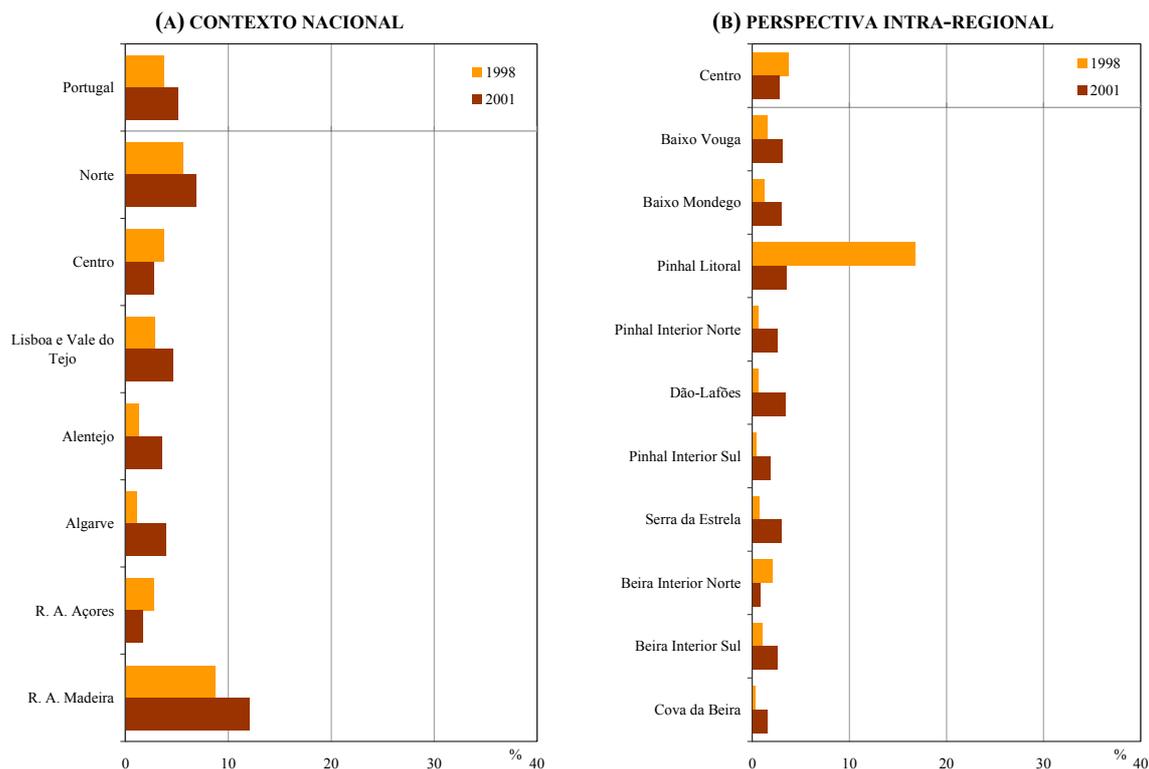
FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente

Também ao nível da reciclagem dos RSU a região Centro evidencia, ainda, debilidades consideráveis (Figura 3.1.12), que se traduzem na necessidade de aumentar a taxa de reciclagem regional de RSU e, em concreto, na necessidade de adaptar a capacidade regional de reciclagem em função do aumento de eficácia que vai sendo atingido na recolha de RSU. Destaque-se, a este respeito, a diminuição registada na taxa de reciclagem de RSU do Pinhal Litoral entre 1998 e 2001, cuja justificação se prende, em larga medida, com alguma incapacidade de cobertura do aumento do nível de RSU recolhido de forma selectiva (mapa D da Figura 3.3.10) por parte do sistema de reciclagem.

FIGURA 3.3.12 – TAXA DE RECICLAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (1998 E 2001)



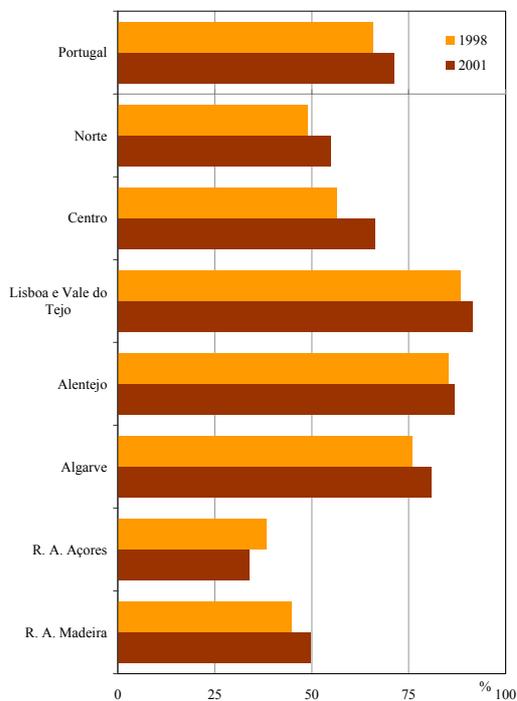
Nota: Taxa de reciclagem dos RSU = Resíduos reciclados em % dos RSU recolhidos.

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

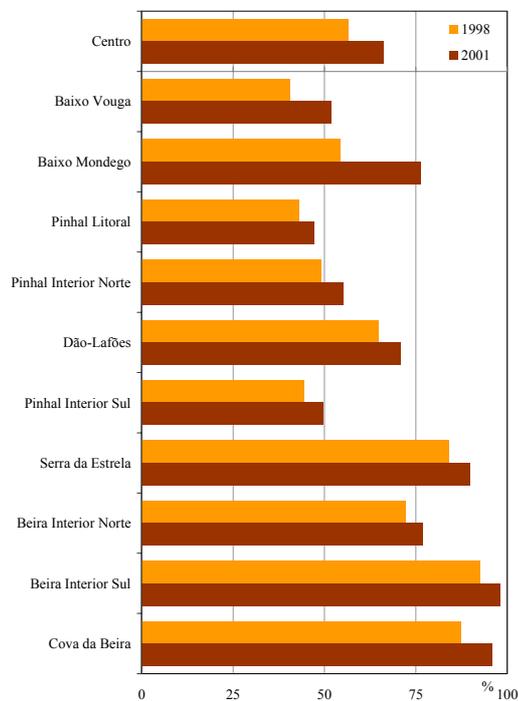
No domínio da drenagem e do tratamento das águas residuais a posição da Região Centro é muito aproximada da média nacional, sendo, no entanto, bastante notória a divergência intra-regional (Figura 3.1.13). O caso do Pinhal Interior Sul destaca-se pelo baixo nível relativo de cobertura populacional que apresenta no domínio do tratamento de águas residuais (25%), enquanto a Beira Interior Sul se destaca pelo elevado nível de cobertura populacional que atinge neste domínio (superior a 85%), para o que muito contribui o nível de cobertura atingido no concelho de Castelo Branco, onde se concentra uma parte significativa da população desta sub-região (Figura 3.3.14).

FIGURA 3.3.13 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL (1998 E 2001)

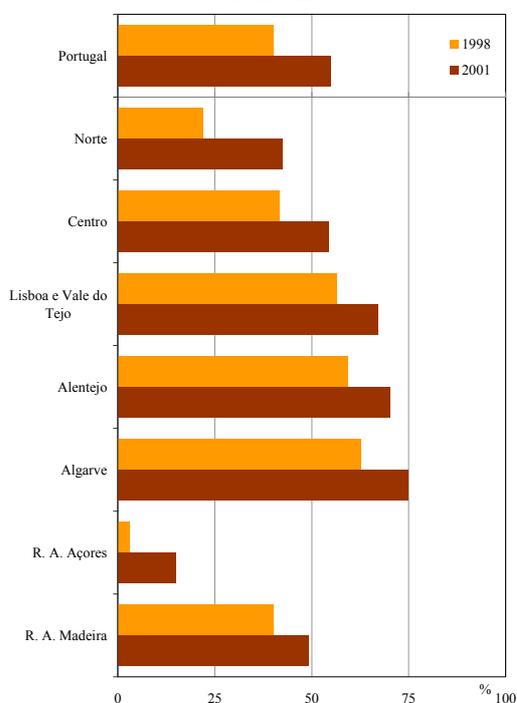
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



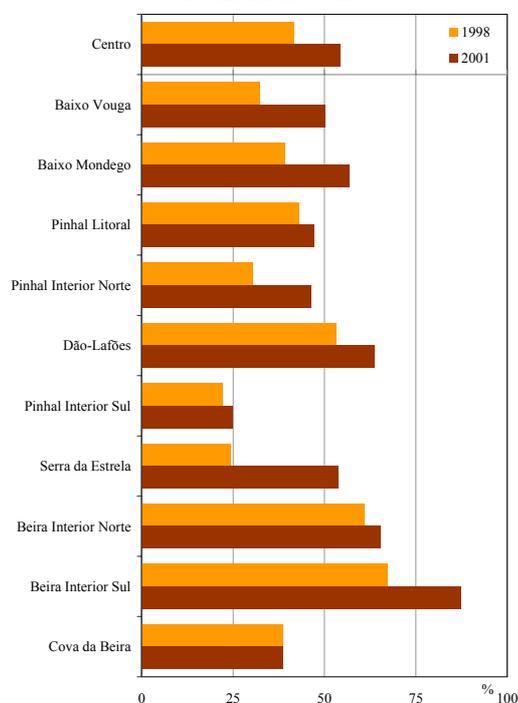
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



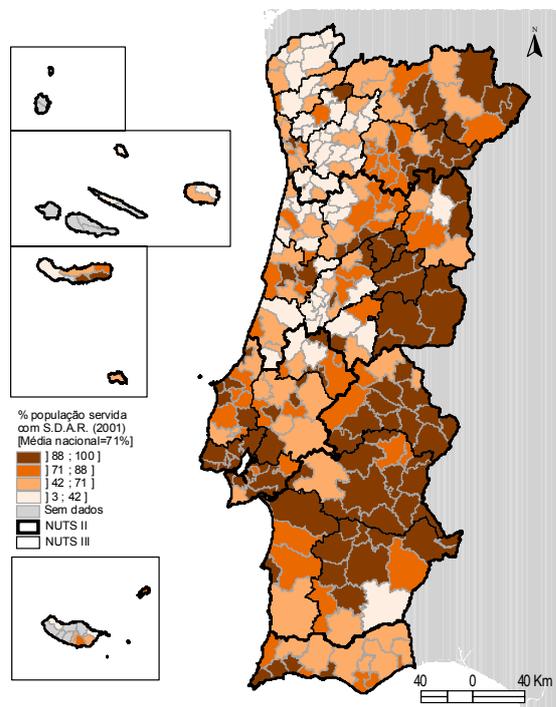
(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



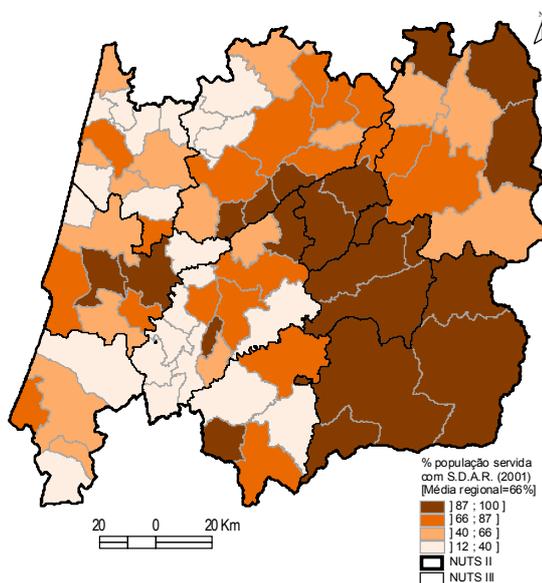
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.14 – POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

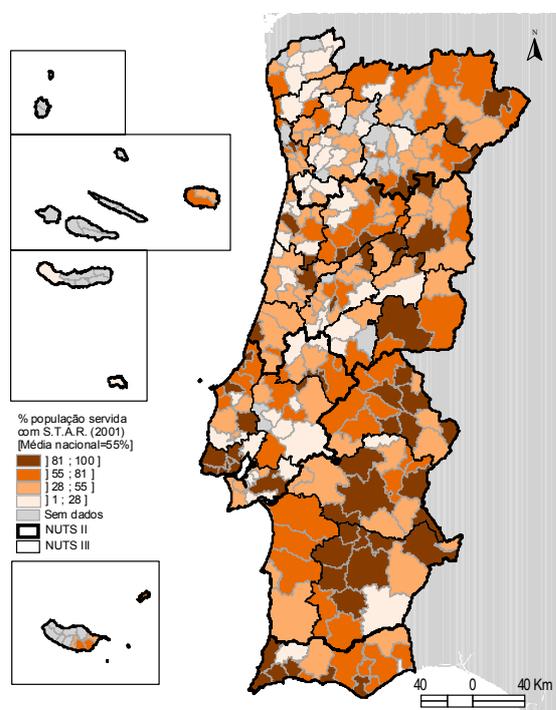
(A) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



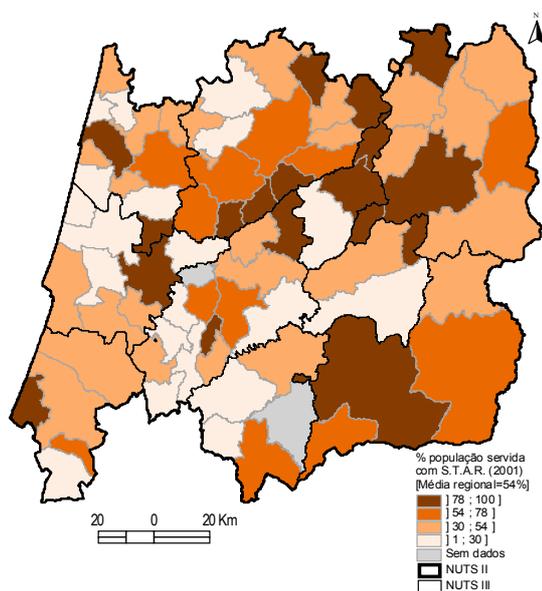
(B) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



(C) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - CONTEXTO NACIONAL



(D) POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, EM % DO TOTAL - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente